UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PAULO CESAR INÁCIO

SUDESTE GOIANO: SEUS TRABALHADORES, SEUS CONSTRUTORES, SUAS MEMÓRIAS – NOSSAS HISTÓRIAS

UBERLÂNDIA

2009

PAULO CESAR INÁCIO

SUDESTE GOIANO: SEUS TRABALHADORES, SEUS CONSTRUTORES, SUAS MEMÓRIAS – NOSSAS HISTÓRIAS

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida.

UBERLÂNDIA

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I35s Inácio, Paulo Cesar, 1965-
Sudeste goiano: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias – nossas histórias / Paulo Cesar Inácio. - 2009.
229 f. : il.

Orientador: Paulo Roberto de Almeida.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História social - Teses. 2. Goiás - História - Teses. 3. Trabalhares rurais - Goiás (Estado) - História - Teses. I. Almeida, Paulo Roberto de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

PAULO CESAR INÁCIO

SUDESTE GOIANO: SEUS TRABALHADORES, SEUS CONSTRUTORES, SUAS MEMÓRIAS, NOSSAS HISTÓRIAS

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Uberlândia, 11 de dezembro de 2009.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi
(UNIOESTE/PR)

_____

Profa. Dra. Heloísa Helena Pacheco Cardoso
(UFU/MG)

_____

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais
(UFU/MG)

_____

Profa. Dra. Yara Aun Khoury
(PUC/SP)

_____

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida
(Orientador – UFU/MG)

Para Fátima, presença em “minha” história ao longo de 31 anos de experimento de amor, carinho, afeto; este é mais um passo em nossa vida.

Natan e Ítalo, obrigado pelo ensinamento constante de ser pai, amigo e companheiro; a vida com vocês sempre se torna aprendizado do que é amor.

Ao meu pai, José Francisco Inácio, e à minha mãe, Izoleta de Carvalho Inácio, ele com seus 92 anos, ela nos seus 86 anos, meu agradecimento, carinho e eterno afeto, no encontro de suas vidas, pelas feituras do mundo em que viveram, está minha vida.

AGRADECIMENTOS

O doutorado transcendeu um espaço de pesquisa, leitura, escrita; foi um instante breve, em que o aprendizado político foi enorme; é extremamente agradável poder chegar ao fim do curso e poder chamar colegas de linha, professores e professoras de amigos, amigas sem desprezar as diferenças existentes entre nós.

Compondo a primeira turma de Doutorado do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, na linha Trabalho e Movimentos Sociais constituímos uma relação de um aprendizado contínuo. A circulação por disciplinas oferecidas para todas as linhas se constituiu no desafio de construir significados no diálogo entre as diferentes linhas.

Agradeço inicialmente ao orientador, Paulo Roberto de Almeida, pela vivência ao longo destes anos. No Mestrado, foi partícipe de um projeto, e hoje reconheço ter tido ele muita coragem. No Mestrado, em um momento difícil, foi muito grata a aproximação com suas orientações; na convivência, entendi a dinâmica de uma relação a partir de um campo político. É uma alegria nos agradecimentos pelo final deste trabalho, afirmar uma convivência que foi muito além de orientador/orientando. Nossa convivência foi uma relação que, do Mestrado ao Doutorado, amadureceu muito e na qual aprendi o significado da amizade, do companheirismo. Agradeço sua paciência, desde o Mestrado, de acompanhar a minha imaturidade em discutir no século XIX o surgimento da cidade de Catalão, coisa estranha, até acreditar que o projeto poderia ser desenvolvido no Doutorado. Triplamente companheiro: na pesquisa, no olhar político, na crença de que as condições de vida sempre precisam ser olhadas nas contradições que se estabelecem.

Agradeço a generosidade intelectual dos professores da Linha Trabalho e Movimentos Sociais.

À professora Célia Rocha Calvo, cuja convivência remonta a quando ela foi professora do Curso de História no *Campus* Catalão, a participação em suas aulas e nas bancas de Trabalhos de Final de Curso permitiu, e numa convivência instigante, testar as primeiras indagações dentro da História Social.

À professora Dilma Andrade de Paula, pelas conversas, indicações de leitura principalmente em relação ao tema da ferrovia. À professora Heloisa Helena Pacheco Cardoso que, desde a convivência no Mestrado, a participação em suas aulas, com seriedade e respeito, mas principalmente com a firmeza na defesa de posições, permitiu que avançássemos em

muitas das indagações feitas. Ao participar da Banca de Qualificação do Doutorado, alertou para o uso de conceitos que fazíamos sem o devido cuidado. Sua intervenção, desde a sugestão do título do trabalho até a maneira como estávamos usando algumas categorias nos ajudou a desenvolver muito o trabalho. Infelizmente, devido ao tempo necessário ao amadurecimento não nos foi possível avançar em muitas sugestões interessantes, mesmo assim fica o agradecimento.

Ao professor Antônio de Pádua Bosi, cuja aproximação ocorreu na Banca de Qualificação, agradeço o cuidado e a seriedade na leitura do trabalho, as inquietações que compartilhou na Qualificação, uma das que permitiram o avanço do trabalho se constituiu no 3º capítulo, explorando a relação dos trabalhadores no viver na cidade. A ele o agradecimento, inclusive por ter aceitado participar da Banca.

Dos professores das disciplinas do Doutorado quero destacar a convivência com a professora Rosângela Patriota Ramos, pela oportunidade de reflexão no campo de pesquisa jamais significou a desqualificação das opções diferentes. Agradeço pelo momento de grande aprendizado que foi a convivência na sua disciplina.

Aos companheiros e companheiras da primeira turma, quero agradecer pela oportunidade da convivência, pelo aprendizado na amizade, pelos significados das diferenças.

Em especial, quero agradecer a convivência com Vagner e a Sheille, os almoços juntos, as conversas informais, os *e-mails* trocados; foi e espero que continue sendo uma convivência extremamente agradável. É muito bom poder chamar de amigos colegas de uma turma de Doutorado.

Às funcionárias da secretaria do Instituto de História, em especial Luciana e Maria Helena, pela gentileza nas informações e presteza na organização burocrática de nossas vidas acadêmicas.

À professora Yara Aun Khoury, cujas reflexões e impressões de leituras nas missões de trabalho em que tivemos oportunidade de participar foram fundamentais; sua generosidade intelectual e atenção ao que debatíamos permitiram que o trabalho pudesse avançar no esforço de comprometimento político com nosso tempo.

Agradeço às pessoas com quem tive a alegria de conviver entre os dias 12 e 19 de julho deste ano, nos debates promovidos no Simpósio Temático “História, Historiografia e Fontes Orais: Temas, Abordagens e Perspectivas de Investigação”, oferecido pelas professoras Yara Aun Khoury e Heloisa Helena Pacheco Cardoso, pela importância daquele momento da fase final do trabalho, oportunidade em que pudemos testar nossa pesquisa.

Registro um agradecimento especial à professora Déa Ribeiro Fenelon, que nos deixou antes da conclusão deste trabalho, sua presença não pode ser dimensionada em uma ou outra parte do trabalho, mas no campo geral de suas reflexões, meu eterno agradecimento pelas grandes contribuições.

Aos professores do Curso de História do *Campus* Catalão, Cláudio Lopes Maia, Eliane Martins de Freitas, Ismar da Silva Costa, José Eustáquio Ribeiro, Márcia Pereira dos Santos, Regma Maria dos Santos, Teresinha Maria Duarte Mendes, Valdeci Rezende Borges, Getúlio Nascentes da Cunha, Luzia Márcia Rezende Silva, Luiz Carlos do Carmo, agradeço pela convivência ao longo do tempo, quando aprendemos nas igualdades e diferenças o sentido de ser historiador e que, nessas relações, o exercício político da história que sempre deve passar pelo convencimento e não pela violência que anula e desqualifica.

Dentre esses professores lembro especialmente as conversas com o professor Getúlio a presteza em dar informações, emprestar livros, tudo isso se revelou em momentos importantes no momento em que a pesquisa parece nos isolar do mundo.

À professora Luzia e ao professor Luiz, a convivência ao longo do tempo, o encontro em projetos, as participações em bancas permitiram que testássemos e fôssemos testados diante de diversas reflexões, meu muito obrigado pelas tantas contribuições.

Agradeço à Geaneliza de Fátima R. Rangel Pimentel, pela maneira com que sempre consegue reunir a competência e a seriedade com que "administra" as burocracias do Curso de História do *Campus* Catalão, com uma grande simpatia, conversas agradáveis e amizade.

Às pessoas que foram de fundamental importância para a tese, em especial à Cida do Arquivo Público de Araguari, na indicação de documentos, informações triviais nos horários de almoço.

Aos familiares Heleno e Irimar pelas hospedagens em Uberlândia e pelas tantas correrias na intermediação das correspondências com a secretaria do Doutorado.

Aos funcionários do Poder Judiciário de Goiandira, todos amáveis e parceiros na descoberta da pesquisa, destaco, Aline Pacheco Mendonça, sobrinha, e escrivã do crime, que zelou para minimizar as condições precárias e permitir o quanto possível o conforto e a disposição documental para a pesquisa e Sebastiana Rosa Garcia, por sempre se esforçar em não impedir que a burocracia entravasse a pesquisa.

Quero fazer um agradecimento à minha madrinha de casamento, Mirian Mendes de Melo Mesquita, que foi companheira de serviço no período em que fui escrivão da Polícia

Civil, por amizade redobrava-se para me substituir nas minhas ausências no período em que me graduei no Curso de História em Catalão.

À Danila, agradeço pelo tratamento em que temos aprendido a entender/significar o passado, para uma convivência saudável com o presente.

Agradeço à Branca, pela seriedade e compreensão nas correções que tem feito, muito mais do que corrigir escritos, nos tornamos amigos nesse caminho; meu muito obrigado, por ter encontrado tempo dentro de uma agenda sempre cheia e conseguido conciliar as aulas dadas com a leitura do trabalho que às vezes avançou pelas madrugadas, meu grande agradecimento.

A Susan, agradeço a disponibilidade, em um dos momentos de "sufoco", ter aceitado fazer a tradução do resumo para o inglês, deixando a pesquisa que desenvolve para o doutorado.

Aos entrevistados, com quem sempre estabeleci uma relação complexa, em que a cumplicidade de ser partícipe de grande parte da trajetória deles e dos filhos, inclusive por eu também ser filho de ferroviário, sempre estabeleceu a angústia de um historiador que se descobre tensamente unido a uma determinada classe.

Não consigo vê-los como "entrevistados", suas memórias não se revelaram para mim apenas nas falas, mas também nas marcas fortes do trabalho que estão nas feições, nas rugas, nas doenças, em mãos calejadas, nas expressões do rosto, nos movimentos de mãos, braços, do corpo, na tentativa de significar uma vida, partilhada em entrevistas.

Ao agradecê-los não consigo ver um grupo único de "trabalhadores", mas, vidas únicas, "possíveis", em um mundo extremamente duro tanto no passado quanto no presente onde construíram/constroem suas existências.

Primeiramente quero agradecer os que se foram, deixando o registro de suas memórias, meu agradecimento por ter compartilhado algumas de suas tantas memórias possíveis.

Ao Sr. Altivo Marques da Silva, que militou por muito tempo no PMDB, com quem partilhei a vivência por algum tempo, nas visitas em sua casa, em algumas oportunidades nas mesas de bares; compartilhamos impressões da vida, da cidade de tantas questões, tão simples, mas que adquiria expressão especial na lucidez e sagacidade com que se expressava. Sempre vão me acompanhar seu corpo magro, firmado na bengala companheira, a serenidade, a tranquilidade com que falava de tantas coisas, na eterna esperança de que um dia nossa Goiandira seja redimida, enfim, alcançando o "progresso".

Ao Sr. Barnabé Martins Moreira, da pouca convivência, quase só no momento da entrevista, ficou registrada a imagem de um ex-ferroviário, disciplinado, feitor rígido que sempre exigia o cumprimento das normas da empresa. Visto nas andanças por Goiandira, era a imagem de um evangélico igualmente disciplinado, zelando sempre pela sua igreja.

Ao Sr. João Felizardo, negro que morou por muito tempo no Patrimônio, vindo para a cidade de Goiandira posteriormente, além da entrevista tive o prazer de recebê-lo em uma visita; as marcas de uma vida difícil, a vida no campo que se prolongou no milho que plantava no quintal, na tentativa de um novo casamento nos bailes da "terceira idade", são sinais de uma das muitas memórias possíveis.

A outros, com quem a convivência apenas foi possível na entrevista, mas igualmente suas memórias ficaram marcadas na minha história, ao Sr. Eliseu Quirino e ao Benedito Juliano, trabalhador ferroviário.

Aos que continuam conosco, agradeço ao Sr. João Modesto da Silva, pela companhia nas conversas informais, no ensinamento sobre a roça, pelas partidas de truco, pela alegria que transmite, pelas improvisações que faz, com um vocabulário que lhe é próprio.

Ao Sr. João de Araújo, corpo arcado pelo tempo e pelo trabalho, a dificuldade da fala não afetou sua lembranças, sempre pronto a contar um fato passado transmitindo um ensinamento para o presente.

Igualmente a todos cujas expressões, falas permitiram/permitem sempre testar os significados de se constituir experimentos de igualdade: Joaquim Pires, Francisco Evangelista Fernandes, Lenine Rosa da Silva, Sebastião Firmino de Paula, Sebastião Henrique Dias, Altamiro de Melo.

Às mulheres, que compartilharam suas memórias, igualmente pressionadas pelas mudanças que não apagaram nelas a indicação de protagonistas de tantas memórias, Guimar Calixto Raimundo, Irani Margarida Dias e Percília Delfino de Castro.

Aos irmãos, às irmãs, aos cunhados e tantos parentes cuja convivência principalmente nos fins-de-semana permitiram aliviar a tensão, principalmente na fase final da escrita.

E agora vocês, ricos: comecem a chorar e gritar por causa das desgraças que estão para cair sobre vocês. Suas riquezas estão podres, suas roupas foram roídas pelas traças; o ouro e a prata de vocês estão enferrujados; e a ferrugem deles será testemunha contra vocês, e como fogo lhes devorará a carne. Vocês amontoaram tesouros para o fim dos tempos. Vejam o salário dos trabalhadores que fizeram a colheita nos campos de vocês: retidos por vocês, esse salário clama, e os protestos dos cortadores chegaram aos ouvidos do Senhor dos exércitos. Vocês tiveram na terra uma vida de conforto e luxo; vocês estão ficando gordos para o dia da matança! Vocês condenaram e mataram o justo, e ele não conseguiu defender-se. (Carta de são Tiago, 5,1-6.)

Se Calarem a Voz dos Profetas

Se calarem a voz dos profetas, a pedras falarão
Se fecharem uns poucos caminhos, mil trilhas nascerão…
Muito tempo não dura a verdade nestas margens estreitas demais
Deus criou o infinito e a vida pra ser sempre mais…

É Jesus este pão de igualdade, viemos pra comungar
Com a luta sofrida do povo que quer ter voz, ter vez, lugar
Comungar é tornar-se um perigo, viemos pra incomodar
Com a fé e união, nossos passos um dia vão chegar.
(...) Refrão
No banquete da festa de uns poucos, só rico se sentou.
Nosso Deus foca ao lado dos pobres, colhendo o que sobrou
Refrão
Toda luta verá o seu dia nascer da escuridão.
Ensaiamos a festa e a alegria fazendo a comunhão.
Refrão
O poder tem raízes na areia o tempo faz cair
União é a rocha que o povo suou prá construir.
(Cecília Vaz Castilho)

RESUMO

O campo construído e reconstruído nas memórias dos trabalhadores do Sudeste Goiano se constituiu na tese que agora apresentamos. Em um processo de leitura e releitura de entrevistas produzidas desde o ano de 2000, buscamos aprofundar alguns significados que as memórias em relação ao campo podem trazer das redefinições das relações de trabalho a que estes trabalhadores estiveram submetidos na segunda metade do século XX.

Mantendo um diálogo com as entrevistas produzidas com homens e mulheres, trabalhadores que sofreram redefinições em suas vidas devido à mudança do campo para a cidade, problematizamos produções na história que, colocando campo e cidade apartados na dinâmica de produção e consumo, imputam ao primeiro um espaço em que as pessoas se constituíam a partir de uma situação de miséria econômica e apatia política, condição que seria redimida com a ida para a cidade, local em que o capitalismo propiciaria, pelo trabalho assalariado e pelos avanços tecnológicos, uma redenção das condições vividas no campo.

Recusamos uma maneira de pensar em que as memórias dos trabalhadores são postas a reboque de estruturas que são estranhas ao seu mundo, embora em algum momento elas se vejam imbricadas. Essas estruturas, ao mesmo tempo em que imputam pouca relevância política às ações dos trabalhadores do campo, pretendem se constituir porta-vozes autorizadas desses personagens.

O tema permitiu que testássemos nossa compreensão de cultura, enquanto indissociável das práticas e expectativas que estes trabalhadores possuíam/possuem. Nesse caminho, refletimos que as pressões, que sofreram e ao mesmo tempo imprimiram em uma realidade movediça, foram determinantes para as redefinições que tanto o campo quanto a cidade experimentaram naquele período.

Procuramos no esforço de reconstituir o embate de forças que se revelou nas mudanças não aplainar as memórias, de modo que resultassem em apenas duas memórias, a dominante e a dominada. Em diálogos com autores, principalmente com Alessandro Portelli, identificamos a existência de memórias possíveis nas condições de produção e de elaborações diversas de uma mesma área de pressões, revelando possibilidades disponíveis, que foram ou não usadas pelos muitos protagonistas.

A tese permitiu a reafirmação de que as categorias *trabalho* e *trabalhadores* se constituem e reconstituem no social, que dá-lhes os limites e as pressões para essa

(re)construção, processo sempre aberto, ininterrupto e inacabado nas memórias que são produzidas.

Palavras-Chave: Trabalhadores, Campo, Cidade, Memórias, Sudeste Goiano.

ABSTRACT

The field built and rebuilt in the memories of the workers of Southeast Goias is constituted in the thesis that we present now. In a process of reading and re-reading interviews produced from the year of 2000, we search to deepen meanings that memories related to the countryside can bring some of the redefinitions of the relations of work that these workers were subdued in the second half of the 20th century.

Maintaining a dialog with the interviews produced with men and women, workers who suffered redefinitions in their lives due to the change from the countryside to the city, we point out some issues productions in history that, having countryside and city apart in the dynamics of production and consumption, blame for the first one a space which people were setting themselves up from a situation of economical misery and political apathy, condition which would be freed by going to the city, place in which capitalism would favor, for the salaried work and for the technological advancements, a redemption of the conditions survived in the countryside.

We refuse to acknowledge a way of thinking in which the memories of the workers are put behind, in structures which are strange to their world, though at some point they are galvanized. These structures, at the same time in which they attribute little political relevance to the actions of the countryside workers, they intend to appoint authorized spokeswomen of these characters.

The subject allowed testing our understanding of culture, while indissociable from the practices and expectations that these workers used to have or still have. In this way, we reflect that the pressures, which they suffered and to which was printed in an unstable fact, were determinant for the redefinitions that either the countryside as for the city passed through in that period.

We look for, in the effort of reconstituting the clash of powers that revealed in the changes, not to level out the memories, so that they would result in only two memories, the dominant and the dominated one. Through dialogs with some authors, mainly with Alessandro Portelli, we identified the existence of possible memories in the conditions of production and of different elaborations of the same area of pressures, revealing available means, which were used or not by many of the protagonists.

This thesis allowed the reaffirmation that the categories *work* and *workers* set themselves up as and reconstitute in the social field, which inputs limits and pressures for this

(re) construction, an always open process, continuous and unfinished in the memories which are produced.

Key-words: workers, countryside, city, memories, Southeast Goias.

SUMÁRIO

01 – INTRODUÇÃO 17
02 – CAPÍTULO I
Velhas Lembranças, Novas Memórias: Releitura do Campo
Histórias da cidade 38
03 – CAPÍTULO II
Trabalhadores em Campo: Desvendando memórias, revelando
Histórias 82
04 – CAPÍTULO III
O pão nosso de cada dia, o salário a cada mês: fazendo a cidade
outra vez 127
05 – CAPÍTULO IV
Com quantas letras se faz um campo: a formação do homem do
Campo na literatura e na história 172
06 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 213
07 – FONTES 218
08 – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS 221

INTRODUÇÃO

Esta tese é sobre o campo construído nas relações que homens e mulheres estabeleceram no Sudeste Goiano na segunda metade do século XX. No percurso da pesquisa deslocamo-nos de um espaço físico que nos forneceria as especificidades de uma época e os fatores que causaram suas transformações para o espaço de problemas, refeitos no espaço da produção de memórias.

O campo, feito e refeito pelos trabalhadores, indicou pressões distintas, manipulações sociais para interpretar/intervir em processos importantes para as feições que o Sudeste Goiano adquiriu.

Nas entrevistas que produzimos, nas leituras que fizemos, identificamos problemas crescentes postos no âmbito social e que permitiram que, as pessoas entrevistadas ao vivenciarem pressões expressassem a que social estiveram expostas e como reagiram aos mecanismos que as atingiram.

A intenção não é demonstrar que campo e cidade são construídos pelos Homens, às vezes pelos mesmos Homens, mas evidenciar como o reconstruíram na segunda metade do século passado. Não quisemos propor uma questão de fundo: de onde saímos? Para entender o mundo em que vivemos. Aprofundamos ima indagação: como analisar um mundo desigual, que sofreu transformações profundas, mas manteve-se desigual, sem perder, nessa trajetória, a possibilidade de identificar todos os atores/sujeitos nesse processo, ou conforme afirma Fontana (2004), como construir uma história "dos homens".

A tese, ao analisar como os trabalhadores reconstruíram o campo na segunda metade do século XX, mostra como esse processo foi marcante para sua constituição enquanto classe. Recompor parte da vida no campo, como maneira de entender o percurso dos trabalhadores, não é querer provar que o campo recebeu uma feição final nesse período, mas que as diferentes memórias pretenderam/pretendem apresentá-lo nesse período como "ad aeternum", última experiência de onde veio a sociedade na qual vivemos.

Sempre que se fixa uma representação de um período histórico como clássica tomando-a como única explicação de um modo de vida, de maneira intencional ou não, congela-se o presente. Apresentar a situação do campo na segunda metade do século XX como a sua crise "final" é tratá-lo como se não tivesse constantemente passado por transformações. Fixar uma representação como única expressão válida de vida no campo é

pensar que a relação entre homem e campo não se transforma constantemente enquanto processo sempre inacabado.

Atualmente na Região Sudeste de Goiás o debate sobre o campo tem sido tensionado pela construção de três barramentos, um para uma usina hidrelétrica, Serra do Facão no rio São Marcos, município de Catalão, e mais dois para aproveitamento hidrelétrico de "pequeno porte", um no município de Goiandira e outro no município de Nova Aurora. No início da década de 1980, parte das terras do campo dos municípios de Três Ranchos e Anhanguera foi inundada pela Usina de Emborcação. Estes são alguns exemplos de como o campo sofre vários processos de transformações.

No município de Campo Alegre, as transformações no campo permitiram redefinir os significados da cidade. Em um movimento ordenado, grupos vindos do Rio Grande do Sul passam a adquirir propriedades naquele município, desenvolvendo plantações de soja e de outras culturas, redefinindo socialmente o campo e as formas de comércio e outras relações da cidade; nesse processo reorientou-se o uso da mão-de-obra pela substituição de trabalhadores do próprio local por trabalhadores oriundos do Nordeste, com o uso de intermediários, "gatos". Recrutados e isolados em fazendas são submetidos a condições precárias de trabalho. Diante desse processo, a cidade, em meio a relações de força, elabora um discurso que mostra os proprietários como reconstrutores/redentores do local; enquanto os trabalhadores são vinculados à desordem urbana, como propensos ao crime, como caso de polícia.

Em Catalão, no dia 17 de outubro de 2006, uma operação do Ministério do Trabalho libertou trabalhadores em uma fazenda do Reitor da Universidade de Uberaba (UNIUBE), Marcos Palmério, que mantinha sob regime de trabalho escravo 164 trabalhadores. São exemplos para que novas pesquisas identifiquem processos em que as relações humanas tem refeito o campo a partir de múltiplos embates.

Para além da segunda metade do século XX, portanto, processos distintos estão em andamento na relação do homem com o campo no Sudeste Goiano: trabalhadores análogos à condição de escravidão, cultivo de mamona para produção do biodiesel, cultivo de soja, presença do Movimento dos Sem Terra e do Movimento dos Atingidos por Barragens, são exemplo que apontam processos distintos, diferentes da ideia de um campo único que teria morrido em meados do século XX.

No entanto, há uma relação com aquele período que em nível de discurso ideológico se mantém e dá suporte para essas novas relações: Os homens, pela miséria que vivem naquele local, têm que abandoná-lo e ele volta a ser um espaço vazio de relações

sociais, por isso seu desenvolvimento precisa ser proposto pelo progresso do capitalismo que se dá em ciclo, como o atualmente chamado agronegócio.

O discurso de um campo que na segunda metade do século XX foi despovoado por uma crise é eficaz em alimentar no vazio deixado um mote para que seja repovoado, ao mesmo tempo em que o capitalismo é eximido da culpa por essas transformações, considerando-se que se afirma ter sido a miséria que atingiu a todos por igual.

A pesquisa tem um tema social, e sua história está vinculada às atividades desenvolvidas como aluno e depois como professor/orientador da Universidade Federal de Goiás, *Campus Catalão* e nos Cursos de Mestrado e de Doutorado na linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia. Nestas diversas atividades temos analisado o espaço social, reconfigurado constantemente nas diversas disputas, e temos também estudado como nesses embates pode ser pensada/repensada a produção de memórias.

Ao instituir a própria fala dos trabalhadores do campo para interpretar as transformações que eles imprimem/sofrem, deparamo-nos com um legado com o qual a cultura permitiu que tirássemos de certa exclusão os trabalhadores, e o trabalho, enquanto categoria para a qual fixavam se conteúdos pré-figurados e dava se pouco espaço aos seus protagonistas.

Também refletimos sobre a necessidade de procurarmos novos caminhos, considerando que, após certo uso e apropriação a cultura foi perdendo seu conteúdo que apontava as contradições e delineava horizontes de utopia, sendo traduzida e consumida pelo *status quo* do capitalismo, como hoje temos visto com movimentos como multiculturalismo, de identidades, de ressentimentos etc., não apenas mutações da interpretação do trabalho e dos trabalhadores, mas, o abandono da categoria em favor de outras perspectivas políticas.

Uma dessas crises se deveu a certo impasse de alguns setores da História Social com o baque sentido na leitura dos eventos que varreram os países de orientação socialista principalmente no Leste Europeu, momento que insistentemente foi trabalhado como uma vitória final do capitalismo.

Assim, no Mestrado (INÁCIO, 2003) tentamos pensar a constituição de uma memória dos trabalhadores ferroviários, como alternativa ou oposição a uma lembrança hegemônica que alija os trabalhadores apregoando a empresa como modernizadora das relações de trabalho e propiciadora da instalação de relações capitalistas modernas de produção.

Naquele trabalho a pesquisa recompôs parte do mundo daqueles trabalhadores e trabalhadoras, os tensionamentos com a empresa, a relação de trabalho que envolvia, para os braçais, uma relação direta entre suas famílias e as normas da empresa, considerando que moravam em "turmas" situadas nas margens dos trilhos, sob o controle de um feitor. Aprofundamos os significados sociais dessas memórias, que revelaram destoarem-se da imaginada empresa como redentora da região. Avaliamos que esses trabalhadores não constituíram uma unidade/totalidade com a empresa, possuindo um profundo ressentimento com a ferrovia, em parte pelas demandas que ainda persistem, direitos que estes trabalhadores reivindicam na justiça.

Atentos à relação dos trabalhadores com a empresa, apesar de ter sido observada naquele trabalho, não desenvolvemos uma questão que antecedia a entrada deles na empresa: a saída do campo. Para os braçais a ida para a empresa sempre representava uma saída forçada do campo e nunca uma opção para "melhorar" de vida. Dificuldades com a regulação do trabalho pelo horário, a vigilância de um feitor, a moradia em uma turma, onde se perdia a liberdade e o direito a um quintal para o plantio, ou seja, o controle da empresa avançava em certos direitos que estes trabalhadores tinham no campo.

As entrevistas mostravam que a entrada na empresa significava, mais do que opção de ser ferroviário, uma impossibilidade de continuar no campo. O Sr. Barnabé ao alinhar sua trajetória de vida, que o fez entrar para a ferrovia, indica como relevantes para a decisão a briga com o fazendeiro, uma doença que lhe fez consumir as economias, e, por fim, a necessidade de vir para a cidade:

> (...) eu fui trabalhá na fazenda que era do meu padrinho de casamento, então nóis foi quase criado junto, eles rico e eu pobre. Trabalhava com ele lá e lá sô eu toquei uma boa roça, e tal e coisa, eu tava até bem de vida, de roça eu tava até bem de vida, tinha capado e uma coiseira; por causa dessa enfermidade aqui (mostra com o dedo uma cicatriz no rosto) isso que me levou prá estrada; tava bem de vida lá, tinha uns capado gordo, um dinheirim; isso aqui me cabô com o dinheiro. De agregado então lá a gente tirava leite, e coisa, e o velho garrava na enxada, foice, mexendo com boi lá, carro, aí nóis foi discutiu lá, por mal ou por bem nóis discutiu e eu tava bem não devia ele, porque eu nunca trabalhei devendo, e pouca coisa mandava a gente embora. Então resolvi vim prá cá para trabalhá com o Geraldo Moreira, fornecia lenha e dormente prá estrada e eu vim trabalhá com ele. Mas aí chegou aí, foi uma barba grande fizeram um voto, por causa disso aqui (mostra a cicatriz do lado direito do rosto). Tinha que ficá sete meses sem fazê a barba mas não sarou nada e vim prá cá trabalhá com o caminhão; a aí ele falô que não era bão trabalhá com o serviço pesado que aquilo podia

> voltar, me deu prazo de um mês ou dois, aí (...) eu fui arranjei serviço com o Zé Teles que é o pai do Zé Goiaba, trabalhá na rede, fazia baldiação na rede.[1]

Dona Irani, esposa do Senhor Sebastião Henrique, que se aposentou como trabalhador da empresa, relembra como a entrada para a ferrovia foi precedida por uma briga com o proprietário da fazenda:

> Nóis morava em fazenda do Antônio do Zé Rosa, mais o Sebastião trabaiava pro Antônio Alvarenga. Antônio Alvarenga era irmão da dona Hermantina, ele morreu tem muito tempo. Então nóis mudamo prá lá, eu tomava conta das coisas, ajudava fazê as coisas prá ele, ele era bom demais prá nóis. Foi o primeiro lugar que, nóis casô, e, foi morá, retirado lá do Veríssimo. Aí, nóis ficô, saiu de lá veio prá Veríssimo quando ele entregô a fazenda que era alugada. A dona da chácara pegou um quarto prá ela, retirava minhas panelas do fogo prá pô as dela. A mulhé do Antônio do Zé Rosa (...) escondia os trem, eu ficava vendo aquilo, tava grávida e não podia, não dava nem prá mim prová. (...) E eu penei, o Sebastião levantava de madrugada, foi antes dele entrar na rede. Aí nóis saiu, o "seu" Antônio muito bom, ele deu porco, deu galinha prá nóis, deu um tanto de trem. Ele era muito bom prá nóis; o Sebastião entrô na estrada que o Lobato arrumô. Aí eu fiquei na minha mãe, ganhei a Sueli, aí depois eu fui prá beira da linha. Na beira da linha eu fiquei até, até mudar prá cá.[2]

Dona Guimar, viúva do Sr. Gaspar, que se aposentou como trabalhador da ferrovia, relembra a entrada dele na ferrovia, as dificuldades iniciais, o trabalho no campo, que permitia um complementação nos ganhos:

> Aí eu tinha uma madrinha, aí ela casô com um mestre de linha chamava Dorvalino. Um dia ele chegô lá em casa, falei assim prá ele. Chamava ele de padrim, falei prá ele: Eu já pedi o Gaspar até pelo amor de Deus prá ele saí da estrada. Ele trabaiava demais, o dinheiro não tá dando, e é mixaria, né, ele inteirava com esses trem que eu te falei rancando toco, batendo coisa pro seu Tonico, (...) porque tá ganhando mixaria, além disso se não fosse a cooperativa onde nóis tirava as coisas né? (...) Ele falô assim, minha fia onde cê tá com a ideia, paciência que vai melhorá; aí, depois, o Gaspar passô a sê diarista (...) O Gaspar inteirava, ele trabaiava a semana inteira, Paulim, capinando as coisas, batendo pasto, no sábado eu tava esperando prá ganhá o José, no sábado ele já vinha trazendo uns trocadim mim ajudá, né, minha mãe também era viúva. [3]

Relidas com atenção as falas apontavam uma nova possibilidade de reconstrução de parte de suas vidas; seria possível identificar, para além do que a pressão da empresa explicava, suas estratégias de reação e moldar as características das relações de trabalho, pensar como se portavam, os valores e costumes, maneiras imbricadas formas que abalizavam

---

[1] Entrevista realizada com o Sr. Barnabé Martins Moreira, em 27 de abril de 2002.
[2] Entrevista realizada com a Sra. Irani Margarida Dias, em 20 de julho de 2002.
[3] Entrevista realizada com a Sra. Guimar Calixto Raimundo, em 20 de julho de 2002.

a sua relação e expectativas em relação ao trabalho já exercidas no campo antes da entrada na empresa. Isso enriquecia a compreensão dos embates travados e permitia repensar suas ações enquanto protagonistas e não apenas coadjuvantes no processo, na ferrovia e no campo.

Relemos as entrevistas produzidas no Mestrado fazendo outras indagações para além da força da empresa na relação de trabalho. Vimos como essas entrevistas permitiam adentrar no mundo do trabalho no campo, considerando que a entrada na empresa não rompeu a relação com a roça para muitos deles.

Devido às condições precárias de trabalho braçal na empresa, como atrasos de pagamentos, era comum trabalharem o dia todo na empresa e realizarem serviços por tarefa nas fazendas. Ainda esses trabalhadores criaram mecanismos, como compra de favores na empresa com a finalidade de interferirem nas decisões da empresas para morarem em casas de turmas que se localizassem perto de fazendas onde moravam familiares com as quais estabeleciam relações de sociabilidade e trocas informais de mercadorias e alimentos.

Essas preocupações foram apontadas no projeto inicial do Doutorado. Investimos em buscar, na dissolução das relações experimentadas no campo, uma explicação para como as relações de trabalho são alteradas, os referenciais para interpretarmos a reconstituição da região, a redefinição das cidades. Tomamos como importantes as disputas que esses trabalhadores travam nos espaços que ocupam e os valores e experiências da vida na roça.

A pesquisa se diferencia de diversas produções que retratam o homem do campo, como portador de um Éden, que nos causa sentimento de amor, frente aos temores de uma cidade que ameaçaria a perda de referenciais. E de outras para as quais um espaço de tão precário materialmente teria sido destruído naturalmente por relações tidas como modernas. Articuladas em diferentes áreas, essas visões, que derivam algumas vezes para um senso comum, comungam na mesma compreensão política desse homem do campo: miserável economicamente e impotente politicamente. A pesquisa problematiza produções, tanto literárias, como no terreno da historiografia, que imputam com tranquilidade a esses trabalhadores além da miséria econômica uma inércia política, surgindo daí a compreensão desses trabalhadores como sempre impotentes em relação ao poder exercido pelo proprietário.

A escrita da tese vitaliza a percepção de como esses trabalhadores, em uma sociedade em que a clivagem proprietário e não proprietário estabelecia a linha de força e impunha pressões relevantes, criam estratégias se constituindo como protagonistas. Essa percepção nos impôs uma reflexão, no instante em que, não por acaso, os estudos sobre os trabalhadores e o trabalho perderam espaço na academia.

Nós historiadores do social, no processo real de revisão que nos pressionou dentro e fora da academia, passamos a nos esquivar da caracterização de classe e migramos para outras como memórias, identidades etc. Nas disciplinas que tivemos no Doutorado, nos encontros que realizamos, em um debate coletivo, investimos na necessidade de avançar no debate em áreas que abandonamos, assim:

> Indagar sobre o significado e implicações de retomar a luta de classes não só como categoria de análise, mas como perspectiva política e a correlata necessidade de pensá-la como um lugar que dê conta de juntar ou articular academia e vida social. Assumir essa compreensão da luta de classes pode indicar a necessidade de, no interior da tradição marxista, retomar a nossa trajetória de enfrentamento do leninismo e da ortodoxia; de redefinir nossa noção de imperialismo que, por vezes, parece havermos jogado fora, de reavaliar o uso concomitante ou sucessivo de vários termos para traduzir contradição, tensão, conflito, como, por exemplo, classe, luta de classes, resistência, vencidos, excluídos; de reavaliar o deslocamento de significados produzidos ao nomearmos os sujeitos "operários" ou "trabalhadores". Desafio maior e mais atual parece ser o de avançar na superação das dificuldades colocadas para os projetos das esquerdas após a queda do socialismo real, do muro de Berlim e das transformações efetuadas pelo neo-liberalismo nos modos de produção e reprodução do capitalismo contemporâneo. (CRUZ, PEIXOTO, KOURY, 2006, p. 17/18).

A ida para o passado privilegiando o mundo do trabalho, os enfrentamentos dos trabalhadores, é uma investida em que buscamos, ao revitalizar o passado, a perspectiva de identificá-lo como disputa de classe e sinalizar para o presente novas possibilidades de abordagens e disputas.

Essa investida no estudo do campo nos coloca, como um dos enfrentamentos, as abordagens, algumas tidas como de esquerda, vindas da Antropologia, da Sociologia e de outras ciências, que reconstroem o período na perspectiva de uma crise que é resolvida por um sistema que invade organicamente a vida dos trabalhadores redefinindo suas relações de trabalho, à margem de seus valores e costumes. Essa ideia de crise por si só ordena um conjunto de fatores favoráveis em um período e coloca os moradores do campo dentro de um corredor polonês caminhando, sofrendo, mas sem qualquer alternativa.

Tanto se investe na crise que parece que a crise faz os homens e não, o contrário. A ideia de crise segue sempre o mesmo caminho: vida miserável no campo, expansão capitalista vinda do Sudeste do Brasil, avanço de tecnologia que são impostas para serem usadas no campo, grandes investimentos feitos pelo governo, que é igual à expulsão das pessoas para as cidades, onde vão viver nas margens, em favelas.

A análise do campo tem sido relegada pelos historiadores à Antropologia e à Sociologia entre outras áreas do saber. Diante de seus estudos, a História pouco tem feito

mais do que reproduzir as pesquisas dessas áreas, por isso, pululam citações como: sociedade rústica, cultura de subsistência, favor, coronelismo. Viraram afirmações com trânsito livre, em qualquer espaço social rural, sugere-se que seria apenas encaixar os conceitos e o conhecimento estaria produzido.

A História entraria em cena com o processo de mudanças depois da dissolução daquelas relações tidas como tradicionais. Enquanto a Antropologia e Sociologia forneceriam à História a explicação de uma sociedade imóvel, a História entraria com especificidade no fim daquelas relações.

Um exemplo dos limites dessas análises pode ser visto no estudo clássico de Antônio Cândido (1979) *Parceiros do Rio Bonito*, no qual o autor situa o campo nos estudos que realiza no município de Bofete, São Paulo. Na primeira e na segunda parte do trabalho o autor caracteriza uma sociedade rural que não é vista em movimento; o estudo da transformação ocorre apenas na terceira parte com a "Análise da mudança".

Quando o autor passa a identificar as transformações que o campo e seus moradores sofrem, sua análise passa para a cidade; considerando que esta vai emergindo como desagregadora daquelas relações tradicionais, cidade e campo são colocados como espaços dicotomizados no social, perdendo-se a visibilidade de como são feitos sempre pelos homens, em muitos casos pelos mesmos homens.

Outros esquemas de análise do campo que ainda transitam com tranquilidade pela História são os construídos pela Cepal[4] (Comissão Econômica para a América latina e Caribe) e Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Pela longevidade, mesmo que diversos autores não assumam explicitamente seus argumentos observamo-los em notas de rodapé.

A Cepal, fundada em 1948, com sede no Chile, se atribuiu a função de análise/diagnóstico da realidade latino-americana identificando o que impossibilitaria o seu desenvolvimento. Um organismo ligado à Unesco, tem nos seus quadros pessoas como Celso Furtado, do Brasil, para quem, em sua análise a América Latina, e, principalmente, o campo, pelo processo em que ocorreu a Colonização, estaria em suas condições estruturais alheia às transformações capitalistas necessitando de ser trazida para o sistema através de políticas de desenvolvimento.

---

[4] Agradeço as considerações feitas pelo prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi na qualificação, em relação à necessidade de aprofundarmos esse debate, contudo, mesmo concordando com as observações não foi, inclusive pelo tempo, possível avançar nas observações.

Nesse sentido, em linhas gerais, a modernização da América Latina e do Caribe se daria pela implementação das indústrias, do que derivaria uma modernização do campo e de sua mão-de-obra.

O campo, nas nações da América Latina, surge como impeditivo para o desenvolvimento delas. Indústria e campo são tomados como duas frentes que não se comunicam; como o progresso e o atraso, sendo que a primeira daria as condições de superação do segundo.

O Cebrap, fundado em 1969 por professores de diversas áreas, em parte perseguidos pelo Regime Militar, se constituiu enquanto um núcleo de estudos que se propõe, em uma das frentes, a analisar a dinâmica de desenvolvimento do Brasil.

Um dos seus expoentes, Francisco Oliveira, em um estudo clássico produzido no Cebrap "A economia brasileira: crítica à razão dualista", propõe, após reconhecer a importância das análises da Cepal, superar uma de suas fragilidades: a separação entre campo e cidade, como se o capitalismo não se realizasse se esses espaços não constituíssem relações imbricadas.

> (...) por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. De outra parte, ainda que pouco represente como mercado para a indústria, esta , no seu crescimento, redefine as condições estruturais daquela, introduzindo novas relações de produção no campo, que torna viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de um proletariado rural. Longe de um crescente e acumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil. A tensão entre agricultura e indústria no Brasil não se dá ao nível das relações das forças produtivas, mas se dá ou se transfere para o nível interno das relações de produção tanto na indústria como na agricultura. (OLIVEIRA, 1972, p. 19/20).

A influência de Oliveira (1972) é marcante no diagnóstico de campo: o autor liga em compasso orgânico à cidade, e, portanto, com o capitalismo, mas com uma maneira de "desenvolvimento desigual e combinado". A historiografia goiana, ao lidar com esses esquemas e aplicá-los, implementou na relação campo e cidade, ou na sua dissolução, uma área de fronteira, espaços onde as diferenças se encontrariam e enriqueceriam a interpretação das áreas que lhe sucedem. Não por acaso das três linhas de pesquisa do Programa de Doutorado em História da Universidade Federal de Goiás, que estão concentradas por área em

"Culturas, Fronteiras e Identidades", duas delas propõem receber trabalhados de análise regional pelo viés de fronteira, transmutando do encontro das diferenças econômicas e/ou culturais.

Assim, de maneira explícita ou não as teses do Cebrap e da Cepal viraram moeda corrente e hoje, com a incorporação de questões postas pelos pós-modernos, como o multiculturalismo, é comum assistir a uma salada teórica sem muitas problematizações; em alguns trabalhos somos remetidos a notas de rodapé que indicam diferentes e incompatíveis linhas teóricas nas pesquisas.

Existe um fator que aproxima todas essas análises: nelas não se reserva um local de protagonistas aos trabalhadores do campo, que mesmo estando ligados pelo trabalho ao campo não surgem organicamente identificados com o processo de transformações. As condições atrasadas do campo não teriam permitido aos trabalhadores construir espaços de intervenção e tampouco com seus deslocamentos, inclusive para as cidades, dar contornos a esses espaços, campo e cidade. Desse modo não queremos criar, de acordo com a moda pós-moderna ou equivalente, um "caldo" cultural, pois isso fragiliza quando não dilui a ideia de classe; não queremos fazer uma pesquisa em que o multiculturalismo corra à solta, como tem ocorrido atualmente. Mas, é preciso reconhecer que nós, da História Social não temos tido disposição suficiente para enfrentar os adversários com as armas que eles firmaram posições: literatura, arte, discurso, humilhação.

O campo nessas análises que vimos criticando surge multifacetado. Em análises econômicas surge, em relação ao capitalismo, como à revelia daquele "sistema". Em alguns estudos culturais, como contraponto feliz às transformações que o capitalismo provocou. Assim, em Goiás, o campo se constitui, em aspectos gerais, a partir das seguintes perguntas: por que o capitalismo tardou a chegar a Goiás; por que o capitalismo não chegou a Goiás (que vemos principalmente em pesquisas que atam algumas tradições de Goiás à cristandade medieval) e por que chegou mas não na sua forma "clássica".

Seguimos com o materialismo histórico, identificando como as pessoas, agentes do processo, permitem entender a reconfiguração do campo. E perguntamos: quais expectativas essas pessoas tinham, como nas suas ações "estabeleceram limites e exerceram pressões" a grupos econômicos e políticos, como lidaram com as transformações que experimentaram? E, finalmente, como (re)construíram o campo e a cidade em meio a esse processo?

Os debates sobre o campo têm visto a ele e as suas transformações como construtores dos homens. Parafraseando Marx, em O Capital, ele se tornou um fetiche que

tomou vida própria, existe sem os homens, e mais do que isso constrói os homens. É de lá que, mesmo tendo existido precariedade, se tem saudade, é o período em que tudo era melhor.

Lá estão os coronéis, reunidos com seus trabalhadores, vivendo bem próximos, participando junto dos mutirões, das festas, dançando em bailes, cercados pelos agregados, que são meros sonâmbulos humanos recebendo favores dos coronéis, ou bestializados culturais que reproduzem ritos impostos pela Igreja Católica, ou seres que, tateando a existência, vão votar nos candidatos apontados pelos coronéis.

Desse meio, pessoas comuns só aparecem em crimes, são os bandidos que circulam pelas fazendas, se colocam a serviço de proprietários, em alguns casos se voltam contra proprietários, ou participam de aventuras amorosas.

Esse jeito de olhar o campo tem muita coisa da cidade e pouca coisa do campo. Geralmente, a visão de que aquela época era um período de atraso parte de uma comparação simplista: hoje andamos de carro, eles andavam de carro de boi; temos televisão e energia elétrica eles usavam lamparina; temos água encanada, eles buscavam água em córregos; hoje usamos para mediar nossas necessidades o dinheiro, naquela época trabalhavam por "trama", por coberta, litro de manteiga, etc., moramos em casas próprias ou com posse relativa mediante aluguel, eles moravam de favor em uma fazenda; podemos comprar com longas parcelas nas *Casas Bahia*, eles não tinham direito ao crediário e consumiam segundo a boa vontade do proprietário.

Essa comparação grotesca tem sempre algo a ser acrescido: Temos *internet* em casa, eles nem energia elétrica possuíam, manuseamos computador, *notebook*, *mp3*, eles, para ouvir rádio, tinham que ir à casa do fazendeiro; hoje temos televisão (leia-se shoppings centers, "eventos culturais" etc); como não tinham televisão, o lúdico era o sexo, o que resultava em um número grande de filhos.

O desconcertante é que essa comparação idiota com o passado poderia tranquilamente ser aplicada ao presente, muitos dos agora idosos que moraram no campo e hoje vivem na cidade apresentam grande parte das carências atribuídas à sua vida no campo.

Essas visões, insustentáveis no ponto-de-vista da produção científica, têm alimentado curiosidades respondidas pela Sociologia, pela Antropologia e pela História. As mulheres que no passado ficavam só dentro de casa, os homossexuais perseguidos, como os negros eram tratados etc. são assuntos para os multiculturais. Nos estudos da História Social temos que ficar atentos, pois também podemos, bem ou mal intencionados, irrigar essa seara.

O curioso é que o resultado desses trabalhos, dizendo ou não explicitamente, é dizer como eram tolos, como foi possível terem vivido num mundo tão precário, eram tão

pobres que viviam à sombra do coronel, nem disputa hegemônica poderia haver, pois não há disputa, há a história do proprietário, coronel. Há apenas a história de uma categoria: os proprietários, o restante é adorno, enfeite, figuração.

O engraçado ou trágico é que muitos desses autores, que podem ser considerados livres da idiotia da vida no campo no passado e acima da hegemonia teórica, apostam suas fichas no capitalismo na sua forma atual como realizador social de todas as necessidades humanas. Consideram que as tecnologias disponibilizadas são postas democraticamente em um mercado, com livre acesso para todos, que enfim o que o socialismo não conseguiu o capitalismo têm conseguido. Mas, ao desprezarem as disputas do passado se tornam apologistas da ordem atual e amarram os horizontes do homem, como se dissessem que o atraso do campo no passado e a opulência do presente demarcaram todas as possibilidades do homem, ou seja, o fim da História.

A tecnologia é confundida, por si só, com o capitalismo. Não há preocupações em se indagar como a criação dos homens é apropriada pelo sistema, que a coloca para circular no mercado.

Essa forma simplista reproduz a pior forma de comparação, congela-se o passado como atraso e o presente como progresso. Julga-se o passado com os óculos do presente, usa-se as expectativas que temos nos dias de hoje: dinheiro, emprego estável, salário mensal etc. como expectativas universais que por serem expressão de uma sociedade avançada permitem dizer se as sociedades do passado foram conformadas ou não. Esse movimento asfixia o passado, segundo as expectativas do presente, e asfixia o presente por fazer parecer que este, não tendo ligação com o passado, não saiu de lugar nenhum e não tem outro lugar para ir.

A grande forma de aceitação é a maneira inadvertida como esses estudos dialogam com memórias individuais, de todos nós, para quem o campo pode não contar de onde viemos ou onde trabalhamos retirando o sustento e para quem o campo conta tudo.

Essa relação individual de cada um de nós com o campo, ou uma memória individual que recorta/significa uma vida passada nossa ou de um antepassado no campo, em parte dá o aporte para as formas com que a memória do campo é posta em circulação no espaço social. É a apropriação do individual para se validar o social, o coletivo, querendo dizer que supostamente é a história de cada um de nós.

Pesquisar o campo é pôr em movimento relações entre o passado e presente, pois não é possível compreendê-los separadamente. Assim, no dia 15 de outubro de 2007, início do horário de verão, quando em frente ao computador, tento imaginar o campo, o que imagino, situa-se em um lugar em particular, a Fazenda Cachoeira, situada no município de

Goiandira, entre a cidade e o povoado que fica nas margens do Rio Veríssimo, local onde meus pais foram criados e que frequentei algumas vezes no período da infância e da adolescência.

Foi nessa fazenda que meu pai nasceu em 24 de julho de 1917. No parto minha avó morreu; meu pai criado pelos proprietários da fazenda e meu avô, abandonando os filhos, pode ter ido para a cidade de Pires do Rio. Meu pai tomou um rumo de vida experimentado por tantos outros e outras, criado na fazenda, um regime de semi-escravidão, amaciado em relação a outros trabalhadores por ter trânsito dentro da casa do fazendeiro.

Na mesma propriedade minha mãe nasceu em 12 de junho de 1923, em uma pequena casa de pau-a-pique, onde meus avós moravam numa relação de agregação com os proprietários. Minha avó, após ser abandonada pelo meu avô, que fugiu com uma comadre, criou os seis filhos, quatro mulheres e dois homens, sozinha, morando na propriedade até meados de 1980, quando após ser levada para casa onde morávamos em Goiandira, faleceu de complicações por ter fraturado uma perna.

Meus pais se casaram em 1940. Depois de casados, com a morte dos proprietários da fazenda, meu pai foi trabalhar de agregado para os herdeiros; após desentendimentos com o fazendeiro e problemas de saúde, entrou para os serviços da Estrada-de-Ferro Goiás, como braçal, depois de alguns anos foi promovido a feitor. Neste trabalho permaneceu até a aposentadoria, recebendo salários que permitiram a criação de seus doze filhos.

Quando imagino o campo sempre aparece como referência essa fazenda onde dramas de pessoas fizeram surgir uma família, a Fazenda Cachoeira. Indo de Goiandira para o povoado de Veríssimo, depois de aproximadamente 17 quilômetros de estrada de chão, entra-se à esquerda, desce-se uma serra e depois de mais quatro quilômetros um cruzeiro e o curral, atrás do curral um sobrado branco, de telha colonial, à direita da casa, andando por um quilômetro um pequeno esbarrancado, depois dele, uma casa de pau-a-pique, com apenas dois quartos, uma sala e uma cozinha, onde minha avó morava.

O Sudeste Goiano, para além de uma abstração científica, me surge nos meses de janeiro, com a família reunida no período de fazer pamonha e mingau de milho verde. Nós todos sentados na grama verde e minha vó vinha com as peneiras cheias de pamonha e distribuía. As noites passadas sentindo o frio intenso que passava por entre o barro que precariamente cobria as frestas entre os paus e dispensava o uso da janela para ver a lua.

Apesar das visitas terem sido poucas durante a infância devido às dificuldades de transporte as lembranças delas são pequenos momentos que preenchem bem mais espaço do que o vivido cronológico.

Perto dessa fazenda vivia o poeta Adolfo Mariano, que deixou grande parte de seu trabalho e veio com o pai de Minas Gerais, que comprou uma fazenda por estas terras; transitavam em forrós e festas feitas na casa das pessoas.

Ao falar campo tenho uma recordação de expectador e não de participante. Assim carros-de-boi, o candieiro na sua frente, pomares carregados de frutas, pamonhas, mingau de milho verde, mutirões, festas de São João com rezas do terço, pagodes, homens indo para roça cedo, tirando leite, o som da porteira batendo e mulheres nos mutirões de tecedeiras, são coisas que olhei, vivi poucas vezes na infância; muitas apenas ouvi do meu pai e da minha mãe, convivi com essas lembranças. Vários elementos, entretanto, guiaram minha formação como trabalhador, como um vocabulário usado em sala de aula, estratégias de escrita, os temas que me fizeram entrar para os programas de Mestrado e de Doutorado. Embora nem sempre uma aproximação tranquila a que se faz com essas vivências, essas experiências, elas marcaram as formas de leitura/intervenção no social.

Consigo ver esse processo de trajetória individual dentro de um processo social amplo como uma experiência de classe.

Imagens perfeitas e idílicas de um passado, como as do campo que são perpetuadas de diversas formas, podem formar uma blindagem que inibe qualquer possibilidade de diálogo com os acontecimentos sociais. Certamente não era todo dia que tinha pamonha para comer, plantar lavoura do milho na terra do fazendeiro deveria exigir movimentações e acordos não escritos, formalizados em costumes e refeitos sempre na clivagem proprietário/não proprietário e os pomares nem sempre estavam carregados de frutas, entre outras coisas.

Precisamos nos precaver de como essas imagens, ao serem postas em circulação como uma memória, podem alijar os moradores como protagonistas e suas lutas, quando reconhecidos, podem acabar sendo apropriadas por alguns grupos.

Raymond Williams, em “O Campo e a Cidade”, detalha como expressões literárias em diferentes tempos na Inglaterra estiveram sempre ligadas a grupos diferentes. Para o autor, o objetivo é criar expressões literárias para conectá-las à vida das pessoas. Em cada tempo é preciso averiguar como objetos culturais que reproduzem um mesmo ideário de campo com expressões diferentes, foram produzidos em contextos de disputa de força vivida e tensionada pelas pessoas.

Nossas indagações nos afastam de trabalhos a que tivemos acesso. Dessa forma, crise não foi/é analisada no trabalho como um amontoado de fatos: investimentos feitos por governos para aplicação de tecnologias no campo, mecanização, êxodo rural, a nova música

sertaneja, o fim do carro de boi e a circulação do campo. Tampouco buscamos contrapor campo e cidade enquanto blocos monolíticos. Todos esses aspectos da crise foram aprovados ou não a partir de um incômodo: como os homens fizeram/fazem a história; como, nesse fazer, mudaram as expectativas.

O recuo ao passado como maneira de compreender os desafios das transformações experimentadas por esses trabalhadores se torna uma estratégia para identificar como se constituíam para esses trabalhadores as suas maneiras de viver. Não é nossa intenção lidar com o passado como se ele constituísse uma pré-história desse movimento ou se fosse um tempo/espaço deslocado das características desses trabalhadores de hoje.

Em relação às fontes, uma com a qual trabalhamos são os processos-crime. Neles identificamos não o crime mas os fatos que o margeiam, para analisar em que medida eles permitem visualizar a sociedade da época.

Ao usarmos os processos-crime, indagamos como eles se constituíam, como se expressavam numa relação de forças, em que medida os trabalhadores se inserem em nível de ação. Assim, o campo não surge apenas como espaço onde ocorre o crime, mas como costumes de trabalho, valores da época são procurados nos trâmites do processo.

Lemos os processos-crime não para cristalizar uma identidade de grupo, seja cultural, étnico, mas para pensar uma constituição de classe.

Uma outra fonte que exploramos foi a Literatura produzida em Goiás, principalmente a partir da segunda metade do século XX. A aproximação com a Literatura deveu-se à percepção de que ela permite se identificar como parte de uma classe proprietária que, ao se deslocar do campo para a cidade, ordena parte de um discurso que busca identificar o campo e seu morador no momento de mudanças.

A Literatura é produzida no contexto social e traz as suas marcas e as daquele que escreve. Rompemos com uma visão que pensa o literato como alguém que, provido de um gênio artístico, consegue escapar das condições que lhe são imediatas e produzir um discurso neutro.

Interpretamos o discurso literário inserindo-o nas transformações que naquela época se experimentava. No mesmo movimento procuramos situar como a Literatura, o seu discurso, está profundamente enraizada em práticas nas quais seus autores se inserem enquanto cidadãos.

Nomes como o de Bernardo Elis e de Gilberto de Mendonça Teles nos permitiram pensar como o tema “campo em transformação” permite pensar como a Literatura se institui/é instituída em meio a disputas como autoridade social da fala, situando, a gosto de uma elite

proprietária que se desloca para a cidade, a constatação do caráter político do homem que sai do campo.

No trato com as entrevistas não estabelecemos a diferenciação da leitura das memórias entre coletivas e individuais como se aí estivesse posto naturalmente o embate entre o hegemônico e o marginal.

Por memória entendemos maneiras pelas quais o social toma significado nas versões dos diferentes grupos que o redefinem nas relações de poder que estabelecem. Memória nos remete para além de processos interpretativos prontos e acabados; leva-nos a entender o processo de construção social que se faz/refaz em dinâmicas sempre abertas e manipuladas, permitindo que a história se abra para diferentes movimentos e incorpore diferentes protagonistas.

> Nosso compromisso de inventariar as diferenças e de perceber tendências que tencionam na dinâmica social passa, também, por compreender processos sociais de construção de memórias. Essa tarefa implica explorar esses processos em suas significações, atentos às relações imbricadas por meio das quais se engendram; passa pela observação de modos como instituições se atualizam e realimentam seu poder, recorrendo também a discursos e práticas simbólicas. Focando forças hegemônicas, ou outras mais subalternas e obscuras, vamos ensaiando explicações relacionadas dos fatos e significações em processos históricos específicos, destacando não só realidades mais visíveis, como as mais sutis, costumeiras e simbólicas. O esforço é de compreender como as pessoas se apropriam e usam o passado, no campo complexo das disputas dentro das quais se constituem. (KHOURY, 2004, p. 132/133).

As entrevistas propuseram questões como o significado do campo para as pessoas que nele trabalharam e moraram no período que elegemos para a pesquisa e hoje moram em grande parte em Goiandira. Para dialogar com suas memórias é preciso fugir da abordagem do trabalho enquanto relação produtiva de ganho assalariado, análise que não permite incluir os idosos como participantes desse mundo, ainda que com suas aposentadorias e pensões constituam um mercado consumidor bastante alvejado por diversas indústrias.

Para estudarmos o campo e seus problemas não serviam as análises nas quais a classe se fundia necessariamente com o trabalho na fábrica, porque elas afastam muitos agentes dessa relação. Servimo-nos dos estudos de Thompson para analisarmos como uma relação de classe incorpora outros espaços de disputas.

Mesmo tendo identificado em Thompson a vitalização dos estudos da cultura como maneira de entender a relação dos trabalhadores, fomos pensando a constituição da

classe como atitudes em grande parte mecânicas, sem nos atentarmos para a contemporaneidade e para a materialidade da elaboração cultural.

Há uma mudança sutil, silenciosa mas contínua, nesse processo de fundir trabalho e trabalhadores, pois, vão se distanciando paulatinamente mundo do trabalho e espaço da política. As disputas políticas vão sendo apropriadas e se apresentam para serem legitimamente eleitas por se identificarem como portadoras de um bem comum, ações e obras que visam atingir a todos.

A intenção deste trabalho de pesquisa e as estratégias dos capítulos foram norteadas na percepção de como as mudanças sentidas/implementadas pelos trabalhadores produziram a reconfiguração do campo e da cidade.

A ideia de que essas mudanças são originários de uma relação de trabalho no campo sofrida e exploradora, conforme aparece nas interpretações e nas falas de muitos entrevistados, não foi vista como uma contradição cidade e campo, como se fosse uma leitura real do campo, que "naquele tempo a vida foi sofrida mesmo", ou como se fosse uma leitura na/da cidade. Esforçamo-nos para identificar, para além de espaços específicos, interpretações/intervenções em um processo de transformações nos espaços de suas vivências.

A apresentação do trabalho nos exigiu esforço porque todos os caminhos que poderíamos tomar poderiam levar a impasses. Evitamos narrar a vida das pessoas no campo, ordenada em marcos cronológicos, pois assim o trabalho teria uma estrutura que começaria por como era a vida antes da crise - primeiro capítulo, a crise - segundo capítulo, o resultado da crise a ida dessas pessoas para a cidade – terceiro capítulo e o quarto capítulo, sobre como reconstruíram a vida na cidade.

Esse procedimento mecanizaria o processo fazendo com que parecesse tão cristalino e organizado que não poderia ser atado à vida real das pessoas. As pessoas seriam postas de maneira em que os capítulos seriam as fases de vida e não apareceriam indefinições, os riscos a que estiveram submetidos, como saíram de algumas expectativas e foram convencidas a adotarem outras.

Outra possibilidade que evitamos foi utilizar a ideia de crise constituída pela Sociologia e largamente abraçada, que se tornou um lugar comum, uma análise apenas de estruturas em que as pessoas vivem. O campo é decodificado a partir de conceitos rígidos tão a gosto do estruturalismo; pessoas são loteadas em categorias: proprietário e não proprietário, depois se vai para subcategorias, grande proprietário, sitiante etc., de outra parte, agregado, meeiro, diarista, vaqueiro etc. Esse procedimento invariavelmente não sai do processo de

classificação, dificultando-se saber como essas categorias eram manipuladas pelas pessoas no dia-a-dia e quando estavam disponíveis para a resolução dos problemas que se punham.

Outra possibilidade que recusamos foi a de proceder a um acerto de contas multicultural, separando grupos dentro da escrita: mulheres, crianças, homens, negros e suas subdivisões, depois, de acordo com a constatação da existência de um grupo social desses no presente, em situação de marginalidade, volta-se ao passado tentando decodificar como esse grupo vivia no passado e de onde começou seu sofrimento.

De uma maneira geral partimos do seguinte problema: como as mudanças no campo, uma sociedade extremamente desigual, mas cuja imagem de miséria e pouco avanço tecnológico era atribuída a todos, afetaram os trabalhadores e as trabalhadoras que tiveram suas vidas altamente transformadas, mas, com a manutenção das clivagens de classe.

Para responder esse problema original procuramos firmar um primeiro debate que saísse de um mundo do trabalho fundido aos trabalhadores para podermos identificar quais significados do campo são possíveis. Assim, foi preciso repensar os trabalhadores tentando nos esquivar de um esquema que, construído e teorizado *sobre* o mundo do trabalho, a eles fosse explicado como maneira de ordenar e explicar seu conteúdo.

Em seguida, usando as entrevistas produzidas aprofundarmos a construção teórica considerando quais tipos de pressões e significados nos revelam o mundo dos trabalhadores sobre o campo. Na reflexão, buscamos, assim, inverter os termos em que o debate tem sido colocado. Geralmente se parte de estruturas prontas e com um "funcionamento" normativo lida-se com os trabalhadores.

Assim, os capítulos da tese foram ordenados a partir de um eixo que lhes dão sentidos, a reflexão sobre as redefinições que os trabalhadores sofreram na segunda metade do século XX e como, em meio a essas mudanças, se reconfiguram socialmente campo e cidade.

No primeiro capítulo: "Velhas Lembranças, Novas Memórias: Releituras do Campo, Histórias da Cidade", apresentamos a pesquisa e fazemos um exercício de tratado teórico e metodológico do que se constituíram para nós a História Oral e as Memórias.

Nós, historiadores que se afirmam na vitalidade das memórias, temos sofrido algumas críticas que dizem que há certa fragilidade no trato teórico e metodológico das fontes que utilizamos. A reflexão proposta é mais do que uma resposta às críticas, buscou explicitar tanto a teoria quanto a metodologia e, não, construí-las enquanto estruturas apartadas desses trabalhadores que, estando distantes, se autorizam a darem conta de seu mundo. Assim, não asfixiamos as expectativas que emergem de suas memórias. Abrir o campo de memórias para apontar outras histórias se constituiu um grande desafio, tanto na pesquisa, quanto em debates

coletivos de que temos participado. Constituir histórias para além da que se institui como oficial também requer reflexão.

> Com relação à história, uma questão que nos parece bastante difícil é o desafio de produzir e articular outras histórias para além daquela que se valida e se torna visível no universo acadêmico. Nessa direção, algumas interrogações se colocam: em que medida assumimos construir narrativas que se constituam e se validem como outras histórias e com quais exigências o fazemos? Como socializá-las, como e onde difundi-las e com qual destinação? (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 7).

Ler e produzir outras histórias é identificar como, em uma base social que se fundamenta em desigualdades vivenciadas, é possível apontar formas alternativas válidas para além da universidade, também no próprio espaço das disputas sociais.

Nesse primeiro capítulo, buscamos maneiras com as quais a teoria e a metodologia precisam nos conduzir, afinadas e imbricadas no mundo dos trabalhadores, com uma abordagem que os veja em movimento, na própria dinâmica que os trabalhadores vivenciaram.

No segundo capítulo: "Trabalhadores em Campo: Desvendando Memórias, Revelando Histórias", partimos da força que o campo, enquanto indicativo de um espaço físico e de um tempo passado possui uma enorme vitalidade presente em um vocabulário que muitos utilizam no dia-a-dia.

A visão positiva do campo é também idílica e se afirma e se valida através de meios de comunicação, expressões de artes e em outros espaços sociais, a estabelecem com tal força que parece uma história que é de todos nós. Se o campo é afirmado em uma perspectiva atraso tecnológico vivido pelos homens em um mundo de miséria, dessas imagens derivam necessariamente que os homens o vivenciaram a partir de certa apatia política.

Essa visão invariavelmente põe a cidade como redentora das condições vividas no campo. Na cidade há a possibilidade de ganho financeiro e de exercício da política. Essa constatação faz os mesmos personagens protagonistas do processo de transição na segunda metade do século XX sejam descritos e tenham suas memórias postas à reboque de estruturas estranhas à suas vidas.

No capítulo, instituímos como ponto de diálogo as entrevistas feitas com trabalhadores que experimentaram o trabalho no campo, entre esses alguns continuaram tendo com a roça uma relação de ganho e outros se definiram em outros ramos de trabalho.

O campo foi reconstituído nas expectativas que esses trabalhadores apontaram nas entrevistas realizadas. Atentamos para, como diante de mesmas pressões, esses trabalhadores

recortaram diferentes rumos, onde exerceram várias funções. Fomos conduzidos a um imenso vocabulário social, tensionado pelas experiências que eles tiveram no mundo do trabalho.

No terceiro capítulo: "O Pão Nosso de Cada Dia, o Salário de Cada Mês: fazendo a cidade outra vez", investigamos a cidade, principalmente Goiandira, como aparece nas entrevistas que produzimos. A estratégia foi identificar não como a cidade pronta recebe esses trabalhadores, mas como no próprio movimento realizado pelos trabalhadores, ela se constitui, nos aspectos físicos e políticos.

A cidade não era estranha para muitos dos trabalhadores entrevistados, mas, vai se redefinindo na medida em que as condições de vida/trabalho vão se alterando.

A luta pela sobrevivência e as pressões que impedem que continuem a trabalhar no campo se tornam referência para algumas experiências que passam a vivenciar na cidade. Jogando com a cidade pressionam/são pressionados pelas forças que os cercam.

No espaço de forças que se estabelece percebe-se que esses trabalhadores vão se tornando um desafio para os poderes existentes, que vão sendo forçados a redefinirem as estratégias de ação/controle na cidade.

No quarto capítulo: "Com quantas Letras se faz um Campo: a construção do homem do campo na Literatura e na História", queremos identificar como as redefinições que a vida no campo e na cidade sofrem pressionam para que a Literatura, em uma experiência particular em Goiás, formaliza uma visão que se encarrega de identificar os significados do campo para uma realidade que vai se urbanizando.

Exploramos a Literatura tomando-a como uma experiência social, que pactua com as forças do seu período que dão a dimensão da vida das pessoas que ela torna ficção.

No diálogo com a produção literária em Goiás, descobre-se o mesmo processo que recompõe o "homem do campo" através da miséria econômica e da apatia política, atributos que são indispensáveis para a dominação de uma classe sobre a outra.

Os quatro capítulos são partes integrantes de um todo não sendo possível dissociá-los. Justificam-se pelo estabelecimento didático do que pretendemos discutir.

As instâncias de poder firmemente conectadas ao campo, mas diferentes nas suas formas de relação estão presentes nos quatro capítulos, que enfrentam o desafio de pensar como a experiência de trabalho e vivência no campo influencia as relações de poder e como estas criam, assim, as imagens do campo no mundo contemporâneo.

A unidade do trabalho é dada pela identificação de uma situação que marcou não apenas as transformações mecânicas de um jeito de viver, mas que também precisa ser direcionada no seu processo de significações sobre o trabalho, a produção, o consumo, que

foram alteradas profundamente embora tenha permanecida a clivagem vertical dessa sociedade.

Estudamos uma sociedade em que o tema “campo” pode nos fazer revelar o espaço social que comporta disputas que vão do trabalho na roça às teclas do computador.

1º CAPÍTULO
VELHAS LEMBRANÇAS, NOVAS MEMÓRIAS: RELEITURAS DO CAMPO, HISTÓRIAS DA CIDADE.

> É preciso superar a fratura que existe, na atualidade, entre a memória do passado que os homens constroem para organizar suas vidas – estabelecendo pontes a partir da própria memória pessoal e familiar em direção de pessoas de outras gerações, leituras, imagens recebidas dos meios de comunicação etc. – e a história ensinada nas escolas, que a população comum vê como um saber livresco "sobre a política, os reis, as rainhas e as batalhas". (FONTANA, 2004, p. 473).

> Infelizmente, como demonstra a situação em áreas enormes do mundo no final de nosso milênio, a história ruim não é história inofensiva. Ela é perigosa. As frases digitadas em teclados aparentemente inócuos podem ser sentenças de morte. (HOBSBAWN, 1998, p. 292).

Tenho recolhido entrevistas com homens e mulheres do Sudeste Goiano desde o ano de dois mil. Os entrevistados estão em grande parte na cidade de Goiandira, mas também em outras cidades do Sudeste Goiano, como Catalão, Cumari e Nova Aurora. Nestas entrevistas atenho-me a como se forjam memórias do campo. Estas memórias se tornaram o fio condutor da tese por revelarem um campo que, reconstituído nas experiências e movimentações dos trabalhadores, se abre e dá suporte a diversas "memórias possíveis".

As percepções do campo ao longo da pesquisa foram sendo direcionadas de um espaço físico, material e bruto para um enorme embate de forças, um e outro permeados por muitas mudanças. Mas tanto as mudanças do físico quanto as dos sentimentos resultavam de elaborações de diversos atores e não apenas de homens e mulheres que foram/são do campo. Entender essas memórias como revelando e sendo reveladas no interior das entrevistas produzidas com homens e mulheres, descortinam um campo que é como um imenso vocabulário social, manipulado em um único movimento do qual, de maneira imbricada, surgem, para esses sujeitos, uma interpretação do passado e uma inserção nas pressões do presente.

De produtor de homens e mulheres passamos a compreender o campo enquanto feitura desses seus trabalhadores, seus protagonistas. Essa percepção nos assegurou o desafio de, a partir das entrevistas, produzir este e os demais capítulos, mesmo aqueles em que utilizamos outros documentos.

Nas entrevistas me intrigava o fato de que, sempre, diante de uma pergunta geral, os entrevistados e entrevistadas recompunham no campo uma esperança de vida, mas, como algo que estava no passado. Tendo a maioria dessas pessoas vindo para a cidade até meados da década de 1970 e estando com uma idade média de 60 anos, viveram mais tempo na cidade do que no campo. Apesar disso explicitam uma cidadania que se situa no passado, aparentemente se alheando do presente.

As entrevistas foram como bússola a nos direcionar na tese; foram um caminho para os pactos que queremos estabelecer sempre com o presente e, por isso, nos asseguraram a compreensão de um campo que sempre nos leve a um direito ao presente. Dito de outra forma, precavemo-nos para não colocar essas memórias a reboque de projetos de modernização de origem externa a elas sejam do Estado, sejam do capitalismo, ou seja representados por ordenações cronológicas; preferimos sempre colocá-las tensamente e imbricadas com o social, qualquer social.

Este capítulo, ao abrir a tese para leitura, revela, nas argumentações que traz, uma certa síntese do que se apresenta no restante do trabalho, e explicita nos alicerces nos quais se constrói o trabalho: em primeiro lugar, a percepção de campo que permite incluir múltiplas memórias, que é pensado no terreno movediço onde estas são feitas e refeitas, que permite identificar entrecruzamentos de disputas que as pessoas travam para darem sentido às suas vidas e, no mesmo movimento, reconstituírem o social, não como cenário, mas, produto dessas disputas. Em segundo, o não abandono do espaço político de onde dirigimos as indagações, que é o espaço do trabalho e dos trabalhadores. Isso não significa pensar que todos os trabalhadores e trabalhadoras sujeitos às mesmas pressões construíram uma única elaboração, mas que o campo de memórias possíveis pode revelar diferentes elaborações e disputas a partir de um mesmo espaço político.

Identificamos no trabalho e nos trabalhadores, nessa "relação" capitalista não um lugar de onde emerge uma mercadoria ou que explicita a capacidade criadora dos homens, nem uma força capaz de situar o homem em um meio social que lhe é externo e, não, por ele feito; não perguntamos se o trabalhador executa o trabalho em uma situação precária ou não, se tem carteira assinada, em que bairro mora de acordo com o seu ganho ou como "experimenta" a cidade. Aprofundamos a compreensão de trabalho e de trabalhadores pensando na criação do próprio homem, por concordar com Williams (2005, p. 215) que "a coisa mais importante que um trabalhador produz é a si mesmo, no sentido de alguém fazer um determinado tipo de trabalho ou, numa ênfase histórica mais ampla, os homens produzindo a si mesmos, a si e à sua história".

A produção social das memórias dos trabalhadores como significações densas das imbricações com o meio social é o eixo que estrutura toda a tese. Mesmo quando nos dirigimos a outros espaços de poder, como a produção literária, verificamos que neles a presença desses trabalhadores foi marcante no processo de sua constituição.

Elegemos o campo por vermos nele a possibilidade de identificar maneiras como os trabalhadores manipulam diversas disputas. Nesse caminho, invertemos o modo com o qual tradicionalmente estuda-se o campo. Geralmente, esses trabalhadores são retirados da cidade e reconduzidos ao campo, numa tentativa de reconstituição de seus passados. Ocorrem, assim, dois deslocamentos: um espacial, pelo qual cortamos a relação deles com as suas condições atuais de vida ao levá-los para o campo, e um cronológico, pelo qual damos significado ao campo enquanto estratégia do passado para esses trabalhadores ou apenas como negação das condições do presente. Esses deslocamentos acabam por firmar um campo que se percebe imóvel no espaço e no tempo, na zona rural e no passado. Assim, não se permite perceber como, em embates distintos, o campo é maleável, movediço, no mundo dos trabalhadores.

Optamos por partir das memórias desses trabalhadores e, ao invés de deslocá-los no tempo e no espaço, deslocamos o campo, acompanhando alguns dos diversos significados que os trabalhadores e as trabalhadoras lhe dão, em batalhas distintas.

Pretendemos relativizar aquelas posturas muito difundidas, inclusive na academia, que revestem o campo de homogeneidade. Exercício no qual constrói-se uma espécie de código de comunicação único, mesmo quando apresente alguns poucos aspectos diferentes. Atraso, enquanto ausência de avanços tecnológicos e período idílico, no qual os homens experimentaram, pela ausência de tecnologia, a felicidade são alguns dos significados constituídos e homogeneamente aceitos, como se fizessem esse mesmo sentido no passado e no presente para todos que o vivenciaram no passado.

Essas visões de campo desprezam/ocultam diversos embates que aquelas pessoas viveram e maneiras diferentes de viver/produzir que se viram em uma crise que possui diferentes enfoques. Assim, o campo que temos estudado traz embates distintos, corresponde a confrontos diferentes.

Nosso trabalho se estabelece em um momento em que uma visão do campo enquanto espaço consensual e homogêneo de onde derivam compreensões de todos os homens forçam sua aceitação mediante uma memória coletiva. Essa memória se estabelece com força pactuando com meios de comunicação, produções acadêmicas, projetos governamentais, música sertaneja etc. O campo que emerge dessas memórias, ao contrário de

do que se pode pensar não tem nada de superficial ou romântico e também não é apenas lembrança, recordação, saudosismo, se enraíza e valida vários projetos atuais.

Assim, Lima Duarte, fazendo propaganda das antenas parabólicas Century, aparece em um cenário no qual se misturam coisas típicas da vida rural: mulheres com lenço na cabeça, crianças com calças curtas parecendo de algodão, árvores, casas antigas. Ele, vestido tipicamente de proprietário rural, com suas botas, seu paletó e seu chapéu brancos, faz gestos ásperos, uma visão típica de um proprietário coronel. Com gestos rudes, entrega o chapéu a um menino que vem servi-lo, arremedo de um pretenso serviçal que vive em sua propriedade, e afirma que, graças às antenas parabólicas Century, o campo está conectado a tudo que de moderno existe no mundo; termina ameaçando quem duvidar dessa afirmação: "quando eu digo que quem mora aqui sabe de tudo que acontece no mundo, você não duvide não, cabra".

O comercial oferece um código de comunicação, põe em movimento, na interlocução, uma visão autorizada e pública de campo, local da vivência do atraso, possível de ser resgatado pela compra das antenas parabólicas que anuncia. Os fatores sugeridos - prepotência do coronel, submissão dos que o cercam - indicam que as mudanças verticais não são preocupação do produto ou da empresa que o fabrica, mas certamente, dialoga com uma forma cristalizada de passado, identificado e aceito por grande parte dos que assistem. No programa "Domingo Legal", quando ainda exibido pelo SBT nas tardes de domingo, Gugu Liberato apresentava um dos quadros de maior audiência do programa: "De volta para minha terra", para o qual famílias que moram na cidade de São Paulo, em situação de miséria, enviam cartas contando a história que faz quase sempre o mesmo percurso: a saída de alguma cidade pequena do Nordeste, a ida para a cidade de São Paulo como maneira de ganhar a vida, a constituição de família em São Paulo, a impossibilidade de uma vida digna e a situação de miséria, o que alicerça o pedido de que o programa ofereça condições para a família retornar "para minha terra".

A lição é óbvia: a cidade de São Paulo não pertence aos que não "venceram", aos que não conquistaram emprego formal, ganho financeiro. Para além do critério de nascimento, a escolha do "pertencimento" se dá a partir do ganho e do emprego exercido.

Na realização do sonho, empresas ajudam o programa, (Granero e outras), tratam do transporte, do fornecimento da mobília para a família, e um órgão público ou empresa do local para onde a família está sendo enviada oferece emprego a alguém da família. Essa cidade para a qual a família é enviada de volta é tratada e identificada de maneira paradisíaca com a vida no campo; geralmente é uma cidade muito pequena, onde se destacam estrada de

chão, árvores, casas muito velhas; mas, também pessoas em situação de miséria são encontradas.

A forma como o programa alinha as imagens da cidade "grande" - o tumulto, a casa miserável, em meio a pessoas bem vestidas com condições mínimas como dentes na boca, outras casas bem situadas, asfalto na porta, transporte coletivo, seja metrô ou ônibus, veículos que circulam, comércios de diversos ramos postos em volta - de maneira estranha busca convencer que, em meio à abundância, a família e o ser humano vivem o cenário da miséria.

Na cidade de chegada, as imagens são redefinidas, o campo é um cenário onde se alinham relação de miséria, nas cidades pequenas o local onde a família passará a morar é situado numa estrada de chão, há pessoas com roupas em desalinho, sem dentes, com dificuldade de articulação das palavras, vida sofrida pelo trabalho e pela exploração de que foram/são vítima, talvez pior em relação à de São Paulo, morando em casebres, ao que parece sem assistência alguma -, ele é transmutado pela produção do programa em um cenário de imensa felicidade, o que é destacado pelo encontro afetivo, detalhadamente trabalhado pelo programa.

As imagens de São Paulo e do Nordeste lidam com algo posto na visão comum ou em uma memória coletiva. A cidade como local da opulência, mas como experiência da miséria humana, o campo, como miséria material, mas vivido com a proximidade da família como algo de extrema felicidade.

Essa memória também enviesa um campo conservador como lição para a cidade. As pregações das Igrejas e de partidos políticos, ao diagnosticarem as perversões dos costumes e os pecados, buscam no campo um espaço idealizado um costume, onde os filhos eram obedientes e, não desrespeitavam os pais, como repetem os mais velhos: "bastava minha mãe dizer *mais pouca farinha no leite* e já havia um silêncio respeitador".

Dessas imagens derivam e surgem relações humanas vistas como perfeitas: os homens e as mulheres eram fiéis no casamento e não traíam, as mulheres casavam virgens, os homens honravam a palavra dada e um fio de bigode valia mais do que todos os documentos que se assinam para fazer valer o contrato, uma agressão era prontamente respondida sem a mediação de instituições como a polícia e o judiciário, restaurando-se a moral do ofendido.

Essas imagens de campo, sempre a nos dar uma visão positiva para o presente, se forjam à margem do mundo dos trabalhadores; vitalidade e a força com que se impõem em diversas áreas, inclusive nos conteúdos pedagógicos, se devem em parte por justamente se apresentarem como intérpretes do passado vivido por esses homens e mulheres.

No caminho da nossa pesquisa o tema do campo surgiu em um momento específico: durante o mestrado, quando pesquisamos a constituição de uma memória ferroviária identificada em seus contornos sociais. Essa memória, constituída por pessoas que desenvolveram trabalhos braçais na empresa ferroviária, se mostrou em desencontro com uma maneira de recompor a empresa como símbolo de modernização do Estado de Goiás, como inserção do lugar nas relações capitalistas e introdução desse sistema em Goiás.

Esse tratamento do social em Goiás, em que trabalhadores são postos a reboque de surtos modernizadores, pode ser observado em posições assumidas pela historiografia, como a seguinte:

> Estado agrário e mediterrâneo, Goiás tem nos meios de transporte e comunicação um fator crucial no seu processo de modernização e crescimento econômico. A Estrada de Ferro Goiás foi a primeira via de transporte moderna que despertou o Estado do isolamento em que se encontrava. Construída na primeira metade do século, como via de penetração, a ferrovia foi um instrumento da economia de mercado na ocupação e reorganização do espaço econômico regional. A chegada dos trilhos a Goiânia no final dos anos 40 interligava a nova capital e uma vasta área do Estado aos centros econômicos e políticos do país. A linha de ferro transformou-se não só na principal artéria de exportação de bens primários e de importação de manufaturados, como também numa significativa via de penetração de novas idéias e valores culturais da sociedade moderna. As transformações nas estruturas econômicas e políticas regionais, após 1930, estavam diretamente vinculadas à integração de Goiás à dinâmica capitalista do Sudeste. (BORGES, 1995, p. 27).

Situando um dos ciclos modernizadores na chegada e ramificação da malha ferroviária em Goiás, do início meados do século XX, compreensões como estas se estabeleceram como hegemônicas no estado, amplamente pactuadas por diversas instituições, inclusive em conteúdos de ensino e nos trabalhos de memorialistas. Nossa discordância dessas recordações ocorrem porque elas davam/dão pouco espaço aos trabalhadores e sempre os situa enquanto vítimas dos ciclos de transformação capitalista. Nas entrevistas que produzimos naquela oportunidade com homens e mulheres, destacamos que estes, ao recordarem a entrada na ferrovia, narravam uma piora nas condições de vida da família. A entrada na empresa sempre ocorria não por uma opção que faziam, mas sempre por uma ruptura com a vida no campo, ou por briga com o proprietário ou por não conseguirem mais roças para plantar. Essas elaborações apresentavam recordações que não eram os da memória oficial.

O exercício da construção, leitura e releitura das entrevistas apontava uma série de problemas crescentes. Recolhidas inicialmente para entendermos uma “condição de

ferroviário", as elaborações dos entrevistados apontavam, dentre muitas questões, um peso sugestivo da vida no campo, o momento de vida na roça sempre surgia enquanto contraponto às condições de trabalho/vida na empresa.

De uma preocupação inicial com as condições do trabalho ferroviário fomos atentando para a maneira como a vida no campo foi sendo dimensionada nas falas, de tal modo que apesar de a maioria estar vivendo mais tempo na cidade do que viveu no campo é àquele espaço que recorrem para estabelecer uma autoridade no presente. Assim, ao reler as entrevistas, novas preocupações foram suscitadas, dentre elas se destacam: Quais os significados políticos da contemporaneidade destas narrativas, enquanto processo de construção e leitura de um momento histórico? Como essas imagens produzem uma vitalidade que não se diluiu em temporalidades distintas que os agentes experimentaram nas suas trajetórias de vida? Quais pactos e disputas demarcaram as persistências em períodos diferentes destas imagens? Qual é/era o papel de instituições como o Estado, a Igreja e outras, bem como das pessoas entrevistadas, na construção/redefinição desses pactos?

O avanço nessa releitura ofereceu oportunidade para estabelecermos, com o prosseguimento das indagações, uma crítica aos procedimentos que adotamos no mestrado. Naquela oportunidade, para recompor um passado ferroviário pelas experiências que os trabalhadores viveram, fomos aplainando campos de memórias, para contrapor, à maneira oficial de lembrar, uma outra maneira, que se oficializaria como memória legítima dos trabalhadores. Descortinamos apenas duas memórias possíveis: uma oficial, reproduzida nas instâncias de poder como o Estado, e outra ordenada nas entrevistas, que correspondia à memória dos trabalhadores. Esse movimento, embora importante naquela oportunidade, identificou apenas verticalmente as duas memórias; não desvendamos pactos e relações imbricados que permitissem entender como memórias se fazem e se refazem no mundo dos trabalhadores, bem como se pluralizam nas diversas respostas que os entrevistados dão às pressões sociais.

As duas memórias, ou a ordenação de diversas memórias em dois espaços políticos, fragilizavam a possibilidade de pensar em suas articulações internas e nos pactos que as fazem emergir ou não na dimensão pública; acabamos por empobrecer a percepção de como se produzem ou não visões hegemônicas de um processo, e como estas permitem identificar os mecanismos de produção do silêncio.

Relendo parte das entrevistas que produzimos no mestrado, repensamos alguns rumos metodológicos que havíamos usado naquela oportunidade, queremos destacar nessas releituras dois procedimentos que foram sendo alterados

. Um primeiro procedimento foi a redefinição dos espaços de poder *ferrovia*, *campo* e *cidade*, que antes entendíamos prontos, acabados e hierarquizados, os quais oferecíamos aos entrevistados para se situarem; um segundo foi uma mudança no processo geral de construção e leitura das entrevistas. Devidamente orientados por leituras da historiografia goiana, entendíamos - mesmo quando não assumíamos explicitamente - que os marcos consagrados pela historiografia deviam, necessariamente, ter a mesma ordem de importância para os entrevistados. Na construção das entrevistas partíamos de possibilidades de como as vivências dos entrevistados se cruzavam com os próprios marcos postos pela historiografia. Assim, nas entrevistas havia um procedimento geral de avaliar como os entrevistados, ou a memória familiar que traziam, foram definidos pelos grandes traumas que a historiografia reproduz: Revolução de 1930, Golpe Militar de 1964 e Construção de Goiânia, dentre outros.

No primeiro trabalho, o de mestrado, partíamos de uma expectativa na qual a condição de ferroviário ou ferroviária se sobrepunha às diversas possibilidades, por isso acabamos por forjar um aplainamento de memórias. A empresa, a cidade e o campo foram tomados como pólos de onde os protagonistas se movimentavam; da materialidade de suas vidas buscávamos extrair a subjetividade do viver. Assim, acabamos por reafirmar, por outros caminhos, a relação determinante/determinado entre Infra e Superestrutura.

Nas entrevistas, ainda que a preocupação fosse provocar os entrevistados a recomporem parte das recordações sobre o passado ferroviário, eles sempre recordavam o campo como contraponto à vida de ferroviário; o tempo da vida no campo fornecia um vocabulário social com o qual se posicionavam diante da vida de ferroviário e nas condições do presente.

A preocupação com a identidade ferroviária dos entrevistados impediu que víssemos outras possibilidades. As entrevistas, em muitos casos, se constituíram num "experimento de desigualdade"; pudemos observar isso nas próprias perguntas que elaboramos para firmar o diálogo com os entrevistados.

Nas entrevistas feitas com os trabalhadores ferroviários a tentativa de reconstituir o trabalho ferroviário e a vida no campo como dois temas que permitissem forjar a identidade desses trabalhadores acabou por enquadrar as memórias dos entrevistados nos marcos instituídos. Foi comum a seguinte pergunta: "Conte para mim um pouco de sua vida, o lugar onde nasceu, cresceu, que tipos de trabalho o senhor desempenhou e com quantos anos estava quando os desempenhou?". Essa indagação, provocando o início da entrevista, propunha de maneira legítima, que, diante de uma provocação geral, o entrevistado recompusesse na sua história de vida os espaços políticos que ocupou, o que fez e o que lembrava do que fora feito.

De maneira sutil, a pergunta projetava uma ligação entre o tempo de vida e o tempo cronológico, no qual a memória oficial e hegemônica baseia sua autoridade ao indicar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. O registro da idade que o entrevistado tinha quando fez tal ou qual coisa permitia ligar a vida do indivíduo à história oficial goiana. Esse procedimento induzia a se entender a entrevista como possibilidade de enriquecimento de marcos, como o Golpe de 1964, e não como possibilidade de ver que os marcos em si eram parte da disputa que os sujeitos travavam cotidianamente.

Essa experiência demonstra os limites do estabelecimento de uma agenda temática para as entrevistas. Os temas sugeridos podem se constituir, e se constituíram na minha experiência, em uma camisa de força, situação da qual surgem questões firmadas por discursos hegemônicos, na qual se produzem tanto vozes autorizadas quanto silêncio de alguns espaços sociais.

Construímos, naquela oportunidade e ainda a mantemos, uma estratégia de diálogo em que fazíamos sempre uma mesma primeira pergunta para todos os entrevistados: "Fale um pouco sobre a sua vida, onde nasceu, os trabalhos que realizou, onde já morou". Essa estratégia visava permitir que o entrevistado ficasse à vontade direcionasse a conversa, contudo, ao contar sua trajetória de vida, minha intervenção acabava por estabelecer recordações oficiais. No diálogo, ordenávamos campo, ferrovia e cidade como suportes sociais, separados um do outro, onde os trabalhadores necessariamente se movimentariam, espaços políticos fechados nos quais produziam suas condições de vida e sua cultura.

Dona Irani, respondendo à primeira pergunta, situa sua vida:

> Eu nasci, eu posso falá, em Veríssimo né, no município de Goiandira, até minha identidade é daqui, mas que eu morei lá. Eu morava, até não ficava lá não até com a idade de treze anos, catorze eu ainda tava no Veríssimo, mas empregada prá quí, prá li, na casa dos outros (com ênfase) eu não ficava em casa não porque eu não tinha pai, minha mãe pobre recebia pouco eu tinha que trabalhá, prá ajudá ela, prá mim mesmo.[5]

Na reposta, falando do passado, a entrevistada situa, em um só, espaços de poder distintos. Cidade, campo e ferrovia não são linearizados/não são colocados em fases distinta; são uma só possibilidade de circular, são coetâneos; vão sendo reordenados, realinhados no passar de sua vida. Filha de um feitor da Estrada-de-Ferro Goiás, com a morte deste no local de trabalho, a mãe passa a viver como pensionista e recebe poucos recursos; dona Irani, então,

[5] Entrevista realizada com Irani Margarida Dias, em 20 de julho de 2002.

é pressionada a trabalhar como doméstica nas fazendas da região de Veríssimo, pequeno povoado distante vinte e dois quilômetros de Goiandira.

Dona Irani tem dificuldade de dizer de onde fala. Nasceu no Veríssimo, a carteira de identidade é de Goiandira. Nasceu no Veríssimo, mas não ficava só lá, no povoado. Em parte, essa dificuldade é uma tentativa de se situar diante da minha apresentação. Antes da primeira pergunta, já com o gravador ligado, eu expliquei porque a entrevista:

> Meu nome é Paulo Cesar Inácio, eu faço mestrado na Universidade Federal de Uberlândia – linha Trabalho e Movimentos Sociais – pesquisando a vida das pessoas que moraram em casas de turma, como é que elas lembram, como é que elas rememoram viver nas casas de turma estando hoje em Goiandira, principalmente dos anos cinqüenta aos anos setenta, depois que vieram prá cidade e nesse sentido eu estou fazendo uma série de entrevistas, com turmeiros e com algumas esposas de pessoas que trabalharam em turma. Nesse sentido eu estou entrevistando hoje, no dia vinte de julho de dois mil e dois, na Rua Artur Oscar de Santana, número seis, centro, às dezesseis horas e quarenta e seis minutos, a Dona Irani Margarida Dias, que nasceu no dia doze de outubro de mil novecentos e quarenta e dois, que nasceu na região de Veríssimo, município de Goiandira, Goiás.[6]

Na apresentação, antes da entrevista propriamente, eu seguia um roteiro, no qual os espaços sociais que os entrevistados ocuparam já estavam prontos para mim. Meu objetivo era entender como eles viveram nesses espaços, por isso o roteiro de vida da entrevistada era já traçado de início: nasceu na zona rural (Veríssimo), morou no campo, viveu depois em casas de turma (ferroviário), depois dos anos cinqüenta e setenta provavelmente veio para Goiandira (cidade). Essa linearidade no início da fala estabelecia por onde eu tinha expectativa que o entrevistado circulasse com sua fala. A resposta inicial do entrevistado corresponde à localização de sua interpretação e às minhas expectativas enquanto entrevistador.

Em mais um exemplo, diante da mesma apresentação inicial e da mesma pergunta, Dona Guimar situa o cenário social de onde fala:

> Bom, minha vida, o começo foi como eu te falei ontem: lavava roupa numa dificuldade no corgo. Gaspar ganhava pouco, quadro de obras, então ele inteirava à tarde, assim, rancava toco pro seu Tonico Silva, cê deve lembrá; lembra, né? Tereza, tinha um tanto de gente. Então ele trabalhava durante o dia na Estrada à tarde ele ia arrancá toco, ele e o cumpade Antõe Henrique, inteirá o dinheiro, que ele ganhava pouco, tava no quadro de obras, então ele tinha que inteirá à tarde, trabaiava demais, então quando eu tava grávida do meu menino, que é o Zé, eu vim aqui prá casa da minha mãe, em Goiandira, minha mãe morava pertim da estação da rede, ganhá o Zé então; do primeiro

[6] Idem.

> eu sofri demais, porque o menino nasceu morto, então eu sofri demais, ele ficou com medo d'eu ficar no Pirineus.[7]

Dona Guimar, viúva do Sr. Gaspar, que foi trabalhador nas turmas, ao iniciar a entrevista narra relações em espaços de poder que, para mim, naquele momento, se organizavam separadamente, eram linearizados cronologicamente em suas vidas. Mas Campo, ferrovia e cidade não eram, para a entrevistada, espaços estanques nem se constituíam em "estruturas" apartadas de sua vida, apenas foram sendo ressignificadas com as mudanças que ela experimentou em sua vida.

Recordou que seu marido Gaspar, trabalhador da ferrovia, sendo do quadro de obras, não era efetivado na empresa, tinha contrato provisório de um ano, que podia ou não ser renovado no final de cada ano. Estes funcionários tinham uma relação de trabalho pior do que os outros, como os seus contratos de trabalho podiam não ser renovados e eles serem dispensados, exigia-se deles uma relação com a chefia de agrados e favores para manterem-se no trabalho. Na resposta a entrevistada situa de forma ainda mais clara e contundente, em um mesmo momento a vida de trabalhador ferroviário, o trabalho no campo, como complementação de renda, e uma relação com a cidade onde morava sua mãe.

O esquema de interpretação que separava e hierarquizava campo, ferrovia e cidade, enquanto espaços de memórias em que necessariamente os protagonistas circularam era, com um olhar mais cuidadoso nas entrevistas, desconstruídos pelos trabalhadores. Os três espaços apareciam em uma horizontalidade, se interpenetravam na vida e nas memórias dos entrevistados, quando, reconstruídos, de maneira que não era para destruição de um que o outro era mecanicamente feito, estavam todos sendo transformados por eles.

Dessa forma, a empresa Estrada-de-Ferro Goiás, entendida como suporte social dessas memórias, nos ofereceu inicialmente o recorte no qual demarcamos os critérios de escolha dos primeiros entrevistados. Procedemos a uma primeira seleção a partir da relação de trabalho na empresa. Os ferroviários e familiares ouvidos na pesquisa foram: José Francisco Inácio, Barnabé Martins Moreira, Sebastião Henrique Dias, Benedito Juliano Filho, Francisco Evangelista Fernandes e Idunalvo Barbosa Tristão, Eliseu Quirino. Apesar de não ter sido aproveitada na pesquisa anterior, realizamos uma entrevista com Mauro Borges Teixeira[8], diretor da empresa no início dos anos 1950, filho do ex-governador Pedro Ludovico, que, no início dos anos sessenta, elegeu-se governador do estado de Goiás. Sendo um personagem do

---

[7] Entrevista realizada com Guimar Calixto Raimundo, em dia 22 de julho de 2002.
[8] Entrevista realizada com Mauro Borges Teixeira, em 22 de setembro de 2003.

mundo da política, sua fala reafirmava os marcos tradicionais das mudanças que o estado experimentou.

No entanto, campo, cidade e ferrovia constituíam três lugares políticos vivenciados no mesmo espaço e na mesma temporalidade, não eram apenas palco por onde os trabalhadores circulavam. Um olhar atento revela que eles constituindo um único espaço, como um palco com cenários diferentes, na própria atuação dos trabalhadores, e também serão ressignificados por suas atividades, mas com olhares distintos.

Quando mudamos o processo de feitura e interpretação das entrevistas, evitamos amarrá-los em uma relação de similaridade, às falas e aos marcos tradicionais da historiografia goiana. Antes, atávamos as memórias dos "indivíduos" entrevistados a uma memória coletiva.

Fomos revisitando não apenas as entrevistas feitas mas também os aspectos gerais que utilizamos para construí-las. Vimos que situá-los necessariamente nos marcos da historiografia pressupunha uma construção historiográfica que, além de neutra e politicamente purificada, não bebia em outras fontes, não se servia de outros processos de memórias. Mas as entrevistas não deveriam nem poderiam servir para enriquecer e alargar, com os outros protagonistas, os mesmos fatos, ou alargar em outras falas os mesmos marcos de memórias, seja a chegada dos bandeirantes, a vida na roça, a Revolução de 1930, o Estado Novo, a chegada da ferrovia, o Golpe de 1964. Esses marcos nem mesmo constituem consenso para todos os protagonistas, pois, quando olhados com atenção são continuamente renovados dentro de um campo de embates que no entanto, se permitem, quase sempre introduzem os trabalhadores em uma condição subalterna ou colocam suas memórias a reboque de outros protagonistas.

Um exemplo dessa relação das entrevistas com marcos da historiografia ocorreu quando interpretei a entrevista realizada com o Sr. Altamiro de Melo, aposentado, que reside em Goiandira. Ele foi um empresário que possuía uma fábrica de calçados na cidade de Goiandira e fornecia para muitos ferroviários. Como nunca morou no campo, ao entrevistá-lo buscávamos descobrir como era a cidade no momento em que muitos trabalhadores para ela se dirigiram. Em dado momento perguntei sobre a violência que teria ocorrido na cidade durante o Golpe de 1964, ele rapidamente disse que havia ocorrido muita violência "naquele tempo", mas quem sabia mais era a sua esposa Alice. Conversando com ela, marquei para entrevistá-la no outro dia. Quando retornei, no horário que combinamos, o Sr. Altamiro disse que ela estava com dor de cabeça e não podia falar. Nisso, ela entrou na sala e afirmou que

poderia falar, de qualquer assunto, menos dessa violência, porque tinha sofrido muito e lhe era penoso relembrar aquele passado.

Esta fala do Sr. Altamiro também foi ouvida de muitos trabalhadores que, quando perguntados por mim, sempre diziam: "naquele tempo tinha muita violência", o que criou em mim uma expectativa em relação ao Golpe de 1964 como extremamente violento e transformador profundo da vida e do quotidiano dos trabalhadores e pessoas comuns.

Embora não fosse indicado nas entrevistas e em outros documentos o envolvimento dessas pessoas com partidos de esquerda ou atividades clandestinas, a expressão "naquele tempo tinha muita violência" me fazia recuar a 1964, um instante em que uma memória autorizada afirmava que o Estado havia cometido agressões com as pessoas.

Fomos assumindo uma postura de que 64 tinha sido um momento único da impaciência do Estado com todos os trabalhadores; essa percepção, mesmo não apontada nas evidências, não permitia visualizar as dinâmicas experimentadas por trabalhadores naquele e em outros períodos. Em um debate coletivo[9], fomos alertados para o cuidado necessário ao transpor um marco de memória pronto e acabado para o mundo dos trabalhadores sem a devida atenção.

Atentando para os significados da violência para esses trabalhadores, em uma pesquisa que realizamos no Cartório do Crime da Comarca de Goiandira, quando analisamos uma pasta destinada ao registro de *habeas corpus*, pudemos perceber como as situações de violência eram comuns, os trabalhadores estavam expostos a ela no dia-a-dia. Analisando crimes que ocorreram na cidade, compreendi que, falando de violência, eu e os entrevistados falávamos de coisas distintas. Assim, "naquele tempo" indicava uma temporalidade que ia além de 1964.

Fazendo parte de uma série de fatos que ocorrem a partir do início dos anos sessenta, a Câmara de Vereadores denuncia ao delegado regional o delegado municipal da cidade, alegando que o mesmo teria encaminhado às autoridades uma lista de pessoas ligadas ao Partido Comunista, mas essas, não sendo filiadas nem simpatizantes, eram seus desafetos. Pela denúncia, o delegado municipal, Prudêncio Quirino Garcia, estaria usando a lista de comunistas para atingir seus inimigos.

Ouvido no dia nove de junho de 1964, o vereador Waldivino José Cardoso enumera as barbaridades cometidas pelo delegado municipal:

---

[9] Quero expressar meu agradecimento ao grupo reunido na missão de trabalho realizado na UFU, nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2006, em especial à Professora Dra. Yara Aun Khoury, pelas observações feitas que permitiram reavaliarmos o ângulo de leitura das entrevistas.

Que o declarante sabe de diversas arbitrariedades praticadas pelo delegado municipal de polícia de Goiandira, uma das quais, no próximo mês passado, não recordando precisamente o depoente, que nesta cidade esta autoridade apreendeu dois revólveres de um rapaz, filho do Sr. Salomão Lorenço residente nesta cidade, deteve-o, e prometera soltá-lo, somente com o pagamento da importância de CR$ 12.000,00; diz o depoente, que esta importância fora paga ao Delegado Municipal de Goiandira, após o rapaz, filho de Salomão Lorenço, ser posto em liberdade, após uma noite de xadrez; que sabe de uma outra arbitrariedade da mesma autoridade, desta feita, com um rapaz, filho de Goiandira, que fora implacavelmente espancado, e por este motivo, o rapaz espancado, mudara para a cidade de Araguari que não sabe o motivo do espancamento mas diz o declarante, que o delegado municipal de polícia apreendera a arma, e nas palavras do rapaz espancado, tomaram-lhe a importância de CR$ 20.000,00, cujo rapaz é conhecido pelo nome de José Barba que foi no ano de 1962 ou 1963, não podendo precisar exatamente a data que aconteceu o espancamento, seguido de prisão de José Barba, residente atualmente na cidade de Araguari; que por ouvir dizer, sabe o depoente, que na mesma época que ocorrera o fato do rapaz (ilegível) dito pelo farmacêutico Calicanto Querido, residente nesta cidade, haver o Delegado Municipal de Polícia, cortado de canivete, a língua de um menor de cor preta, sem haver contudo, perdido parte deste membro, e que fora o mesmo farmacêutico informante, que administrou os curativos do corte da língua do menor; diz o depoente, que ainda no ano de 1.962 ou 1963, não recordando a data domes, o delegado Municipal de Polícia de Goiandira prendera Nelson Marques, que sofrera na prisão espancamentos, pagamento em dinheiro para ser posto em liberdade e que ainda, diz o depoente, esta mesma autoridade mantinha relações sexuais com a filha de Nelson, e este, aborrecido com o fato, mudara para a cidade de Catalão; que, na ocasião que fora descoberto, tornado público, o defloramento da filha de Nelson Marques, sendo o autor possível, o Delegado Municipal de Polícia, é por este acusado um suspeito, conhecido pelo nome de José da Tutinha, que sofrera na prisão por dois dias, sendo posteriormente posto em liberdade, sem saber o depoente, se houve a abertura do inquérito; ainda na mesma época, ou seja, entre 1962 e 1963, fora do perímetro desta cidade, um rapaz, Eurípedes Pinto Calasso, residente nesta cidade, dera um tiro de garrucha, acontecendo com isto, a autoridade mandou prendê-lo, tomaram a arma, e exigiram o pagamento da importância de C$ 2.000,00, alegando a multa do disparo da arma, e que a mãe de Eurípedes, pessoa pobre, não querendo ver o filho preso, procura o delegado, alegando não possuir aquela importância, sendo que o mesmo, empresta os C$ 2.000,00, à mãe do rapaz, ficando assim quitado a importância exigida para multa do disparo da arma de fogo; que o delegado Municipal de Polícia de Goiandira, persistindo em suas arbitrariedades, manda prender um indivíduo doente, residente em Catalão, que este indivíduo Lázaro Albino Vaz, é duramente espancado; diz o depoente, que por ouvir dizer, sendo o informante conhecido por Tito, residente nesta cidade, que numa ocasião estava surgindo nesta cidade, diversos e constantes roubos, o filho do Delegado Municipal de Polícia, é por este espancado, ignorando o declarante o motivo, mas que na fuga do filho do Delegado, saltando, diz em alta Voz: "Que os roubos que estavam acontecendo nesta cidade, era o autor o seu próprio pai".[10]

[10] Processo nº 26/66, Sala de despejo da Comarca de Goiandira.

Entre estas e outras denúncias, aparecem as de crianças presas por suspeita de furto, agiotagem e tantos outros crimes. Parecendo-nos assim que 1964 oferece oportunidade de redimensionar uma violência que os trabalhadores e trabalhadoras sempre sofreram por parte do Estado.

Essa violência com trabalhadores, que se estendia para além do marco de 1964, antes e depois, indicava os riscos de aproximar sem o devido cuidado os marcos das memórias individuais com os de uma memória coletiva, considerando que nesses marcos se identificava não a possibilidade de pontos comuns de lembrança, mas, processos ainda em andamento de embates pela lembrança e pelo esquecimento.

No caso do Sr. Altamiro e de Dona Alice, a violência a que se referiram e da qual não quiseram falar se prendia a uma amargura em relação à cidade de Goiandira. O pai de Dona Alice, construtor responsável por diversas obras na cidade, inclusive a planta e a construção da Igreja Matriz, não conseguiu, nem ele nem seus familiares, reconhecimento, nem ocupar cargos relevantes na administração local, não foram agraciados nem com um nome de rua.

Não tendo problematizado a memória de quem não fez a "história", a historiografia tem apenas acompanhado, "pari passu", o que a memória oficial estabelece para a sociedade goiana. Os marcos do início do estado, da chegada dos bandeirantes em 1722 (o que é importante para o Sudeste Goiano considerando-se que, dessa passagem por Catalão, teria derivado a ocupação do local), da Revolução de 30, que ao mesmo tempo em que, levou Getúlio Vargas ao poder no Brasil derrubou uma velha oligarquia, comandada pela família Caiado, e fez emergir Pedro Ludovico, que passou a governar o estado como interventor, em 1930, ficando por 15 anos, período identificado como o nascimento do moderno estado de Goiás (o que tem sido reconhecido em diferentes épocas), inclusive com a construção de Goiânia, da "Revolução" Constitucionalista de 1932, da emancipação política de Goiandira em 1931 e do Golpe Militar de 1964 eram as referências para a interpretação das entrevistas. Não atentamos para os marcos se formavam a partir de disputas pelas memórias, o que poderia ou não estabelecer pactos com as memórias dos entrevistados.

Esse repensar dos procedimentos nos fez eleger ou não entrevistas para utilizarmos neste trabalho de doutorado. Dessa forma, entrevistas "representativas" passaram a ser aquelas que não reafirmam o *status quo* do passado goiano, mas, as que apontam o mundo do trabalho e dos trabalhadores. Escolhemos, optamos, não utilizar entrevistas que produzimos com pessoas cujos familiares ocuparam diversos cargos públicos e que, por isso, reproduzem os termos dessas memórias oficiais.

Um exemplo é a entrevista produzida com o Sr. Agostinho Martins Neto[11], uma entrevista que não avançou para além dos marcos da história da cidade de Goiandira. Marquei a entrevista com antecedência e, ao chegar no horário que havíamos marcado, diante da primeira pergunta, ele revelou que havia elaborado uma lista na qual constavam os nomes dos prefeitos de Goiandira, nomeados e eleitos. Leu, apontando os nomes, destacando que seu tio Absaí tinha sido o primeiro prefeito, governou Goiandira parte do tempo que Pedro Ludovico esteve como interventor em Goiás. Ainda destacando o período que seu pai, Sinfrônio Martins Teixeira foi prefeito da cidade.

Os significados da cidade surgiam para ele nos significados de sua família. Hoje ele é aposentado, vive apenas da aposentadoria, apesar de ser herdeiro de pessoas que foram grandes proprietárias e ocuparam cargos políticos importantes na cidade.

Outra entrevista que não usamos foi produzida com o Sr. Mauro Borges Teixeira[12], que foi diretor da Estrada-de-Ferro Goiás, no início dos anos cinqüenta, e governador do Estado de Goiás no início dos anos sessenta, tendo sido cassado após o Golpe Militar de 1964. Filho do interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, no campo de indagações não conseguiu romper com o próprio *status quo* como tradicionalmente se historiciza a ferrovia e o próprio Estado de Goiás.

Nessa memória que, por forças políticas se impõe como coletiva, os trabalhadores ocupam espaços estilizados, aparecem em movimentos institucionalizados e racionalizados a partir de partidos políticos, como as Ligas Camponesas e os episódios de Trombas e Formoso, que são vistos como tendo sido ordenados através de partidos políticos ou de lavradores que vieram de fora do estado. Em todas estas situações a ação política dos moradores do campo se dá essencialmente com base em uma direção, um gerenciamento elaborado por partidos, lideranças políticas ou por pessoas que vêm de fora do estado. De qualquer forma, o campo em Goiás é visto como extensão do avanço capitalista, que teve início no Sudeste do país, com processos de adequações internas.

No início da pesquisa nos amarrávamos aos marcos estabelecidos por uma memória pública e hegemônica, posta e linearizada para o Estado de Goiás, que, forjada em meados do século XX, se constituiu como maneira autorizada de reconhecer as transformações que ocorreram no estado. Esses marcos de memórias para o Estado de Goiás, que se afirmam com um poder e autoridade de organizar em fatos processos longos nos quais

---

[11] Entrevista realizada com o Sr. Agostinho Martins Neto, em 5 de novembro de 2007.
[12] Entrevista realizada com o Sr. Mauro Borges Teixeira, em 22 de setembro de 2003

se afunilam e excluem diversas outras memórias de trabalhadores, se estabelecem nas memórias dos vencedores.

Entendemos a historiografia enquanto campo de disputas que não apenas atribui um significado a um tempo ou a um processo mas também define os limites em que questões podem ser formuladas em relação àquele tempo, ou àquele fato. Seguindo-se esse caminho, da historiografia enquanto produção científica que, ao "interpretar" um tempo, dá os contornos dentro dos que se recua àquele tempo, afirma-se a eficácia da historiografia, por exemplo, ao se compor na experiência dos intelectuais pós-64 o que teria sido a "Revolução burguesa de Trinta", momento que a historiografia oficial nivela como experiência de "todos" e "todas". Ao definirmos assim a historiografia ficamos aprisionados em um grande "planetário[13]", no qual, mesmo negando seus termos, reafirmamos a validade de suas indagações.

Essa reflexão nos permite ampliar o que tradicionalmente temos entendido como campo de disputas. Na nossa reflexão-produção historiográfica, temos lidado essencialmente com uma idéia de que em nossas pesquisas, na feitura de entrevistas, na interpretação de memórias, vamos ao social buscar significados, pensar o processo, ao mesmo tempo em que, estando na academia, nos distanciamos do social. As diferenças entre o que se faz em um e em outro caso basicamente se dariam pela divergência na escolha dos conceitos para proceder em um e em outro caso, ou seja no trato metodológico com as fontes; nesse processo, nos preservamos do meio social.

Por isso chamamos a atenção para a produção historiográfica, identificando o sentido político da ética do historiador, conforme Hobsbawn:

> Infelizmente, como demonstra a situação em áreas enormes do mundo no final de nosso milênio, a história ruim não é história inofensiva. Ela é perigosa. As frases digitadas em teclados aparentemente inócuos podem ser sentenças de morte. (HOBSBAWN, 1998, p. 292.)

Queremos estabelecer e ampliar o campo da historiografia e sua produção indicando que, estando na academia, não nos diferencia o fato de pegarmos no armazém da teoria da história ferramentas diferentes para nossa prática e que, por estarmos no ambiente social, por partilharmos de memórias, elegemos não os termos do estatuto do passado mas o qualificamos diante das forças do presente.

Partilhar das memórias de trabalhadores que constituem nas suas experiências o campo e a cidade na segunda metade do século XX e se reconstituem nesse movimento não é estabelecer um estatuto de verdade única e desqualificar sua produção, mas, afirmar no debate

[13] Expressão cunhada em referência ao trabalho de E. P. Thompson a Miséria da Teoria.

o local político onde queremos situar nossa produção – a produção de "muitas memórias e outras histórias" ou a produção de "suas memórias (trabalhadores) e nossas histórias".

O que indica e afirma o local político de onde falamos não é apenas o fato de recolhermos entrevistas com trabalhadores, geralmente pobres, de rastrear sua presença em diversos documentos produzidos para negá-los. Outros trabalhos, com outras perspectivas, também fazem isso. Queremos revelar o embate no horizonte das transformações sociais, analisar em que sentido elas se deram, abrindo o futuro para a ação de diversos protagonistas, estabelecendo o espaço político/social da fala.

O nosso discurso científico, como qualquer outro, não quer adquirir um salvo conduto no social, quer estabelecer e reafirmar o local de sua produção, não apenas em um grupo de pesquisa, mas também as visitas aos entrevistados ao local onde moram, em como se situam no contexto da cidade; também não pretende purificá-los ou pensar que são iluminados por serem trabalhadores, mas afirmar que, como construtores da história, procedem de acordo com as experiências das diversas pressões que estão submetidos, as condições para o funcionamento do campo de forças, no interior do qual todos nós estamos envolvidos, filiando-nos aos caminhos disponíveis.

Em Goiás os temas eleitos para entrarem na historiografia contemporânea remontam a 1930 como um grande processo de transformações, a nossa revolução burguesa, ou o processo em que uma ordem tradicional foi vencida pela força do capitalismo, a intervenção de Pedro Ludovico Teixeira. Quando se coloca Pedro Ludovico como expressão de uma época, ele é eleito como um interlocutor, vemos isso claramente em alguns estudos que discorrem sobre Pedro Ludovico. Em alguns, Pedro Ludovico emerge como o arauto representativo de uma região moderna do estado, se fixa como representativo de uma época e em seus ombros têm sido depositados diversos projetos que modernizaram o estado. Outros indicam com criticidade a presença dele na história/historiografia, afirmando sua condição oligárquica, mas, mesmo nessa forma de dar sentido ao processo, criticando-se Pedro Ludovico, não nega-se sua centralidade na história de Goiás.

Na medida em que nos afastamos dos marcos oficiais de memória, somos levados a acompanhar o processo de transformações como ocorreu/ocorre no cotidiano dos trabalhadores. A observação do cotidiano dos entrevistados, a maneira pela qual eles o organizam nas entrevistas, faz emergir espaços como família e o trabalho, nos quais tem pouca referência nos deslocamentos que experimentaram a atividade política, o suceder de prefeitos, governadores, presidentes, a participação em campanhas eleitorais. Essas são interferências que ocupam poucos espaços em suas vidas.

Observar o cotidiano desse mundo do trabalho em que entrecruzavam campo, cidade e ferrovia e verificar que nele as relações sociais não sofreram fraturas significativas, não foram muito alterados por nenhuma "revolução", uma revolução, revolta ou outros acontecimentos externos a ele pode nos fazer pensar que ele não estava em movimento ou que, mesmo em movimento, seu ritmo, de tão lento não o alterava no tempo. Dito de outra forma: quando analisamos as transformações do mundo do trabalho a partir de uma entrevista podemos minimizá-lo e enquadrar essas transformações como algo do indivíduo, que não se esvai para o coletivo.

Analisar o cotidiano destes trabalhadores tem sido um desafio, porque, sendo um processo que se desenrola lentamente, os seus laços com o passado, seja a vida familiar, seja a relação com a produção e o consumo, vão se alterando também lentamente, o que sugere que nele ocorrem pequenos, poucos e pontuais, traumas políticos, que não haveria pressões, conflitos e disputas ou que os grandes eventos políticos externos não os teria atingido.

O campo, como surge nas memórias desses trabalhadores, parece não ter sido fraturado diante de um grande trauma ou solavanco social que, de maneira repentina, mudasse o rumo de suas vidas. Assumir essa constatação como verdadeira para a "vida no campo" é identificar falsamente a ausência de um grande trauma, de pressões, de conflitos no dia-a-dia, de disputas. Alguns trabalhos sugerem que se pessoas possuíam um livre arbítrio social, se as relações sociais se davam de maneira horizontal, sem hierarquias, esse mundo só pode ser mudado por uma força externa àquelas relações, como o chamado da cidade, a entrada em uma empresa. De uma maneira grosseira, o campo seria a pré-história dos homens e das mulheres do Sudeste Goiano, na cidade é que ocorreriam as disputas políticas.

Analisar o cotidiano tem significado em algumas abordagens uma recomposição conservadora do social, desprovido de conflitos e completamente alheio ao mundo da política. Ao identificar na memória dos trabalhadores como se forja o seu cotidiano, desejamos explicitar como este se define e redefine a partir de embates. Concordamos com Maria Odila Dias (1994) quando, ao lidar com o quotidiano das mulheres pobres de São Paulo, no século XIX, afirma que nele se definem disputas travadas por muitos outros sujeitos e que a cidade emerge desses conflitos. Para a autora,

> Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o quotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidades de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia. Montailiou é uma urdidura de papéis sociais informais, de elos e intermediações do sistema de poder, que revela

> toda uma organização de solidariedade de vizinhança, de resistência, herética, contestadora, silenciosa e pertinaz; da mesma forma, o estudo do quotidiano dos escravos vem desvendando uma experiência cumulativa de improvisação, aculturação e resistência ao poder, que é nova e vem transformar a historiografia social da escravidão. (DIAS, 1994, p. 9).

Assim, o cotidiano não indica apenas a concordância dos trabalhadores com relações sociais em que a mudança é tão lenta e os poderes tão fortes que eles ficam totalmente sob controle, conformados com os termos do funcionamento da vida; também não indica o abandono do mundo da política e o refúgio na dura e desinteressante rotina da vida, no trabalho e na família. Para a autora o quotidiano pode expressar meios com os quais trabalhadores marginalizados conseguem construir, nas estratégias para a sobrevivência, linguagens políticas que indicam formas plurais e violentas de que a cidade se constitui.

Em uma conferência realizada na Índia, Thompson expressou o desafio de pensarmos a política no dia-a-dia dos trabalhadores:

> À medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, generais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena. Se nos preocupamos apenas com o tornar-se, então há períodos históricos inteiros em que um sexo foi negligenciado pelo historiador, pois as mulheres são raramente vistos como atores de primeira ordem na vida política, militar ou mesmo econômica. Se nos interessamos pelo ser, então a exclusão das mulheres reduziria a história à futilidade. Não podemos entender o sistema agrário dos pequenos produtores sem investigar práticas hereditárias, os dotes e, quando for o caso, o ciclo do desenvolvimento familiar. Por sua vez, essas práticas se apóiam nas obrigações e reciprocidade do parentesco, cuja manutenção e observância serão frequentemente encontradas nos encargos particulares das mulheres. A "economia" só pode ser entendida no contexto de uma sociedade urdida assim. A vida "pública" emerge dentro das densas determinações da vida "doméstica". (THOMPSON, 2001, p. 235).

Identificada a possibilidade de reconstituição de processos históricos no dia-a-dia dos trabalhadores, o primeiro desafio é justamente mudar o foco e um dos maiores é mudar o espaço de onde tradicionalmente acompanhamos o desvelar da política, sem, contudo, abrir mão dos pressupostos com os quais pensamos as transformações históricas,o que nos leva a um outro desafio, encontrar nestas transformações as diversas disputas.

No cotidiano da vida dos trabalhadores do campo, desviados dos grandes marcos consagrados pela historiografia, se revela uma dinâmica em que a família emerge como elemento forte nas suas estratégias políticas. Nas fraturas que ocorrem na família experimentam os grandes tensionamentos da vida social.

Assim, o Sr. José Francisco Inácio, ao iniciar a terceira entrevista que realizamos com ele, aponta, como grande fratura que vai determinar a vida de trabalhador na Fazenda Cachoeira, a sua vida sem mãe, que morreu assim que ele nascera, e sem pai, que o abandonou recém-nascido, indo para Pires do Rio.

> Contá quando eu nasci, né, contá a minha vida indesde que eu nasci. Primeiro eu vou contá o que os outro me contou né? Meus pai é mineiro, é nascido e criado em Estrela do Sul, vieram prá fazenda do José Vigário. Meu pai era pião, adomador de animal, carreiro, minha mãe doméstica, quando ela tava esperando prá ganhar nenê que sou eu, ela rezava pruma santa, prá contá o dia dela morrer. Quando ela tava esperando prá ganhá nenê que sou eu a Santa avisou que era para ela arrumar uma pessoa pra mim criar, que ela não ia me criar não, ela ia morrer, tinha chamado ela.
> Aí ela arrumou tudo, matou capado, fritou arrumou tudo e pediu a velha para mim criar e a velha: O que é isso Bertulina, mulher sadia, corada, trabalhadeira igual a você, comeu carne fresca, variou, não é verdade, aí a velha pegou e falou que me criava.
> Na noite, dia vinte e quatro de julho chegou a verdade, quando eu nasci, ela morreu, o pai sumiu no mundo e essa velha me criou, mas eu sofri demais na minha criação, muito mesmo.
> Quando meu pai me largou eu tava com cinco dias, aí sumiu, aí eu sofri demais na minha criação, trabaiano, judiado demais, trabalhava demais. Eu já tava com dezenove anos quando conheci meu pai.
> Hoje sou um aposentado prejudicado no vencimento, a vida é essa.[14]

A centralidade de sua vida é posta na família: a morte da mãe, no parto, e o abandono do pai demarcaram sua permanência na fazenda onde viveu e trabalhou até ser despedido por um dos herdeiros e, então, entrar na ferrovia para trabalhar.

Também o Sr. João Modesto indica no início da entrevista um trauma familiar como causa dos sofrimentos que teve no trabalho nas fazendas:

> Aí eu vou contá pra você, do princípio, o começo, o fim, até agora adonde eu cheguei, sabe? Primeiro eu morava em Nova Aurora (pausa) a minha mãe (pausa) eu já tava com uma idade de mais ou menos uns nove anos de idade eu fui numa fazenda (pausa) levá uma cabrita e minha mãe queria fugir com um marido (pausa) com marido de Nova Aurora ir embora esparramá os filhos.
> Aí eu achei que ela ia mandá despachá os outros mais ia ficá quieta em Nova Aurora, mas justamente ela não ficô quieta porque ela aproveitô o embalo pra podê saí pros fio ficá deslocado.
> Então como teve uns que não teve jeito de saí da barra da saia dela pra deslocá igual, igual, (pausa) leva uma cabrita vermelha lá onde era do Rosa Totico, pegá essa cabrita aí eu cheguei lá, nóis posô porque a distância era muito longe, nóis foi levá essa cabrita de condução.
> Quando foi pra voltar, nóis foi voltar a pé e nóis não sabia do caminho atalhô, nóis travessô por aquela vorta assim, saí lá naqueles mundo fizemos a

[14] Entrevista realizada com o Sr. José Francisco Inácio, em 5 de agosto de 2002.

> vorta e lá nóis vem sabe, lá envem, e minha mãe já tinha dado eu pra essa Joana Totico, Totico Rosa, sabe.
> Aí nóis enven, com muita sede e nóis não sabia, sabe, aí nóis até mijô na folha pra bebê, pra matá a sede, sabe
> Não achava água, falei como é que nóis vai faze Vinin? fi do Rosa, como é que nóis vai fazer Vinin, mijá na folha, bebê água senão nóis não sabe onde tem água, onde nóis estamos nesses alto aqui, se nóis pudesse caçá um corgo, nóis achava fundamento, nóis não tem condição de ir porque nóis tava bem com fome sabe.
> Cheguei lá em casa rapaz, cheguei lá em casa, a minha mãe tinha ido embora cabô a fome, cabô a sede, cabô tudo, sabe aquilo pra mim foi chorar e pensá onde a minha mãe tava que tinha me largado.
> E os outros tinha escola não tinha jeito muncado meu pai levô e esparramou pros outros, sabe. Falei, nossa como é que eu faço não vejo meus irmãos mais, não vejo minha mãe mais, quando é fé ela apareceu no outro dia lá, vortei pra roça onde ela tinha me dado, aí vortei pra roça cheguei, cedim, tempo dum frio que tava caindo geada, chegô minha mãe com meus irmão lá, eu dei de reformar um pouquim a alegria, sabe dei de reformar fiquei alegre, mas eu achei que eu ia com ela, mas ela me deixô chorando teve que eles me pegá e me amarrar, pra mim não podê ir acompanhar ela, ficô os outros também, aí os outro punha assim no calor do fogo, assim que eles nem mexê com os dedo não mixia de tão intanguido que tava o caçula que tava junto com ela, da parte de irmão legítimo meu (...) quando é fé meu pai vai lá e busca ele prá levá, pra esparramá pra outras casa, repartir lá pro Lindolfo Dito ficou uns irmão meu e uma irmã, esses ficô mais alegre ficô dois numa casa, agora eu fiquei sozinho.[15]

Em um relato difícil de ser formulado, com diversas pausas, o Sr. João Modesto narra o abandono familiar, sua saída da cidade de Nova Aurora e sua ida para a fazenda do proprietário "Totico" Rosa, onde começa a trabalhar. Em outro momento da entrevista, demonstra a amargura com o pai, que não se diluiu no tempo; conta que quando este estava prestes a morrer, em Caldas Novas, pediu a presença do filho, que se recusou a ir vê-lo.

Dona Guimar também morou com a família numa relação de agregação até se casar com o Sr. Gaspar, que foi para a ferrovia. Afirma as dificuldades de quando era nova e trabalhava como doméstica em casas de fazendas da região, tanto na fazenda onde morava, para a proprietária Iaiá, quanto em outra fazenda próxima, para "Arcídia"; nas dificuldades daquele tempo atribui à morte do pai. Dona Guimar conta:

> Trabalhei. Nossa Senhora, eu já trabalhei muito na vida, Paulinho. Trabalhava prá Iaiá, empregada muito tempo na Iaiá, ela era boa demais prá mim. (...) fiquei muito tempo na Arcídia, fiquei vinte e cinco dia, aí meu irmão foi o cumpade João Lobato, chegô lá eu tava lavando um tanto de roupa, acho que isso tudo ajudô acabá com a saúde mais cedo. Pô no arame podê torcer os cobertor, ou cabá de torcê assim de peso, aí quando chegô lá em casa, ele ia pro quartel lá em Ipameri; chegô lá em casa falô assim: Mãe a

[15] Entrevista realizada com o Sr. João Modesto da Silva em 19 de julho de 2008.

> senhora vai de tarde, não é para a Guimar trabalhar lá mais não de jeito nenhum. Fiquei com dó de vê o sofrimento dela lavando roupa lá, molhadinha. A gente trabalhava Paulim, a Arcídia era ruim, nóis era duas ajudante, a gente conversava um pouquim trabalhando ela gritava com a gente. (...) Eu sofri quando era nova, porque meu pai morreu, aí nóis ajudava a trabaiá eu trabaiava na Iaiá ela era boa para mim. (com ênfase). Ela mim pagava bem. De tarde ela falava, espera o Natal saí que eu vou te dá uns trem escondido (risos).[16]

Dona Guimar imputa à saída da casa para trabalhar na casa dos outros a morte do pai, o que ocorreu quando tinha doze anos. Diferencia as duas patroas quanto à relação mantida com elas no trabalho. Assim, com a Dona Iaiá, além de ter um salário maior, havia cumplicidade na relação pessoal quando as duas driblando a vigilância do marido da Dona Iaiá, Natal, criavam pequenos ganhos para dona Guimar. A experiência do trabalho doméstico é esclarecida e influenciada pela intervenção do irmão, prestes a servir no quartel do exército em Ipameri.

O Senhor Barnabé Martins Moreira, que também trabalhou como garimpeiro e braçal, aposentando como feitor da empresa, explicita como causa do início dos trabalhos no campo a separação entre o pai e a mãe:

> Meu pai no princípio era professor do estado. Então contá logo tudo. Não combinou bem com minha mãe né e se separaram, então a mamãe criou nóis dois filho e foi prá três e assim sem meu pai. Meu pai era muito conhecido aqui e então mas aí não puderam combinar ficaram aí uns vinte anos separados, não, não é bem vinte anos é dezoito anos de separados a mamãe casou a segunda vez, aí já casou com um agregado do Cassiano Borges na fazenda do Senhor Zoroastro.[17]

O episódio de separação dos pais foi significativo na vida do entrevistado pois demarcou sua ida para trabalhar, numa relação de agregado, com fazendeiros, sendo que, depois de uma briga com os proprietários, sai da fazenda e executa alguns trabalhos, entrando depois para a ferrovia, onde se aposenta como feitor.

A Sra. Percília[18], atualmente aposentada, que tem um tear em casa, morava em um sítio no município de Goiandira, mas com a doença do marido, veio com ele e as duas filhas para Goiandira; logo depois o marido morreu.

O Sr. Valdivino Dias dos Santos, recompõe o sofrimento de trabalhador no campo devido à morte da mãe e do pai:

---

[16] Entrevista com Guimar Calixto Raimundo, realizada no dia 20 de julho de 2002.
[17] Entrevista com Barnabé Martins Moreira, realizada em 27 de abril de 2002.
[18] Entrevista com Percília Delfino de Castro, realizada em 19 de outubro de 2005.

> A minha vida foi assim (pausa) é criado de pequeno eu e dois irmão; mais velho sou eu, nóis não conheceu pai (pausa) porque minha mãe morreu primeiro (pausa) e depois foi meu pai. Então, meu pai morreu nóis, ele morava, ele trabaiava na Estrada-de-Ferro, e cuidava de nóis três assim mesmo.
> Fazia comida, deixava prá nóis. Ia pro trecho trabaiava, tarde ele tava depois do serviço e nóis pequeno, o mais grande tinha três anos. O mais grande era eu (...) E aí ele adoeceu, meu pai adoeceu. E eles levaram ele prá Araguari. (...) Então eles levaram ele já mal, a gente assim era menino, não coisava nada né, não entendia nada de, então é assim que eles me contava, então levaram ele prá Araguari (pausa) Aqui na tal Serra da Bucaina, ele faleceu lá, aí eles não trouxeram ele prá cá, levaram ele prá lá, lá arrumaram e sepultaram ele.[19]

Após a morte do pai os sofrimentos: experimentou surras e os trabalhos que era obrigado a fazer para continuar a morar nas casas para as quais era levado. Uma das angústias que carrega é de não saber onde o pai foi sepultado.

Estas e outras narrativas indicam grandes traumas que certamente apenas se tornam públicos em entrevistas como estas. A proximidade ou o distanciamento em relação à família corresponde ao maior ou menor poder de barganha ou à maior ou menor possibilidade de estar exposto à exploração no meio social.

Essas experiências narradas indicam a importância das entrevistas, que permitem que se revelem acontecimentos que, não encontrando meios de se exprimirem no social, foram guardados no interior das relações familiares. De acordo com Portelli:

> Uma coisa que a História Oral pode ver, que todos os arquivos e a História convencional não vêem, é precisamente a vida quotidiana. Por exemplo, sobre a história das mulheres, a história da família, a história da casa, do espaço doméstico, ou seja, são coisas que só podem ser tocadas por meio das fontes orais, ou que se tocam melhor com as fontes orais.
> A tônica sobre as narrativas traumáticas me parece uma coisa importante (...) No entanto, tem o problema de concentrar tudo sobre grupos restritos e sobre acontecimentos pontuais. Deste modo, quando se põe toda a tônica sobre a história traumática, vê-se menos a "longa duração" da história. Parece-me que o que se poderia fazer é questionar como o elemento traumático afeta a vida cotidiana e como é relatado. (ALMEIDA; KHOURY, 2001/2002, p. 34).

Queremos aqui ver, na "longa duração" da história, os significados de traumas que generalizados na memórias oficial contam com alguns poucos protagonistas e se fixam a um tempo e a um espaço determinado. Queremos ver exatamente "como o elemento traumático afeta a vida cotidiana e como ele é relatado" por outras memórias, que não necessariamente dele tem consciência. Diante desses traumas parece pouco constituir seus significados apenas

[19] Entrevista com Valdivino Dias dos Santos, realizada em 2 de fevereiro de 2008.

indicando como, no capitalismo, se mantinha mão-de-obra nas fazendas; identificaríamos a crueldade feita a crianças de nove anos a serviço de proprietários com a roupa do corpo, apartados da família, tomando surras diárias e muitas outras, mas se as interpretássemos de forma geral, partindo de marcos autorizados, estaríamos contando a mesma história, acontecida, num tempo distante, num espaço restrito, a "tipos" restritos e não a agentes, sujeitos com identidade própria, existência "real". São memórias que dificultam para o historiador, principalmente quando ele se situa de maneira próxima a essas mudanças, interpretá-las, em alguns momentos nos indagamos de qual autoridade nos baseamos para estabelecer em dramas tão terríveis, um "tema" para uma tese, mas inclusive por respeito a essas memórias, não se pode com elas apenas enriquecer um conceito de trabalho no campo, considerando-se que o maior desrespeito que se tem cometido com elas é justamente jogá-las no passado em um só lugar do espaço social vivido apartando suas relações com dinâmicas posteriores. Entender nestas entrevistas como os seus protagonistas não foram redimidos com a ida para a cidade ajuda a nos precavermos contra compreensões que os colocam e os diferenciam no interior de ciclos econômicos e históricos específicos.

Interpretar essas memórias de início exigiu que saíssemos de qualquer entendimento dado pela historiografia ou pelo livro didático e valorizássemos na construção científica as falas dos entrevistados e a dinâmica do cientista. Tivemos que enxergá-las nos meandros das histórias, construção plural, portanto de "todos nós", conforme Portelli:

> Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você "recorda" a história, mas memória "como" história. Nisto é que temos trabalhado constantemente. (...) insistindo no fato de que a memória é um processo, algo que está acontecendo agora, do qual todos participamos. (PORTELLI, 2000, p. 69)

Parte da relação das memórias com o campo será discutida no segundo capítulo; aqui neste momento, queremos entender a que perigos estes sujeitos estiveram/estão expostos diante do social como se posicionam em relação às pressões que sofreram/sofrem.

Ao recordarem com dureza a vida no campo é bom frisar ter sido uma vida dura mesmo, uma realidade em que a expropriação para o trabalho atingia abruptamente a família.

Com sutileza, as entrevistas abrem canais em que o campo dialoga com condições do presente. Acompanhando-se com atenção a fala do Senhor José Francisco, pode-se

perceber que ele estabelece uma ligação entre passado e presente: se, no início da entrevista, recorda do abandono, do sofrimento da vida longe da mãe e do pai, no término lembra da condição de aposentado, das lutas por reajustes, das ações na justiça para aumento de salário, do fato de receber menos do que os outros.

Dona Guimar lembra que as duras condições do trabalho de doméstica para fazendeiros ajudaram a acabar com a saúde mais cedo. Assim, os significados que atribui ao passado emergem imbricados com as lutas pela sobrevivência que trava nos dias atuais, como portadora de diabetes, na relação de dependência que tem com seus filhos.

Para o Sr. João Modesto, a dimensão do campo se desnuda em um processo ainda em curso, como trabalhador, hoje diarista, tem na relação de trabalho com o campo a complementação da aposentadoria que ele e a esposa recebem. O trabalho que ele exerce junto com o filho se configura em uma atividade imbricada com a vida na cidade, onde eles contratam trabalhadores e o Sr. João exerce a função de gerente deles, dos quais cobra cinco reais por dia pelo aluguel das ferramentas.

Havia marcado para começarmos a entrevista no domingo às nove horas. Quando cheguei na casa do entrevistado, pude ouvir uma briga entre ele e os dois filhos, rapazes solteiros que moram com ele na casa. O motivo da briga foi os filhos terem chegado àquela hora em casa, terem passado a noite na rua, estarem os dois embriagados. Discutiam; o Sr. João Modesto criticava o mais novo pelo fato dele não querer estudar nem trabalhar em serviço com carteira assinada, preferindo ficar andando pela rua com o carro que comprou. O filho mais velho trabalha com o pai, por dia, em fazendas da região, fazendo serviços como capina, cerca, plantio etc. e os ganhos são divididos de maneira igual entre os dois. A crítica do pai a este era pelo filho não seguir a disciplina do pai no trabalho; o Sr. João Modesto reclamava que a indisciplina do filho encoraja os trabalhadores que contrata a não se dedicaram com empenho às tarefas.

Chamando-o fora da casa, acertamos que não havia condições de realizar a entrevista na casa dele, optamos por realizá-la na casa onde moro.

O Sr. João Modesto, indagado em relação à sua vida no campo, respondeu:

> Eu canso de avisar pros meus filhos: “filho ocês não sabe a vida, o sofrimento que eu já passei. Se eu contá metade da minha vida, porque pra trata d’oceis trabalhei pro seu Valdemar, trabalhei pra muita gente, a troco de um litro de manteiga, pra tratá d’oceis, meu filho, dois dia por uma quarta de arroz, o que vale uma quarta de arroz? pra socá no pilão, quê que vale isso?!/”

> Não tem situação, levei uma vida sofrida, não tem outro laceio, se tivesse outro laceio até que ocê ia fora (...) sabe adonde que ocê vai sair, adonde que ocê vai todo mundo faz essa análise, agora hoje não, hoje nóis manda no povo e o povo não manda nim nóis (...) hoje se eu falar Paulo eu quero tanto o dia hoje se você não pagá eu não venho você fica com o serviço, pra fazê.
> Agora hoje não, eu trabaio aqui, eu compro quase uma caixa de óleo, eu ganho trinta e cinco conto, lá no Nego Vieira, e tô trabaiando barato, sabe vou passar o meu dia a quarenta, sabe.
> Porque eu não tenho carteira assinada, eu não tenho nada, então é nóis que manda nocêis, fazendeiro não manda ni nóis mais. Antigamente não, eu ia lá fazendeiro queria fazer conta da água, a casa velha que nóis morava, os graveto.[20]

As lembranças do campo para o Sr. João Modesto estão atualizadas em suas condições de vida e de trabalho, por um lado, mas, por outro, recebendo um salário mínimo de aposentadoria direito que a esposa também conseguiu, vangloria-se de ter um certo espaço de poder na negociação pelo dia de trabalho, o que poderia significar melhora. A circunstância dele e a esposa receberem dois salários mínimos é lida não apenas como uma condição de vida melhor na cidade, mas é também interpretada enquanto parte de suas trajetórias de trabalhadores, a que têm direito pelas explorações que sofreram.

Uma outra questão com que fomos lidando na construção/interpretação das entrevistas foram os campos de força que se forjam e de onde resultam as diversas memórias possíveis.

Procuramos formas de valorizar as entrevistas e acabamos por amarrá-las, não permitindo que delas surgissem indagações sobre o mundo dos trabalhadores e suas mudanças. Memórias possíveis nos alerta para rumos que pessoas desconhecidas tomaram diante de pressões que experimentam, abrindo as muitas possibilidades que estiveram abertas, exploradas ou não. Nessa reflexão, concordamos com Portelli:

> Assim sendo, o marco das memórias possíveis é, ao mesmo tempo, infinito, pois não há um limite para o que as pessoas possam pensar ou recordar e, também, finito, pois há um limite que está fundado sobre um acontecimento muito específico. Desta forma quando falamos dessas memórias individuais, há uma parte disso que se pode tratar como uma ferramenta comparativa e estatística, porque há coisas que são compartilhadas e que se pode relatar, mas há outras coisas que são qualitativas, no sentido em que há o encontro entre um acontecimento, um lugar e uma subjetividade individual, uma história pessoal, individual, um passado e um futuro individuais. (PORTELLI, 2002, p. 32).

O debate em torno das memórias possíveis nos ajudou a avançar em algo que nos foi imposto como crítica a história de indivíduos. Mas, estas não ocorrem apartadas de

[20] Entrevista realizada com João Modesto da Silva em 19 de julho de 2008.

dinâmicas sociais, portanto não é um refúgio do qual passam distantes as teorias da História, os debates metodológicos etc. A história oral permite que um "fato" seja identificado dentro de um imenso vocabulário de indivíduos cujas lutas e disputas não são ordenadas na explicação do fato, mas este se institui a autoridade justamente por negar várias vozes e elegendo outras. Permite ainda contestar uma ideologia dominante por meio da qual fatos, conceitos, metodologia não apenas se sobrepõem ao mundo dos trabalhadores mas também fixam-no com ferramentas de dominação. Concordamos com Portelli (2002, p. 45): "a história oral é precisamente um método para contestar, para dizer não a essa ideologia hegemônica, pois há sempre uma intenção popular, uma participação popular nos acontecimentos históricos".

A crítica dirigida ao nosso trabalho entende que a construção de memórias na oralidade, para ser transposta para o nosso terreno da História, necessita ser filtrada por procedimentos rígidos e que, para se estabelecer a relação do historiador com as memórias, não há suporte suficiente. Cobra-se das memórias e do historiador que com elas lida um diálogo adequado com a História que seja perpassado por uma discussão historiográfica, favorecida pela teoria da história, que conta com diversas matrizes à disposição do historiador ou da Filosofia. Os termos desse debate, nem sempre explicitados por nós, tem provocado um certo acanhamento em muitos historiadores por ser lido por alguns como se não produzisse teoria, mas apenas uma prática que, por não se basear em um campo teórico, não oferece fundamentos científicos.

Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado colocam com propriedade os termos dessa crítica:

> Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho, funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da história oral – o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de *suscitar*, jamais de *solucionar*, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas.
> As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história. Aí se agrupam conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico. O entrevistado "se esquece" sempre de um conjunto específico de acontecimentos que vivenciou? Cada grupo de informantes situa em datas diferentes determinado fato histórico? Sendo uma metodologia, a história oral consegue enunciar perguntas como essas; mas, exatamente por ser uma

> metodologia, não dispõe de instrumentos capazes de compreender os tipos de comportamentos descritos (bastante comuns, aliás). Apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo, pois se dedica, entre outros assuntos, a pensar os conceitos de história e memória, assim como as complexas relações entre ambos. (grifo das autoras). (AMADO e FERREIRA, 2005, p. 16).

A observação feita pelas autoras, que pode ser lida como crítica a muitas pesquisas, inclusive à tese que aqui apresentamos, nos oferece uma oportunidade de identificar o que fazemos na academia. Para avanço no debate, considero importante entendermos o que está em jogo. Ao se imputar ao terreno das memórias e sua expressão na oralidade a classificação de metodologia, qualifica-se esse procedimento como organização de "material" bruto: quem vamos entrevistar, que tipo de entrevista vamos fazer, qual tema vamos abordar etc. que, contudo, não revelaria uma teoria apurada, que deve ser buscada no armazém da História, onde permanece guardada à disposição do historiador.

Um caminho fácil para o debate seria entrar no terreno do adversário e dali construir a argumentação para a resposta, dizer da falsidade dessa afirmação, ou, de maneira mais suave mostrar a inadequação dessa afirmação. Mas, neste caso, estriamos considerando apenas que, ao lidar com conceitos que são históricos, podemos assumir – e assumimos - uma posição política diferente em relação às mais aceitas na disciplina. Isso seria uma disputa apenas por definir quem é um historiador mais apurado e mais ético frente à disciplina, mas também para estabelecer no passado, e na história da nossa disciplina, o confronto entre as posições.

Não optar por esse caminho não é fugir às críticas à nossa posição nem esquivar saber quem é o historiador mais historiador, apenas não é necessário fazer isso. Para fazer o trabalho que estamos fazendo, tão somente devemos indagar quais compromissos estamos assumindo frente ao presente, para onde aponta o nosso trato com as memórias, que pacto estabelecemos com o social para revelarmos na academia essas memórias.

Essa reflexão nos leva ao debate, afinal o debate que há algum tempo estabelecemos com parte da historiografia britânica, notadamente com Thompson e Williams, que se fundamenta na tentativa de questionar os conceitos como explicações assépticas para os problemas do fazer histórico.

Não basta entender os conceitos como "capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico". Para Williams, com o qual concordamos, os conceitos são problemas. Considerá-los assim não significa abandonar a prática histórica científica e tomada como um local seguro onde a História se revelaria

purificada e descontaminada desse social, é tão somente pensar como processos históricos protagonizados por homens e mulheres nunca estão acabados por estarem sempre em disputa.

Desse modo as memórias das pessoas não nos permitem enriquecer conceitos já prontos, mas podem colocá-los nos processos densos e tensos onde são feitos e refeitos, para constituí-los em problemas, a partir dos quais, conforme Raymond Williams podemos tentar recuperar a substância da qual originam os fatos. Raymond Williams, quando problematiza o conceito de cultura também nos alerta para necessidade de pensar os conceitos como movimentos históricos ainda não definidos. Para o autor:

> É impossível, portanto, realizar uma análise cultural séria sem chegarmos a uma consciência do próprio conceito: uma consciência que deve ser histórica, como iremos ver. Essa hesitação ante o que parece ser a riqueza de uma teoria desenvolvida e a plenitude da prática consagrada, tem a inabilidade, e até mesmo a inépcia, de qualquer dúvida radical. É, literalmente, um momento de crise: um salto na experiência, um rompimento no sentido da história, que nos faz recuar em relação a tantas coisas que pareciam positivas e ao nosso alcance – todas as inserções já prontas numa argumentação crucial, todas as entradas acessíveis à prática imediata. Mas essa compreensão não pode ser obstruída. Quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos – os conceitos, como se diz, dos quais partimos – não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos, não há sentido em dar ouvidos aos seus apelos ou seus entrechoques ressonantes. Resta-nos apenas, se pudermos, recuperar a substância de que suas formas foram separadas. (WILLIAMS, 1979, p.17).

Idealizar os conceitos enquanto ferramentas postas à nossa disposição no armazém da História, de onde os retiramos para aplicá-los em realidades distantes no tempo e no espaço, presta o desserviço de não entender que os próprios conceitos são históricos, forjados para dar sentido a um fato ou um processo específicos, próprios de determinados tempo/espaço histórico e que por isso, se filia a esse tempo/espaço histórico, compactuando com ele na negação ou afirmação dos seus termos.

É importante observar que não pensamos que estamos estabelecendo a melhor relação entre passado e presente, também não queremos situar a disputa no terreno de quem está certo ou quem está errado, queremos explicitar que a tese *se baseia com e se alinha às* memórias de trabalhadores ainda inseridos no tempo presente com os quais queremos estabelecer pactos.

A leitura e releitura das entrevistas levou ao amadurecimento da pesquisa, processo sempre em construção num espaço que é, ao mesmo tempo, acadêmico e, político. O tema campo emergiu e tomou forma a partir de uma preocupação política em trazer para o processo de transformações ocorridas na segunda metade do século XX as pessoas não

públicas que dele participaram, não como vítimas ou heróis, mas como protagonistas desse processo - uma afirmação simples posta por Marx há muitos anos: os homens sempre fizeram sua história, nem sempre do jeito que queremos, mas fizeram opções ante às situações diversas que viveram.

O amadurecimento da pesquisa e da revisão da relação política com os entrevistados não é a mesma coisa que o amadurecimento do indivíduo, mas é o resultado de como o tema do "campo" foi sendo (re)definido na própria redefinição que procedemos dos sujeitos políticos que fizeram/fazem sua história.

Nas memórias desses protagonistas se observa uma dinâmica social que estabelece ora uma luta por direito ao presente ora uma denúncia contra as pressões do passado que os isolam desse presente. De uma forma ou de outra, nenhum deles quer voltar ao campo, voltar a morar, entender essa relação exige que repensemos inclusive a relação tradicional que temos estabelecido entre a vida material e a produção cultural dessa realidade vivida e construída.

Conceitos prontos observados na teoria da história, como os de cidade e de campo, não apenas dão a última palavra na forma adequada com a qual o olhar do historiador tem de ser usado, mas traduzem em sintonia, queiramos ou não, os termos em que nestes espaços estão ou não inseridos as ações e o papel de seus atores, como protagonistas ou como figurantes. Não apenas estabelecem os limites adequados para o trabalho mas também podem muito bem estabelecer o controle dessas memórias e, assim, asfixiar a dinâmica social por dissociar o acontecimento de seus atores, congelando-os e isolando-os no tempo e espaço. Desse modo, a teoria produzida por alguns é colocada no nível mais alto da pirâmide da História, que é sustentada pelos pilares dos conceitos.

Consideramos que todas as memórias analisadas em uma pesquisa se revelam em um campo teórico e metodológico próprio e, assim, estabelecem um pacto com o presente, por isso, não há teorias, metodologias, conceitos que possam nos privar de pactuar com um campo de memórias do presente. Nesse sentido nós, da História Social, somos instigados - mas nem sempre assumimos o compromisso – a lidar com oralidade e com as memórias não enquanto objetos dos quais é possível extrair e fazer brotar a História, a ciência, a disciplina, mas, a *memória como história*.

Na área das memórias possíveis investigamos como a relação com a cidade, hoje, impõe maneiras de ordenar a relação entre passado e presente. Os entrevistados, em sua maioria, recebem pensão ou aposentadoria, que adquirem, para eles, interpretações distintas.

Os aposentados e pensionistas basicamente se dividem em dois grupos, uns que recebem o "benefício" por terem trabalhado na ferrovia e se aposentado por tempo de serviço, mas que antes, durante ou depois do trabalho na ferrovia, desenvolveram atividades no campo, outros por terem desenvolvido predominantemente atividade de trabalho familiar no campo, conforme estabelece a legislação:

> São segurados obrigatórios especiais: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.
> Regime de economia familiar consiste em atividade na qual o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência do trabalhador, e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados. (WEINTRAUB, 2004, p. 34).

Tem direito a essa aposentadoria quem trabalhou no campo sem uma relação assalariada, nas formas de produtor, parceiro, meeiro ou arrendatário rural. Para comprovação exige-se o testemunho, geralmente, de um proprietário rural, em cuja propriedade efetivamente o interessado trabalhou nesse regime de produção, sem ser assalariado e sem ter contratado ninguém para o trabalho. Essa exigência condiciona a recondução de suas vidas ao campo em uma teia imbricada em que uma atividade no passado garantiria um direito no presente. Para comprovação, em uma audiência esses trabalhadores são instados pelo juiz a falarem sobre coisas da roça; quanto tempo uma galinha leva para chocar os ovos, estação apropriada para plantio, nomes de peças de carros de boi etc., são situados no passado para poderem ter direito ao presente.

A "vida na roça" se revelava-revela um campo de forças, do qual saem memórias possíveis. As memórias individuais das pessoas que trabalharam predominantemente na ferrovia em duras condições revelam uma amargura com a empresa ferroviária, a Estrada-de-Ferro Goiás, a que mesmo que não mais exista e que seus vencimentos e reajustes sejam de responsabilidade do INSS, ainda culpam pela defasagem salarial, seja de maneira explícita ou ligando-a a um governo. Desse modo, o campo, em suas memórias, é recomposto como um tempo e um espaço melhores.

Para os que recebem a aposentadoria pelo trabalho no campo em "regime de economia familiar" e ainda trabalham como diaristas a aposentadoria garante o mínimo para a subsistência e permite uma melhor negociação nos contratos com fazendeiros para prestação

de serviços. Para eles, o campo é duplamente presente: o sofrimento do passado que presentifica em um direito e os de hoje, quando morando na cidade, trabalham no campo.

Nessa relação de forças, as memórias não são aplainadas ou amarradas a significados únicos, fixos. Essas memórias, com suas diferenças, emergem de um espaço social comum nas pressões e se mostram nas diferentes respostas que esses trabalhadores dão.

Por isso, não se forjou dois grupos de memórias: o dos que trabalharam no campo no passado e hoje não o tem mais como referência de sustentação de suas vidas na cidade e o de trabalhadores para quem a relação com o campo ainda é uma dinâmica de sustento na cidade única ou como complementação ao que recebem de aposentadoria. O esforço foi de não "condicioná-las", mas permitir que surjam nas diferentes possibilidades.

Nas primeiras entrevistas que fizemos, com pessoas que têm como referência o trabalho na ferrovia, observamos como elas afirmam sua relação com o passado no campo, diante da pergunta para situarem como foi a vida no campo. Observemos como a Dona Guimar recorda da sua vida no passado:

> No começo Paulim, a gente penô, mas, com tudo isso, parece que naquele tempo as coisas era trabalhosa mas tá mais fácil do que hoje; hoje tem muita coisa diferente, coisa ruim, até a criação dos netos. Os meus filhos, graças a Deus, são bons demais pra mim; os netos, a gente vê fazer alguma coisa que não agrada, fazer o quê? Vai falar, eles fala é a criação de hoje.
> Colhia muito mantimento, tinha tuia de arroz, feijão, trabalhava muito, tinha fartura. [21]

Poderia se supor, de maneira apressada, que a fala traz uma idéia de campo apenas como espaço físico e vida passada, dissociada de sua vida na cidade no presente. Em "As coisas era trabalhosa mas tá mais fácil do que hoje; hoje tem muita coisa diferente, coisa ruim, até a criação dos netos." e ainda em "a gente vê fazer alguma coisa que não agrada, fazer o quê? Vai falar, eles fala é a criação de hoje.", poderia se inferir, e muitas interpretações têm feito isso, que, para Dona Guimar, existiam duas dinâmicas de vida: uma no campo, no passado e outra do mundo de hoje, na cidade. O campo, situado no passado, representaria um mundo em que as condições tecnológicas eram piores, mas a vida era melhor. O avanço nas condições de vida dissociaria campo e cidade, no tempo e no espaço.

Mas, com outra postura, pensando-se a sua fala como envolvida no social, podemos identificar que, mais do que campo e cidade, sua fala interpreta uma trajetória de trabalhadora, de quem, após ter trabalhado muito, foram roubadas as condições dignas de vida. Muito mais do que campo e cidade, sua fala identifica alguém que, na dinâmica social,

[21] Entrevista realizada com Guimar Calixto Raimundo em 20 de julho de 2002.

foi apartada das condições de gerir sua própria vida. A pensão, as filhas recebem por ela, a rotina do tratamento médico para o diabetes e suas complicações segue um ritual do qual, mesmo sendo a parte principal do tratamento, é alheada. As filhas marcam as consultas, os filhos revezam para arrumar carro para levá-la, as filhas fazem as compras. Gerir o próprio dinheiro não é levado à efeito por ela.

Assim, no tratamento com os filhos afirma a positividade da presença deles junto a ela: "Os meus filhos, graças a Deus, são bons demais para mim". A bondade dos filhos é transmutada numa relação de total dependência deles: da casa onde mora, do recebimento da pensão, de gerir o dinheiro que é seu, do cuidado da casa, que outras mãos movimentam, do conhecimento que outros manipulam. No reconhecimento da bondade dos filhos, Dona Guimar se sente alijada do corpo de conhecimentos e valores do presente: "os netos, a gente vê fazer alguma coisa que não agrada, fazer o quê? Vai falar, eles fala é a criação de hoje". Os valores sociais que fizeram parte da criação dos filhos, não são tidos como válidos para o presente.

Nesse ponto, é preciso cuidado para não procedermos a uma inversão. Usualmente reconhecemos que a fala dos velhos é naturalmente diferente da fala dos novos, devido a com elas haver uma contraposição passado/presente, desconsiderando-as como construções contemporâneas. Como os velhos tiveram uma vivência no "passado", normalmente reconhece-se o direito deles a esse passado, e os direitos dos novos, que têm uma "vida ativa" no presente, de igual modo, a esse presente.

Essa interpretação traduz não a sucessão passado/presente, mas as maneiras tensas com que forças, situadas no mesmo tempo, presente, se alinham no embate por esse presente, todas manipulando politicamente o mesmo passado. Joga-se, relega-se, via memória, um grupo ao passado, e assim apaga-se os rastros da disputa, reconhecendo-se como natural a situação, procedendo-se a alianças inclusive com produções acadêmicas.

O historiador não precisa de documentos para provar que os relatos e interpretações se dão num mesmo tempo. Tanto os filhos (os novos) como os pais (os velhos) partilham das condições sociais de um mesmo tempo, de um mesmo espaço. Desse mesmo tempo, presente para todos, o passado é uma dimensão de todas as pessoas partilham também, como tempo que antecede e como fator de disputa para se situar em relação ao presente.

A partir da mesma pergunta, "seu" José Francisco recompõe seu viver no campo:

> A minha vida de carreiro, lá na fazenda, era boa; chegou o tempo de moagem de cana, eu levantava de madrugada, uma hora da manhã, ia pro engenho. Seis hora da manhã, terminava o engenho, eu ia, sortava os boi que

> tava lá no engenho e ia tirá leite; tirava leite de quinze, vinte vaca; acabava de tirá leite, o meu ajudante - diz candieiro - tava com os boi no curral; nóis cangava os boi pra nóis ir pra roça; cangava os boi, ia lá dentro comia um pouco de trem; ia, lá, numa distância longe demais buscá uma carrada de lenha. Vortava, armoçava; onze e meia, meio dia armoçava; vortava, ia pro canavial, buscá lenha, cana, longe. Chegava de tardezinha, sortava os boi, descarregava o carro; sortava os boi e i aí eu já sabia, tempo de moagem, sortava os boi, já ia de tardezinha buscá e fechá boi no curral prá de madrugada. E outra coisa tamém: tinha que lavá o engenho todo dia; lavava o engenho bem lavadinho para o outro dia; arrumá as vasilha, os coxo, botá as bica no lugá pra garapa corrê; quando eu acabava de arrumá tudo isso já tava de noite. [22]

O Sr. José Francisco também reconhece o cotidiano da vida no campo como positivo: "A minha vida de carreiro, lá na fazenda, era boa.". No entanto, quando fala da experiência positiva do passado, situa-a em uma atividade específica, a vida de carreiro, em um momento específico do seu passado. A função de carreiro, era específica dentro da fazenda, uma relação de trabalho que permitia em alguns casos fugir das obrigações da fazenda. O trabalho no engenho, por alguns meses, era apenas uma parte do cotidiano, por isso não se pode tomar o campo enquanto experiência em uma única atividade, entendendo como ocorre uma interpretação.

As falas da Dona Guimar e do Sr. José Francisco, o que observamos também em outras entrevistas realizadas, apontam um grande problema a ser enfrentado em suas análises: como situam suas vidas em relação ao passado e ao presente. Algo que intriga é como, estando morando na cidade por mais tempo do que viveram no campo, ainda buscam no campo um local de origem e têm a cidade como desvio de percurso.

Para Dona Guimar, há uma contradição explícita, entre "aquele tempo", o passado, e "hoje", o presente, em que se situa com estranhamento. Para o Sr. José Francisco, tendo trabalhado desde o final dos anos quarenta na ferrovia e estando morando em cidade desde os anos 60, a situação de trabalhador é situada no passado e no campo.

As memórias estão sempre em movimento, porque ao se ordená-las na fala, elas são afetadas por diversas pressões e disputas. Assim, o campo e o passado adquirem, para os entrevistados como a Dona Guimar e o Sr. José Francisco, outros significados além dos de espaço físico e de vida pregressa, pois ao se contar o passado, ocorrido em um outro espaço, faz-se uma seleção/interpretação dos acontecimentos desse passado de acordo com as pressões do presente e do espaço atualmente vivido.

---

[22] Entrevista realizada com o Sr. José Francisco Inácio, em 6 de agosto de 2001.

Na análise das entrevistas e no mapeamento de suas memórias, duas perguntas e suas respostas devem ser evitadas, não tanto por serem teoricamente equivocadas mas mais por tomarem esses sujeitos como passivos diante do presente. Delas pode-se depreender o campo como recusa e alheamento da cidade; corre-se o risco de entender que, excluídos da vida no presente, esses entrevistados "naturalmente" se alheam desse presente, buscando refúgio no passado, de onde se posicionam e encontram espaço da fala.

O alheamento do presente permite que a função pedagógica do passado possa ser exercitada, suas memórias são postas e repostas em aquários de preservação, se tornando ora produtos exóticos, que alimentam a curiosidade do presente, ora referências de um momento em que nossos antepassados foram felizes.

Essa vertente tem ramificado em versões de cultura de cunho conservador também tem pactuado com maneiras com que cidades reconstroem seu passado, o que permite, inclusive, uma relação estreita entre Estado e Academia.

Esse aspecto conservador da cultura produzida no campo enviesa por uma busca de origem dos costumes e valores, sem, contudo, atá-los às condições do presente. Busca-se costumes dos antepassados: com que idade as mulheres se casavam, como faziam roupas nos teares, como plantavam, como rezavam, como montavam as trelhas de bois para fazerem rodar o carro-de-boi.

Um outro caminho, com possíveis interlocuções com o primeiro, recompõe seus viveres enquanto denúncia de uma situação de exclusão da cidade. Nessa perspectiva, esses agentes são situados no presente e entendidos como excluídos por forças do presente, devido ao local de moradia e à situação precária como trabalhadores informais, por exemplo, mas eles não são situados enquanto protagonistas nesse presente, mesmo estando socialmente nele localizados. São dadas a eles as armas do passado que são as que utilizam.

Essa vertente, entre outras, possui trânsito entre historiadores vinculados à História Social, de vertente marxista.

Ao longo da pesquisa, a do campo foi se abrindo e o que era uma dimensão do passado foi sendo pensado como uma esfera muito importante da subjetividade dos entrevistados, uma área de forças que permitiria reconstruir impressões dos entrevistados.

A pergunta sobre a vida no campo pressionava a que não apenas se desse uma resposta, mas que as pessoas também ocupassem um lugar político no passado e dali se descrevessem. Assim lido o passado ele não é apenas o que foi mas o que as pessoas desejam (entrevistados e entrevistador) que tivesse sido, o que dele experimentaram, a leitura subjetiva do que fizeram nele.

É nesse sentido que pensamos outras histórias. Dona Guimar e o Sr. José Francisco não apenas nos dão interpretações do campo que permitem enriquecê-lo e constituí-las como subitem de uma mesma História. Suas versões do passado não correm em paralelo com outras versões, nem se forjam como únicas oposições possíveis; assinalam as possibilidades que desconstroem a linearidade com que memórias oficiais, com grande trânsito na academia tem entendido a História de Goiás, estabelecida nos seus marcos.

Dona Guimar e o Senhor José Francisco, ao lembrarem do passado neste presente, indicam a importância de repormos a memória em uma área não consensual, mas de disputas. É nas disputas que podemos buscar as "memórias possíveis", sobre as quais reflete Portelli:

> Bem, a questão é que não creio muito em algo que se coloque como uma memória coletiva, a não ser nas atividades intelectuais de cada um dos indivíduos. Uma memória coletiva institucionalizada pode transformar-se nessas memórias hegemônicas muito fortes que estão consolidadas em arquivos oficiais e em monumentos, que me parece importante que existam. No entanto, o que vemos na História Oral é mais a memória que cada ser humano tem individualmente.
> Essa memória é um produto social, porque todos nós falamos um idioma, que é um produto social; nossa experiência é uma experiência social, mas não se pode submeter completamente a memória de nenhum indivíduo sob um marco de memória coletiva. Cada pessoa tem uma memória, de alguma forma, diferente de todas as demais. Então, o que vemos, mais do que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possíveis. (PORTELLI, 2002, p. 31).

Temos exercitado, na busca destas *muitas memórias, outras histórias*, não retirar delas uma História oficial, construída para as cidades, em que trabalhadores e pobres aparecem apenas como adornos que se movimentam ao redor dos seus construtores. Sair dessa História, para nós, talvez tenha significado o estabelecimento de uma outra História dos trabalhadores e marginalizados. Ficaríamos assim com duas histórias, uma falsamente construída pela elite e outra que, de maneira democrática, inclui pobres, subempregados, os que moram de maneira precária em periferias etc.

Consideramos que o esforço de avançar no debate sobre a memória ocorre em um momento que o combate político se deslocou daquilo que observamos de maneira geral antes dos anos noventa, quando o Curso de História do *campus* de Catalão, da Universidade Federal de Goiás, inicia suas atividades. Uma das grandes disputas que travamos, inicialmente como aluno, foi sobre as versões extremamente conservadoras das histórias das cidades da região, mantidas por memorialistas, que apresentavam sempre a elite enquanto construtora das cidades, nessa construção, os pobres apareciam como enfeites desnecessários dessa obra.

Com muito esforço, inclusive com as lutas de diversos movimentos sociais, o foco dos embates foi se deslocando e os aspectos da cultura dos trabalhadores foram sendo incorporados como expressão das cidades. Dessa maneira, assistimos em Catalão, Goiandira, Três Ranchos e em outras cidades pesquisas, projetos, investimentos públicos, por exemplo, para a preservação da congada, expressão da cultura negra da cidade, ou, uma luta para se identificar aspectos do passado vivido por pessoas simples, destacando seus hábitos, vocabulário, receitas etc.

Contudo, esse deslocamento para o terreno do povo e a tentativa de recuperação/preservação de sua cultura, não tem significado ainda uma nova forma de se constituir a cidade, porque se, de um lado, existe uma luta para sempre incluir novos segmentos de pessoas comuns, trabalhadores, por outro, ainda não foi possível problematizar as estruturas hierárquicas das histórias dessas cidades.

Da luta para evidenciar novos personagens da mesma História, tivemos uma vitória que agora se expressa em diversas instâncias. Nunca se valorizou tanto o jeito de ser do povo simples. Em uma atitude ousada o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desenvolve projetos de tombar expressões não materiais das pessoas, a chamada cultura imaterial. Assim, dedica-se ao esforço de tombar costumes que as pessoas tinham/têm: o jeito de falar, as expressões usadas, a produção de cachaça. O popular fascina e o medo da sua morte impulsiona órgãos governamentais de preservação cultural e órgãos não governamentais, provocando uma enxurrada de projetos, documentários, escritos, registros. É a loucura de querer congelar o passado fixando-o para sempre em um ponto.

Trazer personagens, até então tidos como marginalizados, para a mesma História demonstra uma concepção de cultura de cunho conservador, que mais do que irradiar as pressões que o social imputa às vivências, recorta pessoas pela "exclusão" social, compondo um social multifacetado mas não sujeito às transformações

Cultura, para nós, é o reconhecimento, no movimento histórico, de seus verdadeiros protagonistas, os diversos trabalhadores; não é a permissão para que vários grupos, congelados no passado, porém portadores hoje de diversas demandas sociais, apareçam como figurantes, enfeites de fatos e situações já vividas; enquanto reapresentam o passado são impedidos de viver o presente. Do mesmo modo a concessão de direitos sociais baseada na carência que historicamente esses grupos experimentaram, corta sua relação com as forças do presente. Assim, impede-se que as memórias diversas componham a totalidade como partes necessárias e importantes. Nessa ação de multifacetar o social para modificar o estado responsável pelo que sofreram no passado, ocorre também a desvinculação do social

de seu contexto histórico e político. Assim, o mesmo social dá respostas diferentes para os pós-modernos, pois, diante de pressões diferentes, respostas sempre diferentes.

Yara Khoury indica os incômodos desse deslocamento das disputas do político para o cultural e como isso tem nos desafiado a reafirmar ou repensar o que tradicionalmente entendemos por cultura. Conforme a autora:

> Aos poucos, a cultura substituiu a política e essa substituição reflete mudanças reais no mundo, conduzindo a olhares fragmentados e compartimentados sobre realidade e as relações sociais. A maneira como isso ocorre integra-se ao novo clima vivido, no qual se toma cultura, identidade, etnicidade, de maneira desvinculada de seus contextos históricos e políticos, onde assumem significados próprios, atribuindo-lhes novas conotações.
> (...) Indo de um extremos a outro, esse movimento da história favorece um pensamento mais recente no qual o consenso é considerado tirânico e a solidariedade uma uniformidade desprovida de alma; tende-se ao relativismo cultural e celebra-se o pluralismo, a descontinuidade e a heterogeneidade. Enquanto liberais opõem o indivíduo a essa conformidade, os pós-modernos contrapõem as margens e minorias a ela; o marginal, o desviante, o transgressor, aquilo que ocupa uma posição oblíqua na sociedade é o mais fértil politicamente. Vários estudos voltaram-se para a diversidade social e a experiência cotidiana, mas em boa parte deles as reflexões se fazem de maneira mais pontual, observando-se pouco, ou nada, como se explicam dentro de processos mais amplos. Em uma palavra, despolitizando a história e a diversidade social e cultural, agora em pauta e reafirmada por tantos novos sujeitos reivindicando direitos.
> Com o passar do tempo a cultura, que tradicionalmente havia significado quase o oposto do capitalismo, enquanto subsidiava críticas à sociedade de classe média em meio a questionamentos ao mundo capitalista racionalizado, vai se tornando indistinguível dele. (KHOURY, 2006, p. 25/26).

Cultura, como moeda como meio de circulação e troca ou como mercadoria, vai ser sempre distribuída de maneira desigual e valer menos quando for a dos trabalhadores. Isso transforma esses trabalhadores andantes, que transitam pela cidade mas, sempre pertencem ao passado, no nosso caso, um passado recortado como campo. Frutos de diversas disputas, parte da vitória de movimentos sociais, as diferenças culturais dos trabalhadores têm alinhado trabalhos na História Social que “focam” mulheres, crianças, negros etc., mas à medida que se aprofundam dividem, separam esses grupos uns dos outros aí se perde o essencial, para nós; a possibilidade de pactos entre esses determinados grupos de memórias.

Hoje, com incentivo do governo e também por parte dele, políticas compensatórias têm alijado a possibilidade de um pacto entre as memórias de grupos sociais específicos de pessoas do povo, do qual surgir uma intervenção no presente. Constatando-se

que alguém é de um grupo, oferece-se a ele uma compensação, como o direito a uma cota para entrar na universidade pública, por exemplo, se for negro, índio ou quilombola.

As entrevistas feitas permitiram-nos entender como a cultura, enquanto modo de vida, coloca as disputas de valores em um mesmo momento. Nessa disputa, o passado, muito mais do que um retorno a um tempo idílico, expressa os termos que qualificam e legitimam as memórias.

A memória apenas como um direito a um passado compõe um social dividido e desigual, que toma a cultura a reboque das suas diversas desigualdades. Essa memória e essa cultura têm como seus protagonistas pobres, negros, mulheres ou qualquer grupo de excluídos por pressões sociais sem jamais tomá-los como sujeitos da História.

Esse entendimento, que ocorre por parte do Estado, de ONGs, de historiadores, de historiadoras, funcionam dentro de um mecanismo contraditório: o mesmo mercado que inclui de maneira extremamente desigual e expropria, aparentemente se atribui a tarefa de reverter a mesma engrenagem que pôs para funcionar.

Os entrevistados estão incluídos na cidade de diversas formas: os portadores de diabetes participam de programas de saúde e de caminhadas de manhã, com a orientação de um profissional, outros participam de setores da Igreja, como ministros da palavra ou da eucaristia, outros dançam nos bailes da terceira idade. Estranhamente, essa inclusão toma como referência, o passado; o campo ou uma outra condição os alheia da cidade. As justificativas para a situação de exclusão, não saber nem ler nem escrever, não ter conhecimentos básicos que dinamizariam a cidade, não manipular caixas eletrônicos nos terminais de bancos, não acessar a internet, são entendidas como um desvio da cidade e, não, uma dimensão de sua formação desigual.

Essa tensão em sempre querer incluí-los está ligada, em parte, à condição material. Ninguém em sã consciência falaria em incluir Antônio Ermírio de Moraes ou Sílvio Santos em políticas afirmativas ou os convidaria para um baile da terceira idade utilizando o mesmo critério de mesma idade dos entrevistados ou qualquer outro que fosse coincidente.

Definidos os termos do debate que propomos situar não apenas o palco que se desenrola o processo de transformações do campo e da cidade e também a própria feitura desse palco, abordaremos a seguir o campo.

Mas para lidarmos com o campo neste nosso debate é preciso irmos a ele desarmados de conceitos tradicionais, cunhados por alguns historiadores que o tem visto apenas como algo bruto, fornecedor de alimentos, matérias-primas e mão-de-obra barata para os centros urbanos do capitalismo desenvolvido do sudeste.

Acompanhando as entrevistas, vemos como o Sr. José Francisco dá uma ideia de fartura no campo contrapondo-s à dificuldade vivida na ferrovia:

> Agora outra coisa também (pausa) não tinha direito de fazer nada, se fizesse ia pra rua e esse povo fazia o que queria. Sobre comida nas fazendas os agregados passava até bem, tinha conforto. Tinha conforto. Tinha um cavalo pra vim na cidade, não pagava pasto. Ele criava porco, tinha o direito de um quintal bem grande. Plantá rama de mandioca, plantá bananeira, fruteira. O arroz tocava na roça, tinha fartura.[23]

O Sr. José Francisco inicia a entrevista falando de trabalho, das dificuldades com a chefia na empresa ferroviária. Como trabalhador braçal, apresentava uma posição difícil – os trabalhadores braçais viveram considerando que eram a categoria de trabalhadores mais fragilizada e sem direitos, quando comparados a outras categorias que "fazia o que queria". A seguir, a ideia de fartura no campo é alinhavada na comparação das relações de trabalho nos dois lugares.

> Caçava, punha os menino pra caçá; secava carne de bicho, comia carne a semana inteira. A roupa era quase tudo em casa; a mulher fiava, preparava o algodão para tecer. A gente usava camisa, calça, naquele tempo não dizia cueca, falava ciroula. Tudo em casa, tudo de algodão. Calçado (risos) era assim: você comprava um par de botina; chegava do passeio, guardava a botina; ia descalço pro mato; todo mundo trabalhava descalço.
> Quando entrei na turma, aí cê tinha que comprá no açougue, roupa cê tinha que comprá na loja; calçado, aí, cê já não podia trabalhar descalço, comprá calçado; roupa cê tinha que comprá tecido, não fazia mais.[24]

O entrevistado identifica na fartura um outro elemento contrário às condições de trabalho e vida na ferrovia. Campo e ferrovia nas suas lembranças representam a maior ou menor relação de dependência com o mercado; usando um vocabulário comparativo, a imagem do campo é a de fartura de alimentos, e mais do que isso: são as maneiras independentes com que a família os conseguia.

No campo ele trabalhava de um jeito, na ferrovia, de outro. Essa sua redefinição enquanto trabalhador se dá por causa de suas novas relações o mercado e, não, com o trabalho em si.

O Sr. José Francisco faz uma leitura sugestiva do deslocamento social que a família experimentou nesse processo, da sobrevivência familiar em que tinha o controle do produto das atividades e do horário, passa a ter que sobreviver da venda de sua força de trabalho e de seu tempo para a compra de produtos, assim, a família é inserida em um

---

[23] Entrevista realizada com o Sr. José Francisco Inácio em 5 de agosto de 2002.
[24] Idem.

mercado, no qual além das outras necessidades que foram criadas, aquelas que já existiam, bem como o trabalho transformaram-se em mercadoria.

Por isso, é preciso cuidado, precaução com uma visão de campo enquanto local de uma vida bruta e cruel para o trabalhador e sua família, que a cidade faz aparecer como redenção a essa vida miserável. Também quando se fala de fartura do campo no passado não se pode procurar índices de produção, de produtividade da terra etc. Algumas das coisas que são colocadas pelos entrevistados só podem ser entendidas como uma crítica política ao funcionamento da economia de mercado, inclusive nos dias de hoje.

As redefinições das relações de trabalho não emergem só da migração campo/cidade, nem no Sudeste, de onde lança seu canto de sereia. Emergem de transformações que vão se enraizando nos dilaceramento das famílias, nisso muito de suas características vão sendo redefinidas. Vão além do que se produz, da quantidade que se produz e de onde se está trabalhando estão diretamente relacionados como pessoas estão incluídos nessa lógica.

Uma outra constatação da idéia de uma fartura no campo aparece em um aparte da entrevista da Dona Guimar: "Colhia muito mantimento, tinha tuia de arroz, feijão; trabalhava muito, tinha fartura". Uma leitura apressada pode levar a uma interpretação de que só no campo haveria fartura, na cidade haveria a escassez de alimentos, pois, realmente, em diversas entrevistas, aparecem perspectivas do campo enquanto espaço em que a comida, a alimentação era posta naturalmente com fartura à disposição das pessoas.

Também sobre a vida no campo, Dona Guimar cita como uma das características a proximidade com a família:

> A gente, morando com o pai e a mãe toda vida; trabalhando, ajudando a trabalhar, ia até na roça. Eu levava comida na roça; tinha que ir de cavalo levar comida. Meus pais punha eu vigiá arroz pros passarin não rancá. Hora de plantá arroz, ele punha a gente tampá as cova de trem; panhá algodão, mexê com mamona, tudo isso eu trabalhei, quando eu tinha doze, treze anos, por aí.[25]

Em meio às dificuldades, privilegia o funcionamento daquele mercado de trabalho no qual ocorria uma proximidade entre trabalho e família, uma experiência que é expressa na discordância da maneira com que os familiares se dispersam, hoje, trabalhando em várias cidades da região. Assim, para Dona Guimar o campo é idealizado como espaço de trabalho; ela frisa como importante a presença do pai, da mãe, quer demarcar a vida no campo tomando

[25] Entrevista com Guimar Calixto Raimundo, realizada em 20 de julho de 2002.

como referência as condições de vida na cidade, as condições de trabalho, o distanciamento da família, pois parte dos filhos trabalha em Goiandira, outros na cidade de Catalão, e ela fica sozinha durante o dia. São dimensões de suas vivências, tanto a vida no campo como a vida na cidade.

Nos relatos surgem elementos que expressam a incorporação de outros processos. Quando perguntados sobre o motivo de terem saído do campo e se dirigido à cidade, há uma resposta comum: que saíram pela necessidade de colocar os filhos na escola, ainda que, em muitos casos, os filhos não tenham estudado, o que pode indicar o uso da valorização da educação institucionalizada, em um outro momento, como explicação.

Assim, a preocupação com o campo distingue o diálogo, dá-lhe outros formatos que outros não poderia, de maneira legítima, ter, poderia perguntar a ela que novela assiste durante o dia, de qual novela mais gosta, o que acha da vizinhança, como conseguiu a casa onde mora atualmente, que remédios toma para o tratamento do diabetes, com qual médico se trata, em qual candidato votou, o que acha da política. Mas, outras questões, se propostas, só poderiam estar uma área de pesquisa ordenada com outras preocupações.

A elaboração que os entrevistados hoje fazem do campo, estando, nas condições atuais, vinculados de alguma forma ao campo enquanto espaço de trabalho, indica como alinhavam o passado vivido à vivência de hoje, uma ligação que, como tentamos comprovar, não apenas se diferencia de uma memória hegemônica que, em diversas frentes, e com muitas alianças, inclusive com a academia, busca comprovar o local idílico de vida. As "muitas memórias" dos trabalhadores e trabalhadoras não apenas contestam ou desmentem essas maneiras de recompor o campo, mas também permitem um outro caminho, outras possibilidades de eles atarem o passado ao presente, não encobrindo os conflitos, mas abrindo a história para estar sempre onde esteve, nas disputas no presente, relidas e edificadas nas interpretações do passado.

Uma outra relação que se pode identificar entre trabalho e família pode ser observada na origem familiar como credencial para estar na cidade. O Sr. João Araújo, ao me receber na sua casa, aponta a parede e mostra os quadros amarelados e pendurados; dali, não apenas mostra fotografias envelhecidas na parede, mas apresenta suas credenciais, "quem eu sou" se revela na história da "minha família". O bisavô, a bisavó, a vinda de Uberlândia para a região de Goiandira, a compra de terras, o preço baixo, o fornecimento de lenha para a ferrovia. O local da morte da bisavó, as brigas e lutas, com ramos familiares vai montando o cenário e os personagens, dizendo de onde veio.

Essa forma de ordenar sua própria história e de apresentar credenciais, como autoridade social que se impõe pelo local de onde se fala e por se fazer parte de uma história, que se credencia dentro de uma família, é diferente da dos jovens de hoje. Indicar como credencial a família, ou, em outros termos, credenciar, pela autoridade da fala, a memória familiar, é muito diferente de muitas das relações atuais. Quando encontramos alguém, em decorrência de início de uma relação, a credencial pela fala resvala invariavelmente para o local que ocupamos no mundo da produção: que curso fizemos, onde estudamos, em que empresa trabalhamos, onde moramos etc.

Como continuidade a essas indagações, buscaremos, em parte com outras fontes, fazer leituras do campo, buscando mapear alguns elementos que indiquem o que era o campo no momento das transformações sugestivas que esses trabalhadores viveram.

A ida para o segundo capítulo não objetiva sair de um grupo social para outro nem tampouco deslocarmo-nos de uma temporalidade para outra. Pretendemos recompor parte do processo deslocando alguns significados que o passado adquiriu nas lutas em que estes trabalhadores estiveram envolvidos.

Como estabelecemos, não pretendemos ao continuar a exposição da pesquisa, abandonar a ideia de questões postas no presente, indo ao passado; mas, partir de um deslocamento acompanhado das questões fundamentam como os trabalhadores ao redefinirem suas condições de trabalho, redefiniram a região, incluindo no mesmo lugar campo e cidade.

2º CAPÍTULO
TRABALHADORES EM CAMPO:
DESVENDANDO MEMÓRIAS, REVELANDO HISTÓRIAS.

> "Não andeis a respigar" – diz o preceito bíblico
> O grão que cai é o direito da terra.
> A espiga perdida pertence às aves
> Que tem seus ninhos e filhotes a cuidar.
> Basta para ti, lavrador,
> O monte alto e a tulha cheia.
> Deixa a respiga para os que não plantam nem colhem:
> - O pobrezinho que passa.
> - Os bichos da terra e os pássaros do Céu. (CORALINA, 1985)

A mudança da paisagem rural, no Sudeste Goiano, e o seu esvaziamento humano, na segunda metade do século XX, é materialmente visível, de maneira que não se precisaria de uma tese para prová-los. Um passeio pelo campo indica as transformações: em locais onde havia matas, hoje há pastos; lugares onde existiam casebres de pau-a-pique, os quais eram habitados por trabalhadores, hoje só restam alguns vestígios ou lembranças dos que ali habitaram; em outros, a decadência dos outrora casarões de fazendas; em relação aos deslocamentos humanos, basta que muitos de nós, filhos de trabalhadores rurais, observemos a história de nossas próprias famílias. Estando comprovadas as transformações físicas destes locais, uma tarefa bem mais complexa é, para além destas, indagar sobre seus protagonistas.

Muito do que se discute sobre o campo, e existe uma vasta produção sobre o assunto, têm identificado, no mesmo espaço rural, protagonistas distintos. Enquanto os explorados têm um roteiro que os identifica em qualquer tempo e lugar: economicamente miseráveis e politicamente inertes, os exploradores aparecem como os construtores deste espaço. Geralmente, para cada cidade da Região Sudeste de Goiás, os relatos históricos começam pelo desbravador, um grande proprietário que chega, se instala com a família, permite construções de casas em suas terras, depois ajuda na construção da igreja. Em uma rede imbricada de relações esses "desbravadores" estabelecem os parâmetros da memória a ser construída, sendo celebrados como parteiros do progresso e da modernização.

Olhando as denominações de ruas, observamos como pululam nomes de coronéis, capitães etc, parte dos proprietários ramificadores das "grandes" famílias; são tidos como os esclarecidos que propiciaram o desenvolvimento social e econômico. Em sua volta amontoam-se milhares de rostos anônimos, geralmente estranhos para o processo de

modernização, mas sempre postos nos aquários da preservação para nos lembrarem de onde viemos e como éramos inadequados para esse mundo atual.

A memória que conta a história das cidades da região aparta, na dinâmica social, exploradores e explorados. Muito desse jeito de contar a história de cidades como Goiandira, Catalão, Ouvidor, Ipameri e outras do Sudeste Goiano tem sido de fato o polimento de um processo de ganância, exploração e falcatruas, principalmente, na vertical, e, muitas vezes, na horizontal. Muito do que se diz das "grandes" famílias oculta as diversas maneiras em que se somaram exploração, saque e butim do Estado na construção de suas riquezas, em grande parte migrada do campo para a cidade, na segunda metade do século XX.

Mas, se, ao se separar explorados e exploradores, desconsiderar-se as tensões existentes entre ambos como feitores do social, aplainam-se as memórias como se todos fossem partícipes de uma mesma miséria. Essa visão ideológica de um tempo de miséria que passa pela natureza e transpassa os seres humanos por igual, da sede da fazenda às casas de pau-a-pique, tem servido para justificar projetos dentro do capitalismo que exigem que um processo político/econômico a resgate. Atualmente o agronegócio, última moda do capitalismo, que projeta a redefinição do campo, surge como se o sistema tivesse estado totalmente distante/isento das transformações que o campo experimentou na segunda metade do século XX, supostamente alheio à construção da miséria social, vem, purificado de más intenções, redimir o campo destroçado. Quando o capitalismo, cavaleiro que salva da miséria e da estagnação, é acionado, naturalmente, tem que fluir maior produção através do uso de tecnologia e de novas formas de organização do trabalho; quando esse processo não surte efeito, a justificativa se dá através da culpabilidade dos indivíduos de terem se desviado daquilo que o sistema requeria. Ou seja, o capitalismo é magnânimo, as pessoas envolvidas no processo é que não são capazes de geri-lo.

A ideologia do agronegócio procura disseminar a ideia da dinamização do campo como se há muito tempo o campo não tivesse se tornado um "negócio" dinamizado no interior de um mercado de onde se produziu/produz a riqueza de poucos e a miséria de muitos.

O enredo que compõe a miséria do trabalhador rural goiano e sua manutenção na historiografia pode ser identificado em Borges, por meio de uma visão que parte da hipotética situação, comum a todos, tratada como fato isolado e não pensada no interior de um processo. Para Borges:

> o trabalho assalariado existia, porém, muitas vezes quase como ficção, pois estava na cabeça, mas nunca entrava no bolso do trabalhador. A dívida

> permanente renovada transformava-se em grilhões que prendiam o trabalhador à terra alheia e obrigavam-no a permanecer na fazenda, numa espécie de escravidão por dívida. Esta condição reservava ao proprietário da terra o direito de utilizar de modo e por tempo indeterminado a força de trabalho do agregado ou camarada. Ao obrigar o trabalhador a comprar os bens de que necessitava no armazém da fazenda em que estava a prestar serviços, a preços arbitrariamente impostos pelo proprietário, a caderneta de conta corrente transforma-se em amarras para o trabalhador rural. (2000, p. 143).

Silva em sua caracterização do camarada chega a uma conclusão semelhante, ao afirmar:

> quem é o camarada? Camarada era qualquer trabalhador que fizesse um ajuste de trabalho com outrem para prestação de serviços na lavoura, pecuária, empreitadas de viagem e serviços domésticos. Mesmo que as relações de trabalho estabelecidas em lei fossem assalariadas, o salário não se tornava uma relação social, mas apenas uma relação contábil, porque nunca chegava às mãos do trabalhador, que estava constantemente endividado. (2001, p. 41).

As linhas gerais dessa afirmação historiográfica são dadas pela literatura, tornando-se autorizadas e circulando pela história e outras ciências atuais, como moeda corrente. É como se o trabalhador não quisesse comprar nas *Casas Bahia*, ou no *Carrefour* ou em qualquer supermercado da esquina, e, preferisse o fazendeiro. Esse movimento despreza questões simples daquela economia vistas com abundância nas entrevistas que realizamos: o fornecimento do trabalhador, até a primeira colheita, deveria ser realizado pelo fazendeiro, como exigência do contrato verbal, em situações específicas é que a relação pendia para uma subordinação absoluta.

Contudo, nossa discordância dessa perspectiva, apesar de se afirmar com a falsidade de sua aplicação como fórmula aleatória de explicação, quer avançar para um outro campo. Desejamos, para além da constatação do que é falso ou verdadeiro, inserir socialmente o debate pensando suas conseqüências para o movimento social, não apenas de onde se parte, mas onde se projeta sua chegada e que papel assume nesse meio os diversos agentes que o constroem.

Essa imagem do homem trabalhador no campo, despossuído, sem propriedade, não existe enquanto explicação total da constituição de uma realidade; só é possível se for manipulada dentro de um conceito. Ao se identificar sua presença como diametralmente oposta às condições do mercado atual: não assalariado, endividamento direto com o patrão, morando “de favor” em terra alheia, aborda-se aquele período como se as condições atuais do

mercado estivessem à disposição daquelas pessoas, como expectativas, e estas se recusassem à aceitá-las.

Perde-se, como menos importante, a identificação de em que se baseavam as expectativas daquela economia, um mercado que se constituía para o trabalhador dentro do mesmo local de trabalho com rotatividades de atividade durante o ano: moagem de cana, plantio das roças, um momento de preparar as condições do ano para o próprio sustento etc.

Mais do que de um fato, desejamos avançar nesse debate partindo do mesmo processo de redefinição das relações sociais na segunda metade do século XX, mas seguindo direção distinta das até então tomadas, tentando identificar, como as imagens idealizadas de campo que tomam corpo, nesse período, permitem identificar uma movimentação de classe.

Geralmente uma imagem forte é que o campo, onde pessoas ainda vivas moraram, em meados do século XX, morreu na ruptura passado/presente e nada teria a dizer para o mundo atual. Contudo, a constatação de um tipo de campo que morreu em meados do século XX é proporcional ao esforço para mantê-lo vivo; políticas de governo têm lutado para preservar os restos daquela sociedade; em Goiânia, no *Memorial do Cerrado*, mantido pela Universidade Católica de Goiás, encontramos reproduzidas casas de pau-a-pique, lamparinas, carros-de-boi, trajes, indumentárias do homem rural, reprodução de casebres, de sedes de fazendas e ainda, montagens do que seria uma aldeia indígena e um quilombo.

Os investimentos na preservação dessa cultura material passaram há algum tempo a conviver com iniciativas do governo federal, através do IPHAN, para preservação da cultura imaterial, desenvolvendo projetos no tombamento de saberes e conhecimentos tradicionais. Nesse sentido, formas de fazer culinária, medicamentos, músicas, danças e outras tantas manifestações "imateriais" permitem, ao fortalecer pelo passado uma identidade de grupo, propiciar a "inclusão" econômica dos detentores desses saberes, transformando-os em mercadoria a serem adquiridas, ou patrocinadas por empresas dirigidas para a produção/circulação cultural. Depois de morta pela estereotipização, essa memória é embalada e posta pelo Estado à disposição do mercado consumidor.

As imagens fortes do campo fossilizado e inerte nessas políticas de preservação tratam seus moradores, ainda vivos, como tipos do passado rural, ausentes da história, mas bem presentes na memória. Nesse movimento é como se o campo tivesse deixado de existir na segunda metade do século XX enquanto espaço de trabalho e como se o campo atual aparentemente se movimentasse sem ninguém que o pusesse em movimento.

A memória foi apartada definitivamente das condições materiais de sua produção. E a cultura resultante, como um "fetiche", faz com que o campo "dance" à nossa frente como construtor do homem e não como espaço construído por ele.

A memória que recompõe viveres do homem do campo no mesmo movimento rompe a possibilidade de diálogo com o presente, mata o processo histórico. A circulação dessa memória se faz presente em diversos espaços: nas obras de arte, pinturas, música sertaneja, contos, causos populares lá estão os moradores do campo, envolvidos em aventuras amorosas, jagunços andando sem rumo certo a serviço de algum proprietário, ou em alguns casos acima desses pela valentia, é possível ouvir imaginariamente os risos dados por eles nos mutirões, manejando a foice, machado, enxada, soltando improvisos, dançando nos bailes noturnos, contando piadas.

Em Goiás os maiores personagens do humor são caricaturas do homem do campo, como o Geraldinho, que morreu em 1993, "modelo" de homem da roça, boca murcha, enrugada, sem dentes, barba por fazer, chapéu na cabeça, linguajar camponês para expressar suas aventuras e desventuras da vida: a dificuldade em aprender a andar de bicicleta; a primeira vez que ouviu rádio; as desventuras em tentar namorar em um mutirão, quando um osso preso no seu dedo foi arrancado pelos dentes de um cachorro e fez com que ele abandonasse a aventura amorosa; o encontro com a polícia em um bordel, onde apanha. Todos esses fatos e outros mais afirmam e aguçam a percepção de que esse homem é inadequado para o manuseio de meios técnicos e para o convívio na cidade.

Nas quintas-feiras o programa humorístico "A praça é nossa", apresentado pelo SBT, reproduz com caracteres homossexuais o homem do campo no personagem Zeca Gay, que se apresenta como hipoteticamente morador em Goiás, interpretado pelo humorista e cantor Moacir Franco, em cena com botinas cor de rosa, calça com remendos postas de forma desajeitada acima das canelas, palha no bolso, uma enxada nos ombros. Ao sentar no banco da praça, o personagem diverte com intervenções como mandar uma carta para o Presidente da República, na qual palavras de uso diário tomam sentido satírico, ou desfilar uma inocência, enganado pelo par amoroso, que mora em São Paulo.

A dupla humorística Milton Pinto e Tom Carvalho, de grande sucesso, no Programa Frutos da Terra e que hoje faz apresentações em diversas cidades, igualmente é um arremedo de homem da roça, no chapéu que usam, no linguajar, nos gestos que lembram alguém que saiu do campo em meados do século passado e se posta à nossa frente para contar piadas. O sucesso que fazem mostra como a imagem que representam dialoga certamente com diferentes memórias, diferentes recortes e experiências de campo.

Nos meses de junho, nas festas juninas, as escolas organizam as festas de quadrilhas. Crianças, com roupas remendadas, palhas colocadas no bolso das calças, trazem sempre em vista um homem do campo contraposto aos usos de vestuários e moda atual.

No livro *Campo e Cidade*, Raymond Williams situa o desafio de estudar o campo, considerando que antes propriamente de qualquer argumentação os sentidos já estão comprometidos. Esse comprometimento dos sentidos, em Raymond Williams, se dava pelas lembranças familiares do autor nas quais o campo se ordenava. Em certo sentido, as suas próprias imagens e vivências eram postos em movimento na pesquisa por ele desenvolvida.

> Assim, logo de saída, antes mesmo de iniciar a argumentação, devo dizer que para mim a vida rural tem diversos significados. São os olmos, pilriteiros, o cavalo branco no campo que vejo pela janela enquanto eu escrevo. São os homens na tarde de novembro, voltando para casa depois da poda, as mãos enfiadas nos bolsos dos casacos cáqui; e as mulheres de lenço na cabeça, paradas às portas das casas, esperando pelo ônibus azul que as levará para o campo, onde trabalharão na colheita durante o horário escolar. É o trator descendo a estrada, deixando a marca denteada dos pneus na lama; é a luz acesa na madrugada, na criação de porcos do outro lado a estrada, no momento de um parto; o caminhão lerdo na curva fechada, repleto de carneiros amontoados na carroceria; o cheiro forte de melaço na forragem. É a terra estéril, de argila saibrosa, não muito longe daqui, que está sendo loteada para a construção de casas, ao preço de 12 mil libras o acre. (WILLIAMS, 1988, p. 13/14).

Nas imagens que tem e nas que analisa na produção da literatura inglesa, o autor descobre uma articulação intensa delas à vida dos homens que as produzem em meio ao social.

As imagens familiares permitem ao autor desnudar um campo que se abre e é significado nas movimentações dos trabalhadores.

> Quando nasci, meu pai era sinaleiro, na cabine do vale; integrava uma rede que se estendia a lugares conhecidos, Newport e Hereford, mais ao longe, Londres; ele, porém, continuava um aldeão, com seus Jardins e suas abelhas, levando frutas ao mercado, de bicicleta – uma outra rede, da qual ele participava com sua bicicleta, até um mercado onde os fazendeiros chegavam em carros e os comerciantes em caminhões: o século em que vivemos. Como seu pai, ele nascera para aquela terra, porém – como seu pai – não podia viver dela. Joseph, meu avô, foi lavrador até a meia-idade; então, perdeu o emprego e a casa, e foi trabalhar na estrada que ia para os Midlands e outras cidades, cortando galhos e limpando a pista. Um tio morava em Londres, outro em Birmingham; nos feriados e nas visitas, nossa família, nos relacionamentos mais diretos, passava do campo para a cidade. (WILLIAMS, 1988, p. 15).

A percepção do autor, de estar ele próprio no movimento que transforma e redefine o que é o campo e o que entendemos dele, nos alerta para movimentos em que todos estamos inseridos. Então, pesquisar, entender o que é campo leva sutilmente a uma questão sempre presente: com qual movimento essas memórias se alinham? Que tipo de relações de força ela alimenta no presente? Essa identificação, bem feita por Williams (1988), nos previne de que não há imagens inocentes do campo quando estas se destinam ao social. Elas se forjam e imbricam no que é o campo mesmo quando ele não é assumido explicitamente, aponta quem foram seus construtores e, em contrapartida, os que não foram.

Essas imagens do campo produzidas no Brasil, nas quais Goiás tem papel singular, se forjam em um processo que se delineia em diversos momentos, mas indicam que a própria dissolução de uma experiência específica do campo na segunda metade do século XX foi contemporânea do esforço de significá-la em diversas abordagens,[26] que de certa maneira puseram em funcionamento no Brasil técnicas antropológicas de pesquisa.

Assim, as imagens de pureza do campo, enquanto povoado por seres inocentes, miseráveis, mas bem intencionados, motivou políticas extremamente conservadoras, para lidar com essa cultura, como se observou no Estado Novo, na Marcha para o Oeste. No campo desses trabalhos observamos obras de Paulo Prado[27], Amadeu Amaral [28]e outros.

Essas pesquisas sobre o campo, ordenadas em torno do que se denominou folclore, na medida em que articulavam uma compreensão à direita de um ideário moral para a nação, principalmente no Estado Novo, fez com que vertentes de esquerda não se interessassem pela cultura do trabalhador do campo, considerando que esta reproduzia na dominação experimentada os limites do atraso da vida no campo. O campo e seus moradores representariam, devido ao aspecto conservador de sua cultura, limites para o desenvolvimento de relações econômicas nos moldes capitalistas que permitiram um avanço ao socialismo[29].

Enquanto pesquisas conservadoras produziam trabalhos que recompunham os dialetos e os costumes do chamado homem do campo, dando suporte a projetos de intervenção nessa realidade, para a esquerda o campo estruturou-se de acordo com as determinações do papel que nos foi atribuído, o de colônia, atraso que não se conseguiu romper. A saída para esse impasse que o campo e consequentemente seus moradores

---

[26]Destacamos numa dessas produções, o volume da Coleção Antologia Ilustrada do Folclore Brasileiro: LACERDA, Regina. (Org.) Estórias e Lendas de Goiás e Mato Grosso. São Paulo: Livraria Literart Editora s/d.
[27]PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: ensaios sobre a tristeza brasileira. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981.
[28]Entre seus trabalhos destacamos: AMARAL, Amadeu. Tradições Populares. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1949.
[29]Esse processo foi identificado na Inglaterra por Thompson, conforme sugere no Trabalho: Folclore, antropologia e história social.

impunham para o desenvolvimento da nação requeria uma intervenção forte, se possível revolucionária para libertá-los.

Assim, para parte da esquerda as imagens da miséria do campo, a idiotice de seus moradores, reféns do proprietário pelo aprisionamento do estômago, seres que não exerciam a política, geraram a necessidade de trazê-los para dentro do capitalismo, de onde seria possível o percurso para o socialismo.

Essa imagem de campo e de seus moradores deu vazão a políticas do Partido Comunista que buscaram aliança com setores da burguesia nacional, na ânsia de uma revolução burguesa que pudesse resolver esses e outros problemas.

Essas imagens gerais do campo, formadas e aceitas, identificadas e ordenadas, canalizam em sua construção os sentimentos que todos nós temos do campo. Uma tentativa de representar sentimentos diversos que apenas sob força se impõem com significados comuns.

Para mim, situar campo é sentir primeiro a imagem da casa de pau-a-pique, perto de Veríssimo, povoado distante a vinte e dois quilômetros de Goiandira, onde minha *Vó*, Maria Patrícia de Jesus, abandonada pelo meu avô, criou os filhos, entre eles minha mãe, Izoleta de Carvalho Inácio. Sua casa remontava a uma relação antiga de agregação na Fazenda Cachoeira, na qual meu pai, José Francisco Inácio, depois de perder a mãe no nascimento e ser abandonado pelo pai, foi criado. Dessas relações entre homem e mulher e entre a casa do proprietário e a casa de pau-a-pique, saiu um casamento de onde eu e mais onze filhos viemos.

Fui à propriedade algumas vezes nas férias; dessas idas me acompanham sempre na memória as poucas vezes andando de Jeep do proprietário, as pamonhas que minha *vó* fazia. São lembranças que transmutam pobreza em um ideário de felicidade remontando à infância. Imagens assim do campo são maneiras familiares de lembrar, mas, como nos adverte Raymond Williams, estão articuladas em um contexto geral, que a aparente imobilidade do campo é posta em movimento em diversos rumos. Essas imagens de campo, quando reveladas, podem sugerir uma inversão constante, um depositário de tudo aquilo que nos pressiona no presente. Assim, para mim, o campo pode oferecer contraposições idílicas: não se preenchia *Sicad*, não havia necessidade de preenchimento do *Currículo Lattes* etc.

Apresentamos aqui enquanto campo um pouco da saga de trabalhadores e trabalhadoras. Nessa caminhada, a visão de campo pode ser bem menos idílica das que se tornaram moeda circulante. Ao invés de lembrar e fazer apologia da roda de fiar, do descaroçador de algodão, do tear, do leite bebido na hora em que foi tirado no curral, vamos

silenciar o tear, a roda de fiar e prestar atenção nos que estiveram pondo tudo isso em movimento, na vida deles.

Os entrevistados, alguns já apresentados no primeiro capítulo, serão aqui investigados em suas memórias, como as compõem nas trajetórias individuais no campo, o que revelará os espaços políticos, os espaços de forças aos quais estiveram submetidos. Assim,

> recuperar a experiência histórica de diversos sujeitos sociais em seus múltiplos e diversificados aspectos, entendendo como as pessoas constroem seus espaços e territórios, deixando neles suas marcas: discutir as variadas experiências dos trabalhadores analisando o seu *fazer-se* enquanto classe em seus múltiplos sentidos e práticas; refletir sobre o significado das práticas sociais diferenciadas que estão no campo das vivências, bem como no dos valores e dos interesses, a fim de entender o social como um lugar de tensões; são objetivos que compõem o universo de nossas preocupações maiores. Esses objetivos foram definidos e atrelados ao que consideramos como compromissos sociais e políticos do historiador e às formas como eles expressam maneiras de entender e de fazer história. (ALMEIDA; CALVO; PACHECO, 2005, p.13).

De maneira estranha os estudos sobre o campo enveredam hoje por uma ideia de cultura enquanto um mito de origem, pela continuidade no presente ou pelas relíquias de uma origem de todos nós. Cultura, nesse ideário, aparece como uma herança comum, impõe para nós o desafio de colocar o campo em movimento nesses trabalhadores. Um movimento que não está no passado, mas está no processo de mudanças ainda em aberto, em temas de novelas, na tese que agora apresento, nos entrevistados que ordenam e reordenam as memórias do campo.

Nas entrevistas realizadas com pessoas que moraram no campo em algum período da segunda metade do século XX e depois foram para a cidade de Goiandira, a imagem do campo, quando positiva em relação à cidade, precisa ser aprofundada não enquanto um sentido construído e pronto, mas como uma releitura de todo o processo.

O movimento de pensar os trabalhadores nas especificidades do trabalho e da vida no campo é a apresentação de parte da pesquisa que, ao se revelar para o leitor, exercita o que apresentamos no primeiro capítulo. Nele, referendamos nossa compreensão e exercício da memória como os significados dos trabalhadores em um processo que, nas desigualdades, deram as referências para as mudanças.

Afirmamos também que o processo vivido em situação extremamente desigual e pautado nas disputas foi compreendido a partir dos significados dados às marcas dos grupos envolvidos nas disputas. Ao nos aproximarmos do mundo dos trabalhadores, onde queremos

situar o processo de disputas e mudanças, não pressionamos a se pensar que daí sai uma memória que referencia a construção de uma história, mas, entendemos que a percepção de como, do mesmo campo de forças, sobressaem várias memórias possíveis que expõe a formação do social nas contradições de múltiplos protagonistas. O campo que emerge do mundo dos trabalhadores acompanha suas batalhas e não idealiza ou fossiliza sua apresentação.

Esclarecemos que a ida ao passado não quer significar um simples deslocamento no tempo, um movimento em que se deixa escapar os significados que esse tempo vivido acarretou para trabalhadores e trabalhadoras. Discutir o campo é enriquecer a compreensão do suporte social das memórias desses trabalhadores.

Para avançarmos na percepção de campo enquanto uma relação de forças da qual emergem diversas memórias, optamos por rastrear outras histórias, acompanhar nas dinâmicas da lembrança não apenas um passado, mas um processo de vivências e significação mostrado no mundo dos trabalhadores. O campo aqui trabalhado quer avançar para além de uma memória hegemônica que define o "estatuto" do passado bifurcando-o em dois significados que, aparentemente diferentes, estabelecem as linhas que permitem negar os trabalhadores como protagonistas de suas histórias.

Em um dos significados o campo é apartado das condições do presente; com divisões entre atraso/progresso em situações específicas, é contraposto à cidade, espaço onde naquele instante teriam sido dadas as condições econômicas e sociais para uma atuação política dos trabalhadores. Isso inibe que se pense, nas diversas memórias, como se constituiu para os trabalhadores um instante de intensas transformações, alterações profundas das expectativas que vivenciaram, e, principalmente, mantendo as clivagens desiguais da vida no campo.

Em outro sentido, os estudos do campo se aproximam do folclore, assim definido pelo Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, conforme Bueno (1985, p. 498).

> Conjunto das tradições, conhecimentos populares expressos em provérbios, contos ou cações; conjunto das canções populares de uma época ou região; estudo e conhecimento das tradições de um povo, expressas em suas lendas, crenças, canções e costumes.

A preocupação com o passado no campo se enviesa para o rastreamento de seus sinais culturais no presente, tenta-se mapear suas raízes, como foram preservados e não sofreram alterações com o tempo.

Assim, o campo é validado, fixando-se um padrão para um grupo, seja cidade, congado, bairro, expressão cultural, genealogia de alguma família, algo que garante uma "identidade" para o presente.

Essas perspectivas de abordagem do campo são especificamente danosas para a memória dos trabalhadores porque, ao se homogeneizar o campo e se separá-lo da cidade, imputa-se ao mundo do trabalho no campo o atraso, a miséria e, em decorrência, a inércia política. A cidade, ao contrário, se constitui como a redenção daquele mundo de miséria, o palco onde o capitalismo na sua forma avançada teria redimido os sofredores miseráveis atuando em duas frentes, pela regulação do trabalho, salvando-os da miséria, e dando, nas condições eleitorais, participação política a eles.

Aparentemente distintos, negando ou não, a relação o campo sempre fixa, conforme nos alerta Hobsbawn (1998, p. 23), um padrão para o presente. Esse padrão pode inviabilizar a inserção de campo e cidade em um mesmo processo; se apropria das diferenças, dando-lhes formatos que não apenas anulam, mas também põem a memória dos trabalhadores a reboque do avanço do capital, enxergado nas sutilezas da vida na cidade.

O campo constitui nessas abordagens um enorme repertório, que se traduz em concepções conservadoras ou não, como se disséssemos de qual lugar positivo viemos, ou quais amarras precisamos superar. Ele explicaria nossa dieta alimentar, o vocabulário que usamos no dia-a-dia, a música sertaneja etc.

Em parte essas dificuldades se prendem a uma constatação de que não apenas o campo mudou na segunda metade do século XX, mas também de que no interior desse processo se forjaram densas interpretações e sentidos para essas mudanças. Essas interpretações têm como cenário de partida e de chegada à cidade, o que, aparentemente coloca o campo em uma situação de desvantagem. É na cidade que se indaga em que sentido e por que ocorreram as mudanças. Mas, essas interpretações podem se estabelecer em vários espaços.

Se é na cidade que buscamos os entrevistados e as entrevistadas, é porque é a partir das pressões vividas na cidade que indagamos o sentido do campo e os significados de colocá-lo no interior de um processo histórico em movimento. Isso requer certo cuidado na interpretação do processo.

Quando perguntados em diversas entrevistas o porquê da saída do campo, sinalizam que a saída e a ida para a cidade se deveu a pressões que, olhadas com atenção, eram preocupações urbanas assimiladas em fases distintas. Geralmente as entrevistas apontam a dificuldade de os filhos irem para a escola, a ausência de médico no campo, as dificuldades

de transporte do campo para a cidade. Enumeram aparatos urbanos que, alguns, na época que estas pessoas saíram do campo ainda não estavam disponíveis na cidade.

Essa constatação não sinaliza uma história mentirosa, mas, nos alerta para a dinâmica das memórias, ordenadas pelos trabalhadores em confrontos diversos que experimentaram no tempo.

Uma estratégia para recompor o campo a partir das pressões que o recomponha nas pressões que os trabalhadores experimentaram, é acompanhá-los no quotidiano da vida e do trabalho. Hoje essa perspectiva não nos levará a um passado que nos permita entender um presente no qual tenham sido ajustadas adequadamente as peças no tabuleiro social e que explique porque essas peças, cada uma, se ajustam no presente.

A filiação ao legado do materialismo histórico, e à sua tradição, conforme parte da historiografia social inglesa, leva-nos a buscar no passado a contradição para o mundo em que vivemos hoje. Não estamos aqui no presente com ajuste entre muitas condições, mas vivendo contradições. Com nossas perguntas, não pretendemos simplesmente "olhar para trás" para respondermos de onde viemos, queremos refletir como de um mundo extremamente brutal, de um processo de exploração em que estiveram submetidos trabalhadores e trabalhadoras, saiu o mundo em que vivemos. Se foram alteradas de maneira substancial as condições de trabalho, produção e consumo, no entanto, também foram mantidas as clivagens hierárquicas sinalizadas na divisão social em proprietário e não proprietário.

Para a entrada nas condições de trabalho no campo no passado precisamos ficar alertas para o fato de que lá as expectativas eram outras e experimentadas de maneira muito diferente das que temos hoje.

Observamos na historiografia uma generalização difícil de ser sustentada quando se vê com um olhar atento as suas fontes. A generalização recompõe o viver – trabalhar no campo dentro de um esquema explicativo, em que a miséria absoluta do trabalhador, desprovida de qualquer mediação política, se relaciona com o proprietário que detêm o poder político. O esvaziamento da política no mundo do trabalho é proporcional à politização do mundo da propriedade.

Algumas perspectivas adotam nesses estudos uma visão das relações como homogêneas e consensuais de modo a possibilitar a formação de uma identidade. Em um trabalho coletivo, Molina (2001), sobre o "ato de comer em Goiás", consegue descrever como a comida, sua preparação e consumo, permitiu com iguarias como o pequi construir um perfil identitário para Goiás:

> Se o ato de comer é, no ser humano, um ato cultural por excelência, tal prática o inscreve como importante modulação do cotidiano. Partindo de tal premissa, considero nesse ato cultural por excelência, o cenário goiano. Entendo que peculiaridades históricas conferiram um perfil à cozinha e ao ato de comer, de tal modo pulsante, que constitui um traço identitário a concorrer para a construção de uma "goianidade", não obstante as reelaborações experimentadas ao longo da história de Goiás. Numa perspectiva socioantropológica, pretendo empreender uma reflexão a respeito da cozinha goiana, ressaltando os elementos de etinicidade contidos nos hábitos alimentares. Falar da cozinha como eixo do mundo familiar e doméstico significa tomar como hipótese alguns elementos passíveis de serem agrupados em uma tipologia identitária. (...) A constituição de identidades é, dessa forma, resultado de um jogo simbólico, serve para demarcar lugares. Em cada contexto social, recombinamos os elementos de nossa identidade, destacando alguns, ocultando outros. (MOLINA, 2001, p. 125).

Na pesquisa acima se vê a ânsia por tatear uma identidade goiana, por definir o homem como construtor da sua história, sob pressões, mas o que surge daí paradoxalmente é que o pequi e a pamonha nos construíram, garantiram uma identidade. A partir da fixação do passado, estabelece-se um presente que, engessado pela identificação, se apresenta como sem movimento.

Além dessa vertente conservadora e de direita, uma outra concepção, alinhada à esquerda, não permite e não mostra a participação do trabalhador rural na maneira em que ele se apresentava naquela época. Em um trabalho onde tenta compreender a Revolução de 30 e seu reflexo em Goiás identificando o posicionamento das oligarquias naquele período, Ana Lúcia Silva recompõe o trabalhador do campo em Goiás, no século XIX, numa generalização que parece indicar uma sociedade que não se altera.

> Em Goiás, a extinção do trabalho escravo não significou a introdução do trabalho assalariado, pois o que se instituiu foi um regime de trabalho conhecido como camaradagem que, na realidade, definia um novo tipo de escravidão. Quem é o camarada? Camarada era qualquer trabalhador que fizesse um ajuste de trabalho com outrem para prestação de serviços na lavoura, pecuária, empreitadas de viagens e serviços domésticos. Mesmo que as relações de trabalho estabelecidas em lei fossem assalariadas, o salário não se tornava uma relação social, mas apenas uma relação contábil, porque nunca chegava às mãos do trabalhador, que estava constantemente endividado.
>
> O trabalhador, além de estar atado às suas condições de trabalho pela dívida permanentemente renovada, não se tornava senhor de seu tempo, utilizando-o como bem lhe aprouvesse, como no sistema capitalista, porque era obrigado a residir no estabelecimento em que se empregara. Graças a esse expediente, o trabalhador tornava-se "gente" do proprietário, que utilizava seus serviços das mais variadas formas e o tratava como propriedade. (SILVA, 2001, p. 40/41).

É difícil sustentar um modelo em que o conflito é apagado como se trabalhadores e trabalhadoras fossem desprovidos de qualquer ação política nas suas relações, como errantes com as mãos estendidas implorando qualquer ajuda para alimentação.

Nas entrevistas o campo que é posto em movimento pelos trabalhadores é bem mais complexo. Podemos alinhar alguns elementos desse mundo mapeando socialmente como surge na vida dos entrevistados uma recordação do trabalho no campo.

Iniciemos com o Sr. José Francisco Inácio, na maneira em que recorda seu início de trabalho na fazenda Cachoeira:

> Quando eu tava com nove anos de idade eu já comecei assim: buscá um cavalo no pasto, pros dono da fazenda, buscar boi no pasto, guiar boi e andar na frente dos bois prá abrir porteira, prá fazer essas coisas e comecei também na moage de cana. Levantava uma hora da manhã, não tinha blusa de frio, não tinha calçado e geada caía todo ano e grossa, levantava uma hora da manhã prá soltá boi no engenho. Tocava boi envolta do engenho a partir de uma hora da manhã, parava duas vezes nessas madrugada prá tomá um café, prá comê uma quitanda. No outro dia seis horas da manhã, sete horas terminava a moagem, soltava os bois que tava no engenho e ia pro pasto buscá os bois prá carriá. Aí nóis ia pro mato carriá, ia ajudá o carreiro eu ia na guia dos boi, aí nóis ia prá fazê carreto, puxava uma viagem de lenha longe pro engenho, prá pô prá apurá garapa e puxava uma viagem de cana prá moê no outro dia (...) e eu tava nessa idade aí quando eu já tirava leite, também ia pro pasto buscá vaca, fechá vaca, apartá vaca, com essa idade aí; trabalhei até na faixa dezesseis anos. Dezesseis anos passei sê o carreiro da fazenda, eu mesmo era o carreiro. E eu já era castigado, que eu fui criado sem pai e sem mãe pros lado aeio, prá dizê a verdade eu fui criado na semelhança do escravo, o que eu tinha melhor que o escravo é que eu tinha uma comida melhó e uma cama prá dormir (...) roupa, uns trapim muito ruim, calçado e blusa já falei que eu não tinha.[30]

O Sr. José Francisco, cuja mãe faleceu no parto e por isso passou a ser criado na fazenda, indica nas suas lembranças alguns elementos de uma particularidade que esses trabalhadores viveram.

A forma em que ordena o trabalho na fazenda, da fala não sai o passado, mas a interpretação de um processo. Primeiro, alinha condições comuns na época que trabalhou, que faziam parte do cotidiano de todo trabalhador, com certo estranhamento para os dias de hoje. O trabalho aos nove anos de vida, não possuir blusa de frio, nem calçado para o trabalho, levantar a uma hora da manhã para o trabalho de moagem de cana. Um trabalho que se dá na condição análoga à de um escravo. Essa expressão explicita outras perspectivas vividas após o período daquela vida.

---

[30] Entrevista realizada com o Sr. José Francisco Inácio, em 6 de agosto de 2001.

Identifica uma maneira interessante em que retorna ao campo, as condições posteriores de trabalho. Assim, embora hoje a imagem de uma criança de nove anos saindo cedo para o trabalho na roça, no engenho o dia todo, tirando leite, descalça, sem blusa de frio, possa nos enraivecer e despertar sentimento de revolta, essa era uma condição normal para um trabalho em família naquela época.

Assistimos geralmente a uma inversão entre o significado de ter trabalhado numa situação de miséria, na fala dos trabalhadores, e o que os historiadores, em geral, têm construído com suas interpretações.

Geralmente o relato de uma vida de trabalho em situação de extrema precariedade no passado, para o trabalhador, o habilita para o presente que vive. Essa significação, para o trabalhador embora não seja única, além de trazer sempre uma autoridade em relação ao presente, tornou-se uma referência identitária.

A vida difícil no passado confere uma autoridade nos termos de "olha o que eu passei", "no meu tempo as coisas eram bem mais difíceis". Mais do que um retorno ao passado, essa fala chama a atenção para o presente: "o sofrimento que eu passei me localiza no presente, eu tenho o que dizer a este tempo". O sofrimento do passado credencia pedagogicamente a ensinar no presente, sobre o presente.

Para o Estado o diagnóstico da miséria do trabalhador no campo é usado para indicar a necessidade de intervenção nesse mundo, de desenvolver políticas agrícolas, de fomentar o desenvolvimento do campo, ou a necessidade de fomentar políticas educacionais que o atinja.

Geralmente os historiadores, talvez usando algumas interpretações da sociologia, deslocam a situação atual dessas narrativas aprisionando-as no passado e sugerindo que seu significado político não foi redefinido em pressões posteriores a que estiveram/estão submetidos.

Retornando à entrevista do Sr. José Francisco, percebemos não um paradigma do campo, mas uma relação específica de trabalho que o permite elaborar uma memória de seu passado, a especificidade de um trabalhador no campo que vive na casa com o proprietário, espécie de criado, o que, como algumas entrevistas sugerem, era comum nas fazendas. O mesmo entrevistado comenta sobre outras pessoas que viviam na casa, dimensionando o sofrimento.

Esses trabalhadores permaneciam na casa do proprietário mesclando situação de trabalhador com a de parte da família, tanto que até há bem pouco atrás era comum as pessoas da região se referirem a esses sujeitos como "criado de fulano" ou como aquele que "foi

criado na fazenda tal", com a palavra "criado" significando o que sofreu a ação de criação também a sua referência de origem familiar. Como o entrevistado se lembra, a única coisa que melhorava sua situação é que ele tinha uma comida melhor e uma cama para dormir. Esses aspectos, que aparentemente parecem pouco para um trabalhador, oferecem uma condição melhor em relação aos outros trabalhadores.

A segurança de uma casa, a comida dava-lhe uma condição de estabilidade que o distinguiam em relação a outros trabalhadores. Morando com o proprietário, partilhando de sua mesa e despensa, sua manutenção não estava sujeita às condições do tempo que podiam favorecer ou não uma boa colheita. Ele também poderia fazer ou refazer contratos com o proprietário para plantio de roça em terras melhores. Uma outra pressão que não o atingia era a troca do dia de serviço por algum alimento. Aliviado da pressão do alimento, o Sr. José Francisco não traz recordação do trabalho na lavoura. Era um trabalho que mudava de acordo com a necessidade do fazendeiro. O mesmo entrevistado recorda do tempo em que era o responsável por fazer a venda de mantimentos para os moradores da fazenda

> Cada um tinha uma anotação, cada um tinha um caderno no nome dele (riso) Quantas e quantas vezes eu pesei três quilos de trem prá uma pessoa e anotava dois. Tinha uma dó de vê aqueles homem com sol quente (riso). Eu desde o dia que tive um pouquim de escola eu que pesava e anotava.[31]

A posição que ocupa na casa do proprietário permite que ele se distancie dos outros trabalhadores, quando afirma que sente dó deles, se vê apartado do ritmo dos outros trabalhadores, mas não tanto que se preocupe apenas em defender o patrão.

Tendo ido prestar o serviço militar obrigatório em Ipameri, com o chamado da proprietária da fazenda, já viúva, retorna para a propriedade. Sua situação muda com a morte da proprietária, quando passa a trabalhar para os herdeiros, especificamente, um dos filhos do proprietário, Nenzico, que o dispensa após ficar doente.

> Inchei os pés, não podia calçá, não podia comer, falei para ele: ó, Nenzico, cê arruma um para tirar leite e me arruma um dinheiro prá mim ir no médico, no doutor, eu tenho que consultar, eu tô assim, assim. No outro dia eu falei com ele, ele falou: nada cê tá com preguiça de trabaiá, some, que eu vou pô um aí para trabaiá. Já arranjou um para trabalhar, aí, eu descabriado, como é que eu vou fazer, o que fazia, prá onde eu ia, doente né.
> Era fígado, né, aí o mestre de linha já me conhecia, nóis combinava muito, mandou me chamar para trabaiar prá estrada.[32]

---

[31] Idem.
[32] Idem.

O Sr. José Francisco, e provavelmente muitos de sua condição, sentiram com muita intensidade a saída da casa do proprietário para uma relação assalariada. Ao recordar o início do trabalho na ferrovia, imputa à queda do padrão da alimentação uma grande dificuldade:

> Ê, Paulo, (riso) aí que a cobra torcia, cê vê: tinha dia que chegava arroz e feijão puro, não tinha uma carne, não tinha uma verdura, não tinha nada. Tinha dia de comê feijão só, arroz só, eu comi muitas vezes feijão ferventado com abóbora.
> O agregado comia melhor que o turmeiro, o agregado tinha frango com fartura, na turma não tinha. Nas fazendas a mulher ficava mais liberada. Nóis chegamo na estrada, a miséria chego. Naquele tempo você queria uma abóbora tinha, melancia tinha, um farturão de verdura.[33]

A interpretação da entrevista, que contrapõe ferrovia e vida no campo e escassez e fartura, pode, sem o devido cuidado, estabelecer uma dicotomia que liga naturalmente o campo à fartura e o trabalho ferroviário à miséria. A maneira como sua fala se põe no processo em que esteve, como elabora a transformação que experimentou em sua vida, não inibe que se possa identificar o social que está à sua volta, mas a generalização dessa fala, por conta e risco do historiador, pode causar desvios, impossibilitando de se historicizar a sociedade à volta do informante.

Em meio às dificuldades no caso do Sr. José Francisco, precisamos observar que não é o mesmo campo em que foi criado que ele deixou, mas um campo em que a despensa do proprietário já não era tão farta, estabelecendo pressões que atingiram de maneira diferente o trabalhador e o proprietário.

Uma das mudanças mais marcantes, quando vai para o serviço na ferrovia, é a redefinição do papel da mulher. Afirmar que a mulher nas fazendas ficava mais liberada é reconhecer que, na família, ela tinha uma participação importante com trabalhos que complementavam as despesas da família, muita coisa da manutenção da família era feita em casa mesmo.

> A roupa era quase tudo em casa, a mulher fiava, preparava o algodão, fiava, tecia. A gente usava camisa, calça, naquele tempo não dizia cueca, falava ciroula. Tudo em casa, tudo em algodão. (com a ida para a ferrovia) aí cê tinha que comprá no açougue, roupa cê tinha que comprá na loja, calçado, aí cê já não podia trabalhar descalço, comprar calçado. Roupa cê tinha que comprar, tecido não fazia mais. Gordura comprava no açougue, toucinho.[34]

---

[33] Entrevista realizada com o Sr. José Francisco Inácio, em 5 de agosto de 2002.
[34] Idem.

Consideramos que o entrevistado, quando fala das dificuldades na redefinição de sua vida e da família, narra o percurso que os coloca no mercado. A vida anterior no campo é uma experiência, uma forma de vida em que a produção básica para o sustento da família era firmada por toda a família.

Uma outra questão que observamos é que o trabalhador que mora na casa do proprietário, não apenas partilha da mesa do fazendeiro, mas também se torna próximo, ficando numa situação privilegiada nas decisões políticas de sua administração, sendo delegadas a ele funções de confiança.

Funções como ir na cidade buscar remédio e transportar dinheiro para fazer pagamentos eram serviços que, aparentemente, não angariavam para quem os executasse um ganho adicional financeiro, mas garantia pela confiança adquirida junto aos proprietários a permanência na sede da fazenda.

Podemos ver nesse processo que o Sr. José Francisco vivenciou pressões que fizeram-no recompor o campo em termos de uma vida feliz e de abundância, contrapondo-o ao trabalho na ferrovia. Isso é um avanço em relação ao trabalho do mestrado no qual avaliamos que o rancor com que ele recorda o trabalho ferroviário e a vida que reconhece como idílica no campo eram contrapostos em termos brutos, duas situações que, não postas em suas trajetórias de trabalhadores, se tornaram duas áreas fixas e apartadas de memórias.

Um outro entrevistado, o Sr. João Modesto, recorda que após ser dado pelos pais aos proprietários de uma fazenda no município de Nova Aurora, recebeu a incumbência de vigiar o fornecimento dos trabalhadores.

> Aí, trabaiando, trabaiando e tinha um irmão do cara que morava dentro da fazenda, e o outro morava lá, e a Joana do Totico vendia os trem é pela balança, vendia os trem pela balança. Aí ela sentiu que o povo tava retirando com ela nos trem, aí ela pegô e chegô nim mim, chego, assim: ó Canela, aqui, ó João, é um peso, aqui é outro, aqui é outro (acena com a mão). Aqui eu vou deixá indicado procê pesá os trem, aqui, pro cê olhá essa balança prá mim, o que eles vai pesá.
> O irmão era irmão, então tava prosperando com os trem dela, sabe, aí eu falei, assim, falei: óia, ó Ranolfo, isso aí não é assim, ela me explicô que é prá você vendê isso aqui, que é prá você vendê aqui, assim nessa situação prá ele.
> Mas é que ele punha passando, se era um quilo ele punha dois; vendia arroz, vendia feijão, vendia açúcar, sabe, café em grão; isso, antigamente não existia vendê café em pó, não tinha sabe era à base de grão, seu pai também sabe. (...)
> Aí, bão, rapaz, não foi nada não, e a Joana, e eu fui contá prá Joana, e eles apavorô e eles esquentô a *pioienta* porque eu fui falá isso, eles queria goderá. Rapaz, quando a Joana foi para Nova Aurora traveis, eles mandaram eu buscá um cavalo de mentira; eles quebraram um galho de unha de boi, foi no

> meu pêlo, mas eles acabaram comigo, eu vi que eles tava (pausa) sentindo que eles queria me batê, porque não tinha precisão d'eu buscar esse cavalo, sabe.[35]

Na sua narração aparece o que é o fornecimento de alimento pelo proprietário aos trabalhadores. Ranolfo, um dos trabalhadores que moram na fazenda, é responsável pelo fornecimento e controle de alimentos aos trabalhadores. Um irmão dele que trabalha na propriedade é sempre beneficiado, desconfiada a proprietária designa o entrevistado para vigiar a entrega, quando denuncia a fraude cometida pelo Ranolfo, é espancado pelos dois. O Sr. João Modesto, depois do que ocorreu, abandona a fazenda, voltando para Nova Aurora.

Esta trajetória permite que problematizemos o fornecimento de alimentos aos trabalhadores, pelo proprietário, que tem sido relegado pela historiografia e entendido como prova final da miséria e dependência total do trabalhador em relação ao proprietário.

Tanto o caso do Sr. João Modesto quanto do Sr. José Francisco, o controle do "armazém", indicar situações em que os proprietários eram lesados por teia de relações que envolvia os trabalhadores. No caso do Sr. José Francisco, ele favorece alguns trabalhadores que procuram o "armazém" da fazenda para adquirir alimentos. Indicando um sistema de controle nesse fornecimento, fala das cadernetas que eram usadas para o controle do que era entregue. No caso do Sr. João Modesto, a denúncia que faz do trabalhador que controlava o armazém e favorecia o irmão que também trabalhava na fazenda acarreta uma repressão destes.

O Sr. João Modesto, ao sair da fazenda, se dirige para uma outra propriedade na mesma região, onde continua trabalhando numa relação de quem mora na casa do proprietário. Recorda a briga que teve com esse proprietário por ter sido impedido de ir para Corumbaíba.

> Aí eu trabalhei nesse Pica Fumo (pausa), saí de lá (pausa), ele não queria que eu fosse na Corumbaíba. Eu cheguei com um carro de boi da Mata Rôcha, eu sozim com o carro, e o Gerônimo Pinheiro com o outro carro cheim de milho, eu queria ir para Corumbaíba passear, ele não quis deixar, sabe.
> Ele falou: não você vai lambicar; falei: não eu quero ir para Corumbaíba hoje, eu quero passear lá. "Não cê vai lambicá, hoje você não vai não.
> Fiquei lá, lambicando, sabe; nóis ficô dois na fazenda (pausa), aí eu falei: gente, mas não é possível, eu trabalhei a semana inteira lá na Mata Rôcha, puxando milho, todo dia, cansado, e não posso ir passear. N'eu lambicá, eu taquei fogo demais no lambique, sô, o fogo supitô, deu um projuizão danado pro homem, uns quarenta litros de pinga prá ele, sabe.[36]

---

[35] Entrevista realizada com João Modesto da Silva, em 19 de julho de 2008.
[36] Idem.

A revolta em ter que ficar trabalhando no fim-de-semana se deve à proximidade com a casa do proprietário, que por lhe garantir, além da comida, a lavagem de roupa, lhe pressionava a ficar à disposição dele algumas ocasiões. E assim, no momento de fazer pinga, é exigido que permaneça na propriedade, com o que não concorda, gerando o conflito que o obriga a sair da fazenda.

O armazém da fazenda sinal de um controle absoluto do proprietário em relação ao trabalhador pode indicar em alguns casos como se constituía e se ordenava precariamente um mercado de trabalho.

Uma primeira constatação é que o fornecimento de alimentos feito pelo proprietário no que é chamado meio aleatoriamente de armazém, considerando que não era algo feito para vender, mas em muitos casos um adiantamento para que o trabalhador pudesse colher, principalmente a primeira lavoura, ou obter socorro em momentos de dificuldades.

O fornecimento de alimentos pode ser considerado um mecanismo de controle, mas precisa ser identificada lógica em que se baseava, ou seja, o funcionamento de um mercado de trabalho. Ao contrário de trabalhadores na porta do proprietário esmolando e aceitando pela alimentação qualquer benefício que os sustentasse, o fornecimento era uma lógica que funcionava tanto para o proprietário quanto para o trabalhador.

Fornecer alimento para o trabalhador se revestia de diversas minúcias que mudavam de acordo com a relação de trabalho que cada trabalhador estabelecia com o proprietário, podia mudar com a mesma família. Pelas evidências é possível identificar algumas relações que eram firmadas pelos contratos de trabalho.

Para o trabalhador que chegava na fazenda para a plantação de lavoura, no contrato, geralmente verbal, que indicava o local de construção do rancho, a terra a ser plantada, em alguns casos o fazendeiro se obrigava a fornecer mantimentos no primeiro ano, adiantamento que, depois de colhida a lavoura, era descontado no momento em que se fazia a partilha.

Esses contratos entre proprietário e trabalhador eram variáveis, dependendo muito da relação pessoal da família com o fazendeiro, o que permitia alcançar um maior ou menor número de concessões para o trabalhador.

O mesmo Sr. João Modesto se recorda de um proprietário que ele deixou porque este não tinha condições de fornecer no primeiro ano do plantio da lavoura.

O armazém servia como uma central em que o alimento era trocado por dias de serviço. Em momentos específicos, tabelas variáveis estabeleciam relação entre o alimento e o

valor do dia de trabalho; essa relação indicava a situação do trabalhador na fazenda. Essa negociação era chamada de "trama" por não envolver moeda.

Assim, um trabalhador que estivesse relativamente folgado, com a alimentação guardada, sem estar pressionado diretamente a vender sua força de trabalho, tinha condições de uma melhor negociação com o proprietário. O Sr. João Modesto recorda quando ajudou o Sr. Benedito, que trabalhava numa fazenda próxima da qual ele morava, no momento em que este estava passando fome. Lembra que o Benedito, a esposa e filhos o procuraram à noite, trêmulos de fome, pedindo algo para comer:

> (...) falei: ó Benedito eu vou te dar esse arroz aqui porque eu tô vendo a fome que você e seu filho tá passando. Tava com dois dias que não comia, arrumei dois litro de arroz limpo e um litro de feijão.
> Eu não pudia arrumar esses trem pr'ocê, mim faz falta amanhã, mas eu vou matar a fome de vocês, ninguém quer arrumar. Trabalhava pro véio Nego Neca ali; depois, o véio Nego, eles garrô tratá e não ia, e eles não tava dando conta; os trem que eles comprava comia tudo e não dava pro outro dia, eles tava devendo já muitos dias, muita trama lá sabe.
> Eles dava dois dia de serviço por uma quarta de arroz, uma quarta de arroz limpava no pilão não dava mais do que cinco litro, dava prá almoçar e jantar. E o dia de domingo? O dia de sábado que eles não trabalhava, comia o quê? Comia o quê?
> (...) Que as coisas andava apertado dimais, muita coisa tinha encarecido (...) E, agora, os outros trem que ele tinha de comprar. Tinha que arrumar a banha, tinha o feijão. O café e o açúcar que eles gostava (...) adonde que eles ia parar com isso?[37]

No caso da família do Sr. Benedito que o entrevistado recorda, a situação era que, diante da fragilidade na negociação, estabelecia-se um valor pequeno para o dia de trabalho e o trabalhador endividava-se. O proprietário não tinha assumido a responsabilidade de fornecer alimentos para a família, como um adiantamento. O trabalhador trocava sua força de trabalho por uma quantidade de alimento. No tempo que lhe sobrasse ele poderia plantar sua roça, conforme as condições estabelecidas, à meia ou até sem ter que devolver nada ao proprietário.

O equilíbrio entre a satisfação das necessidades básicas do trabalhador, em forma de adiantamento ou de troca por dias de trabalho, era motivo de diversos conflitos, considerando que o trabalhador ficava entre cultivar suas lavouras e as do proprietário.

Em alguns casos, as entrevistas evidenciam que, fornecendo alimentos adiantado para o trabalhador em troca de dias de serviço, o proprietário podia não cobrar de imediato os dias de serviço, deixando que esses dias se acumulassem, sendo cobrados nos momentos em que se exigia o cuidado com as lavouras. Como todas as lavouras eram plantadas no mesmo

---

[37] Idem.

período havia uma dificuldade do trabalhador em conciliar o trabalho na sua própria lavoura e na do seu credor.

Pudemos alcançar duas narrativas em que as cobranças geraram disputas entre trabalhador e fazendeiro. No primeiro caso cita-se o "empreito", que era uma relação de trabalho em que se estabelecia previamente a atividade a ser realizada e o preço a ser pago, podendo este ser adiantado ou não, pago em gêneros alimentícios ou não e podia ser realizado só pelo contrato ou caso se necessitasse de mais mão-de-obra o trabalhador que pegou o empreito é que se encarregava de contratar e pagar. O caso motivou uma "moda de viola" feita pelo Sr. José Rita, pai do Sr. Joaquim Pires, cantada em uma das entrevistas realizada com o Sr. José Francisco.

> Benedito Santana pegou um empreito de um homem aí; tava ganhando o dia prá levar os companheiro prá trabalhar; o homem pegou foi lá, o homem era mineiro, morava perto de Nova Aurora, Joaquim Cardoso, foi lá e amarrou ele no rabo da égua prá levá pro serviço. E o Zé Rita fez a moda:
> "Vou contá o que aconteceu essa semana passada
> Amarraram o Benedito no meio da companheirada
> Amarrou no rabo da égua e desceu lá na estrada (riso)
> Quem amarrou o Benedito é o amigo Joaquim Cardoso
> Amarrou no rabo da égua e deixou sofrendo os dois
> O sol estava tão quente, tava fazendo calor
> Benedito tá amarrado faço dele o que eu quiser
> Benedito tá amarrado
> Quem salvou o Benedito foi o meu cumpade Abrão
> Vendo ele amarrado na maior judiação
> Mandou o filho dele atrás, não deixa judiar não.
> Cantava no Baile, catira.[38]

A situação do Benedito Santana, buscado pelo patrão de maneira violenta e levado para o serviço amarrado em uma égua, não se deu apenas pela observação da força do proprietário, mas pelo endividamento. A empreitada exigia um cuidado do trabalhador, se fosse em adiantamento que este recebesse.

Em outra situação, o endividamento em dias de trabalho motivou a ida do proprietário para levar o trabalhador à força para o trabalho. Foi descrita pelo Sr. Sebastião:

> (...) é igual eu tô te falando, meu pai trabaiava prá tudo, pegava trama dele (proprietário) assim prá pagar em serviço, e agora tinha aquele negócio assim, de chegar, vamo supor, hoje, ou às vezes de manhã mesmo e falá assim: ó, eu vim buscar vocês prá fazer isso prá mim.
> E aí se você falá que não pudesse, já era hora de criar caso. O velhão, eu lembro direitim, eu era mulequim assim ó (acena com a mão o tamanho), ele

[38] Entrevista realizada com o Sr. José Francisco Inácio, em 5 de agosto de 2002.

> chegou lá agitado e falou: ó, é pro cê ir amanhã. E meu pai falou: não, eu já tenho compromisso, não posso ir.
> Ele falou: não, ou o senhor vai ou venho te buscar com o rabo de tatu. No outro dia ele chegou mesmo, esperou até sete hora meu pai, lá de butuca, prá ir trabalhar pro outro.
> Quando é fé ele apontou lá, o rabo de tatu dele era uma chibata assim, chegou e falou assim: ó, nego, você não foi, eu vim te buscar.
> O velho só falou prá ele: você espera aí, o velho ainda deu bobeira de esperar ainda da banda de fora. O velho entrou lá dentro, desatou, puxou aquele garruchão antigo, assim, e falou: ó, eu vou te ensinar como é que vem buscar homem.
> E aí o velho falou: você tá ficando doido, Armindo? (gritado) Faz isso não! Esticou, e o velho atrás (rindo); eu lembro direitim, o velho ainda deu um tiro prá cima da cabeça dele. (gargalhando).[39]

Nesse outro caso, o Sr. Sebastião descreve como um risco para o trabalhador o endividamento em dias de trabalho com o proprietário. Estando com crédito de dias a serem pagos, o proprietário fazia um banco de dias que deixava para ser resgatado nos momentos em que mais ele necessitava na propriedade. Esse mecanismo podia se tornar perverso para o trabalhador considerando que o momento que o proprietário cobrava o dia de trabalho podia ser o momento em que o trabalhador havia feito um compromisso de trabalho assalariado com outro ou quando o trabalhador tinha que fazer uma atividade para si próprio. Então, o pagamento da trama constituía uma disputa entre proprietário e trabalhador.

O Sr. Sebastião Firmino de Paula apresenta a sua família no funcionamento desse mecanismo:

> Meu pai trabalhava dimais era para os outros, em troca de cinco litros de arroz, um dia de serviço, rapaz; um dia de serviço em troca de meio litro de manteiga. (...) roçava as mata lá, fazê assim: enquanto tava bão, dá mantimento, era eles que plantava, prá pessoa trabalhar prá eles; se desse prá trabalhar prá eles, eles (trabalhadores) não ia trabalhar prá eles (proprietários).
> E aí quando ficava ruim, que não dava nada, aí dava prá gente igual o meu pai, sabia que não dava nada, a meia. (...) quando ele plantava; mas os outro não deixava ele cuidar dos dele, tinha que trabalhar prá eles prá pagar os litrim de trem.[40]

O pai do Sr. Sebastião, proprietário de um pequeno sítio onde morava com os dez filhos, firma uma relação de fornecimento de alimento como pagamento adiantado pelos dias de trabalho, o que mantinha o trabalhador refém do grande proprietário, geralmente vizinho. Assim, na época do plantio, seu pai tinha que deixar as suas próprias lavouras para cuidar das lavouras de grandes proprietários a troco de mantimentos.

---

[39] Entrevista realizada com Sebastião Firmino de Paula, em 19 de abril de 2009.
[40] Idem.

O Sr. Sebastião recorda um outro mecanismo de alguns proprietários: usar mão de obra paga para os primeiros plantios em que a produção era alta e, depois dessa primeira fase, passar a terra para trabalhadores "à meia" quando a produtividade da terra era baixa.

A família do Sr. Sebastião trabalhava numa região do município de Goiandira conhecida como Água Fria. Por parte do pai, é uma família de negros que remonta a um local denominado Patrimônio, onde, em uma relação de agregação, moravam cerca de 80 pessoas, todas com alguma relação de parentesco. Trabalhavam para o proprietário e também saíam de lá para trabalhar para outros fazendeiros da região. Apesar de não haver evidências, o Sr. Sebastião e o Sr. João Felizardo, negro, também oriundo do Patrimônio, indicam nas entrevistas uma relação extremamente antiga e hierarquizada. Essa relação de trabalho desses moradores vai até o início dos anos oitenta, quando os últimos remanescentes vão para a cidade de Cumari.

Trocar alimentos por dias de trabalho era um mecanismo interessante para o proprietário. É nesse sentido que o Sr. Joaquim Pires descreve que, em um momento de dificuldade, procura o proprietário e quando propõe pagar em dinheiro, este recusa, preferindo que seja pago em dias de trabalho.

Esse mercado de trabalho podia ser movediço balançando na maioria das vezes a favor do proprietário e algumas vezes a favor do trabalhador. Apesar de não termos alcançado muitas evidências, entendemos que o esgotamento dessas relações (agregados, meeiros, trabalhadores volantes ou fixos que recebiam em mercadoria etc), durante a segunda metade do século XX, influenciou o esvaziamento no campo.

Na entrevista com o Sr. João Modesto este esclarece que muda sua relação de trabalho, quando saiu da fazenda do Pica-Fumo. Como o proprietário não queria liberá-lo, reteve a sua roupa. O Sr. João Modesto recorda que passou a trabalhar para o Sr. Heleno com a roupa do corpo.

> Aí, eu cheguei lá, eu lavei a roupa; enxugô um pouquim, falei agora eu vou vestir já tá quase enxuta, e eu vou embora prá mim almoçá, sabe?
> Fui lá, rapaz, e vesti a bicha, ficou limpinha; aí, rapaz, ele foi em Corumbaíba e trouxe, achei que ele ia trazer um terno ou dois terno de roupa, trouxe foi muita roupa, sabe?
> Ainda trouxe um par de botina prá mim, aquilo foi a maior alegria minha, sabe? "Nossa! Eu tô no céu, eu tô no céu mesmo", viu, fiquei alegre passado, umas botininhas novinhas, sabe? Falei: "Nossa coisa boa dimais!" aí troquei de roupa fui capinar, capinar descalço, não estragá as botina, sabe?
> (...) Falei: Heleno você vai me pagar o que você me puder pagar,eu não vou pôr preço não, você me dá o que você achar que eu merecer; pegou, as roupas, descontô. Falei é prá descontar as roupas; achei muito bão a botina, sabe?

> Saí de lá com um dinheirim no bolso, sabe? Cabô o serviço. Falô: Canela, se eu tivesse serviço direto eu não ia deixar ocê sair, ia morar comigo, morar comigo, sabe?[41]

Em uma das primeiras relações de trabalho em que é remunerado financeiramente, lamenta não haver condições de continuar trabalhando para o Sr. Heleno, de quem o trato que tinha era melhor. Nesse caso, o fazendeiro não teve condições de mantê-lo; onde afirma que não tinha serviço, mas, era mais não ter condições de mantê-lo no trabalho.

A abundância e a fartura da dispensa ajudavam na manutenção da força de trabalho, mas, de um lado, essa abundância dependia em grande parte dos trabalhadores da fazenda, do plantio de lavouras. De outro, a terra, depois de alguns anos de exploração, se esgotava. A manutenção ou o aumento da produtividade dependia muito da expansão física da propriedade. O aumento territorial das fazendas permitia que essa forma de trabalho fosse se expandindo.

A própria dinâmica familiar, o número de filhos, dos proprietários e dos trabalhadores, pressionava pela incorporação de novas terras. Mas, com o decorrer de tempo, nas famílias com grande número de filhos, na divisão da herança, essas propriedades iam sendo continuamente redefinidas no tamanho, o que significava limites na reprodução do sistema.

Aqui, sem nos afastarmos do campo de memórias desses trabalhadores, queremos assinalar um entendimento sutil mas de valor importante para entenderemos as mudanças que o trabalho no campo sofreu. Para alguns historiadores a criação de gado é um sinal de políticas agrícolas de governo bem sucedidas, que, alteraram de maneira substancial um jeito de produzir no campo.

Um dos sinais desse avanço das políticas de governo é a introdução da criação de gado em substituição à lavoura, o que teria desempregado muito desses trabalhadores que, em situação de miséria, vão para a cidade tateando atrás de sobrevivência. Não desqualificando esses estudos, consideramos que essa visão, em mão única, pode compreender o papel político desses trabalhadores como irrelevante. Essa crise, aqui assinalada nas memórias de trabalhadores, indicou para muitos desses trabalhadores mais do que uma ida do campo para a cidade, representou uma redefinição de seu estatuto enquanto trabalhador rural.

Os tensionamentos da saída do campo ficam explícitos na relação do trabalhador rural que vai para a ferrovia. Nas entrevistas e na documentação da empresa é possível inferir que, em um movimento lento e contínuo, a mão-de-obra braçal da ferrovia,

---

[41] Entrevista realizada com o Sr. João Modesto da Silva, em 19 de julho de 2008.

vai sendo formada não mais por trabalhadores que vêm de outros lugares, em muitos casos fugitivos da justiça; essa mão de obra lentamente vai sendo composta pelos anteriormente rurais.

Um episódio ocorrido em 1916, conhecido como massacre dos turmeiros, mostra o perfil do trabalhador ferroviário braçal, predominantemente um trabalhador errante, às vezes fugitivo da polícia, ou de garimpos, que foi sendo substituído por trabalhadores locais.

No crime, ocorrido em Catalão, na construção do trecho que vinha de Ouvidor, dois ferroviários deixam o acampamento e se dirigem para a cidade à noite; um deles assedia Emerenciana, amásia do comandante da polícia na cidade; esta reage, é perseguida e morta pelos ferroviários. O chefe político da cidade, Isaac da Cunha e o comandante do destacamento policial, mandam buscar os criminosos no acampamento. Há uma recusa em entregar os autores; no confronto, um policial é morto. Acompanhando a narrativa feita por Cornélio Ramos, vemos o desenlace do processo;

> Isac e o comandante deixaram acalmar os ânimos e depois calculadamente planejaram a desforra. O "lastro" (trem de serviço), com algumas gôndolas cheias de trabalhadores e ferramentas, partia diariamente pela manhã para a ponta dos trilhos e regressava à tarde ao acampamento. A polícia e muitos jagunços colocaram uma pilha de dormentes sobre a linha de ferro e entrincheirados à margem da Estrada, aguardaram o regresso do trem. Quando a locomotiva parou na pilha de dormentes, de surpresa, sem dar tempo para qualquer reação, descarregaram suas armas sobre os ferroviários. Doze morreram na hora, inclusive quatro menores. Outros ficaram gravemente feridos e foram transportados, com auxílio da população, para um hospital improvisado no antigo prédio do Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus. (RAMOS, 1984, p. 42/43).

O crime evidencia que os primeiros trabalhadores da ferrovia possuíam uma situação de alheamento com a cidade, sua postura é de não reconhecer as relações de poder da cidade, o que leva a inferir que provavelmente era uma mão-de-obra errante, recrutada entre ex-garimpeiros e/ou fugitivos da justiça.

Em um relatório da empresa datado de 1939, a direção da empresa, ao apresentar os vários balancetes dos setores, demonstra certa carência no quadro dos braçais:

> O pessoal permanente servindo nesta Divisão permaneceu o mesmo do ano anterior. Houve um pequeno aumento no número de extranumerários, o qual ainda foi muito fraco em relação às necessidades do tráfego. Ocorre, ainda, a circunstância de haver sido, em face da lei, elevado para vinte o número de dias de férias do pessoal permanente e mensalista, bem como determinada a respectiva obrigatoriedade de concessão, o que, sendo de toda a justifica, reduz o pessoal em trabalho efetivo. Há além disso, várias vagas por preencher, o que também contribui para a deficiência a que vimos aludindo.

> (Relatório dos Serviços da Estrada de Ferro de Goiáz referente ao ano de 1939, p. 57).

A crise que vai se formando no campo aliada à necessidade de braços na ferrovia, levam os trabalhadores do campo a ver no trabalho na ferrovia uma alternativa diante da crise.

Parafraseando Raymond Williams, esses trabalhadores que viviam da terra, diferentemente dos pais, já não podiam viver só dela, começam, então, a buscar alternativas, mas, isso não significa uma saída da vida do campo, mas, uma redefinição em relação a ela.

Uma dessas mudanças é, que mesmo saindo de uma propriedade rural, alguns que vão para a ferrovia continuam o plantio de roças para fazendeiros. Dona Guimar descreve a situação do Sr. Gaspar, que saía de manhã para o trabalho ferroviário e após o término do serviço, principalmente no período de verão, que coincide com o período de cultivo das roças, trabalhava até tarde na roça.

São estabelecidas novas relações entre proprietário e trabalhador, pois dessa vez o sustento vem do trabalho ferroviário. Essa nova forma de trabalho alivia o proprietário do compromisso de fornecimento de alimentos para o trabalhador, mas garante a parceria.

Uma outra atividade desse trabalhador pode ser trabalhar por dia para o fazendeiro recebendo no final de semana. O Sr. José Francisco relata que, quando feitor, diante dos atrasos do pagamento na ferrovia, os feitores permitiam que cada trabalhador ferroviário trabalhasse dois ou três dias para um fazendeiro recebendo por dia.

Uma outra atividade que complementava a renda do trabalhador ferroviário e o redefinia na elação de trabalho no campo é o fornecimento de lenha para a ferrovia. Até meados dos anos cinqüenta, as locomotivas da Estrada-de-Ferro Goiás eram movidas a vapor o que fazia que tivessem um alto consumo de lenha e de água. Conforme nos relata o Sr. Altivo Marques:

> Ô, Paulo, a chegada da Estrada-de-Ferro em Goiandira parece que às vezes ia desaparecer o movimento do carreiro; mas a Estrada-de-Ferro incentivou ainda mais o serviço do Carro-de- Boi, porque a Estrada-de-Ferro dependeu muito desse transporte animal. (...) A Estrada-de-Ferro quando chegou aqui ela chegou com uma novidade muito grande, mas ela tava assim no início das novidades, ela só movia a vapor e esse vapor era produzido à lenha e essas beiras das margens da Estrada-de-Ferro daqui até Anápolis ela empregava gente tanto na linha, como trabalhou seu pai, tanto nos mato, retirando três léguas porque era muito longe e o preço não dava e não deu mesmo. Até tirar essa faixa de três léguas na Estrada-de-Ferro, ela deu muito emprego, sabe, de forma que ela trouxe o progresso e estimulou muito o serviço do carro-de-boi, porque naquela ocasião não existia caminhão e o jeito de transportá era no carro-de-boi mesmo e não tinha outra solução e

> essa máquina prá funcionar encima desses trilhos dependia da tração animal, senão ela não funcionava.[42]

As locomotivas a vapor consumiam uma quantidade expressiva de lenha, além disso, havia carência de dormentes para manutenção do tráfego ferroviário. Essa necessidade implementava uma atividade informal de trabalho: o trabalhador depois do serviço na ferrovia, vai para o campo corta e empilha a lenha, o fazendeiro providencia o transporte para o pátio da estação e depois acerta o pagamento com o trabalhador.

Esse trabalho de corte e venda de lenha para a empresa era uma atividade terrível, muito pesada. Trabalhadores ferroviários relatam que após o dia de serviço, passavam em casa pegavam o machado e iam para o mato onde trabalhavam até à noite, atividade também executada nos dias de domingo. Não se deve interpretar que a empresa chega e abre "possibilidades" para um maior ganho desses trabalhadores. É um momento da redefinição das relações de trabalho, o que podemos denominar de crise, pressões levam esses trabalhadores a ocuparem outros espaços de trabalho para garantir mais a existência, que em uma situação anterior no campo, se recusavam, por serem piores em relação à atividade nas fazendas.

O Relatório da empresa citado antes indica a dificuldade crescente em conseguir lenha para a locomotiva. O alto consumo de lenha, que motivou a empresa a construir dois hortos florestais, em Goiás, favorecia uma relação de desvios de dinheiro. A relação de fornecimento de lenha para a ferrovia era bastante simples: com um contrato do proprietário com a empresa, a entrega da madeira ocorria nas margens dos trilhos e o contador da empresa conferia a quantidade e providenciava o pagamento.

Vários trabalhadores do campo eram empregados no corte e fornecimento de lenha, recebendo pelo que faziam. A relação que tiveram com esses fazendeiros, antes da entrada na ferrovia, permitia que eles tivessem a "liberdade" para entrarem nas propriedades.

Esses fatos permitem apontar uma questão que vai emergindo no mundo desses trabalhadores: a transformação nas expectativas em relação ao social. Toda uma geração criada e educada para uma vida com o trabalho na terra começa a se deslocar dessa expectativa. A criação dos filhos, baseada em uma educação para o trabalho, um processo de iniciação que começava aos oito, nove anos conforme relatam todos os entrevistados, vai entrando em um processo difuso, em que a educação da família para o filho vai sendo redefinida.

---

[42] Entrevista com o Sr. Altivo Marques da Silva, em 26 de julho de 2001.

A família, onde se tinha a compreensão do mercado de trabalho, vai, aparentemente, sendo redefinida nesse novo mercado em que se insere, passando a ter uma função moral, na educação dos filhos, e é assumido pelo Estado e empresas o papel da educação para o trabalho. Numa hierarquização constante à família vão sendo dados os atributos de uma convivência moral do cidadão, valores que se somariam aos conhecimentos do Estado para desempenho de uma função.

A Estrada-de-Ferro Goiás põe em funcionamento uma escola onde se percebe uma reeducação da família, colocando-se outros valores:

> Seguindo rigorosamente o seu vasto programa de ação social, em benefício do ferroviário, o Cap. Mauro inaugurou, no dia 1º de Maio, a Escola Técnica de Educação Familiar, que se destina a proporcionar às filhas dos ferroviários uma educação teórica-prática para a vida doméstica. Compreende o curso aulas de Português, Matemática, Geografia, Higiene, Puericultura, Enfermagem e várias outras matérias necessárias ao ornamento intelectual e à vida prática das futuras esposas. O curso prático compreende aulas de corte e costura, datilografia, enfermagem, horticultura, flores, bordado, tricô e arte culinária. (Revista O Ferroviário, dezembro 1952, p. 07).

Precisamos tomar cuidado diante de uma perspectiva que eterniza a educação formal como parte natural do mundo dos trabalhadores enquanto expectativa que sempre carregaram com eles.

Essa perspectiva entende que a educação formal sempre esteve à disposição de todos e todas as trabalhadoras do campo e apenas, sob pressão dos pais, não puderam freqüentar essa escola. Constatamos isso em todas as entrevistas.

O Sr. Valdivino recorda o mês que frequentou escola, quando veio morar com a avó na cidade de Goiandira, depois da morte do pai que era ferroviário

> Aí o diretor da Estrada-de-Ferro (pausa) vieram prá pegá nóis três prá acabá de criar nóis (inaudível) e a minha vó não quis. (...) então nóis foi (pausa) criando, crescendo, mexendo com um servicim daqui, dali, lá com a idade de sete anos em diante eu já saía (pausa) pruns fazendeiro aí.
> É guiando boi é, é, é, mexendo, crescendo, crescendo, crescendo, aí deram na idéia, a minha avó pegô pôs nóis três na escola e adoeceu e nóis piqueno na escola um mês. Eu fiquei um mês agora os outros dois ficou menos (pausa); então nesse mês ela adoeceu e morreu.
> Nóis ficou criado, criado com um tio, Sebastião Vitorino, chamado Bastião Caldeira, o seu pai conhece ele também muito. Então foi indo; então ele, tá, tira nóis da escola porque nóis já trabalhava.[43]

[43] Entrevista realizada com o Sr. Valdivino Dias dos Santos, em 2 de fevereiro de 2008.

O Sr. Valdivino narra o momento logo após a morte do pai, em que ficam ele e os dois irmãos na casa da avó em Goiandira, a frequência à escola por um mês e a saída, justificada por já estar na idade de trabalhar, invertendo a lógica que se tornou dominante. Nessa visão, a escola se contrapõe ao mundo do trabalho, é um saber que, apartado do mundo do trabalho, nada a tem a revelar para ele.

É possível saber como a Estrada-de-Ferro Goiás vê esse trabalhador que, oriundo do campo, vai trabalhar de braçal nas turmas de conserva, no relatório da empresa publicado em 1954, como uma prestação de contas. Neste relatório o diretor da empresa, Mauro Borges Teixeira, o primeiro goiano a assumir a diretoria da empresa, identifica nesse grupo de trabalhadores um problema a ser enfrentado na sua administração, como a moradia, a alimentação e as condições de saúde deles.

Dentre os trabalhadores braçais os que se encontram numa situação difícil são os diaristas, pessoas como o Sr. Gaspar, esposo da Dona Guimar e outros que antes de serem efetivados tinham contratos provisórios com a empresa.

> Encontramos o pessoal diarista e de obras com os vencimentos atrasados de três meses, devido à não distribuição dos créditos. Essa situação teve de ser resolvida imediatamente, de modo a atender os justos reclamos do pessoal que estava sendo trabalhado por agitadores comunistas. (Prestação de Constas dos três anos de administração de Mauro Borges Teixeira, 1954, p. 09).

Além da regularização dos vencimentos, a direção da empresa identifica na miséria problemas referentes à alimentação e à educação. Sobressai essa preocupação na observação do que poderia ser feito pelo Serviço de Assistência Social da empresa e nas metas a serem desenvolvidas:

> b) – Cooperativa: - A Cooperativa existente presta bons serviços, mas precisa ser ampliada para melhor preencher as suas finalidades, servindo a todos com maior eficiência.
> c) – Alimentação: - O pessoal obreiro é em sua maioria doentio e mal alimentado, por isto pretende esta administração incentivar o plantio de legumes, hortaliças e árvores frutíferas em cada uma das 60 turmas de conserva da linha, a fim de melhorar o padrão alimentar, pelo menos dessa laboriosa classe, imediatamente.
> d) – Ensino: - É grande o número de crianças em idade escolar, aguardando a iniciativa da Administração da Estrada, e assim que envidaremos esforços para difundir no máximo o ensino primário, cuidando com especial carinho da alfabetização de adultos. (Idem, p. 12).

Dessas políticas que seriam desenvolvidas não há continuidade, pois, com o suicídio de Getúlio Vargas, Minas Gerais consegue retomar o controle da empresa. Mas a

questão do “padrão alimentar” desses trabalhadores persiste enquanto problema que se tenta solucionar implementando em cada turma certa produção rural.

Podemos acompanhar detalhes desse projeto conforme divulgação na Revista Ferroviária:

> Cada família ferroviária terá sua vaquinha leiteira. Caso dê certo, promover-se-á, também, a criação de coelhos, que proliferam rapidamente e têm carne saborosa.
> Sobre as hortas e pomares já temos muito falado e é um plano que vem sendo executado com êxito, alguns senões e compreensão por maior parte dos ferroviários.
> O mel de abelha é um alimento salutar. Tem, também, a grande vantagem de ser industrializado com o mais puro néctar de flores, dentro do mais absoluto asseio; o trabalho que se tem, é colhê-lo, periodicamente, depois de instaladas as colmeias. Numerosas já foram distribuídas ao longo da linha e outras serão em breve.
> Daí passaremos à criação de porcos.
> Depois de passar à vida ferroviária como um fato normal tudo o que acabamos de pormenorizar, então teremos um padrão de vida satisfatório, disporemos de mais vigor para enfrentar a árdua jornada de trabalho e nossos filhos crescerão robustos, libertos dos ataques endêmicos.
> Chegaremos, então, a uma situação interessante: nossa produção será superior ao consumo; passaremos a dispor do excedente, que será o suplemento ao baixo salário.
> Uma cooperativa dos ferroviários industrializará o leite, o mel os frutos, etc. que sobrarem do gasto familiar e isto se traduz também por grande lucro. (Revista O Ferroviário, 1953, p 16).

A alimentação desses trabalhadores braçais torna-se um problema, mas a empresa, para encaminhar uma solução, põe sutilmente a questão alimentar para além do fornecimento de comida, a solução é uma inserção em um mercado, ou talvez a constituição de um mercado. É preciso cuidado ao se dimensionar esse problema alimentar entre as mudanças que o mundo do trabalho e trabalhadores do campo experimentam, entre as pressões a que estão submetidos, sob risco de passarmos de uma massa amorfa e miserável esmolando na porta do proprietário, depois na empresa e, por fim, mendigando favores na cidade.

O Sr. José Francisco recorda os preconceitos que havia com a alimentação desses trabalhadores braçais:

> Tinha problema, os grandão abusava muito, não tratava eles por nome, não: ô tatu, fandango; tinha gente que achava ruim, né? Abusando. Naquele tempo eles abusava muito do povo da turma, era a classe mais abusada. Por toda banda era abusada. (...) Tinha um feitor enjuado, falou: cada um é prá trazer um copo. Eu não bebo água em copo de quem come tatu e vocês é diária comendo. E o Chico pegou um tatu e a mulher dele fez uma almôndega cheirosa, e aí o Chico: prova uma almôndega dessa. (O feitor) Ah, eu quero; ô rapaz onde você arrumou uma carne gostosa assim? Ele

> falou é carne de tatu (risos). Feitor falou: Nossa! Chico eu te considero um amigo e você é um covarde.[44]

Uma dieta da qual vinham alguns itens basicamente da atividade de caça e pesca e é difícil determinar em que medida esses itens se tornavam complemento ou parte principal. Isso nos alerta para tomarmos cuidado com uma visão idílica de campo em que estas atividades, para nós, aparecem como símbolo de lazer e tranquilidade, atividades apartadas do mundo do trabalho que nos dão condições para melhor enfrentá-lo, essa não era a realidade daquele mundo do trabalho e dos trabalhadores.

Os momentos de maior expectativa para entrevistados como a Dona Guimar e a Dona Irani era quando passava a cooperativa, um vagão que se deslocava com mantimentos de turma em turma, onde os trabalhadores realizavam as compras, que obedeciam a uma possibilidade de endividamento pelo salário que recebiam.

Assim, recorda a Dona Irani:

> O pagamento (...) o trem apitava, os vendero falava assim: o pai dos ferroviário tá chegando; a cooperativa vinha, eles falava: a mãe dos ferroviário tá chegando. O pai era o trem-de-ferro que vinha com dois vagão (risos) pagando os trabalhadô na estrada, não tinha esse negócio de ganhá dia prá receber não. E a cooperativa vinha prá nóis tirar as coisas: mantimento, comida, pano, é, calçado, tinha de tudo. Êta esses trem que era caro, mas os nossos filho passava muito bem. (...) Umas bolachinha pequena assim (acena com a mão) gostosa, comprava dois litro assim dava prá enchê uma lata bem grandona (...) E era uma festa, até engradado de guaraná pequenininha tinha, eles tinha, eles passava bem. É aqueles doce grandão assim (acena com a mão) aqueles doce quatro em um. Tinha muita coisa; agora, a gente quase não vê.[45]

Para Dona Guimar a passagem da cooperativa era o momento de festa para os trabalhadores das turmas.

> Nóis ficava alegre era o dia da cooperativa, qué vê cê pergunta sua mãe (riso). No dia de cooperativa falava: Cooperativa lá vem, nóis ficava tudo numa alegria, quando apontava lá encima, gritava: lá vem a cooperativa, a gente entrava prá comprar as coisa.
> Eu lembro até hoje, o Gaspar toda vida foi (pausa) minha mãe falava que ele não era genro não, ele era filho, fazia compra, a lata grande assim, tinha tanto: café torrado, café cheiroso assim, eu partia tudo, comprava ele falava: leva a metade prá sua mãe. Toda vida ele foi bom prá minha mãe. (...) Tinha aquelas carne de jabá (risos), nóis comprava aqueles pedação. Comprava tanta coisa de lata, aqueles doces de quatro em um, e comprava aquela coiserada.[46]

---

[44] Entrevista realizada com Sr. José Francisco Inácio, em 5 de agosto de 2002.
[45] Entrevista realizada com a Sra. Irani Margarida Dias, em 20 de julho de 2002.
[46] Entrevista com o Sra. Guimar Calixto Raimundo, em 20 de julho de 2002.

A chegada da cooperativa, que fornecia aos trabalhadores uma vez ao mês, aponta de maneira sutil uma redefinição do planejamento alimentar dos trabalhadores. Enquanto na fazenda a dieta alimentar do trabalhador pressupunha um "planejamento" em que no plantio e colheita da lavoura os itens básicos como arroz e feijão eram para o ano todo, com a experiência do trabalho ferroviário este planejamento vai se reordenando pelas compras por mês.

A saída do campo e a ida para a cidade, é uma experiência traumática para os trabalhadores quando se prende à luta para conseguir sustento para si e para família, objetivo imediato do trabalho que realizamos.

O processo ocorrido na Estrada-de-Ferro Goiás de substituição das locomotivas a vapor pelas movidas a diesel acabou com uma das atividades executadas por vários trabalhadores, o corte e retirada de lenha, inclusive ferroviários utilizavam essa atividade como complemento ao que ganhavam no trabalho ferroviário.

Podemos acompanhar esse processo no relatório da empresa publicado em 1954. Nele a direção da Estrada-de-Ferro argumenta contra um estudo feito pela Comissão Mista Brasil e Estados Unidos que recomendavam a viabilidade do uso da máquina a vapor pela empresa.

> A C.M.B.E.U., ao recomendar a permanência da tração a vapor, baseou seus dados no preço da lenha Cr$ 27,77 por metro cúbico. (...) A lenha, que no princípio do ano, era paga a Cr$ 41,00 e Cr$ 43,00 o m3, já está sendo paga a Cr$ 49,00 em certa região e para o ano de 1955 nem por preço (sic) pouco superior ela será obtida, visto como as reservas já estão devastadas e o transporte de longa distância desencoraja o fornecimento. (Síntese dos resultados de três anos de Administração do Major Mauro Borges Teixeira, 1954, p. 35).

Identificando falhas nos estudos da comissão, entre as quais, não haver dado importância ao consumo excessivo de água e a dificuldade no armazenamento, o que seria agravado com o aumento do tráfego e outros, a empresa opta pela troca paulatina das máquinas a vapor pelas diesel. Um outro aspecto que o documento apresenta é o possível esgotamento das matas nas margens dos trilhos, o que elevaria o custo pelo transporte.

É possível inferir que essas causas pressionaram para que se esgotassem as possibilidades de vida no campo para muitos dos trabalhadores. Contudo devemos ter cuidado em estabelecer essa causa como única; devemos nos ater ao fato de que as possibilidades à disposição para muitos trabalhadores, que redefiniram sua relação com o campo, vão sendo

perdidas, como no caso dos trabalhadores braçais da ferrovia que também continuavam trabalhando no campo.

Como essas transformações são lentas, temos que ter cuidado em afirmar em termos rígidos a saída definitiva do campo e a ida definitiva para a cidade, há uma relação que permanece para muitos deles. O Sr. Sebastião Firmino de Paula, que veio para a cidade de Goiandira com 23 anos, trabalhou no Batalhão Ferroviário por 15 anos, depois trabalhou em empresas que realizam obras públicas, retornou para o plantio de lavoura, afirmando que nesse movimento o determinante foi ter melhorado o preço de venda dos alimentos produzidos. O contrato com o fazendeiro se destinava à preparação da terra para depois ser utilizada para pastagem:

> O contrato era o custeio da terra. O custeio da terra era assim: eu pegava o cerrado prá acordá, pegava a lenha dava prum carvoeiro tirar, prá ele fazer a limpeza, em troca da lenha, e eu cultivava a terra do fazendeiro, por mais dois ou três anos. Cultivar é o seguinte: é a gente cortar a terra deixar ela pronta prá depois o fazendeiro tornar a preparar ela e jogar semente, prá repovoar o pasto.[47]

Este já é um contrato que não possui ou dinamiza qualquer obrigação futura entre as partes que envolva a permanência na fazenda. Consideramos que permite identificar no processo de transformações que os trabalhadores vivenciaram como as relações de poder vão se deslocando do campo para a cidade sem perder a hierarquização.

Essas mudanças podem ser acompanhadas por processos-crime. A documentação pesquisada se encontra na sede do Poder Judiciário, em Goiandira; apesar da precariedade do espaço reservado para sua guarda encontra-se bem preservada. Os processos, dispostos em 163 pastas se encontram reunidos de maneira aleatória, não sendo possível acompanharem pela data nem por assunto. Apenas os *Habeas Corpus*, estão dispostos em pastas específicas.

Apesar de a Comarca Goiandira ter sido instalada no ano de 1948, os registros criminais são, de períodos anteriores a esta data, pois mesmo sem a instalação local do Poder Judiciário, existia bem anterior a este período uma estrutura policial formada por delegados e policiais, que formalizavam a parte investigativa depois enviando para o Poder Judiciário, antes da instalação da Comarca, em Catalão. Em alguns casos parece que uma cópia ficava arquivada na delegacia, depois de um período essas cópias eram enviadas para o Poder Judiciário. Encontramos, na pesquisa, procedimentos arquivados que datam do início do século XX, em dois casos, do final do século XIX.

---

[47] Entrevista realizada com o Sr. Sebastião Firmino de Paula, em 19 de abril de 2009.

Um cuidado que observamos foi em não ordenar os processos em dados estatísticos, o que poderia enveredar por uma história da violência como pendor do homem do Sudeste Goiano ou uma história da eficácia do Judiciário em estabelecer os limites do controle. Os processos foram lidos de acordo com a possibilidade que têm ou não de mostrar aspectos da disputa no social. Conforme alerta Thompson,

> vale apontar aqui o contraste entre métodos quantitativos e qualitativos de análise do crime, ou da "violência", e da repressão. Os historiadores que têm atuado nessa área, empregando técnicas estatísticas quantitativas apropriadas à história econômica, concentraram seus esforços em contabilizar as agressões, os agressores (e por aí vai). Esforços consideráveis foram, ainda mais, despendidos com a polemização das – um tanto dúbias – quantidades de "violência" ou "desordem". Existem problemas bem grandes aqui. Por exemplo, os das categorias legais do "crime", que mudam com o aperfeiçoamento da eficácia policial. Claro, os melhores estudiosos são cônscios desses problemas e desenvolvem meios para levar tais variáveis em consideração. Apesar disso, mesmo quando são manuseadas com cuidado, acabamos com um conhecimento muito limitado. Pois a importância simbólica da violência – tanto faz que seja a violência do Estado e da lei ou da violência do protesto – não necessariamente possui uma correlação direta com quantidades. Cem pessoas podem perder a vida em um desastre natural e o fato não provocará nada além de piedade; um homem pode ser espancado até a morte numa delegacia policial e o fato dará origem a uma onde de protestos que irá transformar a política de uma nação. (THOMPSON, 2001, p. 240/241)

Adotamos como critérios de análise, para além do quantitativo, a possibilidade de os processos descortinarem as redefinições das relações de trabalho se entrecruzando com o Judiciário e pressionando-o para que, em parte, refizesse sua justificativa para punição.

Situar o crime no quantitativo poderia sugerir um caminho grosseiro de percepção: mais gente na cidade, mais crime, maior atuação da polícia e do Judiciário, que diluiria o que é mais instigante: como os processos evidenciam as redefinições do campo e da cidade, como mostram os valores de uma sociedade em crise em que ocorrem novas atuações dos trabalhadores. Ou, em outros termos, qual pacto mantinha a sociedade funcionando de um jeito e como ele foi quebrado, expressando-se nos crimes novas ações dos mesmos homens e um novo pacto.

Grande parte dos acontecimentos criminais do final do século XIX até a primeira metade do século XX não possui muitos registros ordenados. Nesse período, cada região rural é, no aspecto da Segurança Pública, designada a um proprietário de terras, denominado Juiz-Quarteirão; de sua atuação não há nos arquivos do Judiciário pesquisados qualquer registro de sua atuação.

É possível inferir que sua atuação se dava, de certo modo, para resolver conflitos que surgissem sem qualquer aparato policial, se devendo mais a uma negociação pontual para solucionar problemas e os que extrapolassem sua atuação eram encaminhados para a cidade, iniciando-se o processo. Esses juízes-quarteirões não estavam obrigados a fazer relatos de suas atividades, atas, formalizarem os processos ou casos que resolviam por isso não há registros para pesquisas.

A pesquisa em processos-crime tem demarcado para a História Social alguns impasses. Parte desses impasses dá-se por um diálogo inadequado com a Sociologia, a qual mais do que problemas para pesquisa tem trazido modelos aos historiadores.

Como exemplo, observamos um estudo clássico de Maria Sylvia de Carvalho Franco: *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1997). No estudo recompõe-se parte da cultura do homem livre que vivia em uma sociedade em que a escravidão impunha a maneira central de funcionamento do sistema, no século XIX no Oeste Paulista, detendo-se a análise nas pessoas que se dedicavam à colheita do café.

Franco (1997), ao resgatar os processos-crimes, dedica pouca atenção à sua formação enquanto fruto de pressões diversas; o processo-crime é trabalhado como registro cristalino e transparente das ações das pessoas envolvidas.

No primeiro capítulo, ao lidar com o "Código do Sertão", traz uma longa citação do depoimento da testemunha Luísa Maria de Jesus acerca de um homicídio cometido por José Francisco contra Manuel Antônio. No depoimento citado a testemunha ao descrever o crime apresenta o cenário do campo onde moravam os envolvidos, onde teriam ido colher a roça de milho, dadas as condições objetivas do crime, a autora apresenta sua leitura do processo:

> Nesse depoimento objetivam-se comportamentos que refletem o modo típico de viver das populações rurais brasileiras. O próprio local em que se desenrola a cena – a mata – evoca o cenário onde preferentemente transcorria a vida do caipira antigo e a fonte de onde provinha a maioria dos recursos de sua sobrevivência. A atividade em que se entretinham os homens implicados no acontecimento – a exploração da floresta – exprime o estreito e direto vínculo entre homem e Natureza, e o caráter de suas ocupações – a caça e a extração – refletem o amálgama de trabalho e lazer característico da modalidade de ajustamento e adaptação encontrados por esse grupo. O comportamento das pessoas que socorrem a vítima traduzem – pela ajuda mútua – o princípio de solidariedade que, nas comunidades pequenas, possibilita a complementaridade de seus membros, mediante relações de contraprestação que se estendem a todas as áreas da vida social. Retrata-se também a importância dos vínculos familiais, aqui efetivados por meio da relação básica do modelo patriarcal – poder paterno versus piedade filial -, objetivada numa situação – a benção – que põe em evidência o seu caráter

> sagrado, e isto em condições tais que sua ritualização – o louvado – perde o caráter de evocação solene, que a gravidade da morte, neste trecho, lhe devolve. Finalmente, revela-se a importância da religiosidade na cultura rural e a sua dimensão mágica, traduzida na correspondência analógica entre a chama da vela e as luzes divinas. (FRANCO, 1997, p. 23).

Essa interpretação do processo traduz, na dinâmica do crime, as indicações dos valores vividos por essas pessoas que, em uma sociedade desigual, permitem seu funcionamento em equilíbrio. A autora alinha, a partir de um local de trabalho, a mata, os valores e costumes dos envolvidos, mas, apartados das condições em que são explicitados. O Estado, através do judiciário, vê de maneira transparente as maneiras de ser do povo.

Consideramos, a relevância, para o historiador, de identificar como o próprio Judiciário, ao lidar com os crimes basicamente enquanto aparelho do Estado, é pressionado a dar à punição ou não em uma sociedade desigual a conotação de que as pessoas são/estão iguais perante a lei, mas isso só acontece quando cometem crimes.

Mais do que igualar as pessoas, ao utilizar o cenário do crime e os costumes do povo, como justificativa para absolvição, em uma sociedade em que se constroem/alteram-se os termos do que é o trabalhador e do seu direito de participação na cidade, pratica-se a punição.

Em um estudo de referência, o historiador Chalhoub em *Trabalho, Lar e Botequim* (1986), mostra para o início do século XX, no Rio de Janeiro, uma leitura dos trabalhadores envolvidos nos processos criminais.

No estudo, ao avançar para as especificidades dos grupos envolvidos nos processos, procurando o critério de tensionamento, resvala exclusivamente para raça, etnia, dilui a categoria de classe e deixa escapar o entendimento de como essas categorias são manipuladas por toda a sociedade, inclusive pelo Estado, na tentativa de um ordenamento. Nossa discordância com o trabalho é que, na pesquisa, dilui-se o mundo do trabalho enquanto determinante das clivagens que as pessoas experimentam.

Acreditamos que uma pesquisa que revela que as pessoas são tratadas de maneira diferente pela nacionalidade ou pela cor, além de pouco acrescentar nas tentativas de percebê-las como protagonistas, corre o risco de reafirmar o *status quo* da sociedade onde se vive acreditando serem essas pessoas expressões do desvio. O desafio é analisar essas clivagens em movimento na própria transformação que experimentavam essas pessoas.

Na análise dos processos-crimes buscamos revelar mais do que uma linguagem criminal: queremos identificar na dinâmica do crime maneiras em que o social tensionado se revela.

Iniciemos por um crime, ocorrido na fazenda Quijila, município de Goiandira, acompanhando a versão contada na Delegacia de Polícia, no dia 24 de junho de 1957, por um dos envolvidos, José Pires do Nascimento:

> Que, é gerente de serviço de tiração de lenha de Lourival Pires do Nascimento, onde este arrendou do Dr. Joaquim Neto Carneiro, neste município, Matão, para este fim; Que, lá no serviço, ficou também contratado com o proprietário da fazenda, que tinha que haver pasto para aqueles que fossem trabalhar ali a fim de ficar fechado seus animais, dado a distância da cidade de Goiandira; Que seu trabalhador, de nome Armando Rosa, tinha para seu transporte uma égua, onde fazia suas viagens de ida e vinda para o serviço; Que, o agregado da fazenda, Sr.Nelson Marques e seus filhos, implicaram com a citada égua; Que, os filhos de Nelson disseram ao depoente que falasse a Armando que retirasse aquela égua dali, pois que, se isto não acontecesse eles consumiam a citada égua; Que, mais tarde quando Armando foi pegá-la, encontrou-a com um profundo corte na anca; Que, não viu quem foi o autor desta barbaridade; mas pelo que ouviu dos filhos do Nelson, só poderão eles os autores. (Pasta Nº 04, Processo s/nº, 1957).

A banalidade do crime contrasta com a rapidez da polícia em apurar o formalizar o inquérito policial: no mesmo dia em que ocorre o crime, vinte e dois de junho de 1957, quase todo o procedimento é realizado.

Indo até a fazenda, o cabo Anicézio faz a prisão dos três envolvidos, dois irmãos Otacílio Marques e Gercílio Marques, a quem é imputado o crime, e Geraldo Coelho, primo dos dois, todos moradores da fazenda Quijila município de Goiandira.

Junto com a prisão dos envolvidos é apresentado na delegacia um requerimento do proprietário da égua, a que tudo indica, pelo formato das letras, datilografado na própria delegacia, assinado a rogo do requerente por Altivo Marques, comerciante na cidade, açougueiro, eleito vereador e por um tempo prefeito da cidade quando substituiu o prefeito eleito.

Ao mesmo tempo é feita a portaria, toma-se os depoimentos dos envolvidos, elabora-se o auto de prisão em flagrante. Após serem ouvidos Gercílio Marques e Geraldo Coelho o delegado descobre que Otacílio Marques e Gercílio Marques são menores, o que não impede que continuem presos, mas é providenciado o comparecimento do pai Nelson Marques que é ouvido. Nesses trâmites sobressai, mais do que ações de interesse em esclarecer o crime, uma trama de relações pessoais na cidade impulsionando cada fase do Inquérito Policial, mesclando poder econômico e político, onde se envereda o interesse em punir.

Sobressai de todos os depoimentos certa concordância para a dinâmica do crime. No dia vinte e dois de junho de 1957, por volta das sete horas da manhã, os primos Geraldo

Coelho e Otacílio Marques dirigem-se com suas enxadas para o serviço da roça, quando passam pelo curral da propriedade encontram com Gercílio Marques, irmão de Otacílio, que vem trazendo os cavalos e a égua de propriedade de Armando Rosa; pede aos dois para ajudarem-no a separar a égua dos cavalos. No auxílio que presta, Otacílio joga a enxada, atingindo a égua, que sofre um corte na "anca" de aproximadamente vinte centímetros.

Os envolvidos alegam que o ferimento produzido decorreu de um acidente, que não tinham a intenção de machucar o animal, mas há discordâncias por parte de algumas testemunhas que alegam terem encontrado a égua amarrada e deitada.

Na dinâmica que alimentou a ocorrência do crime está uma disputa entre Nelson Marques e Armando Rosa, trabalhadores da mesma fazenda, com regimes de trabalho diferentes, conforme relata na Delegacia Nelson Marques:

> Que é agregado da fasenda denominada Quijila, de propriedade do dr. Joaquim Neto Carneiro, neste município de Goiandira; que Armando Rosa que estava trabalhando para Lourival Pires em tiração de lenha na referida fasenda, usava para seu transporte de ida e vinda, uma égua; que o declarante pediu a Armando que não levasse a égua para lá de vez que não tem autorização para alugar ou dar pastos a animais de quem ali vai trabalhar; que em último, disse ainda a Armando que ele comprasse um cavalo e neste caso ele deixaria ficar ali junto aos seus; que nem mesmo a fazenda tem égua; que Armando não incomodou com os pedidos do declarante, deixando que a referida égua continuasse ali, (...) que está disposto a indenizar a Armando e lamenta o que tenha acontecido a seu animal. (Idem)

No mesmo dia 22 de junho, faz o pagamento da quantia de CR$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) a Armando Rosa como forma de indenização pela égua que, segundo consta, ficara inutilizada, conforme recibo firmado na Delegacia de Polícia.

No dia 26 de junho é feito o depósito no Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais da importância de CR$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), referentes ao valor da fiança arbitrada pela autoridade policial que condicionava o seu pagamento à possibilidade dos três envolvidos, estando presos desde o dia 22, poderem ser soltos para responderem pelo crime em liberdade. O requisito era exigido considerando que apesar dos dois irmãos Otacílio e Gercílio serem menores e apenas um ter sido declarado por todos responsável pelo crime, os três ainda permanecem presos.

Após ter sido feita a indenização ao proprietário do animal e formalizado o pagamento da fiança, o inquérito é enviado ao Poder Judiciário, onde, após interpretação do promotor público aceita pelo juiz de que, foi considerada uma ação privada que necessitaria

de nova representação em juízo do proprietário do animal para que se desse andamento aos trâmites processuais.

O inquérito permanece em cartório até abril de 1958, quando o escrivão despacha reclamando do não comparecimento do Sr. Armando Rosa em juízo apesar de intimado várias vezes. Ao que tudo indica, após o recebimento da indenização, este perde o interesse em punir os envolvidos, além disso, livra-se de algumas despesas como contratação de advogado para intervenções nas fases do processo.

Diante do não comparecimento, o juiz determina o fim do processo, mas ocorre uma discussão entre a Ordem dos Advogados do Brasil e a contadoria do fórum pelo não repasse da quantia que aquele órgão tinha direito legal.

No dia 11 de abril de 1959, em correição realizada no fórum, os juízes afirmam o equívoco no processo, considerando que:

> Não foi examinado no que compete ao Código de Proteção aos Animais, principalmente os comentários (ilegível) os animais cavalar e vacum. Decorrido algum tempo a esta data e tratando-se de contravenção e crime de pena pequena, este prescrito. Isto posto, julgo, por sentença, prescrita a ação e mando que se arquivem os presentes autos, absolvendo os acusados da imputação que lhes é feita. Sem custas. (Idem)

Pela interpretação feita pelos correcionais, o fato ao contrário da interpretação e das ações anteriores, não atingia diretamente o proprietário do animal, mas, toda a coletividade, sendo uma contravenção penal e um crime de pequena pena; providencia-se a devolução da quantia depositada em fiança e é extinto o processo. Todo o processo foi articulado no grande equívoco de não se apurar o dano provocado ao animal e a toda a coletividade; a tipificação dada ao fato teria se baseado na apuração de um crime contra o proprietário do animal e não de um ilícito civil, como de fato era.

O fato se situa em um contexto de alteração das relações sociais de trabalho no campo. Vemos que o proprietário da fazenda, Joaquim Neto Carneiro, arrenda a propriedade, indo para a cidade. O arrendatário direto é Lourival Pires do Nascimento, que reside na cidade. O gerente direto, que fica na propriedade, é José Pires do Nascimento, que contrata trabalhadores para retirar lenha, certamente para a ferrovia.

Nesta situação há uma disputa direta entre os próprios trabalhadores do campo, pois há dois estatutos para esses trabalhadores: enquanto os que trabalham no regime de agregação residem na propriedade, os outros que trabalham retirando lenha se deslocam da cidade para o campo.

A retirada da lenha impõe uma restrição. No momento em que as atividades rurais estão em declínio, um pasto para uma égua se torna um problema para pequenas famílias. Então aparece uma oposição aos que "vêm trabalhar", que têm diferente estatuto dos que moram na propriedade.

Alguns elementos sutis aparecem nesse processo-crime, diferentemente de outros, como a ação do agregado, que é apartada de confronto e/ou solidariedade na relação com o proprietário, o que aponta novas formas de exploração da terra, diferentes e em desprezo às relações costumeiras de agregação.

No processo permanece ausente a figura do proprietário Joaquim Neto Carneiro. Sua oitiva poderia esclarecer o pano de fundo em que duas relações de trabalho na mesma propriedade afirmam uma legitimidade derivada de uma relação direta com o fazendeiro.

Tanto o arrendatário, Lourival Pires do Nascimento, quanto o agregado, Nelson Marques, afirmam uma legitimidade no uso do pasto da propriedade que seria acertado com o mesmo proprietário Joaquim Neto Carneiro. Mais do que ausência do proprietário indicar uma sua decadência, considerando não mais haver a intervenção do Juiz Quarteirão, estabelece-se uma redefinição das relações de poder em novas bases com os mesmos personagens. O Poder Judiciário exercido na cidade não aponta apenas que os trabalhadores são deslocados politicamente nas relações com o poder, mas também que os proprietários são deslocados, não apenas nas novas relações com a cidade, mas, fundamentalmente no lugar político de onde passam a exercer o poder. Esses deslocamentos colocam em confronto, sob novas condições, os mesmos protagonistas do campo.

Em outros processos-crime, sobre fatos ocorridos em fazendas, é possível acompanhar como no caso de um crime uma relação próxima entre trabalhador e proprietário, a relação da relação de trabalho, derivava, por costume, para uma proteção ao trabalhador.

Em um crime de homicídio, ocorrido no dia 24 de maio de 1951, na Fazenda Mata Rôcha, município de Nova Aurora, os agregados da fazenda Delcides Martins e João Inácio, que moram próximos, são visitados por Antônio Afonso que, de posse de um chicote e embriagado, ameaça bater em Delcides e na esposa dele. A esposa de Delcides vai prontamente até a sede da fazenda pedir ajuda ao proprietário, Augusto Eleutério, que, indo até o local, reúne-se com Delcides e João Inácio, e os três matam Antônio Afonso.

No processo-crime, o proprietário e os trabalhadores são absolvidos por se considerar que agiram em legítima defesa.

Em outro crime de homicídio ocorrido na Fazenda Capoeirão, município de Goiandira em 1929, o agregado Chico Sebastião, chegando na casa do proprietário, queria

obrigar as pessoas a dançarem sob pena de que se não dançassem apanhariam. A pedido do proprietário, João Caldeira, também agregado da fazenda, leva Chico Sebastião para sua casa (de João Caldeira); chegando na residência, Chico Sebastião bate na mulher de João Caldeira e é morto por este.

A apuração do crime só ocorre três anos após ter ocorrido, do que se infere o fazendeiro e o agregado conseguiram que a apuração ficasse paralisada por esse tempo.

A análise do crime de ferimento à égua, narrado anteriormente, ao contrapor Nelson Marques, que mora na fazenda, e os outros trabalhadores que moram na cidade, desmistifica uma compreensão usual que coloca de maneira arbitrária a cidade como destino final desses trabalhadores.

Podemos observar na relação de trabalho dos que estão trabalhando por dia, que o campo continua sendo seu destino de trabalho, apenas alteram-se as expectativas, estando na cidade deslocam-se para o campo. São trabalhadores para os quais a alimentação era garantida anualmente no período das lavouras; agora com orçamento mensal, aumenta a relação com os armazéns, mediante compra, e, consequentemente, a necessidade de trabalhar por dinheiro. Essa transição foi lenta e a acomodação na cidade nada de idílico ofereceu a esses trabalhadores.

O trabalho na tiração de lenha para o arrendatário revela uma outra característica que passa a existir na passagem de uma economia para outra: a dissociação entre família e trabalho. Os homens que se deslocam para o campo deixam a família na cidade; também na cidade, as filhas de trabalhadores passam a trabalhar de doméstica em diversas casas.

Deslocados de uma maneira de trabalho, esses trabalhadores se inserem no mesmo campo em outras relações de trabalho. O Sr. Altivo conta que ao sair da fazenda e vir para a cidade de Goiandira, mudou o trabalho que realizava nas lavouras. Na cidade, o Sr. Altivo, com um grupo, passa a ficar a serviço de um "lavourista" encarregado de levá-los para a fazenda e trazê-los para a cidade:

> Eu tive uma faixa de trabaiá com Joaquim Patureba, lavourista, aqui nóis pegava às seis da manhã e ia até seis da tarde e o pessoal aqui você conhece, que trabalhou junto comigo, cê conhece o Lázaro Alfaiate, ele também era também do tipo das seis às seis; foi, ia secando, poeira, chegava de tarde você podia por a camisa ela ficava de pé, suor que podia pegava ela ficava em pé, não adiantava nem trocar a roupa, cê trocava de roupa só para dormir cê trocava de roupa.[48]

[48] Entrevista realizada com o Sr. Altivo Marques da Silva, em 26 de julho de 2001.

Depois desse período recorda o trabalho em olarias:

> Rapaz, aqui vendia tijolo! Vendia para Araguari, vendia para Ipameri, vendia. Tinha um tal de Hemitério eu não sei se ele era espanhol, tal, ele era o chefão, ele não gostava de vender tijolo na seca. Ali onde é a Chacrinha do Geraldo Moreira, era a olaria dele, na seca ele fazia quatrocentos, quinhentos mil tijolos; nas águas que ele vendia, melhorava o preço rapaz e ele ganhava dinheiro, ia para Araguari na ferrovia, ali pertinho. Ele ficava na rua caçando gente, tinha que enche, juntava cinco ou seis carro; prancha tinha o tempo certo para encher, fazia mutirão de gente, no instantim limpava aquilo, tudo ia para Araguari.[49]

A trajetória do Sr. Altivo evidencia que muito mais do que uma dicotomia campo e cidade, está presente uma alteração das condições de trabalho, passando de um tipo de expectativa para outro, em que o trabalho assalariado, a separação família/trabalho e a dissociação imediata patrão/empregados são algumas das características marcantes.

Além dos serviços de olaria, o Sr. Lenine, trabalhador que morava perto de Goiandira, relembra da década de 40, como a presença de japoneses implementou uma produção de arroz no município arrendando terras: "Aqui em Goiandira veio os japoneses, em 1945, veio muito japonês, Yanka, Takada, veio trabalhar em lavoura estragar o chão, quando acabaram com o chão, foram embora"[50]. Na fala, que guarda um certo rancor com arrendatários japoneses que permaneceram por um tempo na cidade; é possível entender que mais do que a morte do campo ocorre uma certa redefinição das relações de produção, uma alteração na relação patrão/empregado.

Essas mudanças redefinem o que era mobilidade para o trabalhador, se antes ele se jogava de uma fazenda para outra em busca de contratos melhores, paulatinamente a cidade vai se tornando o destino para muitos deles, ma como um porto de onde eles partem diariamente para trabalhar no campo.

Assim, muitos lembram do tempo da moagem de cana por ser um momento bom, que permitia aumentar os ganhos, havia muito movimento nas fazendas e possibilidade de barganhar a força de trabalho.

Numa sociedade muito desigual a experiência de pobreza no campo permitia margens de movimentação que a cidade não permitia. Ao afirmar a ausência de dinheiro, precisamos cuidar para não invertermos a lógica e pensarmos que a cidade enquanto espaço

---

[49] Idem.
[50] Entrevista realizada com o Sr. Lenine Rosa da Silva, em 17 de julho de 2002.

físico alterou as expectativas de rendimento desses trabalhadores, ao contrário, rede de relações imbricou campo e cidade no interior de um mesmo processo.

Contudo, relacionar o crescimento da cidade ao esvaziamento do campo como se só os dois estivessem articulados é não reconhecê-los entrelaçados em um conjunto orgânico.

A redefinição das relações de poder e seu deslocamento para a cidade envolvem os mesmos protagonistas em situações externas a eles. O crescimento das cidades e sua reestruturação aumentaram a presença de segmentos do Estado e trouxe para esse espaço o teatro exercitado pelas antigas oligarquias proprietárias estaduais; as disputas partidárias eram para saber quem tinha o direito de saquear e distribuir o que é público para amigos e dirigir toda a força legal e seu braço armado ou de ordenamento social contra os adversários que lhe poderiam roubar o direito de saquear o Estado.

A vida desse trabalhador na cidade pode nos ensinar não como um ideal de urbanidade fascina e atrai o homem do campo, mas como a perda dos referenciais do campo faz com que ele expresse sua discordância com as novas normas que a vida na cidade exige pelo resgate dos costumes vividos no campo. É um risco entender isso como uma expressão de rebeldia natural contra a cidade, melhor pensar que a cidade permite, pela perda dos padrões vividos na roça, que aqueles valores do campo sejam defendidos não como um retorno idílico àquele tempo, mas como defesa de direitos na nova ordem que aos poucos vai se instalando.

O deslocamento dos proprietários e familiares para a cidade vai se dando lentamente, antes a cidade era o local onde iam alguns dias no ano, geralmente durante as festas, religiosas. Conforme recorda o Sr. Altivo:

> Os fazendeiros, rapaz, trazia a família tudo para assistir festa em Goiandira, mas trazia o carro atordado, com os bois prá puxar; punha a família toda dentro do carro; era aquele trem; aí, vinha as mulheres e tal, as mulheres dormia dentro do carro e os homens dormia pro baixo do carro e pegava os trem, debaixo do carro, dormia até bem.[51]

Inversamente do que ocorre hoje, a cidade era para o passeio, o descanso; o campo era o espaço do trabalho, da produção.

Uma cidade que estava à disposição do trabalhador, mas, devido as condições de trabalho e ao local da moradia era, em certa medida, mediada pelo fazendeiro, começa a ser vivida diretamente por este. O Sr. José Francisco Inácio narra esta situação:

---

[51] Entrevista realizada com o Sr. Altivo Marques, em 26 de julho de dois 2001.

> Por exemplo, eu trabalhava na fazenda, eu preciso comprar um par de botina, eu preciso comprar isso, por exemplo, aqui eles comprava no Idelfonso, comprava Sô Jorgim, loja de tudo; agora, eles só fazia assim, autorizo, ou peço favor entregar ao dono deste bilhete ou desta ordem o que ele precisa, quando era uma pessoa honesta; agora, quando não era honesta eles combinava, quanto é que você vai comprá, eu posso te dar ordem de tanto, estipulava; agora, quando era uma pessoa boa e honesta não, "peço favor entregar ao portador, fulano de tal, o que precisa".[52]

Situar esses trabalhadores em relação ao campo não é apenas distanciá-los da cidade; é identificar uma situação em que a vida desses trabalhadores mudava com o passar do ano inteiro. Essa dificuldade, em parte, aparece porque nos acostumamos com a transformação do trabalho em um salário mensal, quando se faz as compras para passar o mês; não se planeja um consumo por ano, como se fazia com alguns produtos como arroz e feijão.

O calendário desse trabalhador era ordenado a partir dos ciclos de plantio ou não, o que equivalia a identificar quando seu valor como trabalhador crescia ou decrescia dependendo da necessidade ou não da fazenda.

Atividades como moagens da cana, plantio das roças, pressionavam o proprietário ou não a fazer um ajuste e, dependendo da situação, era difícil conseguir trabalhador na época em que se necessitava de muita mão-de-obra. A situação do agregado era de liberdade para plantio, em um terreno totalmente administrado por ele, de liberdade de vender sua força de trabalho a outro fazendeiro, o que permitia que ele permanecesse na fazenda estando disponível nos períodos de grande produção.

Contudo, a cidade que se redefine é, em certa medida, a extensão dos tensionamentos do campo, não é apenas a ida para a cidade da elite proprietária e de muitos trabalhadores que vão ocupando espaços marginais. Assim, na decadência do juiz-quarteirão responsável pela manutenção da ordem no campo, nem sempre documentado pela posição do proprietário como mediador de conflitos, na cidade há cargos que a elite não quer ocupar por não serem dignos, mas que têm que estar sob seu comando.

É esse o debate que queremos explorar no terceiro capítulo, constituir a cidade a partir da perspectiva desses trabalhadores, como protagonizam a reconstrução da cidade, que, em certa medida, é sustentada nos discursos pela presença desses trabalhadores; mais do que vitalizá-la a partir de uma destruição de uma ideia de campo, pretendemos entender como se procede uma refeitura desses dois espaços.

---

[52] Entrevista realizada com o Sr. José Francisco Inácio, em 6 de agosto de 2001.

3º CAPÍTULO
O PÃO NOSSO DE CADA DIA, O SALÁRIO A CADA MÊS: FAZENDO A CIDADE OUTRA VEZ.

Acompanhando a trajetória dos trabalhadores do campo através de suas memórias, chegamos aqui em um ponto que, embora a cidade apareça de maneira marcante em suas vidas, não gostaríamos de organizar o estudo a partir desse espaço físico. Preferimos pensar a partir da redefinição da atividade econômica dos trabalhadores processo indissociável e por isso imbricado nos seus modos de vida. Nossa recusa de começar pela cidade é parte da estratégia de sempre acompanhar os trabalhadores como protagonistas e não de enxergá-los da perspectiva de uma estrutura física, social, cultural e política que, supostamente, teria sido erigida sem a sua presença e a qual eles, por isso, não teriam direito.

Analisando, principalmente como esses trabalhadores refizeram os viveres no mundo do trabalho, é possível indicar como não mudaram suas condições de vida por terem ido para a cidade. Se, na cidade, "estabelecem limites e exercem pressões", além da transposição de um espaço físico para outro, eles transplantaram o exercício político.

Os vários lugares do que geralmente entendemos como o espaço cidade, sejam bairros, lugares para o lazer, instituições nunca estão prontos, pois sua aceitação legítima no exercício que estabelecem no exercício político sempre exige um convencimento, seja pela polícia, pela Igreja ou pelo dinheiro, para se afirmarem dentro de um novo espaço político.

Acompanhar como a cidade aparece para os entrevistados é identificar como se redefine a participação deles em outro espaço não apenas físico, mas como se deslocam para um outro campo de pressões, ou seja, não se deslocam do campo para a cidade, mas se redefine os termos políticos e econômicos em que suas vidas estiveram envolvidas.

Se começarmos nossa análise pela cidade seria como afirmar que a cidade está pronta física e moralmente, o que seria o mesmo que desconsiderar a memória dos trabalhadores.

Na cidade há poderes administrativos, a prefeitura, o poder judiciário e a câmara de vereadores espaços que legitimam, põem em funcionamento uma legislação urbana que não tolera comportamentos que ameacem uma ordem existente. O judiciário tem a legislação e o poder de decidir entre liberdade e prisão para os transgressores; a prefeitura tem cargos que são utilizados para se fazer mais ou menos favores, administra o dinheiro público e assim por diante; a câmara de vereadores cria leis, fiscaliza o executivo.

Há poderes morais e seus espaços disciplinadores, encontramos igrejas, lugares de culto de religiões diferentes que estabelecem, em acordo, ou às vezes em desacordo com os poderes públicos as condutas aceitáveis, os transgressores, além da cadeia, podem ser punidos com a inimizade de Deus ou com a certeza do inferno.

Há poderes econômicos, casas comerciais, fábricas de manteiga, associação comercial, empregadores, comprando produtos produzidos no campo, revendendo-os na própria cidade ou em outros locais e vendendo também produtos para as pessoas no campo.

Uma cidade cartografada nessas divisões de poder pode ser útil às estatísticas, pode dizer de onde vieram as mudanças, mas possui um defeito para a memória dos trabalhadores, pois pressupõe sempre que esses poderes se legitimam, agem, possuem conhecimentos que sempre antecedem às estratégias e movimentações dos trabalhadores. Ou, dito de outra forma, afirma institucionalmente os protagonistas e os coadjuvantes de uma história, hierarquizando no mesmo movimento suas memórias.

Nesse esquema homens e mulheres famintos chegam "na cidade", tateando pela sobrevivência, vão para suas margens, apanham da polícia, são humilhados pelos vigilantes da moral, se postam à serviço do chefe político.

Se analisarmos esta cidade cartografada de maneira crítica podemos obter uma denúncia bem formulada, mas nem nos aproximaríamos de uma realidade que pretendemos identificar, ainda que em linhas gerais, nesse capítulo: a cidade de Goiandira e outras do Sudeste Goiano não estavam prontas no sentido de seu funcionamento normativo, como nunca estão prontas, e as redefinições do mundo do trabalho e dos trabalhadores as reconstruíram, como entende Williams (2005), ou seja, os trabalhadores estabeleceram limites e exerceram pressões de maneira que a cidade foi refeita no interior desse campo de forças.

Nesse nosso caminho a cidade é confrontada com um leque de problemas que não apenas a presença física desses trabalhadores, mas suas novas expectativas diante de uma realidade em que as condições de trabalho e vida no campo se deterioram e se refaz a vida na cidade. A reconfiguração de expectativas dos trabalhadores e seus familiares é uma crise que pressiona para a redefinição de toda a cidade.

Todos os poderes instituídos são pressionados, considerando-se que não apenas as regras terrenas e celestes que aplicam não surtem mais efeitos e não dão conta mais de uma realidade extremamente movediça, mas também a própria legitimidade da fala deles é posta em risco.

Geralmente quando começamos pela cidade temos um roteiro que parte de identificações brutas desses trabalhadores. São analisados: em que bairro se localizam, como

circulam pela cidade, como são desassistidos pelos aparatos públicos e como reivindicam que o poder público os assista, como ganham o pão de cada dia em situação desigual, a vinculação de quem exerce o poder público a alguns grupos de poder na cidade. Esses estudos, embora importantes, podem estabelecer um *status quo* da cidade, em que apenas se constata que os trabalhadores viveram em uma situação desigual. Essa produção, importante por revelar a presença dos trabalhadores, o que era até recentemente difícil de se ver na produção dos memorialistas, não é suficiente para entendê-los como protagonistas de suas histórias.

As entrevistas que fizemos para esta pesquisa trazem pouco sobre a cidade, porque elas foram construídas para identificar vida no campo, e alguns entrevistados mesmo morando na cidade relatam pouco da vida na cidade porque de suas falas emerge o campo enquanto lugar e tempo em que ocorreram os eventos mais significativos para sua vida, ou que o entrevistado pensa serem digno de relatos. De maneira geral traduzem uma cidade em que havia, quando nela chegaram, um sentido de progresso que teria sido abortado, advindo a decadência local.

O que comumente chamamos de saída do campo e ida para a cidade é bem mais que um fenômeno físico, uma família pegando a mudança na roça em que vivia e chegando na cidade, andando pelas ruas em busca de uma casa para alugar ou comprando uma casa. Isso supõe que tanto o campo está pronto e funcionando sem esses trabalhadores, quanto a cidade está aberta para ofertar trabalho, moradia, ruas para transitar e demais bens e serviços para os que chegam. Basta que quem chega comece a trabalhar, em um mercado de trabalho que já está pronto e ávido para receber os miseráveis que chegam do campo. Chegamos a essa conclusão quando distanciamo-nos dos trabalhadores que viveram essa experiência e nos aproximamos de teorias postas em circulação pela Sociologia em diversas vertentes.

Aqui neste trabalho, buscamos acompanhar a trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras, fugindo do aspecto físico, da divisão do espaço que constroem nessa trajetória entre campo e cidade. Queremos pensar como os trabalhadores tiveram que refazer a experiência de vida que receberam de gerações anteriores e que agora experimentavam um limite. A grande mudança é, parafraseando Raymond Williams, que podemos afirmar que como os seus antepassados esses personagens viveram da terra, mas diferentemente deles não podiam mais viver dela. Vivendo da terra construíram tanto o campo quanto a cidade. Não podendo mais viver dela reconstruíram a cidade.

Neste capítulo queremos debater o que entendemos como o sentimento de viver na cidade. Tentamos não supor que a cidade estivesse pronta, com ruas, avenidas, a câmara de vereadores com seus encontros rituais, o prefeito distribuindo e ordenando a cidade com seus

decretos diários. Trabalhadores miseráveis andando pelas ruas, pedindo favores e explicitando a miséria do campo na cidade. Aqui, o que chamamos de sentimento de viver na cidade terá outros parâmetros de comparação. Refaremos a relação do trabalhador com o campo nos termos de trabalho, produção, consumo, e, na medida em que o campo sofre uma releitura e é refeito, a cidade também é construída, nesse único movimento.

Ao mostrar que a cidade não está pronta antes da chegada desses trabalhadores, temos que ter o cuidado de não fixar a cidade de quando as últimas levas de trabalhadores rurais chegam para nela viverem e trabalharem. A cidade nunca está pronta, assim como o campo também nunca está pronto. Muitos movimentos internos ou externos sempre a refazem. Aqui perseguimos um movimento particular de sua reconstrução.

As relações políticas e o trabalho são vivenciados no campo, é nesse espaço que o mundo do trabalho desses trabalhadores se ordena. Nas estratégias que usam para a luta política a cidade não surge como um espaço em que é possível jogar e se movimentar. Por isso, o sentimento de viver na cidade representou o aprofundamento de um processo já experimentado no campo, porque mesmo no campo as relações se alteram, por exemplo, na chamada cumplicidade entre fazendeiro e agregado o estabelecimento do pagamento, se em espécie ou em dinheiro, supunha além disso a garantia ou não de um lugar para morar a construção de uma casa e a proteção da família, já se a relação não fosse de agregação as expectativas eram outras.

Muitas produções acadêmicas tomam os marcos impostos via movimentação financeira/produção da memória para estudar e dividir o campo e a cidade. Mas deve se ter um cuidado metodológico para que não nos esvaíramos do contexto em que os homens se constroem e constroem o espaço, como se cada marco interposto pelo capitalismo fosse uma receita do jeito de ser dos homens e das mulheres e do espaço construído. Nesse contexto está sempre presente a contradição, por isso o espaço é feito por todos os agentes.

Sem desprezar a contribuição e a importância daqueles marcos para os acontecimentos que se sucederam e devido a uma escolha política e teórica, iniciamos a apresentação da constituição de um mercado na região destacando a presença dos diversos protagonistas.

Virou lugar comum imaginar o mercado como uma engrenagem que tem o ponto inicial na Região Sudeste do Brasil e o ponto final na Região Centro Oeste. Quando se fala em mercado sempre se imagina locomotivas vindas do Sudeste carregadas de mercadorias postas à disposição pelo capitalismo e, na volta para o Sudeste, estes mesmos vagões levam vacas, bois, porcos, arroz, feijão etc.

Quando indagados sobre a presença ou a ausência da cultura nesses esquemas, os mesmos autores aumentam mais alguns vagões nas locomotivas, sempre nas composições finais, e alegam que se formaram cinemas, escolas, hábito de leitura de jornais etc. Isso é muito pouco.

Ao trabalho e aos trabalhadores tem sido dada uma posição subalterna em relação ao tema, tido como maior o da produção, especificamente a produção nos moldes do capitalismo. Ao se analisar o de desenvolvimento do capitalismo, a produção, a circulação e o consumo de bens industrializados têm sido hierarquizados de maneira que sobra pouco espaço para que se pense nas pessoas que fazem parte desses circuitos e ainda mais especificamente das pessoas envolvidas na produção, na circulação e no consumo de bens não industrializados.

O mercado de trabalho é muito mais do que apenas pessoas livres de quaisquer amarras e que por livre e espontânea vontade vão a um local se oferecer para executar alguma atividade, a pessoas igualmente necessitadas de alguém que desempenhe tais funções e assim se acordam mutuamente.

Reconstituir a história de cidades como Goiandira, Cumari, Catalão não é apenas mudar as respostas para as mesmas perguntas. Geralmente a pergunta que é mais feita é quando começaram as cidades. Uma resposta ordenadora é dada em 1940, com a criação do IBGE, quando se fixa junto com o anuário estatístico de 1940, uma coletânea que conta a história de cada cidade e na qual está presente também o mito fundador.

Seu caráter científico é extremamente precário. Ao descrever a origem documental das narrativas, explica-se que os dados foram colhidos mediante consulta, algumas vezes por telefone, a repartições públicas, ou por contatos informais.

A precariedade de procedimentos científicos, aliada à ausência de qualquer parâmetro teórico, não inibiu, até permitiu, que essas versões de qualquer cidade se tornassem autorizadas. Qualquer consulta que se faça a quem se interesse pela história local é direcionada à Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

Isso nos coloca um problema que pouco ou nada tem sido enfrentado por historiadores sociais: o ordenamento dos dados e sua publicização não se constituíram em um procedimento neutro, mas fundam-se em um dos mecanismos da disputa por memórias.

Quando se menciona que os trabalhadores saem do campo para a cidade comumente se discorre sobre suas demandas físicas: precisam de moradia, e de condições mínimas dos locais onde moram: água, luz, asfalto etc. Quando se busca revelar aspectos de sua cultura, parte-se de um pressuposto que ela deriva automaticamente das condições físicas

e da luta pela sobrevivência ou que é uma cultura paralisada pelas vivências que tiveram no passado e conservam: religião, criação dos filhos, comidas, congado, festas etc.

Essa compreensão pressupõe que a cidade já está pronta com os limites da disputa, e apenas dentro de seus marcos esses trabalhadores podem atuar e a sua cultura igualmente já está pronta, pelo passado que viveram, bastando avaliar como as condições do passado no campo são postas nas condições urbanas já prontas no presente.

Na tese, ao aprofundarmos na leitura dos documentos, tentamos nos livrar dessas armadilhas da memória dominante. Adotamos uma concepção de política em que as diversas condições de disputa são reconhecidas nas confrontações que ocorrem e no momento e no lugar em que ocorreram e que as necessidades físicas nunca podem ser pensadas como dissociadas da cultura que as pessoas realmente portam nos embates.

A chamada religiosidade católica do povo, por exemplo, não procede de uma relação estreita com a Igreja Católica e nem pode ser entendida como natural ao homem do campo. Afirmar que o homem do campo tinha uma vida religiosa que, ao mesmo tempo, se processava conforme os ritos católicos autorizados e conforme uma visão leiga é pensar que ele dividia seu mundo. Mas a experiência da religiosidade se diluía na vida quotidiana, era parte de seus hábitos. Não havia a vivência religiosa separada, apartada e nem era assim só porque esse homem estava longe da cidade.

É ainda estabelecida uma sincronia com a vida na cidade: fiz a compra, gastei tanto, tenho que cobrar meu dia de trabalho de acordo com os preços que sobem na cidade.

Essa sincronia quer mostrar que o trabalho feito no campo é decidido politicamente na cidade, pois é na cidade que se procura o parâmetro pelo preço cobrado pelo dia de serviço. Campo e cidade, sem dúvida, fazem parte do mesmo processo, mas são diferentes na medida em que permitem que diferentes estratégias políticas de intervenção sejam postas em movimento pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Grande parte da pesquisa sobre a cidade neste terceiro capítulo se restringe a Goiandira e a Nova Aurora, considerando que a maioria dos entrevistados reside em Goiandira. No livro do Tombo[53] aparecem Goiandira e Novas Aurora juntas por fazerem parte de uma mesma paróquia.

Nas entrevistas tivemos oportunidade de acompanhar como a cidade não era estranha a esses trabalhadores. Na entrevista com o Sr. João Modesto em que ele narra o

[53] Livro de uso interno das Paróquias Diocesanas, em que o Vigário faz o registro dos fatos considerados mais relevantes ocorridos na mesma. O Livro consultado compõe o acervo da Paróquia Sagrado Coração de Goiandira.

episódio de quando, com apenas nove anos de idade, é abandonado pela mãe e pelo pai, ele inicia sua história da cidade de Nova Aurora. Da cidade vai para a vida de trabalho no campo. Nessas movimentações termina por fixar moradia na cidade de Goiandira, mas tem até hoje no campo sua relação de trabalho para complemento à aposentadoria, salvo em pequenos intervalos onde foi trabalhar de "chapa" em Caldas Novas.

Na trajetória do Sr. João Modesto há, contudo, um movimento que vai se afirmando lentamente e que, embora possa ser visto como a contraposição entre campo e cidade, vai muito além. Ao descrever como da cidade vai para o campo e como algumas vezes o entrevistado mostra uma situação em que vários fatores estão imbricados como a condição financeira do fazendeiro e as condições do plantio da lavoura e vai indicando as transformações que ocorreram. Há a situação de trabalhador que planta a lavoura em uma fazenda e divide a colheita com o fazendeiro, complementando o ganho com a trama que é a troca de dias de serviço por mercadorias para o consumo que vai se alterando para uma relação de trabalho assalariado.

Mas essa trajetória não é linear; a mudança nas relações vai demarcando lentamente o que é a vida no campo e o que é a vida na cidade para esses trabalhadores.

Nas combinações que o Sr. João Modesto estabelece com um proprietário o fazendeiro quer impor-lhe a obrigação de tirar o leite de forma assalariada, mas o Sr. João Modesto preferia outra forma, conforme relara.

> Eu mais o Zé Rosa não deu certo nos empreito, ele queria me pagar barato prá tirar leite; falei, não, eu tiro o leite pro senhor prá nóis combinar nos empreito, porque no leite o senhor não vai me pagar que presta, e eu não vou dar conta de viver com isto. Então se for prá mim pegar os empreito e tomar prejuízo eu tô saindo, seu Zé.[54]

A preferência do fazendeiro de pagar um preço fixo e determinado pela tiração de leite se torna motivo para mudar de serviço, tendo ficado um tempo pequeno na fazenda. Por ser um serviço contínuo tirar leite impedia a realização de outros contratos de trabalho, bem como o plantio de roças, e, assim, o trabalhador não podia explorar outras fontes de ganho.

Após romper o trabalho com o Sr. Zé Rosa, passa a trabalhar com o Nêgo Vieira, com quem firma outro contrato de trabalho:

> Aí, eu vim pro Nêgo Vieira, vim pro Nêgo Vieira aí minha vida controlô (pausa); mais aí eu vim trabaiá (pausa) "tipo" minha conta; arrumei a casa

[54] Entrevista realizada com o Sr. João Modesto da Silva, em 19 de julho de 2008.

> com o Nêgo, mais eu não tinha (pausa), o meu trato com ele era d'eu (inaudível) sábado eu trabalhá prá ele com o meu cavalo. (...)
> Dia de sábado eu fazia tipo ajudar mexer com gado, com meu cavalo a troco d'eu dar pasto do cavalo, troco na máquina prá limpar aqui prá mim. Eu pagava o arroz aqui, só prá buscar e levar, sabe? (...)
> Os outros dias da semana eu trabalhava por fora, trabalhava pro Badião, trabalhava pro cumpade Mirto, trabalhei uns dois anos desse jeito (inaudível) saía correndo (inaudível) saía de casa correndo prá chegar cedo. Às vezes eu saía de lá atrasado. (...)
> Por dia, lá, eu recebia já dinheiro, recebia dinheiro, recebia trama, comprava dez litro de banha; às vezes precisava mais de banha, tocava já uma rocinha.[55]

De maneira geral o contrato de trabalho que o Sr. João Modesto consegue com o Sr. Nêgo Vieira já não é mais da forma que era comum naquele período. O local de moradia, a propriedade onde mora, já não pode propiciar todos os ganhos e já não é mais o principal local de trabalho. Por isso um bom contrato é o que concede um local para a moradia e uma certa liberdade para fazer outros contratos de trabalho com os quais se possa ganhar por dia.

Descrevendo a trajetória de trabalho por diversas fazendas o Sr. João Modesto vai revelando que os desacertos com os fazendeiros vão se dando na medida em que estar morando na fazenda é levado em conta pelo proprietário na combinação que fazem para serviços de empreito, inclusive de bater pastos. É por essa disputa que deixa a fazenda do Sr. Osmar

> Bati um mundo velho de pasto, aquilo tudo lá sozinho, sozinho e Deus; minha mulher de vez em quando ia pra foice, sabe? (...)
> Eu fui pegar um outro, ele queria me empreitar barato; falei, não seu Osmar, esse ano eu não vou pegar não. Ele falou "ah, se você não for pegar, você desocupa o rancho, eu preciso pôr outro empreiteiro".
> Falei, seu Osmar como eu fiz o rancho outro também pode fazer (pausa). Eu gastei prazo prá fazer, por que outro não pode gastar serviço? Beira de corgo tem dimais.[56]

Tendo que sair da propriedade, pressiona o proprietário para pagar as plantações que havia feito no quintal.

> Tinha quintal plantado, mandioca, sabe? Falei eu vou mudar, mais nóis tem que combinar no quintal. Falou "não, eu te pago o quintal". Falei "eu quero tanto no quintal, aí ele já achou caro. Falei "vamo fazer isso, prá nóis combinar: o senhor mim dá tanto e tá bão dimais", sabe? Falei "o que o senhor me oferecer tá bão, eu vou deixar isso". Ele levava mandioca de lá. Teve um dia d'ele ir lá até pra brigar comigo, foi apavorado.

---

[55] Idem.
[56] Idem.

> Falei: "ó, seu Osmar, desocupo hora que eu quiser; como eu fiz, outro pode fazer; o senhor tem que esperar desocupar".
> "Não, eu quero o rancho". "Então o senhor me tira daqui, quero (inaudível); vamo vê se o senhor me tira; mais fácil eu por fogo aqui que o senhor me tirar eu daqui.[57]

Tanto para o proprietário quanto para o trabalhador as disputas vão se deslocando lentamente para uma relação assalariada que, como pudemos acompanhar pela vida do Sr. João Modesto, nas condições em que se dava, não interessava nem ao trabalhador nem ao proprietário.

De uma relação mais próxima em que do armazém da fazenda saía o sustento da família, que pagava com o trabalho por dia e tinha o direito ao plantio de lavouras, a relação passa a ser mediada pelo dinheiro, o que indica os limites que as formas anteriores de trabalho tinham alcançado, conforme pudemos acompanhar no segundo capítulo.

É nesse sentido que o quintal plantado exige uma indenização. Ceder a terra, para a construção do rancho e plantação no quintal, não está acima dos dias de trabalho gastos para fazer o rancho e plantar e cuidar da plantação do quintal, levando-se em conta também que o proprietário utilizava suas plantas sem o pagamento devido.

A mudança na forma de trabalho ainda motiva um conflito do Dr. João Modesto com Onofrim, um proprietário que está já residindo em Goiandira e o contrata para o trabalho na fazenda.

> (...) Do cumpade João eu fui pro cumpade Onofrim, eu mais ele não deu certo; ainda que eu falei: cumpade, vamo fazer um - novamente um contrato, eu pego o leite de você prá tirar sozinho. "Ah, não eu não tenho outro serviço, eu não tenho renda; eu tenho que te pagar isso; eu tenho que ajudar você a tirar leite eu não posso te pagar isso."
> Falei: cumpade, mas você posa na rua, cê - cedim eu tô cabando - passa aqui, cê levanta eu tô cabando, desse jeito, não tem jeito, eu tenho serviço prá trabalhar. Que hora que eu tô acabando de tirar o leite, eu fico esperando e você não vem.
> Aí um dia eu tirei um leite sozinho. Sô! "Uma vaca me deu o coice na mão, falei "agora, bonito, eu vou perder uns três dias com essa mão desse jeito."
> Aí (inaudível), quer saber duma coisa: "você toma conta dessa desgraça sua, não mexo com isso mais nunca."
> "Ah, mas você não pode fazer isso, quem tira o leite pra mim?" Falei: cê se vira, se vira. Eu falei procê fazer ordenado, ocê não quis, agora eu não quero é nada mais.
> "Ah, então, então desocupa a casa". "Eu desocupo a casa pr'ocê, mas quando eu colher; aí você pode caçar seus direitos pra ver se você, se você tem direito de tirar eu antes de colher."

[57] Idem.

> "Fiz tudo por tudo prá combinar com você, você não quis, esse leite aqui você mesmo tira, você é que tem preguiça dimais. (...)
> Esse dinheiro não dá nada, esse ordenadim. O que dá é o resto do dia que eu vou trabalhar, só as (inaudível) carreira prá ganhá, essas carreira que eu dou aqui não paga as carreira que eu dou prá trabalhar pros outro. O dinheiro que eu trabalho por dia me dá muito mais do que isso aqui ó. Eu tô fazendo isso aqui, trabaiando, tirando leite pr'ocê por causa das roças. As roça tá tudo perto da porta, boa.[58]

Em parte da entrevista pode-se observar uma certa distância entre patrão e empregado, com o primeiro já morando na cidade e, em outro sentido, a solução do conflito já não é mais legitimada apenas pelo direito do trabalho realizado ou pela interpretação do contrato verbal feito, mas se indica a cidade como o local em que se disputa o "direito" do trabalhador.

Após esses desentendimentos o Sr. João Modesto vem para a cidade; adquire uma casa na parte de fora da cidade, que no ano de 1983, no mutirão feito pelo governador de Goiás pelo PMDB, Iris Rezende, se transforma na Vila Mutirão e hoje é chamada de Setor Primavera.

A vinda para a cidade redefine a relação com o campo, mas não constrói uma relação propriamente com a cidade, pois o Sr. João Modesto continua trabalhando por dia e por empreito. Hoje mora com a esposa e dois filhos solteiros, trabalha com o filho mais velho por dia, quando pega um empreito maior como bateção de pasto, contrata outros trabalhadores, pagando-os por dia.

Mesmo tendo mudado para a cidade, continua com o plantio de lavouras, contudo, o abastecimento da sua família, que mora na cidade, já não é mais de responsabilidade do proprietário.

> Tinha que trabalhar pros outro. O fazendeiro não tem condição de fornecer um peão a semana inteira, mês inteiro. O fazendeiro pra fornecer pra o mês inteiro ele tem que ter uma renda muito boa na fazenda. Leite, ou creme, quando nóis entregava.
> Quando dava época da bateção de pasto, eles passava aperto eles não podia nem bater os pasto de acordo com o que precisava fazer.
> Então, eu saía, pegava um pasto até sair dinheiro prá ele, ia lá pegava outro pro fulano, pegava outro pro fulano, fazer, que ele tinha vontade de me dar o serviço prá mim fazer, mas não tinha condição, porque não podia tirar o dinheiro da boca, tinha que comprar sal, comprar remédio pro gado, então aquilo você tinha que fazer de acordo.[59]

---

[58] Idem.
[59] Idem.

Essa alteração, de plantar a roça à meia e ter que arcar com o sustento da família por conta própria, afirma um outro tipo de relação em que se distanciam proprietário e trabalhador, ou, ambos se redefinem no interior de um mercado.

O mesmo entrevistado localiza, nesse meio, uma certa dificuldade também por parte dos fazendeiros:

> Esses fazendeiros remediado eles passava aperto mais do que nós, que se tivesse trabalhando por dia, sabe? (...)
> Então nóis vivia aos trebulhão porque eles passava aperto, nóis também passava, às vezes eu fazia um serviço pr'ocê, eu demorava quinze, vinte dia prá receber, e eu não podia esperar esses quinze dias, mas eu não tinha condição; tinha que esperar. Às vezes eu já comi até mamão com água, sabe, já passei.[60]

Essa situação de vida muito mais do que uma vida na cidade põe à vista novas redefinições do mundo do trabalho. Tanto para o trabalhador o campo, como o Sr. João Modesto que, estando na cidade ainda tinha/têm no campo a dinâmica de trabalho, quanto para os trabalhadores que trabalhavam na cidade existe uma vida difícil.

Entre as dificuldades que experimenta com a chegada na cidade, onde compra uma casa com a venda de quinhentos quilos de feijão, uma é a distância em relação às fazendas, o que impedia uma certa mobilidade.

Da casa comprada em Goiandira, alega, com preocupação, que até hoje não tem escritura. Aqui é bom indicar que de maneira coetânea campo e cidade se tornam partes intrínsecas de um mesmo processo de mudanças que o entrevistado experimenta. Recorda as dificuldades no campo principalmente pelo fato de os filhos mais velhos serem mulheres e não poderem ajudá-lo no serviço. A situação melhora um pouco quando elas, as filhas, começam a trabalhar na cidade:

> Vou falar pra você, ela (esposa) já foi pra foice (...) ajudar eu a bater pasto porque era só nóis dois; menina tudo mulher não sabia trabalhar até que elas cresceu prá arrumar um emprego prá elas, servicim delas, pra elas ganhar pra elas, foi meio duro. (...) Então elas foi crescendo, logo pegou um empreguim pra'li, manerou bem pra mim, graças a Deus, sabe?[61]

Com o emprego que as filhas conseguem na cidade, já numa relação assalariada, altera-se uma tradição desses trabalhadores, criados com o trabalho na terra, parte da família já se dedica a uma atividade na cidade.

---

[60] Idem.
[61] Idem.

A cidade para outros trabalhadores também ofereceu dificuldades. O mesmo João Modesto recorda que antes de mudar para cidade, para batizar um filho teve que hospedar na casa de um compadre, Sr. Francisco Bertoldo, que era funcionário público e passava por dificuldade por estar com o salário atrasado por seis meses.

> Ele falou: ó, cumpade, minha casa tá aí, mas você vai desculpar eu falar, não tem nada quase pra comer (...) falei: cumpade eu não quero saber disso não, eu quero saber é de você me arrumar a casa, pra nóis ficar aí e, tudo, eu trouxe de tudo pra nóis comer, trouxe até um frangão.[62]

Essa fala indica as dificuldades dos trabalhadores que estão na cidade, provavelmente oriundos do campo, que experimentam dificuldades inclusive para alimentação.

O Sr. Joaquim Pires nos conta o episódio em que, estando ainda morando no campo, faz uma visita ao seu irmão Vilar que, também funcionário da prefeitura reside em Goiandira, na Rua Rui Barbosa, denominada Rua do Fogo, local, que junto com o "Patrimônio" formavam o espaço dos trabalhadores.

> Um dia aconteceu um troço, toda vida eu tenho dó das pessoas. Cumpade Vilar, muito pobre, morava na Rua do fogo; eu vim aqui limpar um saco de arroz, saco de arroz naquele tempo era! Pus numa carroça com travessão; numa sexta feira; aí eu tinha matado um capado, tinha mandioca, a suã do porco - capado de carne -, trouxe feijão, ele me ajudou a colher o feijão, trouxe uma vasilha de feijão. Cheguei, limpei o arroz, vim aqui na Rua Rui Barbosa; aí, vi os menino; eu não sabia de nada, e foi eu - a gente tem que rezar e acreditar em Deus, Deus encaminha a gente até para fazer caridade (..) Aí eu limpei o saco de arroz e pus na carroça. E assim levei uns trem pro cumpade Vilar.
> Enquanto um arroz aqui; cheguei lá tava um escurim (...) os menino lá tudo alegre, aquela coisa, e eles morrendo de vergonha, rapaz, chorando, não tinha janta. Não tinha jeito de comprar (...)
> Aí eu gritei: – Cumade Margarida, vem cá. Ela veio correndo; falei: tem uns trem aqui pr'oceis, um pedaço de capado, de porco, uma suã, mandioca, feijão, uma vasilha, me dá uma vasilha grande para mim tirar um arroz pr'oceis.
> Aí minha Nossa Senhora (nesse momento começa a chorar) (...) eu não posso falar.
> (depois de uma pausa) "Cumpade Joaquim, foi Deus que mandou você vir aqui, meus menino tá aí, nóis não tem nada para cozinhar para eles, nada. Passando vergonha, nóis tá morrendo de vergonha, (...). Aí, ê, aí, pois é! Uma vasilha grande, um tantão de arroz - um sacadão de arroz, eu minha mulher, naquele tempo já era quatro filho, já tinha a Maria Rosa.
> Nossa Senhora, ele chorou, eu, eu nunca esqueço disso. Por isso, Paulo, que a gente, eu sô feliz (risos). Eu ganho um salário mínimo, eu a e mulher. Eu

[62] Idem.

> vou falar pr'ocê; eu, não compro a prazo, eu graças a Deus, fui no matador, comprei doze arroba de carne, paguei; comprei barato, doze arroba de carne; fazer pelota; todo dia tá a carne e mais alguma coisa, umas pelota pra fazer na janta.[63]

Em meio a esse cenário, a cidade vai se redefinindo, na luta que esses trabalhadores implementam, jogando com as possibilidades que ela oferece. As mudanças experimentadas por esses trabalhadores provocam além de uma mudança na cidade, o estabelecimento de territórios demarcados por esses protagonistas.

Em Goiandira acompanhamos a formação dos lugares de concentração desses trabalhadores como espaços rebeldes para a ordem normativa da cidade, espaços em que a ordem urbana é ameaçada. Assim vai surgindo a Rua do Fogo, denominação popular para a Rua Rui Barbosa, um lugar conhecido como "Patrimônio", atualmente Bairro Nossa Senhora de Fátima, e a estação da Estrada-de-Ferro Goiás.

É nesses espaços que se concentram as moradias dos pobres, onde as casas de prostituição, os bares onde ocorrem brigas, os lugares que fazem bailes, o comércio informal. Na luta pela sobrevivência não se demarca apenas uma presença, mas uma certa incerteza sobre a quem pertence a cidade.

O Sr. Lenine conta do período em que, criança, morando em uma chácara perto da cidade, vem para a estação se dedicar ao transporte de mala para os passageiros que chegavam:

> Tinha muito movimento; eu pegava mala; eu vinha todo dia na hora do trem pegar mala, pegar mala da Rede Mineira para Goiás, pra ganhar uns trocado; dava um dinheirim; tinha o Albenir que pegava mala, tinha muita gente que pegava mala.
> Então, porque parava só até na Estação da rede Mineira, só ia até na Estação da Rede Mineira, aí, para passar para a Goiás, atravessava aquela Rua da Prefeitura, a Rua do Banco, ia até na estação, levava mala e ganhava um dinheirim.
> Tinha que pousar; muitas vezes não dava para pousar porque o trem da Rede Mineira atrasava e outras, quando ele adiantava o povo não precisava pousar; eles ia chegando entrando no trem e indo embora; esse dia nóis não achava bom não, ganhava pouco (riso).[64]

A existência de duas estações na cidade, sendo uma o ponto final da Rede Mineira de Viação, obrigava os passageiros a irem de uma estação a outra percorrendo parte da cidade

---

[63] Entrevista realizada com o Sr. Joaquim Pires, em 19 de julho de 2008.
[64] Entrevista realizada com o Sr. Lenine, em 17 de julho de 2002.

e dependendo dos horários de desembarque de um e embarque em outro trem muitos pousavam na cidade.

Podemos observar a dinâmica desses trabalhadores localizando esses espaços nas figuras que representam Goiandira, conforme ilustrações no anexo A e B onde se observa a cidade de Goiandira na década de 40, destacando-se a estação da Rede Mineira de Viação, estação da Estrada-de-Ferro Goiás, e, ainda, os setores Patrimônio e Rua Rui Barbosa, "do Fogo". No Anexo B, a microrregião de Catalão, desmembramento da região Sudeste

Funções como a de carregador de mala expunham esses grupos na cidade. Esse movimento de passageiros pela cidade parece se redimensionar a partir de mil novecentos e quarenta e dois, quando a Rede Mineira de Viação chega na cidade e esta passa a ter duas estações, a da Rede Mineira de Viação e a da Estrada-de-Ferro Goiás. Nesse momento, a cidade passa a ser o entroncamento das duas ferrovias. A Rede Mineira de Viação é a ligação de Goiás com o Rio de Janeiro e a Estrada-de-Ferro Goiás é a ligação de Goiás com São Paulo. Esse movimento seria novamente redimensionado em outras ocasiões, como no período da construção de Brasília.

O Sr. Francisco recorda o aumento do transporte de passageiros por ocasião da construção de Brasília:

> A construção de Brasília aumentou o tráfego em cem por cento, levava material, levava gente, de tudo. Chegava gente de Belo Horizonte, vindo do Nordeste, um tal de Mineirão, (inaudível) carro de passageiro, cheim, indo para Brasília, chegava fora do horário de viagem, dormia ia no outro dia, seis da manhã, o Mineirão vinha só até aqui.[65]

Como ponto final da Rede Mineira de Viação a cidade passa a abrigar uma população provisória, que chega e fica esperando o trem de passageiros que os levaria a outros destinos.

Podemos verificar o trânsito de pessoas na cidade através de um relatório da Estrada-de-Ferro Goiás, de 1939.

TRANSPORTES DAS ESTAÇÕES			
Estação	1ª Classe	2ª Classe	Total
Araguari	9.713	15.858	25.571
Ipameri	7.759	10.621	18.380
Pires do Rio	5.612	10.231	15.813
Goiandira	7.326	6.474	13.800

[65] Entrevista realizada com o Sr. Francisco Evangelista Fernandes, em 13 de junho de 2002.

L. Bulhões	1.290	7.177	11.407
Anápolis	4.634	6.451	11.085
Urutaí	2.778	4.769	7.547
Anhanguera	2.828	4.551	7.379
Catalão	2.486	4.489	6.985
Vianópolis	2.777	4.013	6.790
Cumari	2.474	3.633	6.107
Ubatan	1.815	3.247	5.062
Bomfim	2.781	2.206	4.987
Ararapira	169	3.786	3.955
Veríssimo	342	3.022	3.364
Inajá	313	2.604	2.917
Amanhece	295	2.608	2.903
Tapiocanga	313	2.089	2.402
Içá	147	1.913	2.050
Roncador	84	1.938	2.022
Ouvidor	690	1.327	2.017
Eng. Bethout	357	1.532	1.889
Ponte Funda	219	1.087	1.306
Caraíba	186	1.015	1.201
Eng. Valente	58	616	674
Gen. Curado	70	571	641

(Relatório dos serviços da Estrada-de-Ferro Goiáz referente ao ano de 1939, p. 57).

No relatório que registra a movimentação de passageiros nas estações da Estrada-de-Ferro Goiás, podemos observar que Goiandira sobressai com um trânsito sugestivo de passageiros, ficando em quarto lugar, sem acrescer Veríssimo, distrito pertencente à cidade de Goiandira. Não conseguimos acessar outros relatórios da empresa, mas podemos inferir que esse tráfego deve ter aumentado de maneira sugestiva a partir de 1942, quando a Rede Mineira de Viação chega à cidade, fazendo entroncamento com a Estrada-de-Ferro Goiás. A partir desse momento, a cidade, pela Estrada-de-Ferro Goiás, que chega de Araguari, fica interligada a São Paulo, e, através da Rede Mineira de Viação que chega de Catalão se liga ao Rio de Janeiro. Nas entrevistas, surge a disputa das pensões pelos passageiros, as comissões que pagavam aos que levavam hóspedes, que movimenta a cidade e garante a sobrevivência de muitos dos filhos desses trabalhadores.

Essas pessoas que passam pela cidade fazem com que pensões, prostíbulos, as ruas por onde se carregam as malas, bares e comércio se tornem espaços onde se ganha algum dinheiro. O Sr. Altivo Marques destaca o conflito entre as crianças que carregavam malas, filhos de trabalhadores, e o trabalhador nessa função que pagava impostos à prefeitura:

> Tinha um tal de Durval, filho de Zé Portinho, também Zé Porto, aquele que morreu; esse Durval, ele pegava as malas dos viajantes lá na estação (pausa), levava e punha lá no Hotel do Roque de Mello, aí onde é o Fórum hoje; Durval vivia disso, rapaz; agora, o viajante ia vendendo tecido para os comerciante que (riso) comprava aquilo o que precisava; fazia pedido, não vendia não, só carregando as mostra; deixava o Durval parti, aquelas duas malas nas costas, e ia passá prá outro; e pagava o imposto, a prefeitura cobrava dele o imposto; e aí vivia uma meninada, aí chegava o trem chegava na estação; o Durval pagava o imposto; a meninada, rapaz, a não ser do viajante, porque tem pessoa que chega aí com uma mala ele não dá conta de carregar, tem que levá mais outras coisas, às vezes, até mulher mesmo, então os menino aí o Durval implicava com aquilo porque ele pagava imposto e os menino não pagava. Os menino fazia o serviço, mas escondido do Durval. Era um tempo difícil, mas era um tempo bão, eu tenho saudade; eu tenho saudade não é do que eu passei naquele tempo, tenho saudade da minha idade naquele tempo, era boa demais da conta.[66]

O mesmo entrevistado recorda como a dinâmica da cidade era alterada nos fins de semana:

> Quando eu mudei prá Goiandira, quase todo sábado ou domingo ficava muita gente; é como eu falo: esse povo que vinha da roça era muita gente; tinha muita gente de fora, gente estranha, prá trabaiá nesses cafezal, nessas lavoura de cana, corte de cana como eles falava; tinha gente estranha, que vinha prá aproveitar, tinha um soldado aqui ou dois só (...), eles tinha aquela rixa com soldado polícia, um tempo atrasado, né?! Então sempre dava aquela ruinha, embaixo um pedacinho que tem daqui até encontrar aquela casinha, há muitos anos morou uma casa de zona, cê pode ver que tem um alicerce; um casão baixo, ali morava uma tal de Sinhá, era dona de um bordel. Então essa turma vinha da roça e aprontava; não pelo povo de Goiandira, mas pelo povo estranho. Havia o Olegário, o Olegário é pai daquele João Martins (inaudível).
> Tinha uma mulherzada, rapaz, que vinha de Catalão, Ipameri, encostava tudo nessas casas aí, cê sabe, naquela ruinha ali embaixo, aquilo ali era só casa de mulherzada, era uma bagunça. Por isso essa rua tomou nome de Rua do Fogo, sabe (pausa), antigamente, mas ninguém falava o nome de Rua do Fogo, sabe (...) antigamente ninguém falava, o Absaí trocou esse nome, não era nome, depois colocou o nome de Rui Barbosa.[67]

Tanto o Sr. Altivo quanto o Sr. Lenine veem nesse momento o apogeu da cidade. Nas entrevistas com os dois foram dos que mais falaram da cidade. Em parte, no caso do Sr. Altivo por ter vindo ainda criança para Goiandira, ter trabalhado no comércio, ter sido prefeito interino da cidade entre fevereiro e setembro de mil novecentos e setenta e dois. O Sr.

---

[66] Entrevista realizada com o Sr. Altivo Marques da Silva, em 26 de julho de 2001.
[67] Idem.

Lenine, depois do trabalho na ferrovia, passa a trabalhar na prefeitura, ficando por algum tempo, depois vai para a Ultrafértil em Catalão. O Sr. Altivo era morador da Rua Rui Barbosa, onde adquiriu uma chácara, e o Sr. Lenine, inicialmente, residia no "Patrimônio", depois mudou para outro setor da cidade.

A luta pela sobrevivência impõe uma relação política que se diferencia nesse momento. Enquanto no campo a clivagem empregado/proprietário demarcava as relações na vida, na cidade ocorre uma aparente sensação de uma nova vivência política

É nesse sentido que o Sr. Lenine recorda o episódio em que foi tratado como comunista.

> Eu tive problema, me chamaram para depor, perguntando se eu era comunista, eu não era, eu não sabia nem o que era comunismo, foi em 1962, e até hoje eu não sei o que era. Chamaram o tio Mané Bento, o Calicanto, o Acácio, o Nenê Araújo; quem entregou foi o Prudêncio, delegado; Antônio Veronês; era o construtor.
> Teve a passeata da fome, e a passeata descalço. Teve uma época que eu ganhava vinte mirreis. Na medida que os par de botina foi encarecendo, fez a passeata; eu mesmo não entendia nada, entrei no meio do povo, era muita gente, o prefeito deixou o povo passar, o Idelfonso Teles era um prefeito bão, se não fazia mais é porque não tinha jeito, o Idelfonso era do partido contra a UDN.[68]

Ao recordar esse episódio, que provavelmente ocorreu após 1964 e não em 1962, o Sr. Lenine narra que foi tratado como comunista e chamado a depor na polícia, com alguns outros parentes e moradores na cidade. Na entrevista surge a figura do Delegado Prudêncio Quirino Garcia que, nomeado como delegado municipal em 1960, parece ter tido sua atuação redimensionada após o Golpe Militar.

Na dinâmica das memórias, o desconhecimento do que era o comunismo sugere que o nome que recebera, em homenagem ao revolucionário soviético, não traduzia uma militância política. Sabe-se que o Partido Comunista atuou em Catalão, pois a ferrovia possibilitava uma certa movimentação de comunistas pelo local. Possivelmente as pressões que os comunistas sofreram inibem que se assuma de público a filiação ao partido, mesmo porque a ação do partido deveria ter sido em grande parte clandestina devido à perseguição que sofria.

A nova relação de trabalho experimentada na cidade em que a clivagem proprietário/não proprietário resvalava para a clivagem patrão/empregado não mantêm a mesma hierarquia nesse momento e ocorre uma certa perda desses referenciais.

---

[68] Entrevista realizada com o Sr. Lenine Rosa da Silva, em 17 de julho de 2002.

Surgem atividades políticas, como as passeatas, que certamente causam impressões nessa própria massa. Em qualquer espaço político a expressão "comunista" pode abarcar disputas diversas que se impõem na cidade. Imputar a alguém a prática do comunismo naquele momento é nominar alguém como um inimigo que precisa ser combatido.

De qualquer modo, não é possível identificar com clareza como se deu a atuação do Partido Comunista, de seus militantes e de seus simpatizantes na cidade. E não se pode pedir aos adeptos do partido que, perseguidos constantemente e tendo que usar diferentes estratégias para escapar dos perseguidores, deixassem para historiadores registros, que poderiam se tornar sentenças de mortes para eles.

Em um Inquérito Policial, tivemos a oportunidade de observar como, após o Golpe Militar, em uma disputa que envolve de um lado o Delegado da cidade e de outro membros da Câmara de Vereadores se explicita uma dinâmica urbana conturbada.

As disputas têm início quando o Secretário de Segurança Pública de Goiás, Rivadávia Xavier Nunes, encaminha um ofício, datado de dezoito de abril de mil novecentos e sessenta e quatro, ao Delegado de Polícia de Goiandira.

> Determino, por meio deste, que essa Delegacia de Polícia organize, com a máxima urgência, uma lista criteriosa de elementos residentes nesse Município, que sejam reconhecidamente comunistas, ou agitadores subversivos, e encaminhe a êste Gabinete, imediatamente, para exame e apreciação. (Processo Crime nº 26/66).

Em resposta à determinação da Secretaria de Segurança Pública, o Delegado, Prudêncio Quirino Garcia, em ofício datado de vinte e cinco de maio de mil novecentos e sessenta e quatro dá as informações solicitadas:

> Em resposta ao ofício circular nº 428-64 de 18 de abril do corrente ano, passo às mãos de V. Excia uma lista de nomes de pessoas simpatizantes do Partido Comunista residentes nesta cidade de Goiandira, que são: Laerson Vitorino, Eduardo Borges, Eurípedes Albuquerque Filho, (ilegível) Bento, Irineu Rosa de Oliveira, Olímpio Gonçalves de Araújo, Geraldo Teixeira de Araújo, Calicanto Querido, Altivo Marques da Silva, João Pinto Calaça e Jerônimo Pereira Duarte. (Idem).

Provavelmente esta não deve ter sido a única lista enviada, tendo em vista que o vereador Waldivino José Cardoso, cujo nome não aparece na relação acima, alegando ter sido denunciado pelo Delegado, apresenta um requerimento que é aprovado pela Câmara de

Vereadores no dia três de junho de mil novecentos e sessenta e quatro e encaminhado ao Delegado Regional da 9ª Delegacia Regional em Ipameri.

> Por diversas vezes tem este Legislativo manifestado no sentido de ser coibido o abuso de poder do senhor Delegado Municipal de Goiandira. Dita autoridade, ignorante dos mais rudimentares princípios legais, não somente se tem excedido nas funções, como tem praticado crimes de todas as feições, apropriando-se indebitamente de dinheiro e bens que lhe caem nas mãos, ferindo pessôas inocentes, ocasionando preocupação com infundadas representações ao Senhor Secretário de Segurança Pública e um nunca mais acabar de outros crimes. Ao Legislativo cabe, também, zelar pelo bem estar de nossa população, sempre ordeira e trabalhadora. Assim, temos por obrigação tentar todos os meios para impedir que tal estado de coisas continue. Nêsse sentido, requeiro a V. Excia. Se digne submeter `apreciação dos ilustres vereadores a necessidade de representar ao senhor Delegado Regional da 9ª. Delegacia Regional com sede em Ipameri, deste Estado, no sentido de que sejam apuradas as irregularidades na vida funcional do snr. Delegado Municipal desta cidade. (Idem).

O embate que segue depois do requerimento e da abertura do inquérito sai do que seria central, ou seja, quem tem ou não ligação com os comunistas em Goiandira, e parte para a defesa da população "sempre ordeira e trabalhadora". A lista na qual estariam sendo incriminadas pessoas que não teriam relação com o partido, mas era desafetos da autoridade policial vai ficando em segundo plano; o debate se desloca para a agressão cotidiana que o Delegado vinha cometendo contra trabalhadores na cidade.

No inquérito policial, com o deslocamento de um delegado militar para Goiandira, em que são ouvidos os denunciantes (vereadores). Quando o cotidiano da cidade é alterado por um evento como esse, um embate entre grupos de poder, abre-se espaço para a revelação das múltiplas formas de conflito que nela se experimenta.

Sendo ouvido no dia nove de junho de mil novecentos e sessenta e quatro, o Sr. Waldivino José Cardoso, após uma pequena defesa na qual apenas alega nada "dever" em relação a ser comunista, passa a denunciar o Delegado pelas arbitrariedades cometidas na cidade.

> Que o declarante é vereador desta cidade, que fora incluído na lista de Comunista, fornecida na DOPS pelo Sr. Delegado Municipal de Goiandira; Que também foram incluídos vários outros, sem nada deverem; Que acha, o declarante, ser um espírito de vingança do Delegado Municipal denunciante; Que já é do conhecimento do Sr. Delegado Regional a injustiça praticada contra certos indivíduos, arrolados como comunistas. (Idem)

A acusação principal, de serem comunistas, não merece uma argumentação detalhada, que comprovasse o distanciamento do partido e de seus militantes. Logo após uma generalizada defesa em que alega "nada dever", o vereador parte para uma estratégia de desqualificar o Delegado Municipal elencando várias arbitrariedades que estariam sendo cometidas por ele na cidade.

Nesse ponto, as denúncias que seguem permitem que se visualize as pressões a que os trabalhadores estavam submetidos no dia-a-dia da cidade.

> No próximo mês passado, não recordando precisamente o depoente, que nesta cidade esta autoridade apreendeu dois revólveres de um rapaz, filho do Sr. Salomão Lorenço residente nesta cidade, deteve-o, e prometera soltá-lo, somente com o pagamento da importância de CR$ 12.000,00; diz o depoente, que esta importância fora paga ao Delegado Municipal de Goiandira, após o rapaz, filho de Salomão Lorenço, ser posto em liberdade, após uma noite de Xadrez; que sabe de uma outra arbitrariedade da mesma autoridade, desta feita, com um rapaz, filho de Goiandira,, que fora implacavelmente espancado, e por êste motivo, o rapaz espancado, mudara para a cidade de Araguari; que não sabe o motivo do espancamento mas diz o declarante, que o Delegado Municipal de Polícia apreendeu a arma, e nas palavras do rapaz espancado, tomaram-lhe a importância de CR$ 20.000,00, cujo rapaz é conhecido pelo nome de José Borba que foi no ano de 1.962 ou 1963. (...) que por ouvir dizer, sabe o depoente, que na mesma época que ocorrera o fato do rapaz espancado dito pelo farmacêutico Calicanto Querido, residente nesta cidade, haver o Delegado Municipal de polícia cortado de canivete, a língua de um menor, de cor preta. (Idem).

O então vereador que denunciara o Delegado elenca nas declarações que presta uma série de outros fatos, como agiotagem, cobrança de dinheiro para colocar em liberdade pessoas inocentemente presas, estupro e agressão ao pai da ofendida, dentre outros crimes. A princípio podemos constatar que grande parte dos presos mora ou no Patrimônio ou na Rua Rui Barbosa (Rua do Fogo) e entre os crimes mais comuns estaria o de dar tiro de arma de fogo na rua.

Quando ouvido, Jerônimo Pereira Duarte alegou que motivações de pequena ordem teriam provocado o espírito de vingança do delegado.

> Que o depoente, tem queixa contra o Delegado Municipal de Polícia desta cidade, pelo fato da autoridade haver, injustamente denunciado o declarante, como pertencente ao Partido Comunista; que o declarante possui provas de autoridades desta comarca, que desmentem a denúncia do Delegado Municipal de Polícia, Sr. Prudêncio Quirino Garcia; diz o declarante que há tempos passados, 5 anos mais ou menos, o Delegado de Polícia, caluniou o pai do depoente, chamando-o de ladrão, por êste haver ganho de Guilhermina Lúcia de Jesus, residente nesta cidade, certa quantidade de

> estêrco e que da. Guilhermina era então na época, inquilina do Delegado de Polícia; que êste fato, ocasionou o rompimento da amizade do declarante com o Delegado. (Idem).

O mote do inquérito se perde em meio a um jogo de palavras; nesse sentido, é improdutivo perguntar se eram ou não comunistas. No entanto, esse emaranhado permite pensar uma cidade em grande transformação. O depoimento de Jerônimo Duarte permite identificar que ele era amigo do Delegado e, posteriormente, houve o rompimento da amizade.

A Sra. Guilhermina, citada, que morava em uma casa do Delegado, como inquilina demonstra uma condição do Delegado, que era de ter casas de aluguel na cidade, principalmente na Rua Rui Barbosa. Nesta e demais declarações, surgem os espaços da cidade onde o Delegado atua.

Assim, na série de acusações que são feitas ao delegado nas quais se afirma que rixas pessoais estavam sendo usadas por ele para acusar os envolvidos, elenca-se os espaços da cidade onde o Delegado fez as abordagens dos envolvidos. Recorta-se a cidade em espaços onde as condutas são repreendidas, como disparos de arma de fogo, embriaguez etc.

O Sr. José Ribeiro é detido no Patrimônio por disparar arma de fogo em público. Alcino Marques da Silva estava na Festa do Rosário quando discutiu com alguém sendo desarmado e preso pelos policiais enviados pelo Delegado. Nas declarações de Geraldo Gregório da Mota ele o denuncia a existência de jogos de azar na Rua Rui Barbosa e o recebimento de propina pelo para que deixasse os jogos funcionarem.

Lenine Rosa da Silva é preso por ter estado, na noite que antecedeu a sua prisão, no "cabaré da Piauí", onde disparou uma garrucha em atitude de provocação ao filho do Delegado, que também efetuou alguns disparos. João Dofico Borges assiste um jovem ser imobilizado pelo Cabo Anicézio com um revólver, enquanto é espancado pelo Delegado, por ter deixado cair uma bicicleta na moto do delegado, o local do espancamento é a plataforma da Estação da Rede Mineira.

Esses espaços se tornam ameaçadores para a ordem urbana. Em um outro processo, encontrado na pasta número 07, Maria Batista é vítima de estupro. No requerimento em que faz ao Judiciário a mãe da vítima elenca uma série de circunstâncias, como a pobreza e a miséria em que vivem, no intuito de sensibilizar a autoridade e provocar a pronta atuação no reparo da honra da vítima, que teria sido atacada enquanto andava pela Rua do Fogo.

No despacho de Promotor, ele pede o arquivamento alegando que a vítima não possui uma conduta ilibada considerando-se que vai em bailes na Rua Rui Barbosa à noite, local de pouca iluminação. O processo é arquivado.

Quando é ouvido na delegacia, o delegado alega inocência e mostra que suas ações tiveram fundamentação legal, tanto nas prisões como no recolhimento das taxas que procedeu, e diz que a cidade exige uma autoridade forte e que, antes de encaminhar a lista dos comunistas, era pessoa bem aceita em diversos círculos pelas pessoas:

> Que antes de receber a circular o declarante era tido como bom delegado, era chamado para todos os cantos, bares, ele, com diversas pessoas de valores desta cidade, mas como o delegado, não é dado ao vício do álcool deixava de aceitar tais convites que é barbeiro há 28 anos e não vive unicamente por conta da delegacia de polícia e não tendo portanto precisão de extorquir dinheiro de pessoas algumas; que finalmente são inverídicas (...) não teme tais declarações de poderes, não tendo nunca desobedecido ordens superiores e acha que como delegado é justo que tem que ter autoridade, pois já se acha desmoralizado porque via pessoas depondo com dois revólveres na cintura e nada podia fazer, pois estava diante de um superior. (Idem).

O delegado argumenta que assistia desafios à lei e que, provavelmente por atender a alguns políticos da cidade, era por eles bem recebido, o que muda com as delações que realiza.

Nesse ponto, o inquérito é paralisado porque na noite em que foram tomados os depoimentos apareceram vários cartazes na cidade, com frases subversivas como: "Os comunistas de Goiandira contra o Delegado" e "viva o comunismo – comunistas contra o Delegado". Diante da alteração da "ordem", paralisa-se o processo para novos procedimentos.

Mais uma vez há acusações dos dois lados: por um lado, o Delegado acusa os comunistas de espalharem os cartazes, o que caracterizaria subversão, legitimando a necessidade de sua autoridade na cidade, e de outro lado, os acusados imputam ao Delegado a colocação dos cartazes como forma de incriminá-los e reverter a investigação à qual estava sendo submetido.

Em meio a essa situação, vão emergindo na tentativa de legitimação dos poderes expressões como bem comum, trabalhadores ordeiros, necessidade de tranquilidade para o trabalho das pessoas. Não são apenas os grupos políticos que vão ampliando o seu vocabulário na tentativa de incorporar uma nova realidade que os trabalhadores vivem, mas também os trabalhadores vão jogando com essa nova realidade, construindo, no diálogo com outros grupos, uma cidade em que eles próprios têm participação significativa.

Encontramos em documentos em um depósito da Prefeitura Municipal de Goiandira, um abaixo assinado, datado de 21 de julho de 1936. No documento, em que assinam 114 "operários de todas as profissões", solicita-se ao Prefeito Municipal intervenção para que os patrões cumpram a lei das oito horas diárias de trabalho.

> Os abaixo-assinados, operários de todas as profissões, fiados nos seus sagrados direitos e confiantes no espírito jovem, esclarecido e justiceiro de V. Excia, vêm solicitar sua intervenção no sentido de exigir dos empregadores (patrões) deste município, o cumprimento da lei de 8 horas de trabalho (Decreto nº 2186 de 22-3-1933) que, graças à vigilância dos trabalhadores, já se executa noutros centros do paiz, e que aqui não é absolutamente aplicada, lesando os mais sentidos direitos da maioria da população, isto é, dos trabalhadores de cujos braços e cérebro saem todas as conquistas do progresso.
> Desta medida virá para nós trabalhadores, possibilidade de nos instruirmos nas horas de folga e aplicarmos parte das mesmas no cultivo da higiene e do esporte em benefício da raça, nos sãos divertimentos do espírito e no descanso em família, conforto que hoje pouco conhecemos.
> Dahi sortirá para o nível geral da população uma melhoria da qual muito aproveitará Goyandira, hoje tão adversa aos empreendimentos de cunho social e cultural de seu povo.
> A vida não pode reduzir-se a comer mal, trabalhar e dormir.
> A experiência no paiz e noutros povos provou que a produção não se prejudica com a diminuição das horas de trabalho, pois; as horas execedentes fatigam o trabalhador e este nelas não pode produzir com a mesma intensidade. O rithimo do trabalho aumenta com a aplicação do horário racional e humano compensado perfeitamente a diminuição do tempo. Ademais isso no Brasil já é lei desde 1933.
> Não permitiremos, e, estamos certos que V. Excia, nos auxiliará; que continuemos privados de nossos direitos legaes e nem tão pouco aproveitem (como é possível) da concessão para diminuir-nos os atuais salários que já são incompatíveis com a alta dos preços de gêneros de primeira necessidade.
> Como é de justiça, contamos certos com as providencias que estiverem ao alcance de V. Exia. E com sua inteira simpathia a nossa causa.[69]

Alerta ainda no pedido que o cumprimento da lei das oito horas não pode vir acompanhado da diminuição do salário, que já tão deteriorado que mal dava para comprar os itens necessários para a sobrevivência do trabalhador.

Perguntado sobre o abaixo-assinado, o Sr. Altivo Marques[70] contou que algumas pessoas o organizaram e os muitos que não sabiam assinar deram a concordância e outros assinaram por eles.

Aqui não se trata de buscar a comprovação do ímpeto revolucionário dos trabalhadores da cidade, em que medida estiveram filiados a um projeto comunista, filiação

---

[69] O Abaixo-Assinado de 1936 é um documento encontrado no Depósito da Prefeitura Municipal de Goiandira, não catalogado.
[70] Entrevista realizada com Altivo Marques da Silva por Fátima Pacheco de Santana Inácio.

partidária, como ameaçaram a ordem urbana a partir do discurso político. Esse caminho, que pode fazer sentido em outras pesquisas, aqui poderia produzir uma inflexão, pois a fala política pode, sem o devido cuidado, se deslocar do próprio espaço político de onde ela se legitima.

De uma maneira ou de outra, comprovamos que há um ambiente de disputa, que os trabalhadores vão se colocando em uma trama que redireciona o funcionamento da cidade.

Na fala do abaixo-assinado, há um cuidado em não estabelecer na busca pelo direito um discurso que afronte politicamente os poderes instituídos. Assim, o direito de oito horas diárias de trabalho se legitima na medida em que vai ao encontro de alguns ideários nacionais, como pureza da nação, maior produtividade, melhora da higiene e da cultura do trabalhador. Indica-se que, certamente, a obtenção do direito legal não causaria maiores transtornos para a ordem local.

Nessas redefinições que a cidade experimenta outras falas surgem, como pudemos acompanhar na entrevista com o Sr. José Francisco. A relação com a cidade, principalmente com seu comércio que, em certa medida, era intermediado pelo proprietário se torna agora uma relação direta. Nesse meio, comerciantes adquirem um certo poder na cidade, sendo espaço de suas falas a Maçonaria, com os quais disputam outras instituições inclusive a Igreja Católica.

Esse florescimento do comércio leva à fundação da Associação Comercial, em 1941, conforme noticiou a Gazeta do Triângulo:

> Goiandira, a florescente cidade goiana cognominada a "cidade branca" e que vai se impondo no seio do grande estado central como um dos núcleos mais laboriosos e de maior progresso, tem agora a sua Associação Comercial, constituída dos expoentes máximos da sua indústria, lavoura e comércio.
> "Secretaria da Associação Comercial em Goiandira 18 de junho de 1941. Tenho prazer de levar ao conhecimento desse conceituado órgão de publicidade que no dia 16 do corrente mês, foi fundada nesta cidade a Associação Comercial de Goiandira.
> A sua diretoria, já eleita e empossada, ficou assim constituída: Presidente, Ildefonso Teles, Vice-presidente, Jorge Abrão Mansur; 1º Secretário, Mumbada Ide; 2º Secretário, Aurélio Aires Martins; Tesoureiro, João Santana; Orador, Waldi Cecílio; Procurador, Manoel Antônio Gonçalves; Consultor Técnico, Urquiza de Carvalho.
> O Conselho Consultivo foi assim organizado: Srs. Gabriel Elias Tomé, Gumercindo Natal, A. Isaac Neto, Abrão Kalil Mansur, Gustamo Lima Filho, Júlio Fávio, Chafi Wasser, Olegário Borges, José Mariano, Evaristo Diniz. (Jornal Gazeta do Triângulo, junho, 1941, s/d)

Nos nomes citados como componentes da diretoria sobressaem-se comerciantes da cidade que, além da Associação Comercial, reativam a Maçonaria que havia sido fundada em 1935 como espaço de intervenção na dinâmica da cidade que se transforma. Grande parte dos que desafiam a Igreja Católica estão nessa diretoria, Jorge Mansur, Mubade Ide e outros são os que articulam presença do padre da Igreja Brasileira na cidade, conseguem um lote e organizam as doações para a construção da capela.

Há uma diferença que pauta os movimentos do trabalhador na constituição da cidade: nesse espaço o mundo do trabalho vai se dissociando do mundo da política. Não é mais diretamente o proprietário/ o patrão, para quem o trabalhador trabalha, que lhe fornece as condições políticas para se sustentar. Paulatinamente, desaparece a figura do fazendeiro que acompanha o trabalhador nas ações na justiça ou para conseguir moradia, quando há um problema envolvendo a família. Desse modo, lentamente as estruturas burocráticas da cidade vão sendo redimensionadas.

Na análise das ocorrências policiais, nota-se que os crimes ocorridos na cidade recortam seus espaços de sociabilidade frequentados por trabalhadores como regiões perigosas para circular. A região do Patrimônio e da Rua do Fogo, com seus bares e bordéis, viram um caso que ataca a moralidade pública.

Em 1967, o Delegado, Mauro Pacheco Gonçalves, preocupado com o número de prostitutas[71] existentes na cidade, começa a realizar uma listagem delas com a finalidade de ser enviá-la para o Judiciário.

A lista com os onze nomes é encaminhada para o Poder Judiciário. O Delegado alega que, infelizmente, não pôde continuar com o fichamento por ter sofrido pressões políticas de diversos grupos, sendo obrigado a encerrar o trabalho.

A demarcação de parte de setores onde os trabalhadores circulam indica que a clivagem econômica estabelece a clivagem política, no aspecto de sociabilidade. Além dos espaços da cidade, há o calendário que demarca o que é momento do trabalhador e o que é o momento da elite.

O calendário das festas religiosas é um exemplo disso: enquanto a Festa de Nossa Senhora do Rosário agrega os negros e o congado, a Festa de São Sebastião, realizada por uma certa elite, tinha como festeiros, geralmente, proprietários e pessoas de posse na cidade. Na vida da roça, os bailes e os encontros sociais uniam trabalhadores e proprietários. Na cidade os bailes no clube são só para a elite, conforme recorda o Sr. Altivo:

---

[71] Optamos por omitir os nomes do trabalho, considerando que muitas ainda moram em Goiandira.

> O repentista fazia a letra e fazia a música como o Adolfo Mariano, mas tinha mais outros aí; o privilegiado mesmo aqui para fazer a letra e colocar a música era o Adolfo Mariano e o Geraldino Porto; rapaz. (...) o Geraldino Porto era músico e era também compositor inclusive este Hino de Goiandira quem fez a letra foi ele, quem pôs a música foi ele, o Geraldino, nesse clube, ele tinha uma aparelhagem de som, ele toca tudo, tinha uns bailes importantes, cê ta entendendo?! Essa turminha rasteira não ia não, nesse baile de cúpula. Era cobrado ingresso e era discriminado; ali eu vou te falar era cúpula mesmo; pobre não tinha o que fazer ali; se chamava pra dançar não ia de jeito nenhum; não ia não (risos), era só nas favelas por aí que pobre dançava, festa de roça; assim dançar nas, no clube, ali, não dançava de jeito nenhum.[72]

Nessa fala o entrevistado menciona a fundação do Goiandira Tênis Clube, que reúne parte da elite da cidade.

Podemos inferir que, para os trabalhadores, a ida para a cidade e a entrada para os trabalhos na ferrovia ocorrem em um momento em que a crise impossibilitava a negociação por melhores rendimentos e tirava a mobilidade dos trabalhadores, o que também restringia os espaços onde podia circular.

A inserção em um novo mercado, vivenciado na cidade, é uma experiência diferente não por terem se deslocado do campo para a cidade, mas pelas mudanças que refizeram aspectos da vida no campo e da vida na cidade.

Dentre essas mudanças ocorre uma perda de referenciais do dia-a-dia. A vida que viviam no campo era experimentada de forma contínua e, associada às coisas que aconteciam à sua volta, aparentemente não sofria mudança alguma. Embora sujeitos a pressões cotidianas, tinham o sentimento de controle por se situarem próximos de suas produções.

Sobre a escassez ou a abundância do que era produzido podiam ter controle por estarem próximos e ocorriam devido a circunstâncias das quais tinham conhecimento: a falta de chuva ou seu excesso, plantar em uma terra boa ou em uma ruim etc. Desse modo, participavam da história de suas vidas como protagonistas e, ao mesmo tempo, faziam parte da história de todos.

Para Portelli, relatos sobre a guerra são uma estratégia para fazer parte da história, para encaminhar uma dimensão pública de suas vidas:

> A narrativa mais comum desta espécie, naturalmente, é sobre a guerra: como sabemos, é difícil evitar que um informante (do sexo masculino) se exponha sobre o que fez na guerra (ou em serviço). A guerra dá corpo à história no

[72] Entrevista realizada com o Sr. Altivo Marques da Silva, em 26 de julho de 2001.

> mais óbvio sentido da palavra do livro escolar; ter participado da guerra é a mais imediata reinvidicação provável para estar na história. (PORTELLI, 2001, p. 15)

Falar nas entrevistas sobre o que vivenciaram, que para muitos deles é falar de uma vida difícil e miserável no campo, o que foi verdade, e mais do que narrar um fato, é um incluir-se na história.

As entrevistas produzidas na cidade, a partir do ano de dois mil, deixam claro que passado e presente, acontecimento e versão não podem ser devidamente compreendidos, na mudança da relação entre campo e cidade, de maneira separada. Assim, nas entrevistas colhidas, o passado no campo aparece imbricado em vidas difíceis, com abandonos familiares, com dificuldade para suprir necessidades de comida, de vestuário, de remédio etc. Essas vivências no campo adquirem um significado na cidade.

Contudo não é um significado que se adquire simplesmente por estar na cidade; provavelmente não há esse significado logo que chegam na cidade. São novas condições que vivenciam, em novos embates que experimentam na cidade que, ao longo do tempo, criam esses novos significados.

Em meados dos anos cinqüenta há uma dificuldade da Igreja Católica em lidar com essa esses trabalhadores que passam a ocupar a cidade. Mais eles não são "novos personagens" apenas, mas fundamentalmente, passam a vivenciar de maneira tensa novas expectativas o que coloca a cidade e eles em confronto.

Esses trabalhadores, que agora estão na cidade, experimentam confrontos com a Igreja Católica, principalmente na Festa de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, tanto na cidade de Nova Aurora como na de Goiandira.

O acompanhamento dessas festas é possível porque Nova Aurora desde aquela época e até o momento atual e Goiandira pertencem à mesma paróquia, possuem os registros eclesiásticos no mesmo Livro do Tombo, que se encontra na Secretaria da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Goiandira.

O Livro do Tombo registra que a paróquia foi criada por decisão datada de vinte e quatro de dezembro de mil novecentos e trinta e nove, sendo denominada Paróquia do Sagrado Coração de Jesus. Decidida a criação, o Livro do Tombo é aberto e rubricado pelo Padre José Trindade, em seis de maio de mil novecentos e quarenta.

No registro da instalação da paróquia consta o nome de autoridades e pessoas da cidade: Absahy Martins Teixeira, Prefeito; Dr. Joaquim Carneiro Neto; José Anastácio; José Anastácio da Silva; Dona Olívia Aires Porto; Luzia Porto Telles; Sebastiana Silva.

O primeiro padre designado para dirigir a paróquia Carlos Plangger, tenta fundar ou fomentar várias irmandades religiosas, mas não obtém êxito e, no dia dezessete de setembro de mil novecentos e quarenta, se transfere para Ipameri, alegando que Goiandira não tem condições de sustentar a presença de um padre.

Tanto com a instalação da paróquia, quanto com a evangelização que se sucede, queremos, para além de contar a história da Igreja, acompanhar um elemento que consideramos importante para identificar a refeitura da cidade pela movimentação dos trabalhadores, isto é, as movimentações políticas que circulam pela cidade de Goiandira não incorporam gente do povo, não sendo esse ainda um problema a ser resolvido por instituições como a Igreja.

No Livro do Tombo não aparecem, a princípio, estratégias de evangelização do povo; indica-se sempre a aplicação das normas da Igreja Romana na cidade, seja a cobrança de taxas, a possibilidade de sacramentos como a crisma serem administrados pelo padre, a necessidade de acerto financeiro dos festeiros com a Igreja.

Consideramos que havia ainda em Nova Aurora e em Goiandira, para a Igreja, uma hierarquização dos fiéis que não condizia com a nova dinâmica de vida na cidade. Nas tentativas de fundar a Liga Católica ou a Comunidade Mariana, sempre se começava pela elite.

Talvez essa omissão ocorresse porque não havia ainda na cidade um desafio posto para a Igreja pelas formas de vida do povo, considerando a transição lenta da vida do campo para a vida da cidade. Também podemos entender que a ausência de padre não influenciou a maior ou menor necessidade de evangelizar o povo ou no pouco que permaneceu na cidade o padre Plangger, ele não elegeu como marcante esse problema.

A atuação da Igreja, tanto em Goiandira como em Nova Aurora mudou substancialmente a partir de janeiro de 1944, quando, tanto a paróquia de Goiandira quanto a de Catalão, foram entregues aos Franciscanos. Assumindo essas paróquias, vão se dedicar, em Goiandira, à construção do convento-escola e ao término da Igreja Matriz.

Mas a partir do início dos anos cinqüenta ocorreram embates entre a Igreja e a Irmandade do Rosário, principalmente no período da realização da Festa do Rosário quando os ternos de congo desfilam pela cidade de Goiandira.

Os atritos com os franciscanos fazem aflorar uma situação que já ocorria antes, conforme indica registro feito no Livro do Tombo, provavelmente em 1943

> Em 25 de julho outra festa em Goiandira, com a mesma impressão do pouco espírito de piedade, comungaram 4 pessoas, apesar de ter eu ficado para o dia seguinte, especialmente para as confissões.
> É notável o declínio do sentimento religioso na paróquia de Goiandira especialmente na cidade. São já raros os casamentos. Casaram, durante o ano apenas 17 casais em uma população não inferior a 15.000 habitantes. Nas capelas ainda se sente algum ambiente de fé. Na matriz quase nada. Nada posso dizer da capela de Nova Aurora, que está entregue ao vigário de Corumbaíba.

O desânimo do vigário da paróquia traduz uma pressão que a Igreja passa a experimentar com as transformações que tanto o campo quanto a cidade experimentam. A assistência ao povo, nas desobrigas[73] que a Igreja fazia no campo, quando fazia, sinalizava de maneira aparente uma relativa aceitação do padre e dos sacramentos ministrados pela Igreja.

Nessas visitas o padre, geralmente hospedado na casa do proprietário recebia o povo, administrava os diversos sacramentos e rezava a missa. Nesses encontros esporádicos, mediados pelo proprietário de terras, não ocorria grande desconforto para a igreja, porque aquela poderia ser considerada uma população religiosa; a indiferença à igreja, ao sacerdote e aos sacramentos talvez fosse justificada pelos próprios padres pelo isolamento e pelas distâncias.

Na medida em que se redefine a relação desses trabalhadores com a cidade provavelmente seus costumes, hábitos, indiferença em relação ao sacerdote e aos sacramentos tomam uma dimensão pública. Provavelmente o diagnóstico do declínio religioso do povo, mais do que uma inflexão da vivência da fé desse povo, quer expressasse a dimensão pública de um diagnóstico que a Igreja anteriormente não necessitava fazer, pois se os trabalhadores estavam alheios aos seus ritos, na vida no campo isso não surgia como um problema.

Em um outro registro especifica-se algumas ameaças que a Igreja passa a experimentar.

> Entretanto, de 1944 a 1947, inclusive, apareceu na paróquia, por umas três estadas, Pe. Primo Vieira. Cada vez demorou um Goiandira alguns meses, cumprindo todos os ofícios de vigário. Contudo, ele não pertenceu a esta arquidiocese, mas sim à de Santos e tinha uma paróquia ali.
> Durante este tempo, quando a paróquia foi atendida principalmente pelos frades de Catalão, pode-se confirmar os dizeres anteriores de Pe. Carlos e Pe. Rodolfo, sobre o espírito religioso do povo de Goiandira e dos católicos de Anhanguera, Cumari, N. Aurora e Veríssimo. Noutras palavras, a religião em Goiandira continua fria estando muito melhor nas capelas. Aliás, durante a mesma época a seita a Assembléia de Deus construiu uma capela numa data do patrimônio em Goiandira, mas deve-se notar que alguns católicos ficaram revoltados com essa ousadia. Igualmente, durante este tempo havia

[73] Visitas feitas pelo sacerdote em áreas rurais para cumprimento dos sacramentos da confissão e comunhão.

> uma forte célula comunista na cidade, que conseguiu eleger um deputado estadual e dois vereadores municipais.
> No decorrer de 1947 a segunda torre da matriz foi construída, isto é, a do lado de Epístola. (Livro do Tombo, volume I).

O diagnóstico da pouca participação do povo na vida da Igreja, é uma aparente alteração de um controle que a Igreja exercia pelas relações que firmava na cidade. E como os modos de vida dos trabalhadores não tinham ainda se tornado um problema para o controle da cidade, eles também ainda não preocupam a Igreja.

No registro do Livro do Tombo uma ameaça ao poderio da Igreja aparece na presença dos evangélicos no local chamado de Patrimônio, hoje Bairro Nossa Senhora de Fátima e na presença de comunistas na cidade, inclusive com a eleição de deputados e vereadores.

Essa ameaça ao poderio da Igreja se apresentava de maneira prática, considerando que havia uma disputa por lotes na parte da cidade chamada de Patrimônio entre os que chegavam e a Igreja, pois todo o terreno fora doado para a Igreja, era propriedade da Igreja Católica. Esse problema persiste, alguns moradores do local, hoje, ainda não possuem documentação do lote onde moram.

Em relação à presença dos comunistas há que se estabelecer um cuidado na análise. Aparentemente existe uma separação entre a presença do Partido Comunista no local, seus estatutos e estratégias e o mundo dos trabalhadores. Há uma certa distância entre esses dois espaços políticos. No entanto, algumas análises têm privilegiado as estratégias e a presença de seus líderes nas transformações locais.

No episódio ocorrido entre 1950 e 1952 na região entre as cidades de Orizona e Pires do Rio, conhecido como Luta do Arrendo, aparece a relação entre o Partido, através de seus líderes, e os participantes do movimento.

No embate, trabalhadores de fazendas locais, descontentes com o costume do arrendo que estabelecia uma divisão das lavouras em cinquenta por cento para cada parte, obtêm uma vitória com a legislação do Governo Pedro Ludovico que estabeleceu a divisão entre trabalhador e fazendeiro numa proporção de oitenta por cento para o primeiro e vinte por cento para o proprietário.

Descontentes com a reivindicação dos trabalhadores, fazendeiros se organizam para impedir que os que participam do movimento consigam lavoura para plantio. Impedidos de plantarem suas roças, esses trabalhadores, após uma longa conversa com o Partido

Comunista, resolvem ocupar algumas propriedades, ocorre, então, uma repressão violenta comandada pelo governador do estado, Pedro Ludovico.

São trabalhadores lutando para fazer cumprir uma legislação proposta pelo governador do estado que são por este mesmo governo reprimidos, o que explica de que lado o Estado se posiciona nas disputas.

Uma memória culpa o Partido Comunista pelo desfecho do embate, dificilmente remanescentes que participaram do movimento ou tiveram parentes envolvidos falam do que ocorreu. Geralmente, alega-se que lideranças do Partido vieram, pregaram, insuflaram e depois fugiram, deixando os trabalhadores que não tinham condições de fugir à mercê da repressão.

Analisar a relação do Partido com o mundo dos trabalhadores requer um cuidado enorme por se tratar de uma memória que não apenas recompõe o passado, mas "dividida" e pode se dividir em outras disputas que ocorreram e ocorrem.

Na pesquisa não tivemos acesso a documentação do próprio Partido, mas, sabe-se, não é fácil cobrar de um partido que preserve para o historiador documentos cuja existência poderia condená-lo à morte ou colocá-lo numa situação difícil na cidade.

Em um processo-crime encontramos, no início dos anos cinqüenta, as dificuldades e repressões a que estes comunistas estiveram expostos. Um militante do Partido, estando com jornais para serem distribuídos, é proibido pelo Delegado de Polícia que alega determinação do Promotor de Justiça. Numa discussão na porta do hotel onde o militante se hospeda, há uma troca de tiros na qual é morto o Comandante da Polícia Militar. Um cabo da Polícia Militar, intervindo, mata o Sr. que estava com os jornais.

O militante comunista se torna uma ameaça a qualquer ordem, religiosa, moral, política ou econômica que se quer estabelecer na cidade. O embate entre governo, autoridades locais e comunistas se expande, inclusive pelo mundo dos trabalhadores. E os "comunistas" precisam ser combatidos. Mas, eram chamados de comunista qualquer um que ameaçasse a ordem estabelecida.

O diretor da Estrada-de-Ferro Goiás alega a necessidade de mais recursos para pagamento dos trabalhadores braçais por estarem estes sujeitos à manipulação do Partido Comunista, tido como agitador.

Pude, em parte da infância em Três Ranchos, acompanhar como as disputas estabelecidas na cidade tem no anticomunismo uma verbalização de diversos embates. Sendo uma cidade margeada por uma serra, havia, naquele início dos anos setenta, uma ideia de que havia comunistas escondidos na serra, sempre prontos a atacarem a cidade.

Crianças, recebíamos instruções sobre o perigo de ser comunista; assim, costumes como cabelos compridos, calça boca de sino, consumo de tóxicos etc. eram considerados conduta de comunista, de ameaça. Tomar crianças da família, mulheres perderem a virgindade, tomar as casas das pessoas, pegar doces em armazéns sem pagar, no ambiente de disputas na cidade, o que era motivado inclusive pelas pregações na Igreja, era a prefiguração de uma sociedade comunista.

Esta seria uma sociedade onde estariam ausentes valores morais, o que certamente punha em alerta parte de trabalhadores pois o que "seria esse mundo", em muito negava o mundo que vivenciavam.

Aqui não faremos a crítica das ideias, nem às da pregação que setores conservadores como a Igreja Católica faziam, nem às que com um certo desânimo, setores do Partido tinham sobre a possibilidade de transformações por esses protagonistas, mesmo porque esse debate pode ser adiado, pois não é objeto desta tese.

No embate que ocorre com essas transformações o comunista é usado, em alguns espaços, como Goiandira, como negação de uma ordem e são assim nomeados tanto militantes quanto quaisquer outros que ameacem a ordem de funcionamento da cidade.

Entendemos assim a preocupação da Igreja com a presença de comunistas tanto na Câmara de Vereadores quanto na Assembléia Legislativa de Goiás, que teriam sido eleitos com forte participação da cidade de Goiandira.

Há na cidade uma memória do partido que paradoxalmente registra alguns proprietários rurais e também trabalhadores da cidade como pertencentes ao partido, pessoas, como o Dr. José Stalin, Prefeito de Goiandira por duas ocasiões, entre 1989 e 1992 e de 1997 a 2000, filho de um proprietário rural, que tem pelo nome que recebeu uma ligação com o Partido Comunista.

Existem indícios de que denominar alguém de comunista passou a traduzir, no embate das redefinições do mundo do trabalho e dos trabalhadores, um mote que apontava outras disputas, como uma ameaça urbana ou a realização de uma festa em homenagem a algum santo sem passar o dinheiro para a Igreja Católica Apostólica Romana.

Desse modo, a presença de trabalhadores na cidade passa a redefinir as suas relações políticas, estabelecendo um novo campo de pressões para a Igreja com o qual ela, na região, não havia ainda necessitado lidar.

Assistimos, na instalação da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus a presença de autoridades, mas não a participação do povo. Solicitações que eram feitas pela Igreja em

defesa dos seus interesses sempre atendidas de pronto por autoridades locais passaram a ser morosamente atendidas quando não negadas por esses poderes.

Essa recusa ou letargia das autoridades em intervir a favor das autoridades eclesiásticas podia ser lida pela Igreja como um redimensionamento da presença do Partido Comunista. Contudo, essas redefinições mostram que as transformações que assistimos, no corpo das quais se redefinem campo e cidade, provocam uma nova configuração política da cidade.

Esses embates, alguns que se explicitam, outros que derivam do quotidiano e ainda não eram formulados verbalmente, se apropriam do embate com o comunismo que, certamente, os Frades Franciscanos e setores do Estado combatiam, ou recebiam orientações de superiores para combater, e assim nutriam suas estratégias nas disputas locais.

A análise de todo esse processo indica que os argumentos que "comprovam" a apatia política dos trabalhadores e sua miséria de vida no campo tirou deles qualquer possibilidade de exigir um projeto de transformação social. Ao estabelecer essa indiferença/apatia, consagra-se, enquanto ameaça ao *status quo* de qualquer sociedade, apenas as instâncias institucionalizadas, seja um partido político, seja um sindicato ou outra qualquer.

Desprezar ou privilegiar outros espaços de disputa e outros protagonistas é deixar escapar a consciência determinada pela existência social, o que para Raymond Williams se torna um grande problema e desafio para o historiador marxista:

> Qualquer abordagem moderna de uma teoria da cultura marxista tem de principiar levando em conta o problema da base determinante e da superestrutura determinada. Mas de um ponto de vista teórico mais estrito este não é, de fato, o ponto que se pode escolher para começar. Seria em muitos aspectos preferível se pudéssemos partir de um problema que originalmente é tão central quanto o primeiro, e igualmente autêntico: isto é, a proposição de que a existência social determina a consciência. Não é que os dois problemas necessariamente se excluam mutuamente ou estejam em contradição. Mas a questão da base e superestrutura, com seu elemento figurativo, com sua sugestão de uma relação espacial fixa e definida, constitui, ao menos em certos casos, uma versão muito especializada e, às vezes, inaceitável do outro problema. No entanto, no trânsito de Marx ao marxismo, e na evolução do *mainstream* marxista, o problema da base determinante e da estrutura determinada tem sido geralmente considerado a "chave" dos estudos culturais marxistas. (WILLIAMS, 2005, p. 212).

Williams alerta para uma certa dificuldade de firmar interpretação de uma realidade dividindo-a em duas frentes de mudanças; uma que seria no aspecto econômico de qualquer sociedade no qual seria dada a determinação e outra posta nas ideias e na cultura,

que derivariam das primeiras mudanças. Essa interpretação é nociva por retirar dos protagonistas a condição de feitores de sua história, por desconsiderar os trabalhadores cuja dinâmica de mudanças se processa no quotidiano de suas vidas sem uma ruptura radical.

Separar o econômico e o cultural para daí localizar homens e mulheres é não compreender que o processo de estabelecimento de limites e exercício de pressões está em suas mãos por estarem intimamente tensionados. É sobre o que reflete Williams, quando nos chama a atenção para redefinirmos a maneira usual com a qual temos trabalhado a determinação nos estudos culturais.

> Há, de um lado – o da herança teológica -, a noção de uma causa externa que prefigura e prevê tudo, e de fato controla toda atividade futura. Mas há também, da experiência da prática social, uma noção de determinação como algo que estabelece limites e exerce pressões.
> Certamente há muita diferença entre o processo de estabelecer limites e de exercer pressões, quer seja por alguma força externa ou pelas leis internas de um acontecimento, e aquele outro processo no qual um conteúdo subseqüente é essencialmente prefigurado, previsto e controlado por uma força externa preexistente. No entanto, pode-se dizer, observando várias aplicações em análises culturais marxistas, que é no segundo sentido, na noção de prefiguração, previsão ou controle, que tal idéia tem sido explícita ou implicitamente utilizada. (WILLIAMS, 2005, p. 212).

Determinação, conforme sugere o autor, não é uma relação de causa e efeito na qual do lado econômico emergem os determinantes que vão fazer surgir as expressões culturais.

Consideramos que, no refazer-se da cidade e do campo, processo que é constante, mas aqui tratado de maneira particular na segunda metade do século XX, as transformações no mundo do trabalho, e de seus trabalhadores, sofreram e exerceram pressões, o que provoca desde a redefinição/reinserção desses trabalhadores naquela sociedade até mudanças nas formas de expressões linguísticas urbanas.

Bem documentados pelo Livro do Tombo acompanhamos. do início dos anos cinquenta até o início dos anos setenta, conflitos vividos na cidade de Goiandira e de Nova Aurora, refeitas por deslocamentos de instituições e poderes, revelando novos desafios para a relação com o mundo dos trabalhadores.

Instituições e grupos presentes na cidade, como a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Brasileira, a Loja Maçônica, rearticulam uma relação de poder na cidade, centrando as novas redefinições em relação a grupos de trabalhadores que fazem parte da Irmandade do Rosário.

Esses dançadores de Congo reúnem-se em grupos, chamados Ternos, que surgem, em alguns casos, de organizações familiares que estão no campo ou estão na cidade. Podemos acompanhar na entrevista realizada com o Sr. Valdivino, dançador de Congo, Capitão do Terno Marinheiro, quando começa a dançar Congo:

> Aí, foi indo, aí ele mesmo (pausa) ele mesmo falou assim: "mininos, é, tá bão divertido, e tá bão. Cês tá rapazinho, graças a Deus, cês tem uma vida boa, (...) o tio de vocês vai administrar e ocêis pudia fazê um terninho de Congo pra nóis, o tio acha bão demais cêis sabe mexê com tudo quanto é trem. Tudo o tio ajuda ocêis, o tio que fazer isso, mas vocês tem que ajudar o tio.[74]

A maneira como o Sr. Valdivino e o irmão iniciaram a participação na Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Goiandira, mostra que os Ternos, geralmente de negros, eram também uma expressão que emergia de organizações familiares, que se reunia a partir da família pessoas amigas e conhecidas para montar um Terno de Congo.

O início do Terno de Congo não revela em nenhum ponto um contato com a Igreja Católica Apostólica Romana. A participação em um evento em que o ritual de realização dividia-se entre a Irmandade do Rosário e a Igreja Católica expressou e, em alguns casos, ainda expressa alguns tensionamentos sobre a participação dos grupos e também sobre o significado da festa para a cidade.

Os próprios cantos entoados pelos cantadores expressavam uma manifestação à Nossa Senhora do Rosário que não era validada por uma mediação da Igreja Católica. O Sr. Valdivino, quando perguntado onde aprendia as músicas, descreve que, quando moravam na roça, ensaiavam e compunham as músicas.

> (risos) Pois é, cê pensa bem. Aí nóis é, coisava, inteligente, tocava muito, cantava muito, foi indo, foi abrindo a idéia né? E nóis pequeno, fizemo esse ternim de congo. (...) A primeira coisa que nóis cantemos, ele (tio) ensinou nóis cantar, ele explicou nóis, nóis teve a idéia como é que é, a toada de nóis cantar, nóis fizemo uma assim (...) cantamo a primeira música eu sei como é que é direitim:
> Ó minha Virgem do Rosário!
> Hoje eu canto no seu louvor.
> Eu quero te pedir a benção,
> Mãe querida
> Para aumentar nosso amor (risos, lágrimas nos olhos emocionado) [75]

---

[74] Entrevista realizada com o Sr. Valdivino Dias dos Santos, em 2 de fevereiro de 2008.
[75] Idem.

Organiza-se a partir da família, quase sempre sem a participação na Igreja indicava um distanciamento que provavelmente sempre existiu enquanto a vida no campo tornava a cidade um ponto de passagem ou de idas esporádicas para compra de remédio ou passeios.

A redefinição da vida desses trabalhadores altera as relações que têm com o campo e com a cidade. Afirma-se a cidade como o local para onde famílias se deslocam e a presença desses trabalhadores-dançadores em Ternos vai se tornando um dos pontos de disputa sobre, no conflito religioso, o significado moral que a cidade precisa ter para seus moradores.

Não há novidade no fato de estarem apartados da dinâmica da Igreja, considerando-se que quando os padres se dirigiam ao campo, o roteiro deles passava sempre pela casa do proprietário. A diferença é que essa expressão religiosa marginal à oficialidade da Igreja, nesse momento, vai conviver com a própria instituição pelas ruas da cidade, o que provoca um reordenamento da relação da cidade com a Igreja Católica.

Alguns conflitos ocorridos no inicio dos anos cinquenta acompanhados pelo Livro do Tombo até o início dos anos setenta, colocam no centro a Irmandade do Rosário.

Em Goiandira em um registro de abril de mil novecentos e cinqüenta, encontramos no Livro do Tombo a narração do episódio que teria provocado a chegada da Igreja Brasileira na cidade:

> No mês de abril de 1950 começou o incidente da fundação abortiva de uma igreja da Igreja Católica livre em Goiandira. A história teve início quando Frei João Antônio recusou celebrar uma missa pública do sétimo dia pelo falecido Sr. Jorge Ide. Este se fosse cristão, pertenceu à Igreja ortodoxa. Contudo foi conhecido como simpatizante do comunismo, se não for maçôn também.
> Frei João tendo negado a missa, o filho do defunto chamou para cá um padre da Igreja Católica Livre, residente em Uberlândia, e a missa foi celebrada no cemitério. (...)
> Desde já, os elementos comunistas e maçônicos iniciaram uma campanha para estabelecer na cidade uma capela da Igreja Livre. Líderes eram Abraão Kalil e Mubada Ide.
> Apresentou-se uma ocasião para adiantar este movimento subversivo contra a paróquia na festa de N. S. do Rosário. O vigário pelejava para reformar esta festa e portanto havia certos elementos rebeldes entre os congos. O Pe. da Igreja Livre, pois, e seus auxiliares fizeram um esforço para tomar conta da festa e ganhar toda a gente das irmandades dos congos. No mesmo tempo levantou-se uma campanha para construir uma capela. O terreno foi adquirido logo, isso é, uma data no triângulo em frente a casa do Sr. Jorge Mansur, vendedor da data. Alguns milhares de tijolos também foram ganhados. As reuniões do padre tiveram certa afluência a festa foi realizada, depois outra no mês de junho.

> Entretanto, as autoridades arquidiocesanas, tomadas conscientes do caso, invocaram as sanções da lei contra o forasteiro baseadas na opinião do solicitador-geral da República sobre tais igrejas e seu clero. Realmente, o padre local foi chamado a Goiânia afim (sic) de se justificar. Porém, voltou e continuou suas atividades enquanto julgava seu apelo.
> Havia agora, também, as campanhas eleitorais em preparação para as eleições gerais aos três de outubro. O padre de fora dedicou-se ativamente ao partido local que gozava de apoio dos comunistas. Afinal, a derrota fragorosa deste partido tornou a alavanca que o removeu de Goiandira. Em outubro foi-se embora. (Livro do Tombo, Volume I)

Esse episódio fundamenta um discurso religioso que dá suporte a movimentações de poderes na cidade até meados dos anos setenta. Os envolvidos no episódio, tanto o filho do falecido a quem os franciscanos recusaram a celebração da missa de sétimo dia, Mubada Ide, quanto o que conspira contra a Igreja Católica junto a este, Abrão Kalil, quanto o que vende o lote onde seria construída a Capela da Igreja Brasileira, fazem parte da direção da Associação Comercial, conforme pudemos acompanhar no ofício que foi remetido à Gazeta do Triângulo, dando ciência da sua fundação.

Um outro registro descreve o episódio da chegada da Igreja Brasileira em Nova Aurora. O episódio mais uma vez envolve a Igreja Católica, a Igreja Brasileira e os devotos de Nossa Senhora do Rosário, conforme registro datado de trinta de maio de mil novecentos e cinquenta e cinco:

> Uma certa senhora por nome de Joana Rosa de Jesus foi (por promessa própria) nomeado festeira. Ela pratica espiritismo. O vigário frei Celso recusou.
> A dita mulher foi a Uberlândia e trouxe de volta, um moleque nortista (José dos Santos) apelidado Zé Saia da Igreja Brasileira para fazer a festa e com a proteção de Lourival Avelino de Almeida, delegado do lugar o secretário da Igreja Brasileira de Catalão um grupo de homens e mulheres da irmandade do Rosário derrubaram à força a capela do lugar e o "padre" fingiu celebrar o Santo Sacrifício da missa.
> No dia seguinte o Sr. Geraldo Costa Leite, fabriqueiro do lugar e um católico exemplar, escreveu uma carta ao vigário explicando o acontecimento doloroso. Frei Celso imediatamente conversou com o juiz de direito local, Volney de Oliveira. Ele juiz chamou o promotor, o maçon-espírita Dr. Lafaiette e os três foram no jeep do Vigário para investigar o caso. Na chegada em Nova (sic) Geraldo Costa Leite explicara a situação que ele mesmo foi ameaçado com revólver, para abrir a capela. Ele recusara, pondo em perigo a sua própria vida, mas recusou heroicamente. O delegado, Lourival, alfaiate e maçon defendeu a ação dos populares encabeçada pelo padre Celso, alegando que Igreja é do povo. (Idem).

Os franciscanos americanos se a determinam a fazer cumprir em Goiandira e em Nova Aurora os preceitos normativos da Igreja Católica Apostólica Romana; mas os

trabalhadores, aqui dançadores de Congo, com suas ações indicam que a cidade não aceita e não compreende esse aspecto moral da Igreja Católica.

Um registro importante é quando o delegado de Nova Aurora, também participante do episódio, defende a ação dos envolvidos alegando que a "igreja é do povo". Ele era reconhecido maçom em Catalão. Aqui há que se ter um cuidado na análise, considerando que uma interpretação pode ao mesmo tempo estabelecer os limites entre o que é a disputa política e o que se afirma como luta pela sobrevivência.

Neste acontecimento, há grupos que estão envolvidos com maçonaria, comunistas, dançadores de congo, comerciantes. Uma observação baseada nos discursos escritos e falados que emergem desse meio poderia desviar de um rumo dos trabalhadores como protagonistas.

No desenlace do conflito, no Livro do Tombo há o registro da pregação do padre da Igreja Brasileira e como ele agride os franciscanos americanos:

> O juiz Dr. Wolney, sendo tímido, não quis processar os culpados e colocou um edital na porta da capela prohibindo a entrada dos adeptos da igreja Brasileiro. O governador foi avisado por telegrama pedindo proteção policial. O vigário escreveu uma carta da situação triste para o Sr. Bispo. A vitória dos jagunços de Dona Joana deu "asas" ao José "Saia" e ele começou as ameaças e insultos contra os malditos padres americanos que vieram para o Brasil para explorar as riquezas nacionais e como espiões do Dept. do Estado dos Estados Unidos estabelecer colônias americanas no Brasil, telegramas de protesto foram mandados para o Presidente da República, Ministro de Justiça, os Senadores e Deputados Federais, o Governador, tudo em vão. (Idem)

As pregações do padre da Igreja Brasileira contra os padres da Igreja Católica vinculam suas atividades com interesses dos americanos no Brasil, exploradores de nossas riquezas. Aqui certamente há um elemento novo para todos esses trabalhadores diante da crise que experimentam: identificam-se os americanos como culpados, a impossibilidade da oração vem desse conflito.

Em Nova Aurora, no mesmo Livro do Tombo registra que, pressionadas pela ação do padre da Igreja Brasileira, os franciscanos, como resposta ou por medo de perderem as terras, promovem o serviço de mapeamento da cidade de Nova Aurora, por considerarem que toda a cidade estava situada em terrenos que teriam sido doados à Igreja Católica Romana.

> A cidade de Nova Aurora é patrimônio da Igreja Católica. Para sanar a situação, o vigário, com a devida licença da cúria, mandou levar a planta do patrimônio. O serviço foi feito por Moacyr de Paulo e Souza de Goiandira. Ele cobrou 38.000,00 para o serviço. Dez mil cruzeiros já foram pagos de esmolas guardadas para construção da nova capela. O restante (apesar do

> preço exorbitante) será pago depois de começar a venda da parte suburbana. A parte legal da Igreja foi feita gratuitamente por Dr. Pedro Ferreira de Azevedo de Pires do Rio.
> A questão do patrimônio não está resolvida. O juiz de direito Dr. Wolney, que deu um mandato de segurança para o dito "padre" da Igreja Brasileira pôs obstáculos no caminho dizendo que a Igreja Católica não é a dona do patrimônio. O patrimônio foi doado para São Sebastião portanto a Igreja (não) tem nenhum direito ao terreno. Em pleno século vinte interr., juízes assim. O advogado militante contra os direitos da Igreja é José Ascendino Celestino, ex-seminarista é venerável da loja maçônica. (Idem)

A pressão dos franciscanos, ao mapearem para organizar os lotes localizados no perímetro suburbano da cidade, excluindo o espaço central da cidade, que seria o urbano, atingia muito dos pobres envolvidos com o movimento. A resposta foi de que a doação fora feita para São Sebastião e não para a Igreja Católica.

A argumentação alinhavada pela Igreja Brasileira em articulação com representantes da Loja Maçônica faz uma crítica à Igreja Católica como detentora da legitimidade de gerenciar bens terrenos como representante das coisas divinas. De maneira sutil sobressai no embate entre os grupos envolvidos que, a Igreja entra no embate reafirmando dogmas sem o interesse de fazer concessões, lê a realidade em que se situa usando formas que foram usadas anteriormente.

O representante da Igreja Brasileira e os maçons, em meio ao processo, vão usando uma argumentação que para as cidades de Goiandira e de Nova Aurora traz uma novidade para esta realidade que é a ideia do bem comum, a compreensão de que a cidade não deve pautar seu controle, sua administração em um direito "natural", como seria o da Igreja Católica Apostólica Romana, ou por uma tradição da qual é portadora e tem o poder de gerenciar.

A nova situação de direitos que emerge não resvala diretamente para uma nova maneira com que esses trabalhadores passam a serem tratados, mas se torna primordial nas relações de poder na cidade a ideia meio difusa de um bem comum.

Quando a capela foi ocupada e alegou-se que "a Igreja é do povo", parece que a igreja demorou um pouco a aprender com as próprias derrotas a necessidade de mudar sua linguagem e ação em meio a esses trabalhadores.

Podemos acompanhar o descolamento da Igreja Católica Romana da realidade, quando em decorrência dos fatos é enviado um delegado especial pelo governador para resolver o conflito.

> Alguns seis meses depois da chegada da Igreja Brasileira o governador do Estado mandou um delegado especial para resolver o caso. O doutor delegado chegou em Goiandira e mandou chamar o "padre José". O "padre" chegou com dois caminhões de seus adeptos e jagunços. O delegado especial prometeu tirar o falso padre de Nova Aurora dentro de vinte e quatro horas. (...) Depois de tirar as armas dos adeptos da Igreja Brasileira (em número de 25 ou mais) o delegado foi a Nova Aurora, onde o delegado local, Lourival e Dona Joana, preparavam um banquete para ele. Terminado o banquete o delegado especial foi falar com Geraldo Costa Leite, que seria melhor esquecer tudo, mandou o "padre José" sair da cidade para (sic) alguns dias e a noite o delegado especial do governo seguiu rumo a Uberlândia com os revólveres, e, dizem o povo, uma gorjeta de vinte mil cruzeiros – e a Igreja Brasileira continuou a florescer em Nova Aurora. Não existe palavras na língua portuguesa para descrever a torpeza da justiça em Goiás e a maldade da loja Maçônica de Goiandira. (Idem)

O delegado especial era esperado pela Igreja Católica como esperança de acabar com a Igreja Brasileira, e por isso os franciscanos ficam decepcionados quando o delegado, além de não tomar medidas efetivas contra o Padre José, ainda pressiona para que a testemunha que é católico fervoroso em Nova Aurora desista das denúncias que faz contra o padre.

Além de ser desafiada na cidade, a Igreja lamenta a morosidade do Estado e de seus "aparelhos" como a polícia que tardam ou se recusam a irem em seu apoio, deixando-a.

Todos esses acontecimentos lentamente pressionam a Igreja e outras instituições para que redefinam sua relação, ou seu controle, sua inserção na cidade, para que redefinam o que é a cidade e qual legitimidade tem os que nela se situam. Em meio a essa trama de relações imbricadas, os trabalhadores não se tornam apenas um joguete nas mãos das instituições ou de grupos, mas fundamentalmente, nessa redefinição da relação com a cidade as instituições e os grupos de poder têm que repensar como se relacionar com esses trabalhadores.

Há uma ruptura nos registros do Livro do Tombo. Foi aberto um novo livro no ano de 1971, por ocasião da visita pastoral do bispo Dom Gilberto, na visita foram feitos os preparativos para a saída dos franciscanos da paróquia. De início, o bispo agradece o serviço pastoral dos franciscanos que estaria sendo desempenhado no Patrimônio, principalmente o trabalho social que teria sido encaminhada no sentido da promoção humana.

Na mesma visita há o registro do retorno de homens da "Confraria do Rosário"

> Presidi uma reunião em que voltava à Igreja um grupo de homens da "confraria do rosário" que estiveram ligado à famigerada "Igreja Brasileira". Dificuldades do passado fizeram com que se afastassem da Igreja. Agora voltam, aparentemente com boa vontade para se constituírem uma legítima

> associação religiosa, sobre a orientação do Revmo. Sr. Vigário e constituindo uma diretoria composta por elementos de nossa confiança. (Livro do tombo vol. 2)

Devido a interrupção dos registros do Livro do Tombo não é possível acompanhar quando a Igreja Católica procura se aproximar de alguns setores da cidade como o Patrimônio, espaço onde moravam os trabalhadores pobres. O certo é que na saída dos franciscanos já é possível identificar uma proximidade com esses setores.

Assim, o convite com a programação de despedida dos franciscanos, estabelece os eventos que ocorrerão na cidade:

> 12:30 – Almoço íntimo das autoridades e civis no Goiandira Tênis Clube, oferecido pela comunidade local;
> 19:00 horas sessão solene no Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima como reconhecimento e gratidão pelos benefícios espirituais e morais, em prol das comunidades de Goiandira, Nova Aurora, Cumari e Anhanguera, durante 25 anos de fecundo apostolado dos Franciscanos nesta região. (Idem)

É sugestivo que a despedida dos franciscanos conte com uma programação que inclui uma ida no espaço naquela ocasião ordenado como da elite da cidade e, à noite, um encontro no Centro Comunitário que se localizava no Patrimônio, espaço que surgia como um desafio para os religiosos.

O agradecimento público a ser feito indica que os franciscanos criaram uma ação social para esses moradores. Esse objetivo é continuado pelo novo vigário que assume a paróquia com a saída dos franciscanos, Pe. Lino Dalla Pozza, que assim registra os primeiros dias de sua ação pastoral na paróquia:

> O mês de fevereiro foi caracterizado por uma continuidade do trabalho iniciado em Janeiro sobretudo nas visitas das famílias dos Bairros, Rua Rui Barbosa e Patrimônio para incentivar o entrosamento entre os padres e o povo e favorecer a participação do povo. (...)
> Nesse mês se constituiu uma nova comunidade de jovens na Zona do Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima, muito (ilegível) é o interesse dos jovens e o número dos participantes. (Idem)

Nesses registros há elogios pela participação de grande número de pessoas nas Festas de Nossa Senhora do Rosário, inclusive com a participação de um Terno de Congo e outro de Moçambique. A rebeldia aparente das pessoas parece diminuir, havendo uma nova

inclusão à Igreja. A ação pastoral da Igreja havia mudado significativamente abrindo espaço para uma maior intervenção dos leigos na vida religiosa.

No Livro do Tombo o registro da fundação de mais uma comunidade no Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima, que doravante vai alterar o nome antigo de Patrimônio, apresenta uma ação voltada para a implantação das Comunidades Eclesiais de Base na cidade. Consta no livro o registro de encontro de formação de lideranças que são responsáveis pela preparação e encontro com os vizinhos a partir de um tema definido pela Igreja.

As Comunidades de Base, em alguns locais tida como um florescer da Teologia da Libertação, aqui precisam ser dimensionadas não como a instituição indo até onde os pobres estão, mas, em Goiandira, emergem de um processo em que a instituição é desafiada a redefinir sua linguagem e seu contato com a própria cidade.

O trabalho pastoral da Igreja que tem os pobres como objetivo pode, mesmo bem intencionado, retirar desses pobres o papel de protagonistas, reduzindo-os a meros instrumentos de ação pastoral.

Não é bom restringir o desenlace de um movimento geral apenas pelas ações da Igreja, há no mundo do trabalho e dos trabalhadores redefinições sugestivas e mudanças que são implementadas. Assim, no início da década de setenta, quando o Batalhão Mauá chega na cidade com a finalidade de construir um trecho da linha ferroviária que substituiria o antigo trajeto da Estrada de Ferro Goiás, tanto no sentido de Araguari, quanto no de Brasília, muitos desses trabalhadores vão encontrar nas obras do Batalhão um trabalho, o que, provavelmente, aliviou a pressão desses protagonistas sobre a cidade.

Alguns dos entrevistados como o Sr. Joaquim Pires e o Sr. Sebastião Firmino de Paula, depois de abandonarem o plantio de lavouras, entram para o serviço do Batalhão, ficando o Sr. Sebastião Firmino quinze anos trabalhando no Batalhão Mauá.

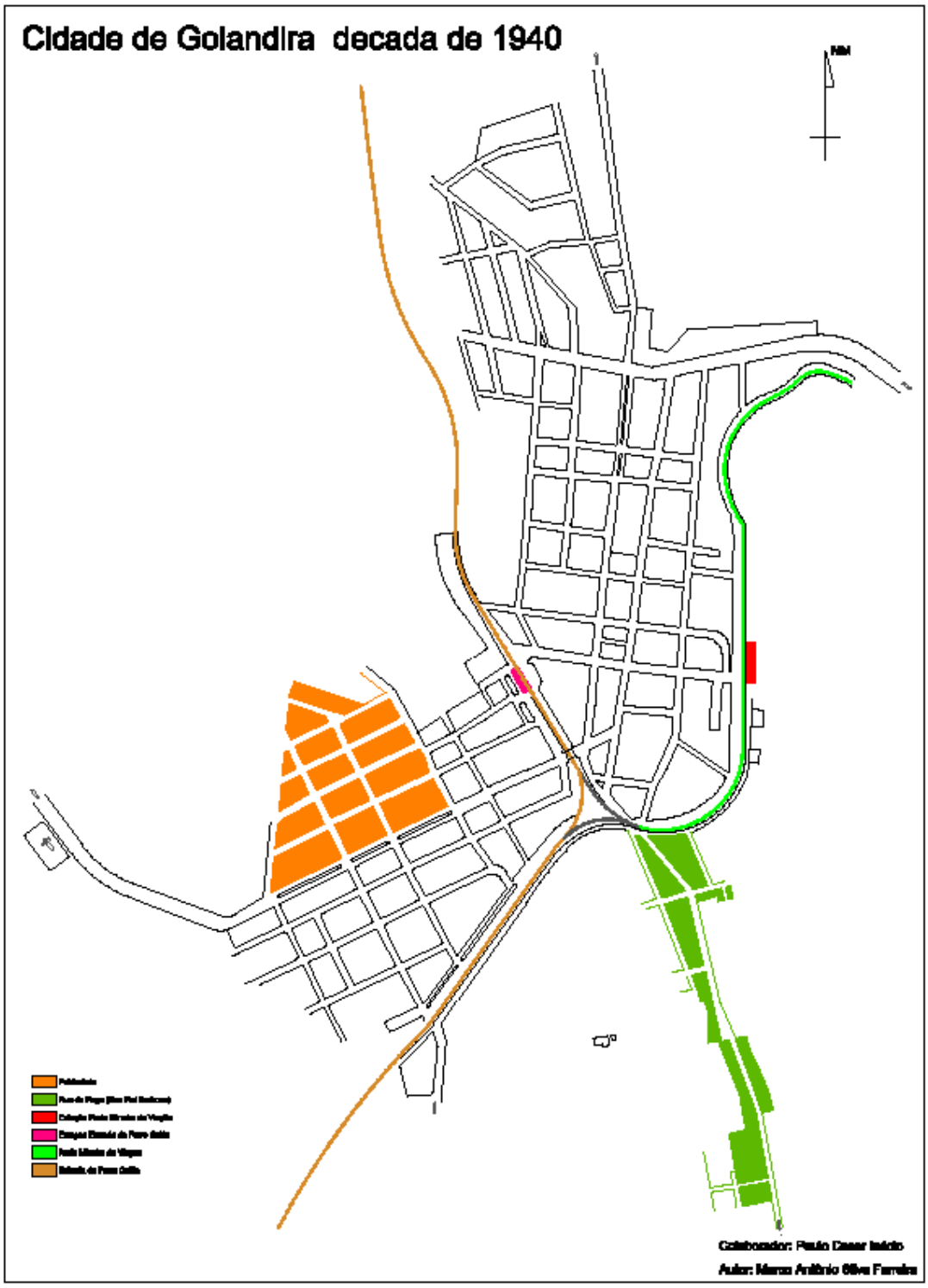
Além de abrir um espaço de trabalho para muitos desses que chegam do campo, o Batalhão envolve-se em uma série de obras sociais na cidade, como a construção de casas para muitos pobres e melhorias na cidade.

ANEXOS

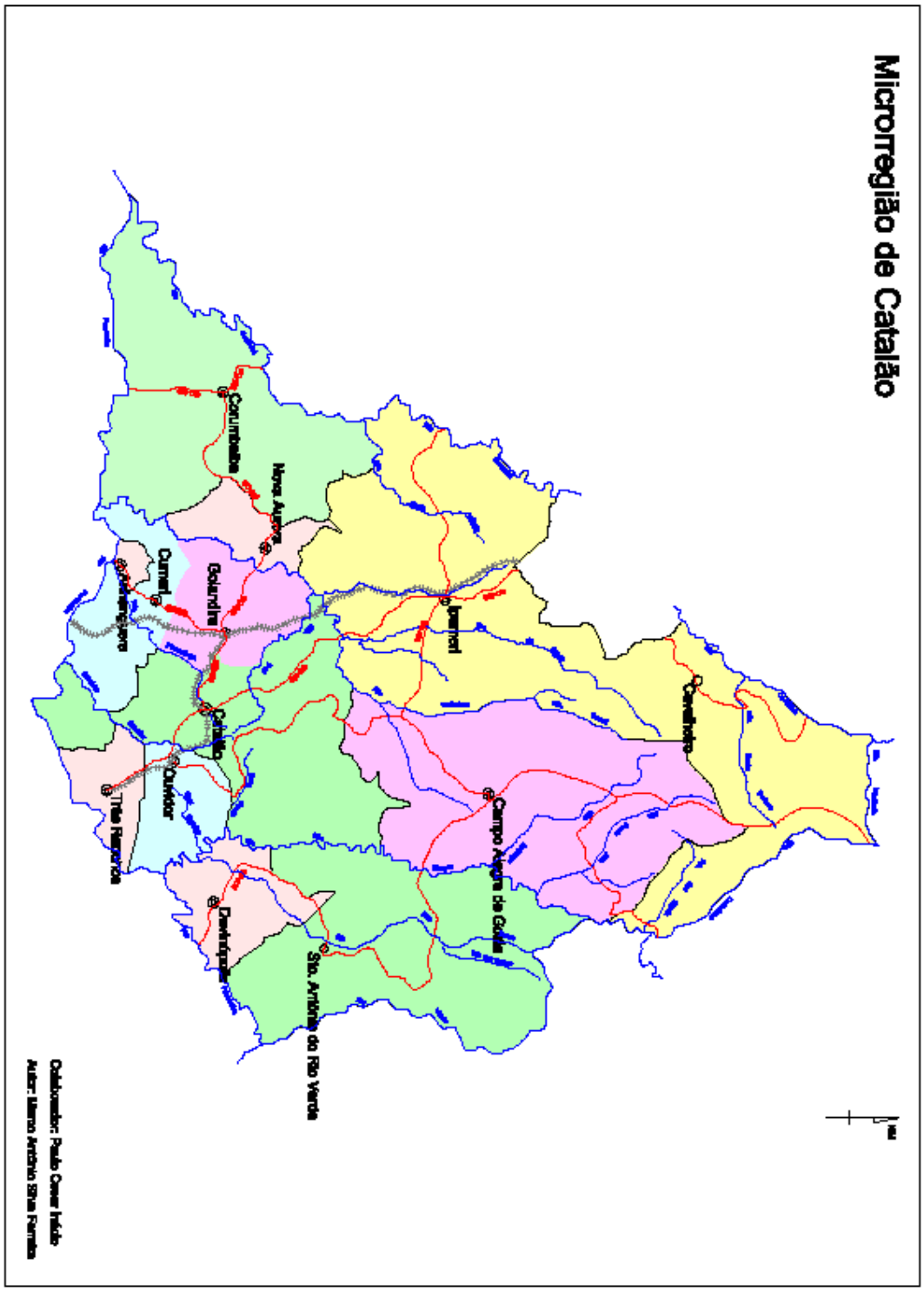
ANEXO A: Cidade de Goiandira na década de 1940.

ANEXO B: Microrregião de Catalão, subdivisão do Sudeste Goiano.

ANEXO A


Cidade de Golandira decada de 1940
NM
Colaborador: Paulo Cesar Inácio
Autor: Marco Antônio Silva Ferreira

ANEXO B


Microrregião de Catalão
Corumbaíba
Nova Aurora
Cumari
Goiandira
Ipameri
Catalão
Ouvidor
Campo Alegre de Goiás
Sto. Antônio do Rio Verde
Colaborador: Paulo Cesar Inácio
Autor: Marco Antônio Silva Ferreira

4º CAPÍTULO
COM QUANTAS LETRAS SE FAZ UM CAMPO:
A CONSTRUÇÃO DO HOMEM DO CAMPO NA LITERATURA E NA HISTÓRIA

> Lembro de meu pai dizer
> Meu filho eu lhe tenho amor
> Chega pra você viver
> Não precisas professor
> Sabendo contar e ler
> É bastante ao lavrador.
>
> Quantos versos tenho lido
> De homens sábios perito
> Põe a gente comovido
> Usando estilo bonito
> Eu me sinto retraído
> Julgando-me um proscrito. (MARIANO, 1978, p. 24/25).
>
> Com freqüência os poetas emprestam suas vozes aos príncipes, os quais estão em condições de pagar-lhes, ou retrucar. O que foi emprestado aos pastores, e a que taxas de juros, é bem mais relevante. (WILLIAMS, 1988, p. 38.)

Este capítulo, aparentemente, se inclui no corpo da tese como uma inflexão de tal maneira que antes de iniciar sua dissertação/argumentação propriamente dita há a necessidade de justificar sua existência.

Começamos, desde o primeiro capítulo, rastreando as memórias do campo nas maneiras como são manipuladas pelos entrevistados, trabalhadores e trabalhadoras que nos acompanharam.

Assim, no primeiro capítulo, quando explicitamos nossos procedimentos frente às suas falas, identificamos o desafio de se constituir "uma relação de igualdade", não uma igualdade no sentido de um nivelamento, mas no sentido de adentrar no mesmo espaço político da fala, traduzido no ordenamento dessa fala, de onde o passado e as pressões de onde emerge se instituem no presente da entrevista.

No segundo capítulo, suas vivências/lembranças permitiram identificar, nos tensionamentos que experimentam nas memórias, um campo transformado em seu aspecto de espaço do trabalho e de identidade de seus trabalhadores.

No capítulo terceiro, analisamos os sentimentos do viver na cidade, como suas memórias permitem abrir um diálogo com a cidade enquanto espaço que vai se refazendo no

próprio refazer de algumas de suas formas de vida; nessa cartografia social da cidade, socializa-se o espaço da luta pela sobrevivência que constitui o desafio da tentativa de ordenamentos.

Naquelas partes da tese, havia uma presença como que física desses e dessas trabalhadoras, suas vozes colhidas nas entrevistas se fizeram presentes nas nossas preocupações, revelando-nos possibilidades de leituras de suas memórias.

Definir os significados daquelas memórias, como revelam a densidade do processo social a que estiveram submetidos esses trabalhadores, permite a compreensão de muito daqueles processos.

Interpretamos os traumas familiares, as dificuldades nas relações de trabalho, as mudanças de expectativas com as transformações do mercado onde se situavam, com um respeito e de uma maneira que nos sentimos próximos deles e de suas memórias. Incluimo-nos e incluimo-los.

Lidar com a literatura, aparentemente, nos distancia dessa companhia dos trabalhadores, como se pedíssemos a eles que se retirassem para a cozinha enquanto vamos sozinhos, armados com as teorias da Historia, discutir com a Literatura, ou como se a sua vivência não os tivesse armado com possibilidades de estabelecer uma disputa com o que se convencionou chamar de produção literária.

Nesse produto social, onde de maneira específica se traduzem relações, fatos, sentimentos etc. não há lugar para Dona Irani, Dona Guimar, Sr. José Francisco, Sr. Sebastião Firmino de Paula, Sr. Sebastião Henrique Dias, Sr. João Modesto. A literatura, voltada para o campo, lhes seria duplamente estranha: primeiro, porque quem a produziu não estava neles focado, nem se interessava por eles, estando, assim, distanciado; segundo, os entrevistados não estabelecem qualquer relação com a literatura; são semi-analfabetos, a maioria assina o nome com dificuldades, são, portanto, desinteressados e distantes das preocupações da literatura.

A Literatura se tornou na sociedade e, por conseguinte, na História uma área dotada de um grande poder; perguntas feitas a outras fontes com tranqüilidade, quando dirigidas à Literatura nos acanham, em parte. De muitos dos seus atributos, dois parecem nos intimidar e fazer com que ela “paire” sobre a sociedade, sem, aparentemente, com esta pactuar ou se filiar a seus projetos. São duas características que, ao se imporem, fazem um movimento articulado: ser uma obra de arte e ter como meio de expressão a escrita organizada em estilos literários.

No entanto, em que pese o aparente distanciamento, obras literárias produzidas em Goiás, tendo como tema o campo, na segunda metade do século XX, ao se reportarem ao campo e seus moradores não apenas têm revelado a sua dinâmica, mas instituído uma versão autorizada do campo e de seus moradores. A força da literatura não é apenas como instrumento que permite visualizar o morador do campo, enxergar sua vida e sua labuta no dia-a-dia; o seu poder é bem mais profundo, faz com que ela se torne a voz desse morador e, por conseguinte, se aproprie dela, tornando-a um instrumento de força.

Romances como "O Tronco" de Bernardo Élis, escrito em 1956 e transformado em filme no ano de 1998, apresentam, a partir de um pequeno arraial uma disputa desencadeada pela chegada do coletor de impostos, Vicente Lemos, enviado pelo Governador do Estado de Goiás, para moralizar o registro de terras e frear a ação dos coronéis da região, de maneira específica, de Pedro Melo, parente de Vicente Lemos.

Nas atitudes para modernizar o local, Vicente Lemos, entra em conflito com Pedro Melo. No desenlace do conflito jagunços, a mando do coronel, invadem a coletoria, destruindo o local.

Vicente Lemos pede a intervenção militar do governo que, atuando no local, acaba por reproduzir as mesmas atitudes dos jagunços, ocasionan8do assim uma guerra no local. No final o coletor de Impostos, Vicente Lemos, se vê obrigado a fugir do arraial.

Em 1998 o romance é adaptado para o cinema pelo diretor João Batista de Andrade. Em uma entrevista, o diretor fala dos motivos que o levaram a fazer a adaptação:

> "O Tronco" é baseado no romance de Bernardo Élis, que, por sua vez, ficcionara uma história baseando-se em fatos históricos, uma guerra de jagunços, coronéis e soldados no início do século. O projeto era uma ideia antiga: eu havia lido o livro em 1968 e, naquele mesmo ano, resolvi procurar o autor.
> O que mais me atraíra no livro, desde 68, era a fragilidade absurda do personagem central, o coletor Vicente Lemes (sic), fragilidade que me parecia uma representação de nossa própria fragilidade política, da história de inviabilidades da esquerda brasileira até hoje. Vicente Lemes era como uma espécie de embrião de militante, nesse início de século 20 onde parece que tudo se inicia: criação do PCB, Coluna Prestes, Semana de 22, sinais de efervescência da vida urbana, trazendo ideais de liberdade, democracia, modernidade, direitos civis. Pois Vicente Lemes, de forma embrionária é o personagem desse momento.
> Ele, como funcionário de um governo de coronéis, vai para o norte do estado de Goiás controlar os coronéis inimigos do governo, os Melo, justamente seus parentes. Vicente tem suas idéias, acha que os coronéis são violentos, que desrespeitam as leis. Tenta impor seus ideais, acaba acirrando o conflito. Vendo-se derrotado pela força de seus parentes, não desiste do que acha justo. Só que ele não possui força própria: para isso tem que apelar para a

> força do governo. E a força do governo vem, mas para agir de acordo com os interesses e ideais do próprio governo e não os de Vicente. Ele se vê, então, em meio à luta entre os poderosos reais da sociedade, uma luta sangrenta, absolutamente selvagem. O personagem Vicente perde sua fugaz capacidade dirigente, de personagem principal. Será um mero coadjuvante em meio à barbárie. (Entrevista com João Batista de Andrade, disponível em http://www.dno.com.br/bernardo_elis.htm)

Vicente Lemos é lido pelo autor como a metáfora do militante comunista, que tenta modernizar a política no campo, sendo dele execrado pelos coronéis e pelo governo, os trabalhadores nem surgem como contraposição.

A adaptação para o cinema indica a força da apresentação dessa imagem do campo, como circula e se refaz em diferentes momentos, articulando-se em novas dinâmicas como a do período após o Golpe Militar. Apesar de refeita em outros momentos, preserva a percepção de apatia política e a miséria econômica, dois elementos sempre associados ao trabalhador do campo.

Portanto, este capítulo foi motivado para estabelecer na literatura de Goiás, na segunda metade do século XX, não como o campo é retratado, mas qual memória do campo é definida, qual é o significado político dela legitimamente conectada às forças do período e qual é o significado dela hoje frente à memória dos protagonistas da vida real.

Contudo aqui não se trata de nos afastarmos do mundo do trabalho e dos trabalhadores para entender como uma memória produzida longe deles se institui, apartada das condições que eles viveram e redefiniram e que alteraram suas condições de vida.

Ao advogar a construção do capítulo, retomo o significado da presença dos trabalhadores de campo na Literatura como ação política, conforme leitura de Ranciere, feita por Oliveira:

> Política no sentido de Rancière é a reclamação da parte dos que não têm parte, e por isso se constitui em dissenso. Nessa acepção, os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe minimamente uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor a agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes, significa criar um campo específico dentro do qual o adversário, em seus movimentos, tenta, por sua vez, desvencilhar-lhe da pauta e sair fora da agenda que lhe é oferecida/imposta. É nesse intercâmbio, desigual, que se estrutura o próprio conflito, ou o jogo da política. Essa concepção abre as portas para sua permanente reinvenção, no sentido de que toda proposta, e sua resposta, que consiga sair do campo anteriormente demarcado cria um novo campo, que é, em si mesmo, uma nova qualidade dos atores políticos. Há, pois, na política, uma permanente mudança de qualidade. A força de uma invenção se expressa na capacidade de manter o adversário nos limites do campo criado pela proposta/resposta, e isso confere estabilidade ao campo político,

> mantendo a pauta e a agenda das questões. Gramsci chamaria essa capacidade de hegemonia, no sentido preciso de uma cultura que torna indeclináveis as questões propostas, que obriga o adversário a jogar com as linguagens, situações, instituições e cultura inventadas, as quais se tornam, assim, a cultura dominante. A hegemonia é a produção conflitiva do consenso. Nos termos de Marx e Engels, a ideologia dominantes. (OLIVEIRA, 2007, p. 15/16).

Consideramos que as transformações que reinventam campo e a cidade em parte da segunda metade do século XX, que pudemos acompanhar no primeiro, no segundo e no terceiro capítulo mapeando as memórias de trabalhadores e trabalhadoras, pressionam para que a literatura não apenas incorpore as transformações nas manifestações estéticas que promove, mas também que se redefina na expressão e nos significados da produção urbana.

Esse movimento teria como pano de fundo transformações do mundo do trabalho e dos trabalhadores, que se redefinem na visibilidade que sofrem nas cidades, pressionando para que esta crie mecanismos de controle e, em meio a embates, uma nova maneira de estabelecer significados sociais, morais, culturais dessa presença.

Imagens do romance são naturalmente transpostas para a realidade do campo, como os filhos dos pobres pedindo benção ao coronel, no cenário da miséria que perpassa os protagonistas, aliviado na propriedade do fazendeiro.

Podemos observar que a maneira com que a Literatura procede estabelece as linhas que vão demarcar o movimento social e seu significado. As feições dos protagonistas constituem versões autorizadas dos moradores do campo, lá estão registrados o proprietário, o trabalhador, os jagunços, esmolantes etc.

Lentamente a literatura encaminha uma produção em que o campo vai se desfazendo enquanto realidade vivenciada por homens e mulheres e vai se tornando, na redefinição que a cidade experimenta um sentimento.

Poemas como envelhecer, publicado na revista Oeste, nº 13, fevereiro de 1944, indicam os termos de como isso ocorre:

> Envelhece...
> Madrugar a pouco e pouco,
> Lentamente...
> Num crescendo de óleo que se infiltra...
> Reter a infância no cofre da memória...
> Ver, de olhos fechados, um passado longínquo...
> O açude da fazenda... os colegas de escola...
> A vovó, de joelhos, frente ao oratório...
> Um galo triste a cantar,
> Recordando a madrugada de um velório...
> (...)

> Envelhecer...
> Ver que a boca que procura foge da sua boca...
> Que os olhos que fita desviam dos seus olhos...
> Que o mundo é sempre contra a gente...
> E que a enxada que sulca é a de um coveiro...
> E que o sino que tange é o de finados...
> E que a sombra que busca é a de um salgueiro. (Revista Oeste, nº 13, 1944, p. 13).

As condições de vida e trabalho no campo vão se refazendo em um linguajar urbano; aquele tipo de vida rural e passado vai sendo tratado por parte da Literatura do ponto-de-vista do viver na cidade e presente. Figuras idílicas do campo passado querem traduzir como o açude da fazenda, a reza da avó no oratório. Sentimentos que reconstroem um campo, que, já foi espaço dos agora moradores da cidade, para ser lido, presente em círculos literários.

Não é mais o campo dos trabalhadores, dos contratos de trabalho, da troca, de "trama" por dias de serviço, de trabalhadores arrastados por proprietários em animais para cumprimento de tratos verbais de trabalho, dos cortadores de lenha para ferrovia, dos trabalhadores famintos em busca de alimentos.

Por isso é necessário aprofundarmos a reflexão. Essas imagens do campo, enquanto um sentimento que traduz para alguns grupos o viver na cidade, são contemporâneas à dissolução de formas de viver e trabalhar experimentadas no mundo dos trabalhadores que levaram a se refazerem tanto a cidade como o campo. Isso leva a um problema que, para Raymond Williams, é identificar que perspectiva queremos adotar.

Contudo, não se pode fixar um período clássico das mudanças, procedendo a um congelamento do passado, movimento que também paralisa o presente e priva o passado de releituras anteriores e posteriores.

Em "Campo e Cidade" Raymond Williams nos alerta para pensar as realidades sempre em movimento. Analisando a produção literária inglesa, mas conectando essa produção ao longo do tempo às realidades movediças, Williams constata que nenhum período pode ser tratado como morte final do campo e nos adverte para não assumirmos o próprio *status quo* das disputas de um momento eternizando-o ou fixando-o como clássico,

> (...) mas sempre que penso nas relações entre campo e cidade, e entre berço e instrução, constato que se trata de uma história ativa e contínua: as relações não são apenas de idéias e experiências, mas também de aluguéis e juros, situação e poder – um sistema mais amplo.
> Assim, é este o lugar em que me encontro, e ao preparar-me para o trabalho verifico que terei de resolver passo a passo experiências e questões que,

> antes, moviam-se à velocidade de luz. A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo: move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões. (WILLIAMS, 1988, p. 19).

Esse movimento, para o autor, identifica que a produção literária inglesa não apenas se conecta a uma realidade, mas expressa/articula aspectos de um denso processo social, portanto, intervêm nessa ordem. Alerta o autor para como a ideia de campo produzido no saudosismo, ligado ao passado pode tirá-lo da dinâmica social.

> Será apenas o velho hábito de usar o passado, os "bons tempos de antigamente", como desculpa para criticar o presente? Sem dúvida, algo do gênero está em jogo, mas isto não resolve todas as dificuldades. Os pontos de aparente imobilidade, as sucessivas velhas Inglaterras às quais nos remetem com confiança, mas que logo começam a retroceder, têm uma certa importância, desde que encaradas de modo objetivo. Obviamente, todas se localizavam nas infâncias dos autores citados, o que é sem dúvida relevante. Pode-se afirmar que a nostalgia é universal e persistente: só as nostalgias dos outros incomodam. Pode-se argumentar de modo convincente que as lembranças da infância têm uma importância permanente. Mais uma vez, porém, o que parecia ser uma única escada rolante, um perpétuo recuo em direção ao passado, revela-se, após um pouco de reflexão, um movimento mais complicado: a Velha Inglaterra, a estabilidade, as virtudes campestres – na verdade, todas essas coisas têm significados diferentes, em épocas diferentes, colocando em questão valores bem diversos. Teremos de realizar uma análise precisa de cada tipo de retrospecção à medida que forem surgindo. Veremos as sucessivas etapas da crítica fundamental na retrospecção: a religiosa, a humanística, a política, a cultural. Cada uma dessas etapas por si só merece uma análise. E então, sobre cada uma dessas questões – que, no entanto, nos levam por fim a uma grande questão central – há uma outra consideração diferente a fazer. (WILLIAMS, 1988, p. 25).

A relação com o tempo estabelece para a literatura inglesa um papel peculiar em que a nostalgia do passado indica não só a saudade do que se foi, mas, os seus significados, o que agora é. Portanto, a ordem natural do campo que se recorda não apenas pretende naturalizar o funcionamento da sociedade, mas atribuir no mesmo movimento, significados políticos aos seus diversos protagonistas.

Williams, quando analisa alguns poemas que tratam da fartura "natural" do campo, mostra-nos, na negação do trabalho, a negação do trabalhador, e na exaltação da fartura, a justificativa para os direitos do grande proprietário.

> Aqui o desfrute do que parece ser uma abundância natural, a sensação de que o jardim é um paraíso, está exposto a outro tipo de humor: o consumo fácil é seguido da queda. E então lembramos que, como efeito da queda, da expulsão do Paraíso, o homem, em vez de colher o alimento oferecido por uma natureza pródiga, foi obrigado a ganhar o pão com o suor de seu rosto; a

> maldição do trabalho passou a ser o destino comum da humanidade. O que realmente se dá, nas celebrações da ordem rural de Jonson e Carew, é a negação dessa maldição, pelo poder da arte: uma recriação mágica do que pode ser visto como um abundância natural e, em seguida, como caridade espontânea; ambas servem para ratificar e abençoar o proprietário de terras, ou – através de uma reificação característica – sua casa. Mas essa negação mágica da maldição do trabalho só pode se dar pela simples negação da existência dos trabalhadores. Os homens e mulheres que criam os animais e os levam até a casa, que os matam e preparam sua carne; que fazem armadilhas para os faisões e perdizes e pegam os peixes; que plantam, estrumam, podam e colhem frutos – esses pessoas estão ausentes; o trabalho é todo feito por uma ordem natural. Quando por fim aparecem, é apenas sob forma de "campônios em alegre bando" ou, mais simplesmente, de "muitos pobres", e o que nos é mostrado então é a caridade e falta de condescendência com que lhes é dado aquilo que, agora e de algum modo, não eles, mas a ordem natural, entregou nas mãos do senhor em forma de alimento. E essa condição, esse conjunto de relacionamentos, que é finalmente ratificada pela consumação da festa. (WILLIAMS, 1988, p. 52/53).

A interlocução com o autor permite identificar como quando altera seus termos de expressão a literatura não se refaz apenas nos estilos que usa para se expressar, mas também nas respostas às pressões que sofre, diante destas leituras alternativas de campo não se furtam a estabelecer lugares políticos.

Contudo, nosso caminho no uso da literatura como fonte fez um caminho diverso do de Williams. Enquanto ele parte da produção literária em diferentes momentos e a partir dessa produção percebe os fios que a ligam a contextos sociais diversos, filtrando relações de poder, nosso caminho, na medida em que se interessa por uma realidade e um tempo específico, parte do movimento social, das transformações que processa para entender como se forja uma produção da literatura.

Não se trata, porém de percebê-la como retrato, seria empobrecer uma produção de Homens e Mulheres; trata-se entender como a miséria do campo e a apatia política ou a fartura do campo e sua visão idílica são apresentadas em um cenário político. Não se entra na expropriação dos trabalhadores como maneira de custear os estudos de filhos de proprietários nas cidades, nem o fato dos filhos e filhas de trabalhadores rurais irem para a cidade servir de serviçais aos antigos arrendatários.

A produção literária, enraizada no social, pode demonstrar apenas uma contradição entre os termos que elege para recompor o campo numa vivência urbana. Um cuidado é pensar porque tão afastadas no jeito que se expressam são essas duas realidades, a vida real no campo e sua composição literária na cidade, duas maneiras que não se articulam.

Esse campo que se descortina para ser lido na cidade, no caso de Goiás, principalmente em Goiânia, não apenas mostra um campo, mas lhe dá os contornos interpretativos que o grupo que constrói fornece a grupos que, com o passado no campo, estão agora na cidade.

É na cidade, especificamente Goiânia, que se forja uma produção literária, em que um significado de campo é composto. Tradicionalmente a decadência do campo e a feitura da cidade como expressão da modernidade que ocorre após a Revolução de 1930, estabelecem a contraposição entre campo e cidade para significar a contraposição entre a cidade de Goiás, antiga capital, e Goiânia, a nova capital.

No livro "Apenas um Violão", escrito por Bernardo Élis, o narrador descreve o avô, morando na antiga capital, cercado por familiares, entrando numa crise com a saída de grande parte das pessoas próximas, funcionários públicos, se dirigindo para Goiânia. Nos fins-de-semana parte dos ex-moradores volta da nova capital, descrevendo para os moradores da cidade de Goiás como eram suas vidas em Goiânia:

> Chegavam contando maravilhas. Lá moravam em residências confortáveis, percebiam ótimos salários e ainda obtinham lucros incríveis dos inúmeros negócios possíveis. Eram pessoas totalmente diferentes daquelas que saíram; viviam constantemente viajando pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre, quando não iam para a Europa e Estados Unidos; vestiam-se bem, bebiam uísque e outras bebidas raras em Goiás, tinham automóveis próprios, com chofer, mulheres e amigos. Quando e como poderiam eles sequer pensar em sustentarem situação semelhante caso ainda estivessem na velha cidade, com sua pobreza, seu isolamento, com seu acanhamento com a imensa dificuldade. (ÉLIS, 1984, p. 141)

Para analisar essa nova postura da Literatura que ocorre é necessário nos movimentarmos de maneira diferente de algumas interpretações que se fazem em relação à Literatura e sua manipulação pelo historiador.

Em algumas dessas interpretações a Literatura verticalizada no formato de uma pirâmide que começa-se a analisar geralmente pela parte de cima: em qual estilo a escrita se filia, as características que permitem ter a certeza disso; depois vai descendo até chegar o autor e a como ele se aproximou deste estilo que se comprovou na obra: onde esteve, com quem estudou, com quem conversou, dando-se as linhas para se compreender a produção literária.

Outras interpretações do mesmo formato partem do autor para entender a realidade que o cerca. Percebe-se os contornos da realidade onde vive, como o autor lê isso e como reproduz em sua obra de arte.

Cinco horas da manhã!
Acordei assustado,
Com vontade de sair correndo,
Embrenhar-me no mato,
E beber água da cabeceira
Na concha da mão.

Abri as janelas do meu quarto
E fui espantar o galo que me acordou
Pobre galo!
Estava num pau seco,
Cantando sem cessar.

Bem na frente,
Escondida pelos galhos também secos
Estava a lua
(...)
Corri pelo caminho tortuoso,
As árvores atiravam-se gotas d'agua,
Dentro do mato
Mas eu queria água da fonte,
Na concha da mão. (Revista Oeste, nº 13, 1944, p. 36).

Por tudo isso, convém esclarecer que não se pode atribuir conteúdos universais e a-históricos à produção literária, como se ela não estivesse reinserida em um espaço social, onde se revela no exercício de o revelar.

Neste quarto capítulo queremos advogar que parte da produção da literatura goiana, ao lidar especificamente com o tema campo, não apenas o incorporou mas de maneira legítima esteve envolvida nas suas disputas, por isso a leitura daquele mundo e de seus protagonistas foi feita pressionada pelas transformações em curso.

Utilizar aqui, a literatura não significa abandonar a memória dos trabalhadores, mas, entender que, no processo em que pressionou-se para a construção do significado de sua presença, a literatura, com desenvoltura, se tornou voz autorizada.

De tal maneira esse processo foi marcante que lendo-se qualquer obra literária sobre o campo em Goiás, sem qualquer análise e seus interesses ou disputas, pode- se ver nela o "retrato fiel" de uma realidade.

Desejamos esclarecer que não se trata da primeira criação do campo feita pela Literatura, tampouco da última, mas, esta é uma produção que esteve envolvida nas disputas postas em movimento naquele período.

Assim, tantas outras se abrem e comungam com imagens literárias nacionais do homem do campo em diferentes versões de esquerda e de direita. Lá está eternizado o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, apresentado ao público no conto "Urupês", miserável, dotado de

preguiça e doente. Fabiano, Sinhá Vitória e a cachorra Baleia de "Vidas Secas", obra de Graciliano Ramos, arremedo de miséria que faz com que um homem e sua família desçam ao nível de uma cachorra ou uma miséria que faz com que uma cachorra seja alçada à condição de gente, tanto que Graciliano Ramos nos dá a conhecer o nome da cachorra, Baleia, mas os filhos aparecem e somem do romance sem qualquer menção ao nome, identificados como "o mais velho" e "o mais novo".

Essas imagens, que circulam também pela televisão, pelo rádio, por revistas como a do Chico Bento, de Maurício de Souza, trazem embutida uma compreensão geral desse homem com dois atributos que se somam para uma significação social: a miséria econômica e a impotência política. Por um lado, totalmente impotentes no mundo em que viveram, mundo este que teria sido destruído por uma estrutura que veio como estranha e alijada de sua participação, seja o capitalismo ou a modernização econômica ou os dois combinados; por outro lado, não protagonistas do mundo que viveram no passado, são também totalmente alheios ao mundo atual. Seria impensável se de um desses personagens que citamos pudéssemos apreender uma mudança ou projeto de transformação social.

Essas imagens, que hoje circulam por diversos espaços e artefatos técnicos, expressam um tom orgânico que, através da Literatura, captou o instante das mudanças e elaborou sua interpretação. Nesse movimento literário tentaremos identificar como explicitou um instante de movimento de classe.

Em Goiás, a literatura foi fecunda na produção do homem do campo: Supriano, Olaia sua mulher, o filho com problemas mentais, do conto "A Enxada", de Bernardo Élis; Nhola dos Anjos, entrevada, seu filho Quelemente, também criação de Bernardo Elis no conto "Nhola dos Anjos e a Cheia do Corumbá"; do mesmo autor, transformado em filme, o romance "O Tronco", mostra a disputa de oligarquias no interior do Estado, no qual os trabalhadores do campo são apenas expectadores ou vítimas, nunca protagonistas.

Ao localizar socialmente essa produção literária ocorrida em meados do século XX, situamos o instante de uma produção não apenas coetânea à crise no campo e uma reprodução artística daquela realidade, mas uma relação orgânica, em que a Literatura ao projetar esse campo se projeta na sociedade como expressão específica de uma classe, afirma uma autoridade discursiva e hegemônica dos termos da memória daquelas mudanças.

Para identificar como a Literatura se posiciona enquanto ordenadora dessa imagem e responsável pela sua circulação na cidade requer o esforço de ir além de pensar uma produção realizada por um indivíduo, no social, mas ao mesmo tempo alheio às suas

disputas, que, pelo gênio artístico na solidão de um escritório na companhia da escrivaninha recria no literário a realidade que, como espectador, observa.

A produção da literatura estabelece uma tradição que, como alerta Raymond Willians, é seletiva como qualquer tradição. A literatura Goiana de meados do século XX traz um modo de viver que vai se dissolvendo lentamente, que tem significado não para qualquer ou todo tipo de morador do campo, mas um significado que é feito a partir da casa do proprietário.

O trabalhador rural, presente nessa escrita se ausenta da dureza da lavoura. Mas, a miséria que o atinge passa pela casa do agregado, vai aos sitiantes e, por igual maneira à casa do proprietário. Nesse sentido, a literatura uniformiza a pobreza, igualando os desiguais, identifica a miséria no campo como condição de vida e não consequências das contradições.

Recordar o campo para dar significado aos sentimentos do viver na cidade pode, aparentemente, nos levar a entender que ocorre uma ruptura entre o viver no campo e o viver na cidade e que a cidade é responsável por essa ruptura.

Seria como se campo que se institui, um campo que não é o do trabalho e dos trabalhadores, estivesse desprovido de qualquer suporte social que lhe sustentasse a produção, a circulação e a leitura.

Em um trabalho sobre a obra de arte e sua reinserção no capitalismo, Walter Benjamin (1994) mostra que a produção da obra de arte tem, em movimentos de massa, uma redefinição da sua produção/circulação, pela morte do que chama de aura:

> Em suma, o que é aura? É uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja. Observar, em repouso, uma tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre nós, significa respirar a aura dessas montanhas, desse galho. Graças a esse definição, é fácil identificar os fatores sociais específicos que condicionaram o declínio atual da aura. Ele deriva de duas circunstâncias, estreitamente ligadas à crescente difusão e intensidade dos movimentos de massas. Fazer as coisas "ficarem mais próximas" é uma preocupação tão apaixonada das massas modernas como sua tendência a superar o caráter único de todos os fatos através da sua reprodutibilidade. Cada dia fica mais irresistível a necessidade de possuir o objeto, de tão perto quanto possível, na imagem, ou antes, na sua cópia, na sua reprodução. (...) Assim se manifesta na esfera sensorial a tendência que na esfera teórica explica a importância crescente da estatística. Orientar a realidade em função das massas e as massas em função da realidade é um processo de imenso alcance, tanto para o pensamento como para a intuição. (BENJAMIN, 1994, p. 170).

O autor, analisando a produção da obra de arte nas redefinições que o capitalismo experimenta, indica como esta é vista: não mais como única e com capacidade de se colar no

humano. Benjamin cita como exemplo da aura da obra de arte uma estátua de Vênus, vista como objeto de culto pelos gregos e como objeto malfazejo pelos doutores da Igreja, o que a igualava como arte nas duas tradições era o seu caráter único e a sua capacidade de ficar mais próxima, "colada" no ser humano.

Nas mudanças que se observa, a obra de arte, no processo que o autor identifica como a morte de sua aura, passa a se pautar pela colagem, ou seja, pela possibilidade de ficar mais próxima e de ser reproduzida, o que ocorre também na organização do pensamento científico, na disciplinarização de políticas gestadas por governos.

Acreditamos que a análise da literatura, em Goiás, sua produção na cidade de Goiânia, permite entender como esse movimento indica significados que o campo necessita adquirir para uma nova realidade que a cidade e seu crescimento significam. Reproduz-se um campo que nunca existiu daquela forma para que ele fique mais próximo de todos e possa ser possuído por quem não o possui.

Queremos argumentar, neste capítulo, como as transformações em curso na segunda metade do século XX, principalmente a redefinição das relações de trabalho no campo, a ida desses trabalhadores para a cidade e a redefinição das relações de poder, formaram um conjunto que pressionou uma guinada da Literatura, uma releitura e uma reescrita do campo e da cidade, que traz uma clivagem social que permite pensá-la nas relações que estabelece com o meio à sua volta.

No trabalho de Bernardo Élis, "A Enxada", conto publicado no livro "Veranico de Janeiro", em 1979, adaptado para o cinema com o nome "Terra de Deus", aparece a imagem do homem do campo miserável e politicamente impotente, que circula enquanto diagnóstico real dos espaços de poder, como o Estado. A imagem construída é a do miserável que se desloca da roça, tateando, à procura de sobrevivência, ou que permanece na vida miserável. Supriano é um trabalhador que, estando ligando por contrato ao capitão Elpídio Chaveiro, se vê impedido de cumprir o trato de plantio da roça por não ter uma enxada.

Quando Supriano vai até o sitiante Joaquim Faleiro, que tem um sítio cercado pelas terras do capitão e este o chama para trabalhar com ele, Supriano explica sua situação:

> mas podia Piano lá aceitar? Obra de cinco anos, Piano pegou um empreito de quintal de café com o delegado. Tempo ruim, doença da mulher, estatuto do contrato muito destrangolado, vai o camarada não pode cumprir o escrito e ficou devendo um conto de réis para o delegado. Logo depois vieram os negócios de Capitão Benedito com o João Brandão, a respeito do tal peixe de ouro de Sá Donana, e no fritar dos ovos acabou Supriano entregue a Elpídio, pelo delegado, para pagamento da dívida. Com ele, foram a mulher

> entrevada das pernas e o filho idiota, que vieram para a Forquilha, terras pertencentes a Desidéria e Manuel do Carmo, mas que o filho de Donana comprou ao Estado como terra devoluta. Supriano devia trabalhar até o fim da dívida. (ÉLIS, 1987, p. 40).

O conto, publicado no livro "Veranico de janeiro" em 1966, traz os contornos gerais que, em momentos distintos, forjam uma visão autorizada de vida e condição política desse trabalhador no campo, nas linhas gerais que hoje observamos.

Contudo, é preciso ler o conto atentando para não se resvalar de maneira imediata de uma condição social individualizada para uma situação social aleatoriamente generalizada. Em situações específicas podemos entrecruzar a Literatura produzida com as entrevistas realizadas, quando elas narram que algum trabalhador via diminuído seu poder de barganha nos contratos de trabalhos, ficando à mercê do proprietário, mas, não todos os trabalhadores. Assim, podemos nos remeter ao conto não como um pacote fechado da situação social de todos os trabalhadores, mas das condições específicas de Supriano: tempo ruim, doença da mulher, estatuto do contrato destrangolado, ausência completa de familiares à sua volta.

O conto traz situações encadeadas em um mesmo contrato, todas elas desfavoráveis ao trabalhador: o tempo ruim que fazia com que, por desequilíbrio ambiental, pudesse perder uma roça; doença de alguém da família, o que provocava desequilíbrio nas tarefas que eram divididas por todos; contrato que, dificilmente, segundo nossos entrevistados, se aceitava que fosse escrito, mas, fechados verbalmente. Os trabalhadores não tinham dúvidas de que a escrita era totalmente favorável ao proprietário, considerando que todos que a manipulavam estavam a seu serviço, ou compartilhavam relações iguais.

Quando se apregoa que o homem de antigamente honrava a palavra e que um fio de barba valia mais do que um contrato escrito, mais do que valorar a hombridade do homem do passado, isso evidencia que o trabalhador não tinha dúvida de a quem a escrita estava a serviço.

Supriano, por fim, não tem família, não circula à sua volta pai, mãe, irmãos, parentes. A família se constituía para o trabalhador como mecanismos imbricados de relações sociais o que permitia, em situações específicas, exercer pressões contra o proprietário, conforme vimos no segundo capítulo.

No conto, no dia 12 de dezembro, véspera do Dia de Santa Luzia, prazo que o capitão Elpídio Chaveiro tinha dado para que a roça estivesse plantada, o que ia ser verificado pelos policiais, Supriano, no desespero por não ter conseguido a enxada, pega um pedaço de pau que, em um desvario mental, pensa ser uma enxada e com as próprias mãos planta a roça.

Na manhã do Dia de Santa Luzia é achado pelos dois policiais na roça. As mãos despedaçadas pela capina e pelo plantio chocam um dos militares, que sente náuseas; mesmo assim Supriano é morto. Ficam a esposa Olaia, deficiente, e o filho doente mental vagando e esmolando pela cidade, sempre se esquivando, com medo da polícia.

A imagem de Supriano, articulada na beleza da escrita de Bernardo Élis, encanta o leitor ao mesmo tempo em que o enraivece com a situação de uma grande miséria. Essa pode ser considerada uma visão ordenada em que a imagem da miséria pessoal se articula às relações sociais da pessoa, mas, como caso único, de maneira estilizada e estereotipada; da miséria material individual deriva a impotência social. É uma história de vítima, de vítima da natureza, de vítima das relações interpessoais. Nela não aparece a miséria enquanto produzida pelo/no social.

Em outro conto publicado pelo mesmo autor na Revista Oeste de julho de 1942, chamado "Nhola dos Anjos e a Cheia do Corumbá", o morador do campo aparece retratado em uma família, com três personagens: Nhola dos Anjos, viúva, como a Olaia também entrevada; Quelemente, filho de Nhola e pai do "biruzinho sempre perrengado", o terceiro personagem. No conto a família é situada na relação com a natureza.

> Já tinha pra mais de 80 anos que os dos Anjos moravam ali na foz do Capivari no Corumbá. O rancho se erguia num morrote a cavaleiro de terrenos baixos e peludosos. A casa ficava num triângulo, de que dois lados eram formados por rios e o terceiro por uma vargem e buritis. Nos tempos de cheias os habitantes ficavam ilhados, mas a passagem da várzea era rasa e podia-se vadiar perfeitamente. (Revista Oeste, 1942, p. 40).

Situando os personagens em relação à natureza, a família cercada seja pelos rios ou pelos buritis, o autor mostra como estes são vencidos por aquela força.

> No tempo da guerra do Lopes , ou antes ainda, o avô de Quelemente veio de Minas e montou ali sua fazenda de gado, pois com a formação geográfica construíram um excelente apartador. O gado, porém, quando o velho morreu, já estava quase extinto pelas hervas daninhas. Daí para cá foi a decadência. No lugar da casa de telhas, que ruiu, ergueram um rancho de palhas. A herva se incumbiu de arrasar o resto de gado e as febres as pessoas. (Revista Oeste, 1942, p. 40).

No final do conto, mãe, filho e neto, ao verem o rancho onde moram invadido pela água do rio que sobe com as chuvas, tentam fugir desesperados. Quelemente, sentindo a mãe segurar-lhe as pernas na ânsia de salvação, chuta seu rosto. Ante o medo da morte, atira a

própria mãe na correnteza; depois, desesperado por ter matado a própria mãe, entra na correnteza do rio:

> – Mãe! – lá se foi Quelemente gritando dentro da noite, até que a água lhe encheu a boca aberta, lhe tapou o nariz, lhe encheu os olhos arregalados, lhe entupiu os ouvidos abertos à voz da mãe que não respondia, e foi deixá-lo, empanzinado, nalgum perau distante, abaixo da cachoeira. (Revista Oeste, 1942, p. 41).

Nos dois contos sobressai a vida miserável do homem, seja sem posse, como Supriano ou que tenha posse, no caso de Quelemente, vitimados ambos pela natureza e pelas próprias inércias.

O lado político e econômico desse homem, pela força da apresentação, pode nos desviar para uma apreciação com ar de denúncia das condições sociais, mas se essa denúncia é propiciada pelo engajamento político do autor, encobre a base social em que a obra é feita, um instante em que da dissolução de uma forma de produzir e consumir emerge uma crise e em que a construção de uma outra maneira de produzir e consumir traz de uma significação política do antigo trabalhador rural, que materialmente os literatos se propõem a desenvolver.

Os esforços de despolitizar a literatura e os literatos são notados em alguns intérpretes de Bernardo Elis e de sua obra. Assim, Mendonça Teles, identifica no autor a expressão de uma obra surrealista – movimento literário e artístico, lançado em 1924 pelo escritor francês André Breton (1896-1966), que se caracterizava pela expressão espontânea e automática do pensamento (ditada apenas pelo inconsciente) e, deliberadamente incoerente, proclamava a prevalência absoluta do sonho, do inconsciente, do instinto e do desejo e pregava a renovação de todos os valores, inclusive os morais, políticos, científicos e filosóficos.

O mesmo Teles, consegue abordar a produção do grupo ligado à Revista Oeste, onde se vincula como atuante Bernardo Élis, como uma expressão da introdução do Modernismo em Goiás.

> A história do modernismo na poesia goiano é portanto bastante simples e de recente concretização, podendo ser assim resumida, desde 1928, (livro de Leo Lynce) vieram os nossos escritores tomando contato com os novos padrões literários e poéticos; com a publicação da Revista Oeste, em 1942, um grupo de intelectuais (que mais tarde professarão as ideias marxistas) a ela se junta e lentamente começa a liderar o movimento espiritual do Estado, pondo em prática (e não pregando) as novas conquistas na estrutura poética; com o advento da democracia em 1945, deixa-se de circular a Revista Oeste e os seus redatores se deixam absorver pelas lutas partidárias rompendo-se

> em definitivo aquele quase forçado aspecto de sentido coletivo que os caracterizava em torno da revista. (TELES, 1983, p. 137).

O movimento de análise proposto por Teles perfila a literatura buscando enquadrá-la a um grupo e tendo como referência padrões estéticos de análise. Nesse caminho, revela-se sua especificidade, acabando-se por reafirmar a capacidade individual do autor apartando-o dos grupos imediatos que lhe dão sustentação social, retirando sua obra das condições sociais imediatas.

Teles assim expressa sua interpretação acerca da união dos autores, inclusive os que estiveram unidos na Revista Oeste:

> por essa época, já os escritores goianos se sentiam mais ou menos inconformados com a situação política do Brasil e de Goiás e angustiados com os acontecimentos internacionais da Segunda Guerra Mundial, e cônscios de suas responsabilidades intelectuais, agora alargadas com a propaganda marxista resolveram fundar uma entidade de classe – a Associação Brasileira de Escritores de Goiás que passou a orientar as publicações da Bolsa Hugo de Carvalho Ramos, e vem cumprindo um tanto irregularmente, as suas finalidades culturais. (1983, p. 132/133).

Assim, os literatos goianos teriam evoluído espiritualmente, banhados pelas luzes que promoveram o surgimento de novos padrões estéticos. Disso resulta que a Literatura em Goiás e, provavelmente também em outros locais, é clássica por não ser orgânica com as condições sociais que até então o povo do estado experimentava.

Um outro elemento que chama a atenção é a tentativa de vinculação de parte dos literatos com a esquerda, principalmente com o Partido comunista, nesse aspecto a lembrança de pertencer ao partido parece se dividir em significados diversos.

Essa vinculação traduz algo emblemático: os mesmos literatos ordenadores de instituições conservadoras como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB – Goiás, ao transitarem para a esquerda, se apropriam das memórias em disputa e vão sintetizá-las nas suas obras/ação. Não se vê nas obras desses literatos e interlocução com movimentos sociais marcantes como o Movimento de Santa Dica[76], verificado no Distrito de Lagolândia, Município de Pirenopólis, quando Santa Dica, com curas, aglutina em sua volta um expressivo número de adeptos. Em 1925 o reduto é invadido e destruído pelas forças do Estado, após denúncias feitas por fazendeiros. Santa Dica, expulsa do Estado de Goiás, volta depois de um certo tempo, exercendo uma certa influência até 1970, quando morre.

---

[76]Ver, VASCONCELLOS, Lauro de. Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991, 211 pp.

Um outro movimento social de grande repercussão e com forte presença do Partido Comunista foi a Luta do Arrendo[77] que ocorreu entre 1948 e 1952, no município de Orizona, no qual trabalhadores rurais, queriam rever os valores devidos por arrendamento aos fazendeiros. Em meio às disputas, após estratégias de diálogo com os proprietários e na medida em que os trabalhadores que estavam no movimento não conseguiam mais arrendar propriedades, uma tentativa de isolamento feita por fazendeiros, o movimento se radicaliza havendo inclusive ocupação de propriedades.

Nesse momento, por solicitação dos proprietários, Pedro Ludovico, o protetor dos literatos, envia forças policiais para a região que desencadeiam uma forte repressão aos envolvidos.

Durante as entrevistas em Goiandira e em outras cidades, pude observar pais, inclusive proprietários, que atribuíram nomes aos filhos de pessoas ligadas ao Partido Comunista, principalmente da então União Soviética. Pessoas chamadas Stálin ou Lenine, indicam os termos de uma tradição que aponta, em uma das variantes, para formas diversas de se manter uma discordância com os poderes locais, sem, contudo, apontar para grandes mudanças.

Assim, discordando da análise de Teles na medida em que a união dos literatos teria sido pressionada por condições relevantes, mas distantes de Goiás, é importante identificar que esses autores, ao construírem ou reafirmarem mecanismos sociais de sua representação, inclusive em intercâmbios com o Estado e com instituições, como a União Goiana de Escritores, Instituto Histórico Geográfico de Goiás, Academia Goiana de Letras, Academia Goiana Feminina de Letras, agem no momento em que são imbuídos de uma autoridade social da fala, fala em que o campo e o homem que nele ocupa espaço aparecem como importantes naqueles momentos de transformação.

Essa autoridade social da fala é formulada com vigor na Revista Oeste que circulou entre 1942 e 1944, publicação que a partir do segundo número é totalmente custeada pelo Estado. Essa publicação é vista como uma primeira experiência de intelectuais que, ao redor do Estado, obtém um espaço de publicação.

Todavia, chama a atenção o momento em que os literatos se organizam, em torno da revista e, constituindo um novo espaço de atuação/intervenção, podem encetar o ordenamento de uma produção "diferenciada". Nesse momento a literatura e os literatos são

[77]Ver, LOUREIRO, Walderês Nunes. O aspecto educativo da prática política. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988, 121 pp.

alçados à condição de intérpretes de aspectos da crise principalmente no que se refere a uma visão do campo e de seu morador.

Ao utilizar a Literatura enquanto fonte, destacamos sua inserção/produção nas relações de poder, observando-a não como simples reprodutora dessa "ordem", mas como também espaço de sua produção, como apresenta Eagleton, ao afirmar:

> se não é possível ver a literatura como uma categoria "objetiva", descritiva, também não é possível dizer que a literatura é apenas aquilo que, caprichosamente, queremos chamar de literatura. Isso porque não há nada de caprichoso nesses tipos de juízos de valor: eles têm suas raízes em estruturas mais profundas de crenças, tão evidentes e inabaláveis quanto o edifício do *Empire State*. Portanto, o que descobrimos até agora não é apenas que a literatura não existe da mesma maneira que os insetos, e que os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis, mas que esses juízos têm, eles próprios, uma estreita relação com as ideologias sociais. Eles se referem, em última análise, não apenas ao gosto particular, mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre outros. (1997, p. 22).

Analisemos, então, inserção/produção social da literatura, iniciado pela Revista Oeste. A revista foi publicada em Goiás, o primeiro número, não por acaso, circulou no dia do batismo cultural da cidade de Goiânia, em cinco de julho de 1942, e o último, em dezembro de 1944, em um total de 23 números, com exceção do primeiro para o segundo, sempre com intervalos mensais.

Propositalmente a revista iniciou sua circulação na data em que a oligarquia goiana que havia assumido o poder no estado após o Golpe de 1930, tendo fundado a capital em outubro de 1933, promovem uma solenidade de dez dias para demarcar a apresentação da cidade ao país. Inserida na solenidade, a revista se revestiria de uma expressão da cultura existente na nova capital, tarefa desempenhada pelos supostos novos intelectuais que a projetam e por ela teriam sido projetados.

A revista se propunha a ser um veículo novo guiado por novos autores. Diante de sua vasta produção, nos interessa identificar os termos em que esta faz um ordenamento em relação ao "homem do campo".

As interpretações que a revista apresenta reproduzem a auto-imagem proposta pela revista e com isso, blinda-se a publicação, apresentando-a em dois eixos bem divisíveis: um inicial expresso no primeiro número, mas que vai perdendo força até ser totalmente derrotado, que seria o literário; um segundo eixo, hegemônico, a partir do segundo número da revista, coordenado por Paulo Augusto de Figueiredo, teria posto a revista a serviço do Estado Novo, transformando-a em um mero veículo de propaganda daquele poder.

Nosso contato com a revista se deu em dois momentos distintos. Um primeiro no ano de 2006 em que orientamos um Trabalho de Conclusão de Curso que pretendia indicar os significados sociais da revista, em Goiás. Um segundo, já no doutorado, em que, a partir do primeiro contato, levanto a possibilidade de identificar se a revista, ou seus autores estivam diretamente pressionados pelos trabalhadores do campo. Assim, passamos a pensar a revista a partir de como ela lida com a imagem do homem do campo em artigos, contos, poesias, levantando a possibilidade, não confirmada, de que estas imagens, ao serem produzidas em Goiânia, dialogavam com pressões fomentadas pelos moradores do campo, espaço social em transformação que poderia estar atuando para que se mudasse a sua própria representação.

Ainda no doutorado, em outro momento da pesquisa, começamos a atentar para a forma como, tanto a Literatura, ou os literatos, quanto os trabalhadores do campo, no transcorrer da crise refazem a leitura e o significado de campo, na medida em que as próprias condições de vida exigem essa releitura. Tanto os literatos como os trabalhadores são os mesmos personagens deslocados, em meio a diversos tensionamentos, para novas condições.

Desse modo, a interpretação da revista e de parte da literatura produzida nesse período é uma tentativa de releitura do campo, tensionado no embate em que proprietários e não proprietários refazem as disputas, inclusive devido à crise que se verifica no campo.

Tendo sido lançada como parte dos festejos do batismo cultural da nova capital, a revista cumpriu sempre a sina de ser a sombra de Goiânia. Após certo tempo no esquecimento, em 24 de outubro de 1983, no aniversário comemorativo do cinquentenário do lançamento da pedra fundamental da cidade de Goiânia, numa iniciativa da Caixa Econômica Federal e da Universidade Católica de Goiás, todos os números da revista são ordenados e publicados[78].

Na publicação, além de todos os exemplares, constituiu-se um espaço em que diversos colaboradores da revista expressaram os significados de terem tido textos publicados na revista, voltando o olhar, a partir de 1983, para os anos iniciais da década de 40 do século XX em Goiás.

No novo contexto político vivido por todos em 1983, com a Abertura Política, quando se lançam as bases do exercício democrático, o grupo que participou na Revista Oeste, ligado a um governo autoritário, é pressionado a repensar a sua participação na revista e, consequentemente, naquele governo.

[78] São estes que foram usados nesta pesquisa.

O mal-estar pela participação na revista é visível no embate entre Paulo Augusto de Figueiredo, ligado ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), escalado por Getúlio Vargas para fiscalizar as ações de Pedro Ludovico em Goiás, e Bernardo Élis, que participou de todos os números da revista com a publicação de diversos de seus escritos.

Bernardo Élis, como outros autores, ao comentar sua participação na revista, menciona, nas fases que vão se sucedendo de um número para outro como, pela pressão de Paulo Augusto de Figueiredo, a orientação política vai se sobrepondo ao caráter literário da revista, o que provocaria participantes, como ele, que se dedicam à literatura.

> A partir dessa segunda fase os jovens goianos vão se afastando da responsabilidade direta na orientação do mensário, um pouco por comodismo, um pouco como protesto pelo tom propagandístico da revista, embora permanecessem como meros colaboradores, sem embargo de conservarem seus nomes no rol dos redatores e secretários. Esse retraimento não se dirigia a Pedro Ludovico, que todos admiravam; era uma forma de repudiar a desenvoltura cada vez maior com que Paulo de Figueiredo se empenhava nos elogios ao Estado Novo e ao Interventor Pedro Ludovico, figura por todos os títulos respeitável, a quem tais louvações nada acrescentava, servindo, pelo contrário, para criar uma certa aura de personagem ridícula. O que se percebia era que os artigos eram uma forma com que o presidente do Conselho Consultivo pretendia chamar para si a atenção dos altos governantes do país. (ÉLIS, 1983, p. 22).

Na mesma coletânea, Paulo Figueiredo, ao demonstrar sua crença nos ideais do Estado Novo, afirma que a emergência de novos intelectuais como Bernardo Élis só foi possível devido à revista e ao próprio Estado Novo, Elis seria um dos filhos da doutrina do Estado Novo. Figueiredo destaca inclusive que o enveredamento pela justificação política do sistema não foi tão grande, mantendo-se, nos pilares, a diferenciação política e literária.

> Sobre a doutrina política vigente foram até poucos os colaboradores de "Oeste" que a ela se dedicaram: eu, o mais fecundo; o saudoso e talentoso Vasco dos Reis, também convicto de suas ideias; Gerson Castro Costa, não tão presente como Vasco e eu, e mais uns poucos. Por tudo isso, concordo em que se veja em "Oeste" um veículo do Estado Novo (...) Mas que não se menospreze o valor enorme da revista, também no incentivo e valorização da literatura goiana propriamente dita, pois foi ela que projetou para além das fronteiras de Goiás figuras como, por exemplo, Bernardo Élis e Afonso Feliz de Souza, até àquela época completamente ignorados lá fora. (FIGUEIREDO, 1983, p. 15/16).

O mal estar de Bernardo Elis é compreensível, considerando que, tinha sido eleito para a Academia Brasileira de Letras, participou ativamente da construção da Universidade Federal de Goiás, sendo um dos colaboradores para a criação do Curso de História e

participou da organização do Centro de Estudos Brasileiros e, talvez, identificasse a estreita ligação com a revista como uma mácula que não condizia com a nova participação que fazia no Governo de Goiás, como presidente da AGEPEL (Agência Cultural Pedro Ludovico).

A divisão da revista em uma área de disputas políticas e outra área apenas literária não encontra suporte nem nos próprios posicionamentos de Bernardo Élis e Paulo Augusto de Figueiredo. No caso de Élis, o ramo familiar de onde veio, os Fleury Curado e a proximidade e o proveito da dinâmica política Pós-30, quando foi Secretário e a seguir Prefeito de Goiânia e posteriormente, Presidente da AGEPEL, tornam difícil enquadrá-lo como representante de uma forma de literatura pura, alheia e em contradição com o espaço da política, podendo-se considerar que, inclusive, a sua obra beneficiou-se desta proximidade, ao ponderarmos de onde veio/vêm os financiamentos para a publicação de seus livros.

Podemos observar que vários dos participantes da Revista Oeste tiveram uma atuação política e desenvolveram papéis relevantes na construção/manutenção de instituições, dando à revista legitimidade institucional para apresentar/revelar o passado goiano: o Instituto Histórico e Geográfico Goiano, o Centro de Estudos Brasileiros, que vai fornecer as diretrizes políticas para a fundação do curso de História da Universidade Federal de Goiás, indicando-lhe os eixos de indagações que ainda permanecem atuais, a Agência de Cultura Pedro Ludovico – AGEPEL.

Em linhas gerais os autores que participaram da revista autorepresentaram-na, considerando as disputas internas em dois eixos: 01 – expressão literária que permitiu que novos autores fossem projetados na literatura escrita goiana; 02 – veículo de propaganda do Estado Novo, sua representação em Goiás têm sido assumida pelas pesquisas que focam a revista, ou que tangenciam seus escritos analisando outros problemas.

A Revista Oeste não foi a primeira publicação com dedicação exclusiva ao Estado de Goiás, mas trouxe algumas especificidades, dentre estas, o espaço para produção literária. Podemos identificar suas especificidades comparando-a com "A Informação Goyana que, voltada totalmente para Goiás, circulou entre 1917 e 1935. Publicada no Rio de Janeiro, com uma temática toda voltada para mostrar as possibilidades financeiras do Estado de Goiás, visava atrair investimentos para o mesmo, por isso a revista distancia-se de publicações que vinculassem diretamente sua publicação à política e à literatura.

Entre os escritores que publicaram na revista, destacam-se engenheiros, médicos, professores, advogados, farmacêuticos, religiosos, políticos, historiadores, militares. Sua distribuição era realizada nos estados brasileiros e em outros países.

O custeio da revista se dava por patrocínio de empresas e teve, durante todo o período de sua duração, a sua frente, Henrique Silva, o qual contou com a ajuda de um grupo de goianos que moravam no Rio de Janeiro. Os seus textos visavam demonstrar a viabilidade de aplicação financeira de empresas, em Goiás, propiciando o desenvolvimento capitalista.

A revista Informação Goyana deixou de circular em 1935, depois da morte de seu idealizador Henrique Silva, até esta fase desta pesquisa não foi possível fazer uma ligação direta entre os dois periódicos, contudo, é possível perceber, de uma publicação a outra, como o caráter literário assume um papel de ordenador de um discurso orgânico de mudanças, indicando papéis assumidos pelos agentes, principalmente o proprietário e o não proprietário.

A especificidade da Revista Oeste, bem como de outras revistas que circularam no Brasil, no mesmo período, foi que as potencialidades do Estado passam a ser vendidas por meio de uma ressignificação baseada em dois novos e imbricados eixos: o político e o literário, conforme se observa pela redefinição do que se atribuiu à literatura e, por conseguinte, aos literatos.

A incorporação dos dois novos eixos se afirma em um momento logo posterior ao Golpe de 1937, momento mais duro do Estado Novo, instante em que Getúlio Vargas exerce um poder autoritário, com o fechamento do Congresso e com uma perseguição implacável aos comunistas. Nesse momento, o DIP pressiona para a criação de novos meios de comunicação, para fazer frente a protestos que começam a surgir no país e criar mecanismos de aceitabilidade e propaganda do "status quo" do regime. É nesta época que começa a circular no Rio de Janeiro a Revista História e Cultura.

A vinculação da Revista Oeste ao Estado Novo é uma característica óbvia, pois ela foi publicada, a partir do segundo número, pela imprensa oficial, patrocinada pelo Estado, que tinha o poder de escolha da equipe de redação, firmemente vigiada pelo DIP, representado por Paulo Augusto de Figueiredo, em Goiás.

O editorial de apresentação do primeiro número já explicita sua orientação política, sua estreita vinculação com o Estado, nos dizeres:

> Oeste é assim o veículo oficial do pensamento moço de Goiás. Limita seu aparecimento a fase mais vitoriosa de Goiás, dentro de aspectos absolutos. Mensagem de contemporâneos a outra posteridade mental, equivale à fixação de nosso estado social-político-intelectual. Grava, em depoimentos são de brasilidade sã, uma obra e um autor. A obra é Goiânia; Pedro Ludovico seu autor. Vale pelo que a mocidade goiana deva retribuir a seu benfeitor. Benfeitor que nos oportunizou cooperação nos destinos comuns da raça goiá. Benfeitor que veiculou a seiva inovadora de uma geração rumo a processos de revitalização política. (Revista Oeste, nº 1, p. 2)

Essa vinculação estreita da revista e seus autores com o Estado Novo provoca incômodo quando esses, provocados a se manifestarem sobre a revista na introdução do relançamento dos números da mesma em 1983, expressam a dificuldade do literato enquanto tensionado a atribuir significado ao fato de ter servido a um governo altamente autoritário e a sua inserção no período democrático.

Observa-se que a atribuição de uma dupla corrente de intervenção que, supostamente teria convivido na revista, uma de linha de justificativa do Estado Novo, denominada de política, e outra que apenas conviveu com esta não assumindo seu discurso político e, hipoteticamente, isenta das relações de poder, chamada de literária. Essa perspectiva indica os termos em que esse grupo de literatos construiu a travessia do período do Estado Novo e da Ditadura Militar para o Estado Democrático de Direito.

Análises acadêmicas da revista têm reproduzido essa auto-imagem dos autores, apartando literatura e política. Dayrel ao pesquisar a revista, organiza os termos em que haveria ocorrido essa disputa:

> Fica evidente uma luta constante na determinação das finalidades da revista, desde a publicação de seu primeiro número. Divergiam duas tendências – uma que visava à edição de um periódico de caráter exclusivamente literário e cultural, outra que procurava impor uma orientação de caráter político-ideológico, principalmente, a "Oeste".
> O ato governamental põe fim à crise. Desaparece praticamente "Oeste" como expressão de um movimento literário, definindo-se o processo já iniciado com o aparecimento do primeiro número da revista. (DAYREL, 1977, p. 34).

Na sucessão das fases, Dayrel (1977) identifica três tendências que teriam convivido internamente na revista disputando idéias "a) tendência democrático-esquerdizante; b) tendência democrático-centrista e c) tendência fascistizante".

No texto, a autora estabelece diálogo com produções sociais diversas. Remete-nos, na primeira nota de rodapé do texto, ao trabalho de Gilberto Mendonça Teles e à sua obra "A Poesia em Goiás", escrita em 1964. Indica-nos também que as fontes utilizadas recorrem a duas entrevistas produzidas com Bernardo Élis e Paulo Augusto de Figueiredo, personagens expressivos que trabalharam na Revista Oeste do primeiro ao último número, supostamente os dois são expressões contraditórias de como a política e a literatura se diferenciaram e disputaram espaços na mesma revista.

Dayrel (1977), através de sua pesquisa, foi formadora de uma referência para compreensão da revista. Em seu trabalho fornece uma análise que doravante permeará o

significado da revista, em parte, assumindo o "status quo" propagandeado pelos participantes e intérpretes da "Oeste", enquanto veículo do Estado Novo, onde internamente disputavam o literário e o político.

Os trabalhos aos que tivemos acesso na pesquisa indicam que os termos de análise da revista têm permanecido intocáveis na academia. Assim, ao analisar teoricamente a revista em sua dissertação, Costa (1994) expressa os termos que se tornaram hegemônicos na sua interpretação, reificando sua auto-imagem.

> Para se fazer a análise da revista Oeste e do papel que ela desempenhou enquanto veículo de informação e formação de opinião, na linha editorial que se ligadas às condições históricas do período, há que se entender a sua função ideológica e doutrinária de cooptação das massas, no contexto de uma poderosa máquina de divulgação e propaganda (leia-se aí o DIP e os DEIPS), gerada pela ideologia estadonovista. Ressalte-se que essa máquina censurava as produções culturais, regulava a crítica, criava, sustentava e idolatrava mitos, entre outras atividades que exercia.
> No período que circulou, promoveu um discurso em que buscava sempre a sustentação do poder político no nível nacional e regional, bem como o controle da informação dentro das finalidades de um governo nazi-facista, portanto extremamente autoritário, apoiado no paternalismo e no carisma. (COSTA, 1994, p.90).

Olhando a Revista Oeste e observando a estrutura de seus escritos é difícil acreditar ser ela uma publicação favorável à cooptação popular, pois com conteúdo denso e textos poucos agradáveis, dificilmente alcançaria uma circulação popular e ainda a capacidade de obter simpatia, e mais: a grande maioria população era analfabeta, não sabia ler nem escrever.

Os trabalhos técnicos de colocação das fotografias nas páginas da revista eram feitos na cidade de São Paulo, por isso, pode-se observar a inadequação das fotos e seu alheamento em relação aos textos escritos. Ou seja, a tentativa de forjar uma cena que em nada referendava o que estava escrito, mas que trazia a ideia da ornamentação moderna.

Por outro lado, principalmente, a partir do segundo número, quando passa a ser totalmente custeada pelos cofres do Estado, não tendo fins econômicos, a revista, pela linguagem, quantidade de exemplares e analfabetismo da população, indica não se destinar a uma circulação popular.

Interessamos-nos pela revista, em primeiro lugar, por que ela permite cotejar alguns modos com que a literatura ordenou parte da compreensão do processo de transformações, fornecendo as bases de uma elite proprietária que se desloca do campo e vai para a cidade; em segundo lugar, por que essa leitura de campo produzida pela literatura

precisa ser compreendida nas clivagens com o social, sendo significada em um movimento de classe. Mais do que uma saída física, nesse movimento campo/cidade é preciso atentar para as formas com que ocorre uma redefinição do social, aí incluídos o campo e a cidade, como partes da feitura do homem.

A Literatura aqui trabalhada não partiu do recurso literário como discurso que, acima do social, permite ao historiador expô-lo aos procedimentos da disciplina. Partimos de uma questão: em que espaços de poder as pressões da área social daquela sociedade agiram para sua redefinição. A aproximação com a literatura, e outras questões que foram sendo suscitadas ao longo da pesquisa, buscou evidências daquelas práticas sociais tensionadas, enriquecidas com o econômico e social.

Invariavelmente, se não incorporarmos o discurso literário enquanto fonte, e, portanto, como prática social, esvaziamos seu conteúdo e somos levados a dissecá-la como amostragem do social, mas, saindo da história, se constrói uma crítica literária que se preocupa em mostrar como a obra estudada se filia a uma determinada "escola", ou se alinha a diferentes estilos e que tipo de contexto construtor permitiu que o autor rompesse com estilos da época e desse um outro salto na sua produção.

Nesse caminho terminamos por adequar o autor a um determinado público consumidor, etiquetamos uma obra colocando nela um selo para que o público a consuma com segurança; tendo as bases de sua interpretação, assim, recortado o social em diferentes estilos literários, minimizamos um jogo de força que se assenta na base de qualquer sociedade.

Nesse processo incorporamos as necessidades de um mercado editorial, e aderimos à moda pós-moderna da recepção do indivíduo:

> "que impacto produz em mim?" naturalmente, a noção de obra de arte como objeto, como texto, como um artefato isolado, tornou-se essencial em todas essas teorias tardias de consumo. Com isso não só se deixavam de lado as práticas da produção; também se reforçava a noção de que a literatura mais importante, de qualquer modo, pertencia ao passado (...). Mas estou dizendo que não devemos olhar para os componentes de um produto e sim para as condições de uma prática. (WILLIAMS, 2005, p. 223/224)

Estudos da literatura quando escapam de compreendê-la enquanto "condições de uma prática", acabam por ver em suas obras condições que lhe são alheias, mas são manipuladas como validade para o social. Nesse caminho, alguns modismos do presente são usados para adequar essa literatura, de maneira não histórica, como se a literatura sempre pudesse prefigurar condições então alheias à época de sua produção.

Podemos observar esse equívoco no trabalho de Carvalho (2006) que, ao se propor a analisar a presença de opressores e oprimidos na obra de Bernardo Élis, em um momento de sua dissertação, destaca, imputando ao autor, o papel do negro no conto "A Enxada", quando o coronel Elpídio Chaveiro ao se recusar a dar uma enxada a Supriano, assim se refere:

> "– Agora, negro fujão, é pegar o caminho da roça e plantar o arroz. Santa Luzia ta aí" (grifo nosso) (ÉLIS, AE, 1987, p.48). Pelos diálogos transcritos acima, é fácil perceber que ser negro é uma condição subalterna e que chamar alguém de preto ou negro é um insulto, está claro que é um xingamento, uma ofensa e que, além de pobre, ser negro intensifica a opressão. A condição do negro, criada por Bernardo Élis neste conto, é a que o reproduz como um agregado, morando em terras cedidas e vivendo ao bel prazer do sistema coronelista. Era comum, depois da abolição da escravatura, ver negros que passaram a viver de favores, em terras cedidas, fazendo pequenos trabalhos, muitas vezes até sem remuneração. Piano, Olaia e o filho doente (muitas vezes chamado de bobo – tal era o desprezo que o menino nem tinha nome) são as personagens que compõem o principal grupo vítima da opressão. Para a sociedade coronelista, da região central do país, essa família representa as margens (por isso marginalizados) – são os "ex-cêntricos", eles apenas foram percebidos a partir dessa consciência brasileira do subdesenvolvimento (pós- 1930) e suas ações foram reconhecidas por meio das novas idéias implantadas pelo pós-modernismo (pós-1960), como define bem Linda Hutcheon, em citação anterior. A ideologia existente quando se refere à imagem do negro e quando essa imagem é construída pela literatura transforma o negro numa figura de ausência e negação, mas é bom lembrar que essa diferença existe dentro de cada uma dessas "culturas contestatórias" (a que considera o branco como elemento superior, por exemplo, e uma outra classe que se posiciona contra a cultura dominante). Os negros, etnicistas, as feministas, enfim as minorias e os periféricos, não representam um todo unificado e coeso, constituem uma diversidade de reações a uma situação de marginalidade e excentricidade contida em cada um. Piano mostra-se adaptado a essa condição que se destina aos negros e, conseqüentemente, é conformado com sua impotência diante da situação de oprimido, tanto que mostra aceitação diante da dominação dos considerados "mais poderosos, os que detinham o poder", como em: "- É, seu padre. O que não tem remédio já nasce remediado! Que se podia fazer? Melhor entregar para Deus, que é pai". (CARVALHO, 2006, 69)

Essa leitura aponta como o pós-moderno, na sua transmutação em multiculturalismo, tem posto os estudos culturais na berlinda, um discurso politicamente correto que, ao mesmo tendo inusitadamente, repõe setores como negros na memória, mas os retira da história, na medida em que os mostram inertes, pela condição de cor ou de gênero, fragilizando, nesse movimento, qualquer possibilidade de entender as clivagens de classe e desconectando a literatura de uma realidade social.

Assim, imagens apresentadas pela literatura acabam por serem postas dentro de uma redoma, mesmo que construídas no interior de um discurso politicamente correto, o que dificulta o avanço, para o historiador, no sentido de perceber como as clivagens com o social podem enriquecer sua interpretação. Essa redoma ordena visões aparentemente de um senso comum, mas que, de maneira explícita ou implícita, interpretam a literatura numa transposição do real para o escrito, possível por aquele que segura a caneta, ou digita as letras, estar, pelo amor ou compromisso com a arte literária, individualmente desprendido das relações políticas da sociedade.

Devido à maneira agressiva como esses trabalhos se apropriam do mercado editorial e ganham consenso no social, o historiador acaba por ficar inibido, expressando uma insegurança em lidar com uma área conhecida como artes, tida como obras que por serem artes são produzidas por artistas, aparentemente, desprendidos do senso comum, ou possuidores de um veio que a grande maioria, principalmente de trabalhadores, não possui. Na inibição acaba por produzir uma história que reproduz setores da crítica literária.

Seguindo um caminho diverso, podemos situar o homem do campo produzido pela literatura em uma tradição, como uma das possíveis tradições, que se sobrepôs no jogo de forças acima de outras versões, igualando as lembranças dos desiguais, se constituindo como uma tradição seletiva, conforme Williams:

> aquilo que, no interior dos termos de uma cultura dominante e efetiva, é sempre transmitido como "a tradição", o "passado importante". Mas o principal é sempre a seleção, o modo pelo qual, de um vasto campo de possibilidades do passado e do presente, certos significados e práticas são enfatizados e outros negligenciados e excluídos. Ainda mais importante, alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos, ou colocados em formas que apóiam ou ao menos não contradizem outros elementos intrínsecos à cultura dominante e efetiva. (2005, p. 217).

Temos que observar no discurso literário, no caso específico de Goiás, o que se tem visto como literatura engajada, ou militante, tornando-a corrente tanto na vertente da direita como de uma esquerda: uma produção que vista no social, chama a atenção para a miséria dos moradores do campo, mas nunca repensa o chão social e onde é produzida e os pactos que celebra, os quais permitem ao Estado, recursos para produção, circulação.

A utilização da literatura para reconstruir e desvendar aspectos do social, de onde produz e é produzida enquanto prática social, sempre indica sinais de alerta, de cuidado para não cair nas tramas constitutivas de processos hegemônicos do presente.

Um elemento, a princípio, que a construção feita por Bernardo Élis e outros literatos oferece aos historiadores é o momento em que a escrita assume servir para a construção de significados de vida e passa a ser elemento de circulação entre uma classe proprietária que, deslocada da cidade de Goiás, chega a Goiânia.

Contudo, não é novidade e nem merece muito destaque mostrar como proprietários e elite estabelecem, nas relações de força, as linhas e os marcos de uma memória; o importante é destacar como a literatura bebe esse social que produz mais do que o registro do campo, atua fornecendo a direção das lembranças, estabelecendo as diretrizes dessas lembranças de maneira que se aplaine, se iguale nas lembranças as desigualdades, ou, de outro modo, redefina os termos da hegemonia na redefinição do campo e da cidade.

O diálogo com a literatura que queremos estabelecer se prende mais à como sua produção oferece questões a serem respondidas pelo historiador, considerando os problemas que a mesma expõe. Exercitamos com a literatura o que Thompson (2001) faz com a Antropologia, compreendendo que, mais do que soluções, é possível identificar problemas, ou estímulos:

> o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção de modelos, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia. (Idem, 2001, p. 229).

A literatura permite identificar como na construção de papéis sociais para os diferentes protagonistas, como estes reagem em um momento que relações tradicionais são transformadas, encontrando-se na escrita/ação de seus autores o ordenamento desse discurso. Podemos afirmar que os papéis que são imputados ao homem do campo, como miséria e inércia política, são tentativas de ordenar o que aparentemente surge como desordenado.

Quando se entende a literatura como prática social, sua representatividade não é buscada na quantidade de autores que, a partir de um determinado período, começam a escrever com uma mesma estrutura de escrita que revela e prova a identificação entre eles, as características literárias de uma época e também os contornos sociais de um povo e de sua cultura. A representatividade da literatura vem da capacidade que esta tem de revelar as possibilidades sociais expostas nas contradições das vivências humanas, conforme Portelli (1996) demonstra ao falar da Representatividade da História Oral e das memórias.

> Portanto, a palavra-chave aqui é a *possibilidade*. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que *possa* suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada. (Idem, 1996, p. 70).

Não queremos identificar o que a literatura produz quantitativamente sobre o campo, mas em que sentido as suas produções promovem a perpetuação da clivagem social. Em alguns momentos o desenvolvimento da pesquisa, não para provar o fato, mas para explicitar os tensionamentos, exigiu o cruzamento de fontes.

O discurso orgânico que a literatura ordena do campo e do seu habitante tem um local social bem definido: a cidade de Goiânia. A cidade se constitui no palco social onde a elite se movimenta, onde se redefinem as bases de seus ganhos, seja pela abertura dos loteamentos, seja por formações de empresas, seja por mediações diretas e indiretas com o Estado.

Nesse movimento dos proprietários está posicionada a transição entre a cidade de Goiás, antiga capital, e Goiânia, a nova capital do estado.

A cidade de Goiânia abre um canal de entrada para diversos homens e mulheres que, ao saírem do campo, para lá se dirigem. Goiânia oferece um espaço de deslocamento para esse homem do campo, cuja presença obriga que se redefina uma rede de assistência social. A esposa de Pedro Ludovico, Dona Gercina, como Primeira Dama do Estado de Goiás, assume o papel de ordenadora de uma política social para os mais desfavorecidos.

Nesse processo cria-se propositalmente um perfil político de apatia para esse trabalhador, com essas imagens que recompõem um campo harmonioso que vai do homem à natureza que tem dupla função: desqualificar a ação política desses trabalhadores no passado para impedi-la no presente.

Nesse debate, precisamos não afastar de um discurso que ecoa na universidade e que se tornou senso comum: Goiânia modernizou o estado, obra do gênio de Pedro Ludovico, o grande mecenas da intelectualidade goiana.

Ao contrário de legitimar sua construção reafirmando o *status quo* com que seus autores a coloriram, optamos por situá-la socialmente em um campo de forças, em que é significada pela crise no campo, por meio da transição para novas formas de ganho/produção/consumo.

No romance “Apenas um Violão”, Élis identifica a saída de parte dos proprietários da cidade de Goiás, principalmente os que estão à frente dos órgãos do estado, a ida para Goiânia e sua nova relação com a cidade de Goiás.

As cidades de Goiás e de Goiânia não podem ser vistas como usualmente se faz: a primeira como uma sociedade rural, que tem raízes no atraso do campo, e a segunda como a produção de uma urbanidade. Para escapar desse movimento é necessário reconfigurá-las socialmente como partes intrínsecas do mesmo processo que rearticula, pelas mãos dos mesmos personagens, o campo e a cidade sempre como uma relação.

Goiânia é constituída como espaço onde a elite circula, perfila suas instituições culturais e econômicas, expressa seus interesses e joga com as condições que lhe são postas; obras sendo construídas, bairros surgindo.

A cidade de Goiânia para além de ser um pólo de progresso e arauto da modernização, inflaciona a possibilidade de ganho dos que se aglutinam em torno do Estado; a proximidade com o governo permitia, como ainda permite, as possibilidades de ganhos diversos, principalmente em relação aos loteamentos que surgiam, conforme denúncia formulada no Jornal de Notícias Alfredo Nasser:

> o que se diz e o que se alega é que existe um grupo de pessoas privilegiadas, para as quais estão sempre e de antemão reservados, sem qualquer ônus, os melhores quinhões, os mais bem situados, os maiores. Essas pessoas agem como intermediárias e de sua atuação não ficam vestígios nos arquivos do Estado. Abertos os setores, já surgem inscritas como “proprietários” dos lotes, sem terem despendido na sua aquisição um cruzeiro sequer, e revendem por cem ou duzentos mil cruzeiros o que custaria ao comprador dez ou vinte mil nos guichês da repartição competente. Embolsam sua parte e o interessado recebe o título e efetua o pagamento do justo preço diretamente ao Estado. (NASSER, 1995, p. 97).

Em meio a essas novas possibilidades de ganho, a Literatura produz um campo que se insere e forma um mercado de consumo, o campo circula pelos espaços como consumo desses grupos. Parte da produção feita pela Literatura retrata um campo que vai ao encontro de uma elite, dele oriunda, que ainda retira dele ganhos para viver na cidade, vai visitá-lo para passar as férias, tirando dali referências para compor um significado do viver na cidade. No conto de Marilda Palínia, que morou por algum tempo na cidade de Goiás, depois foi para o Rio de Janeiro, vemos alguns aspectos dessa visão ao afirmar:

> a roça é uma delícia pra homem culto, para o fazendeiro inteligente e abastado, que ama a terra e sabe torná-la fonte dos mais puros prazeres morais e riqueza material. A roça é um paraíso para nós outros, que vivemos

> o ano todo a vida mortal das cidades e por um mês ou dois, cansados, nervosos, neurastênicos, esgotados, vamos buscar no ar puro das nossas florestas, nas suas águas fartas e frescas, e no sol que nos reanima e tonifica o sangue envenenado pela atmosfera viciada dos grandes centros – o elixir da saúde e da longa vida
> Para nós a roça é, certamente, um reservatório de energias; mas para essa gente pobre e doentia, que vive aprisionada no deserto verde, é a luta sem trégua e sem fim contra a natureza, luta inglória da qual o homem sai sempre vencido: o corpo depauperado pelas endemias, pela má alimentação, pelo álcool e pelo fumo. (Revista Oeste, 1942, p. 21)

A autora narra uma visita que faz na região do Buritizal, onde observa a situação de miséria de roceiros daquele local.

> Na vizinhança amiudavam-se as taperas. Aqui, ali, por toda a parte, num quarto de légua ou légua ao redor, aparecem as misérrimas choça dos agregados, com a rocinha e o canavial ao pé, abrigo de famílias numerosas.
> Numa dessas choças – a mais miserável – vivia um tal Anastácio, remanescente da escravidão, cérebro estreito ensombrado de feitiçarias, corpo hercúleo gasto por uma longa vida de trabalhos e privações e uma doença do coração nos últimos termos. (Revista Oeste, 1942, p. 21).

O campo já não é mais o local da morada dos proprietários e alguns de seus moradores passam a ser folclorizados como tipo a ser consumido na vida da cidade.

Em poemas publicados na Revista Oeste o campo transita de um espaço físico para um sentimento, transição sempre incompleta. Em alguns poemas o campo não aparece na concretude de onde se retira o pão de cada dia, pois, cada vez mais a elite, oriunda dos proprietários, que escreve na cidade, tem no campo a recordação de onde vai aos fins de semana ou nas férias, para visitas. Uma elite que oscila entre o pai que manda dinheiro para o sustento do filho, que, após concluir os estudos na cidade grande, é esperado de volta ao seu lugar de origem, e a crença de que, quem vai para a capital, vai melhorar de vida para buscar a família que ficou no campo.

O distanciamento físico vai lentamente cristalizando imagens da pureza do campo perdido validadas pelo olhar que se firma a partir da cidade e dicotomiza o campo vivido e o campo perdido apenas na imaginação.

> A mangueira em frente minha janela
> Recorta um céu parado e manso
> Onde estrelas medrosas começam a piscar,
> Pássaros retardados, meio tontos,
> Batem azas aflitas à procura de um pouso
> Na folhagem escura de um abacateiro hierático.

> Nasce da terra, dos seres inocentes,
> Um fluido abençoado de repouso e mistérios suaves
> Lá fora, na calçada da porta da rua,
> Entes familiares estão fazendo a sesta
> E uma voz amiga ralha ternamente,
> Chamando as crianças ara dentro de casa
>
> Lá longe, das bandas da estrada geral,
> Vem um carro-de-boi cantando uma toada triste,
> E a cidadezinha do interior, vestida de ternuras,
> Sonha embalada na sua doce cantiga. (Revista Oeste, 1942, p. 13)

A recuperação do campo, nesses poemas, lamenta um campo cujas lembranças engrandecem suas referências em relação à cidade. A literatura rural que passa a circular na capital traz a marca de uma elite que saiu do campo e reorienta, com o Estado Novo, a relação que os antepassados tinham com o Governo campo ou no interior. Na capital, estando empregada pelo Estado se afirma na bajulação ou numa literatura que circula por essa nova realidade.

Parte da visão dessa elite, de um mundo de sonho e inocência, só adquiri esse sentido quando ela a se vê partícipe nas falcatruas, em grande estilo, que ocorrem na capital, onde o ritmo das obras oferecem oportunidades ímpares para ganhos e diversos tipos de interferência. A inocência que se planta em um outro mundo, o rural, não existiu lá como não existe na cidade; não é possível afirmar a existência do lado bom dessa elite na se cidade se ela nega a sua culpa no campo.

Como vimos no segundo capítulo, em grandes propriedades, os donos saem das terras e se dirigem para a cidade, mas é do campo que retiram o dinheiro para iniciar e comandar os investimentos urbanos, os novos negócios.

O campo aos poucos vai sendo estereotipado ao gosto dessa elite. A vida no campo passa a ser significada como contraponto ao teatro que celebram na cidade; o rural passa a fornecer sempre uma lição de moral para a cidade, com um grande conservadorismo, filhos obedientes, que nunca desrespeitavam os pais, mulheres se casando virgem, contentes e solícitas no serviço da casa e da família, pessoas honestas que honravam o trato, um fio de bigode que valia mais do que os contratos passados em cartório da cidade.

Esse recurso literário remete, em parte, à dissolução de uma relação de produção no campo e como esta vai sendo refeita na cidade, onde há o esforço de se manter a clivagem proprietário/não proprietário em outros níveis. Estranhamente o homem que sai do campo, transformado em dócil pela literatura, é o que ameaça a ordem urbana. Anda pelas ruas da cidade, ocupa estações com seu comércio ambulante, frequenta puteiros, embriaga-se, briga,

comete atentado contra autoridades, recusa-se a trabalhar, demarca a cidade pela circulação e ocupação em áreas mais ou menos nobres, conforme apresentamos no segundo capítulo.

A imbricação entre campo e cidade nos alerta para que se tenha cuidado com o conhecimento científico e os hábitos democráticos produzidos na cidade, fortemente pautados na superação do atraso do campo, símbolos da renovação da direção política, pois muitos dos termos que sustentavam aquela sociedade podem ser vistos nos dias atuais, sobre as relações familiares, basta que qualquer morador de uma cidade goiana preste atenção às nomeações que são feitas para a Saneago (Saneamento de Água de Goiás), Celg (Centrais Elétricas de Goiás), Detran (Departamento de Trânsito), etc.

Um outro tipo de constatação que a Revista Oeste permite é o avanço social que a cidade exerce sobre o campo, a reconfiguração do social pela destruição física. O avanço do urbano sobre o rural um é processo que é também material. Iron Rocha Lima, delegado do Estado de Goiás no I Congresso de Botânica, reunido na capital federal em 1940, indica parte dessas mudanças, pois saindo da cidade de Goiânia o autor vai tendo dificuldade em encontrar locais preservados e denuncia a cidade que avança sobre o campo. A visão é a de alguém que se estranha nesse processo. Antes

> Aos domingos, a descansar das lides da semana e purificar-me dos contatos humanos, costumo sair sem destino, a perambular pelas matas e grotões. Bebo da água límpida em copos de folhas de caetés, contemplo os velhos jatobás e acaricio a sua casca rugosa coberta de liquens. Aspiro o perfume dos caules gretados. Quando os coatis desatam em correrias loucas pelos cipós acima e os saguis saltam de ramo em ramo, fico a olhá-los até se perderem na folhagem.

Adiante expressa a observação do avanço da cidade e a destruição do campo.

> À medida que Goiânia vai crescendo os meus vetustos jatobás vão desaparecendo abatidos pelo machado dentroclasta. Já não ouço o pio do jaó e o guariba negro emudeceu. O "água só" está morto...
> Há dias quis rever umas velhas amizades ali pelos lados do leprosário, uns gigantes da floresta cheios de orquídeas roxas e onde joãos-congos alegres construíram a sua cidade barulhenta de longos ninhos de capim. Uma impressão dolorosa dominou-me ao percorrer aquelas margens do Meia-Ponte, que corria, agora, entre barrancos desnudos. Lenhas e cinzas era o que restava dos meus amigos centenários. Prossegui. Adiante pilhas e pilhas de lenha e a terra cinzenta varrida pelos ventos rodopiantes escaldava ao sol. Há dois anos ainda existiam aqui uns 600 alqueires de florestas virgem – A "Mata do Algodão". De todo aquele santuário de vidas nem uma árvores restava em pé. Enormes troncos jaziam sapecados pelo fogo e a terra nua, esterilizada pelas chamas, se entendia, desolada, a perder de vista. Uma lagartixa, num montão de lenha, sacudia tristemente a cabeça...

> Em todos os quadrantes o espetáculo é o mesmo: Destruição sistemática, inclemente, criminosa. Com o machado, a espingarda e a dinamite, vamos, regaladamente, fabricando uma China do nosso Brasil. Estamos incinerando o Brasil. (Revista Oeste, 1942, p. 12)

As relações que o autor experimenta na cidade fornecem as pistas do que seria a vida idílica no campo, devastado pela forma destrutiva com a qual o homem lida com a natureza.

Os espaços da elite na cidade vão se constituindo como se eles só fossem Goiânia; os locais onde a elite se reúne, faz negócios, são a cidade.

A cidade de Goiânia é o espaço onde se refazem os termos da bajulação como maneira de entrada nos circuitos do ganho, grande parte dos escritos vistos na Oeste permitem observar os termos do agrado ao poder estabelecido. Nesses escritos é difícil ir além de qualquer análise que não seja a da forma de agradar para se obter alguma vantagem.

Os grupos que detêm o poder político, controlando o Estado, se dividem, de maneira horizontal, devido a uma premissa básica: o Estado, pelas suas dimensões, não permite ser saqueado por todos ao mesmo tempo e a vez de saquear o campo já tinha passado, agora era a vez de saquear a cidade e para isso é preciso ficar no governo. Uma forma de sustentar-se nos governos é pela bajulação.

Na Revista Oeste grande quantidade da literatura que tem como tema o campo é apenas uma maneira insistente de agrado a Pedro Ludovico, objetivando um espaço nos meandros do poder.

Essa literatura tem sido protegida por análises que vinculam, mesmo por meio da propaganda, seus autores a ideais nobres, despretensiosamente próximos de Pedro Ludovico que, por bondade, permitiu exercitarem.

A relação desses intelectuais com o poder é pautada em um jogo de agrado e interesse. Mas, para eles, as premissas que utilizam para fazer a análise das relações de poder entre proprietário e não proprietário são diferentes. Muita coisa do que se diz do paternalismo tem endereço certo para os pobres moradores do campo; na época de eleições, lá estão eles, ganhando não o par, mas uma botina antes da eleição e a outra caso se confirme que votou no candidato do proprietário, retirando o chapéu para falar com o patrão, se submetendo aos interesses e caprichos dos proprietários. Isso é paternalismo e é feio e errado, bajulação e agrado, não. E mais: o paternalismo, quando chamado para explicar essa relação, traça a gosto da sociologia, o equilíbrio social entre os desiguais, entre os que têm e os que não têm.

Frequentemente, quando o jogo de favores se dá entre grupos da elite, alteram-se as práticas; o jogo entre os proprietários para determinar de quem é a vez de levar vantagem e

a indicação para postos de poder não são tratadas com os mesmos termos aplicados aos pobres. Nesse aspecto os intérpretes lutam para fazer surgir, onde não existe, a filiação dos intelectuais, de maneira orgânica, a um projeto desprovido de interesses políticos imediatos.

Poemas como o de Francisco de Brito, indicam os termos da bajulação:

> Um gênio audaz, da estirpe do Anhanguera,
> Enfrentando e vencendo dissabores
> Aqui plantou o marco de outra era.
>
> À maneira do rude pioneiro
> Que escreveu a epopéia das Bandeiras,
> Ao seu povo ele deu novo roteiro.
>
> Da luta furiosa e sem clemência
> Surgiu Goiânia, esplêndida e vibrante,
> Em revide aos tabus da decadência.
>
> Soberba, impressionante realidade,
> Goiânia empolga como raro exemplo
> Que um homem dá de força de vontade.
>
> Cabem-lhe agora os louros da vitória:
> A quem venceu sozinho uma batalha
> Sobra lugar no Panteon da História! (Revista Oeste, 1942, p. 43).

Trabalhos como esses desmentem a falsa divisão da Revista Oeste entre o político e o literário. Muito da literatura era bajulação, não era gratuita; entendê-la exige que nos afastemos de sua compreensão como gênios altruístas, abnegados de si mesmos e com amor às artes e pensemos sobre a necessidade de ganho financeiro e as possibilidades que se abriam com a proximidade com o Estado. Muito dessa imbricação dos literatos com aquela época pode ser revelado nas suas movimentações nas instâncias do Governo.

No entanto, seria empobrecer tanto a Literatura quanto a História entender que apenas o fato de ser posta a serviço dos ocupantes do poder explica a sua fecundidade e a sua expansão e a forma como ocupa os salões da nova capital.

No mesmo processo de compreensão da Literatura, podemos identificar as referências que ela forma no nível de discurso e movimentação de seus autores em Goiás, as indicações de interpretação que a historiografia vai passar a assumir e reproduzir com ênfase após a formação do Curso de História, da Universidade Federal de Goiás.

Na História, como em outras áreas do conhecimento, a imagem do morador do campo, miserável economicamente e impotente politicamente, tem sido burilada, tanto à direita quanto à esquerda. Seguindo os passos por onde andou Bernardo Elis e o grupo com o

qual ele se articulava, podemos conhecer um pouco dos espaços de poder onde se forjou a leitura de mundo percebida em suas obras.

Após a participação na Revista Oeste, que deixou de circular em 1944, o autor continua na militância. Em 1945 participa do I Congresso de Escritores de São Paulo, de volta a Goiânia, funda a representação goiana da Associação Brasileira de Escritores.

Em 1953 organiza o I Congresso de Literatura em Goiás, atua ainda como professor de Literatura da Universidade Católica de Goiás. É co-fundador, diretor e professor do Centro de Estudos Brasileiros, que agregava diversos intelectuais goianos como: ele, Bernardo Elis, Gilberto Mendonça Telles, Horiestes Gomes, Domingos Félix de Souza, Amália Hermano Teixeira, Élder Rocha Lima, Waldir Luís Costa, Ruy Ferreira Bretãs, Vincenzo Falcone, Manoel Ferreira Lima, José Pereira de Maria, Maria Augusta Santana Moraes, Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, Lena Castelo Branco Ferreira Costa, Luís Palacín Gomes, Antônio Teodoro da Silva Neiva, Luís Curado e José Luís Nunes. O Centro de Estudos Brasileiros funcionava nas dependências do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, havendo entre eles forte interlocução. Este Centro foi fechado por seus coordenadores após o Golpe Militar de 1964, antes que fosse fechado pelo governo.

Bernardo Élis desempenhou ainda o cargo de presidente da Agepel, que tem o papel de ordenadora da política para a cultura em Goiás. No início dos anos setenta foi eleito para Academia Brasileira de Letras.

Desse modo, pode-se perceber que algumas instituições são criadas e outras redefinidas em articulação com a produção e com os produtores da cultura.

A trajetória desse grupo do qual faz parte Bernardo Élis explicita que na construção de uma literatura rural os autores são os mesmos que se constituem intérpretes de seus escritos. Consideramos que esse percurso pode dar pistas de como vai se alimentar a produção do Curso de História, mesmo na pós-graduação, nos estudos das sociedades agrárias.

Utilizar a Literatura como documento para identificar um reposicionamento de classes tem a dificuldade de estabelecer em que sentido a cultura “letrada” pode revelar o mundo dos trabalhadores, considerando que essa forma de registro é totalmente estranha aos trabalhadores do campo, na segunda metade do século XX, e, também no mundo atual.

A Literatura, ao propor um ordenamento do mundo pela escrita, registra o mundo do homem do campo com algo que lhe é estranho, a escrita. Poucas vezes em sua vida um trabalhador tinha contato com a escrita, como leitura ou como ato de escrever, talvez no momento do batizado de algum filho, no casamento, ou no dia de eleição.

O constrangimento por não saber ler ou escrever não era propriamente experimentado no campo, mas, na cidade, no domingo, dia de missa, quando da distribuição dos jornaizinhos, nas comunidades eclesiais de base.

Por isso contrapomos falsamente oralidade e escrita como se estivessem se confrontando desde os primórdios e, por conta própria, os trabalhadores do campo tivessem se recusado a serem alfabetizados.

Para um morador do campo a escrita era totalmente alheia ao seu dia-a-dia; entre as expectativas de uma família de agricultores não estavam coisas, como hoje para famílias de trabalhadores, como passar em um vestibular ou disputar um concurso público. Para eles, a escrita nada acrescentava ou tirava.

Por exemplo, é difícil imaginar trabalhadores como Quelemente ou Supriano chegarem em casa à noite e registrarem em um diário a vida difícil do dia, a fome sofrida, a saída de uma fazenda, a humilhação sofrida. É sem sentido, por um princípio básico e lógico, eles dominarem a escrita, mas em outra perspectiva, também por não fazer sentido pôr em um papel o registro de um mundo que não mudava de maneira abrupta, no qual sua vida podia ser sempre recomposta por uma memória familiar, passada oralmente de pai para filho.

Registrar por escrito impressões pessoais do que sofreu no dia-a-dia pouco alteraria o mundo em que vivia. Registrando a humilhação, é pouco provável que essa escrita diminuísse ou aumentasse a dose posterior dessa mesma humilhação.

Tampouco o manuseio da escrita podia interferir no aumento ou na redefinição dos ganhos do dia-a-dia. Um filho de trabalhador ou trabalhador do campo teria a vida quase inalterada sabendo ou não sabendo ler e escrever. Em outro sentido, de quase nada adiantaria bajular o fazendeiro através da escrita, não haveria espaço para sua circulação.

Por isso, o surgimento da Literatura como maneira de registro e de valorização do homem comum indica de um momento em que uma experiência concreta de vida no campo já havia sido posta em crise, se é que já não estivesse extinta.

Muito do otimismo sobre educação popular como maneira de enfrentar o analfabetismo vem de fato dessa educação ter sido posta como uma das maneiras dessas pessoas poderem “entrar” no mercado, como se o próprio mercado não se tivesse constituído e sempre se mantido pela exploração dessas pessoas.

A escrita e a pressão para que ela seja disseminada no meio popular, mais do que o melhoramento das condições das pessoas comuns pela inserção em uma forma moderna de capitalismo, é a maneira com a qual o capitalismo aprimora as formas de controle e estabelece/regulamenta as regras de seu funcionamento.

Ao verificarmos que a cultura do homem do campo, em grande parte, era baseada na oralidade, queremos demonstrar não uma oposição imediata à cultura escrita, mas afirmar as especificidades de uma sociedade com outras expectativas.

O poeta Adolfo Mariano, proprietário de terras, no Município de Goiandira, perto do Rio Veríssimo, inicialmente ficou famoso pelas participações que fazia em bailes, festas, improvisando músicas, com expressões a partir da oralidade. Depois dos anos 40 passou a publicar seus versos. No poema "Biografia de Poeta Nato", manifesta sua insatisfação pela ausência de uma educação formal em sua formação artística, porém o que não o impediu de cantar em bailes e fazer seus famosos improvisos. Quando passa a escrever pede desculpas, em muitos dos versos que compôs, pelo fato de não ter tido uma educação escolar, como se isso o diminuísse:

Em outros sentidos eu passo
Cheio de melancolia
De ver os versos que eu faço
Sem saber ortografia
E depois darei os traços da minha biografia.

Hoje passo a esclarecer
Minha biografia inteira
Para os leitores conhecerem
Minha educação rasteira
A custo pude aprender
Poucas palavras grosseiras

Imagina camarada
Pense lá por sua vez
Na escola de estada
Freqüentei só onze meses
Não pude aprender nada
Falta de tempo talvez.

Lembro de meu pai dizer
Meu filho eu lhe tenho amor
Chega pra você viver
Não precisas professor
Sabendo contar e ler
É bastante ao lavrador.

Ô! meu filho você pensa
Precisamos de trabalhar
Para nossa independência
Para eu vos adotar
Você tem inteligência
Mas não posso te educar

Pois isso o tempo passou

E eu não pude aproveitar
De certo meu pai pensou
Que eu queria é malandrar
Na lavoura me aplicou
Só aprendi a trabalhar

Quantos versos tenho lido
De homens sábios perito
Põe a gente comovido
Usando estilo bonito
Eu me sinto retraído
Julgando-me um proscrito

Receio de algum leitor
De mim poder criticar
Só mesmo um rabiscador
Que não devia publicar
Mas eu peço ao redator
Para os erros afastar

Se eu vou a redação
É com certo acanhamento
Porque tenho vocação
De expor meus sentimentos
Por não ter educação
É o ponto que lamento. (MARIANO, 1978, p. 23/26.)

O poema expressa a figura do autor que, pelo passado na vida do campo, não teve oportunidade de estudar, contrapondo tranquilamente o campo com o processo de alfabetização. Essa leitura do passado no campo como impeditivo de estudar estabelece uma armadilha, pois se indagamos se a vida no campo permitia ou não ao trabalhador ser educado, a resposta poderia ofuscar algo que, a nosso ver, é central para a abordagem da educação formal e da classe trabalhadora: quando o padrão da escrita foi colocado, para essa classe, como pressão de um novo mercado, pressão que, de tão marcante, faz com que a volta ao passado seja reelaborada nos termos que só a vida posterior à saída do campo e a ida para a cidade propõem.

Nas entrevistas realizadas é consenso entre os trabalhadores a ideia de que não foram alfabetizados por culpa da família, como se as expectativas e as condições atuais estivessem dadas naquele passado.

Se pela Literatura é dada a miséria do homem do campo e sua inércia política, a alfabetização surge como remédio para os dois males, a educação formal permitiria, por um lado, a inserção no mercado aumentando os ganhos e, por outro, o exercício da política pelo direito do voto.

Esse otimismo da educação escrita cumpre um papel básico dentre outros papéis: demonstrar que de uma sociedade rural sem explorados e exploradores, entramos, ou continuamente o Estado dá condições para se entrar, em uma sociedade sem exploradores e explorados.

Usualmente perguntamos que idiotice os homens do campo não terem despertado para pôr os filhos na escola, mas dificilmente nos indagamos: desde quando a escola se tornou exigência para filhos e filhas de trabalhadores?

Os trabalhadores nunca tiveram dúvidas de que lado a escrita estava, por isso tanto Supriano como Fabiano temiam a escrita, considerando que os contratos sempre lhes eram desfavoráveis.

Um contrato de trabalho não escrito permitia algo que era importante para o trabalhador, a mobilidade, jogando, ao longo do ano, com os períodos em que o fazendeiro necessitava mais ou menos de mão-de-obra. Os contratos de trabalho determinavam período de tarefas, resguardando sempre uma liberdade para o trabalhador, quintal para cultivo, alguns dias de folga durante a semana, possibilidade de ir trabalhar para outro fazendeiro etc.

Ao analisarmos como a Literatura expressa, traduz, pactua com movimentos das redefinições que ocorrem na vida dos trabalhadores, estudamos uma das maneiras que redefiniram o que chamamos de Sudeste Goiano. Não pretendemos tomar a Literatura analisada como última ou clássica expressão da literatura diante desta realidade, mas ficarmos alerta e alertar para as realidades movediças postas em movimento no mundo dos trabalhadores, que traduzem aquilo em que todos nós estamos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer considerações finais é uma atitude inadequada para quem optou pelo fazer-se historiador buscando explicações e relações entre passado e presente a partir do mundo dos trabalhadores. A duras penas temos entendido que não só nossos *objetos de pesquisa* estão no terreno movediço do fazer-se, mas nós também, historiadores do social, principalmente de vertente marxista, temos sido duramente testados pela realidade que nos cerca.

Em uma leitura das condições atuais da produção acadêmica, Perry Anderson faz um alerta sobre os estudos de esquerda

> O único ponto de partida possível para uma esquerda realista nos dias de hoje é um registro lúcido de sua derrota histórica. O capital rechaçou quase inteiramente todas as ameaças a seu império, cujas fundações sólidas acima de tudo, as pressões da concorrência – foram persistentemente subestimadas pelo movimento socialista. As doutrinas da direita que teorizaram o capitalismo como uma ordem sistêmica mantêm sua forte capacidade de influenciar; as tentativas correntes de uma autodenominada centro-esquerda de ostentar seu realismo constituem, por comparação, pouco mais que relações públicas medíocres. Entre aqueles que sempre acreditaram no valor superior do livre mercado e da propriedade privada dos meios de produção encontram-se muitas figuras de verdadeira substância intelectual. O mesmo não se pode dizer da recente safra de *bowdlertzadores* e esteticistas sociais que, até ontem, deploravam a feiúra do sistema que hoje procuram enfeitar. (ANDERSON, 2000, p. 9).

No editorial da "New Left Review", em que reflete sobre os desafios da esquerda diante das transformações que o mundo experimentou, considerando a importância da publicação por ter canalizado vários debates que identificam pontos-de-vista da esquerda sobre problemas que afetaram/afetam o mundo, o autor indica a necessidade de um balanço dos rumos que a esquerda tem tomado.

Fazer considerações ao final de um trabalho não é dá-lo por acabado; todo trabalho acadêmico, como qualquer trabalho humano, se faz e se refaz; este é apenas um início. A preocupação de toda a tese foi analisar a formação de uma classe trabalhadora em Goiás, uma história sem começo e sem fim determinados, apenas um processo, ainda em curso, do qual quisemos perceber um momento.

O fechamento da tese nos aponta os dilemas de nosso tempo. Talvez nunca tenhamos sido tão testados nas categorias que utilizamos como cultura, classe, trabalhadores. Vivemos um momento em que a história legitimamente constituída por grupos que estiveram

expostos a um grau enorme de exploração indica nos termos do passado sofrido compensações para o presente.

Esse movimento legítimo circula por alguns espaços e tem sido assumido pelo Estado como política de Governo, demarcando, me parece, um instante em que obtivemos uma grande vitória, mas, nessa vitória obtida se circunscreveram seus limites e se exerceram os termos de uma certa derrota que temos sofrido.

Recordo o começo da minha graduação, no início dos anos noventa, no *Campus* Catalão da Universidade Federal de Goiás. No período da graduação uma das grandes angústias e revoltas que sentia era com a forma de contar a história das cidades da Região Sudeste de Goiás, dentre elas, Goiandira, Três Ranchos, Nova Aurora etc. Nessas narrativas se constituía um enredo em que o desbravador, geralmente proprietário rural, chegava, permitia que boiadeiros usassem suas terras para pousos, depois se firmava uma pequena povoação.

Depois disso, um evento externo, como a chegada da ferrovia ou de outras empresas ditava os rumos da modernização, o avanço tecnológico; estabelecia-se um ordenamento entre o passado e o presente em que restavam poucos espaços para os trabalhadores, geralmente adornos em todo esse processo.

Essas narrativas se perpetuavam nas ações de memorialistas locais, pessoas que, nas relações de poder, se tornavam guardiães dos valores, das tradições e da história oficial das cidades. Na graduação mantínhamos um ataque violento a esses personagens, um dos ataques feitos a eles era justamente o ocultamento de tantos e tantas outras personagens do cotidiano do trabalho.

Nas atividades acadêmicas sempre lutávamos para que fosse “dada” voz a esses trabalhadores por entendermos que a visualização deles por si mesmos indicaria os termos em que ocorreria a transformação da qual emergiria uma História dos Trabalhadores, negadora da história oficial.

Em um movimento difícil de se saber exatamente onde começou mas que parece longe de terminar, esses personagens têm sido resgatados numa ânsia de “conservação de memórias”. O “resgate” de suas memórias, contudo não tem sinalizado uma redefinição dos termos políticos dos feitores da história.

Em Catalão e em outras cidades da região dançadores de Congo têm sido objeto de diversos projetos culturais, são ouvidos em entrevistas, vistos pela televisão, passam de “marginais” a portadores de uma “identidade” que revelaria o que é a cidade.

A cidade passa a ser de todos e, ao mesmo tempo, de ninguém. Esses grupos que lutávamos para serem vistos, agora, vão se tornando alvos de políticas específicas de governos e de empresas. Tenta-se por lei e incentivos a "inclusão" das pessoas outrora marginais.

Contudo, um preço foi/está sendo pago, a valorização desses grupos procedeu de uma ideia de cultura em que se recortou características gerais, cor da pele, sexo, linguajar usado etc. Esse recorte contínuo permite que se encontre novos "injustiçados" e diante da constatação das situações difíceis a que essas pessoas estiveram submetidas no "passado", constrói-se, no "presente", mecanismos de compensação. Em alguns espaços quase se contabiliza matematicamente os termos da exploração do passado e a compensação no presente, de tal modo que poderíamos parafrasear os termos do adágio popular: "diga-me quanto sofrestes no passado e te direi quanto mereces no presente".

A compensação no presente vai se constituindo como ferramenta de "inclusão social", por onde olhamos vemos isso, portadores de necessidades especiais têm locais para estacionamento e quotas em concursos garantidos, afro-descendentes são alvos de políticas inclusivas.

Dá-se a entender que a reivindicação pela qual tanto lutamos é agora atendida, pois essas pessoas são vistas e olhadas na vida sofrida que tiveram.

É bom ressaltar que nós, historiadores, tivemos a ilusão de que apenas nós pressionávamos para que a sociedade os visse. Não percebemos que o terreno onde se movimentaram/movimentam é movediço não porque as categorias que usamos o quer movediço, mas porque nas suas ações cotidianas sempre vão "estabelecendo limites e exercendo pressões". Talvez esse seja um duro aprendizado a que a feitura da tese me submeteu.

O debate sobre esses grupos que agora são alvo de políticas de inclusão chegou à nossa porta, senão em nosso quintal, bem próximos; somos testados pelo que pregamos. Antes, quando pensávamos que a hierarquização na economia "determinava" uma hierarquização na cultura, esta possuía uma clivagem clara entre dominantes e dominados. E essa situação levou, a quem detém o poder, a ideia de inclusão.

Hoje nos parece estranho perceber que, ao nos posicionarmos criticamente contra os significados políticos da inclusão, que define o mercado como redentor de um sofrimento que causou, somos considerados contra a tantos grupos.

Apesar de sempre termos sentido pertencer a esse grupo de trabalhadores, as vezes que utilizamos outras normas, diferentes das deles, nos afastamos um pouco. A tese

permitiu um exercício constante de "experimento de igualdade". Fomos provocados a entrar no mundo dos trabalhadores, onde, se armados com uma teoria pronta e acabada, por mais que achássemos estar no caminho certo nos perdíamos em seus labirintos. Entrevistas nos trouxeram compreensões do campo e da cidade diferentes das que tínhamos prontas.

Em um exercício difícil, nem sempre possível de executar, passamos a colocar as memórias dos trabalhadores, em vez de guiadas pelo campo e pela cidade, como guias que nos permitiram delinear os significados que adquirem os dois espaços nos deslocamentos que esses trabalhadores fizeram em suas vidas.

Nesse instante, em que somos pressionados a reafirmar nossas convicções, me parece que o debate em relação às memórias e às outras histórias surge não como solução final, mas como um espaço político onde temos nos situado, reunido e nos armado para as disputas.

Nesse movimento deslocamo-nos do que fizemos por um longo tempo: um tipo de história em que a cronologia surgia como possibilidade de organizar nossos modos de vida: de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Esse esquema de ordenamento da vida das pessoas pela história vinha/vem do enquadramento no tempo da vida das pessoas.

Dessa forma, temos a Pré-História, os homens sem escrita. A História, que começa com a escrita, dentre várias subdivisões se compõe pela Antiguidade ou Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Dessa divisão saíam características gerais que permitiam entender as pessoas de "cada" idade.

Pelo lado da esquerda convivemos por algum tempo com interpretações que, supostamente vindas de Marx, nos aprisionavam em esquemas de análise rígidos, exemplo que se observa nas separações das etapas de produção no comunismo primitivo, na escravatura, no asiático, no feudalismo, no capitalismo, no socialismo e no comunismo. De uma maneira geral, os trabalhadores apareciam/aparecem nesses esquemas com um papel já definido, encaminhados por leis da História que, cronologicamente dadas, revelariam as redefinições de suas vidas.

A hierarquização das contradições vividas por esses trabalhadores em cada fase produtiva, como leis rígidas, determinou para onde iriam, conforme nos adverte Fontana:

> Abandonar a linearidade ajudar-nos-á a superar não só o eurocentrismo, mas também o determinismo. Ao propor as formas de desenvolvimento econômico e social atuais como o ponto culminante do progresso – como o único ponto de chegada possível, apesar das suas deficiência e da sua irracionalidade -, escolhemos, dentre todas as possibilidades abertas aos homens do passado, somente as que conduziram aos presente e

> menosprezamos as alternativas que alguns propuseram, ou tentaram, sem nos deter em explorar as possibilidades de futuro que continham. (2004, p. 478).

Um momento importante do trabalho foi o exercício de identificar nas diversas memórias e tantas outras histórias uma maneira de intervenção que não tenta aplainar tantas experiências em uma única linha reta, como a linha cronológica da História que nos guiou por algum tempo.

Houve questões que tivemos que deixar de lado, ou adiar. A documentação do IBGE indicava, para além da construção de dados sobre esses trabalhadores, uma tentativa bem sucedida do Estado de dividi-los por setores de produção, pelo que fazem. Essas informações colhidas censos realizados revelavam bem mais do que dados, mas, afirmações de projetos nos quais os trabalhadores eram organizados em uma perspectiva de futuro.

Igualmente algumas entrevistas tiveram suas leituras, interpretações, adiadas. As maneiras como foram sendo realizadas nos permitiram um amadurecimento do que sempre entendemos como prática ou militância política. O respeito em pensá-las imbricadas em vidas que ainda refazem nesse mundo trajetórias de trabalhadores foi algo muito importante.

Enfim, a pesquisa testou o avanço na disputa sem sairmos do espaço de onde queremos dirigir nossas indagações, a firmeza de um mundo em que os horizontes de sua construção/reconstrução é de todos nós.

Assim, concordo com Fontana:

> Não estou seguro de que hoje pensemos numa vitória final – esta ilusão era também filha das falácias do progresso linear -, mas que aspiremos, mas modestamente, a algumas conquistas, por parciais que sejam, isso bastará para justificar o esforço da luta. E penso que, apesar das derrotas, valeu a pena tentar e que é necessário continuar. Porque, como disse Paul Eluard: "Ainda que não tivesse tido, em toda minha vida, mais do que um único momento de esperança, teria travado este combate. Inclusive, se hei de perdê-lo, outros o ganharão. Todos os outros". (Idem, p. 490).

Que a convicção de um mundo melhor, que noutros tempos tivemos coragem de chamar de socialismo, possa iniciar, por onde sempre se inicia a mudança do mundo, pelas mãos de todos e mesmo sem termos clareza dos contornos de como pode ser isso no futuro, identifiquemos de onde saímos para esse caminho. Com a nossa vitória em explicitar tantos personagens marginais, se estabeleceu também a de nossa derrota por trazê-los mas por terem perdido a dimensão política do direito ao presente. Que dos termos dessa derrota possamos refazer nosso embate e, quem sabe, possamos definir um bom início, que pode se dar por muitos caminhos, inclusive, pela escrita de uma tese sobre o campo.

FONTES

Entrevistas Realizadas:

- Agostinho Martins Neto – aposentado. Entrevista realizada em 05 de novembro de 2007.

- Altamiro de Melo – foi comerciante na cidade, aposentado. Não foi possível identificar a data em que a entrevista foi realizada.

- Altivo Marques da Silva – aposentado. Entrevista realizada em 26 de julho de 2001.

- Barnabé Martins Moreira – aposentado. Entrevista realizada em 27 de abril de 2002.

- Eliseu Quirino – aposentado ferroviário. Não foi possível identificar a data da entrevista.

- Francisco Evangelista Fernandes – aposentado. Entrevista realizada em 13 de junho de 2002.

- Guimar Calixto Raimundo – pensionista. Entrevista realizada em 20 de julho de 2002.

- Irani Margarida Dias – esposa do Sr. Sebastião Henrique Dias, ferroviário aposentado. Entrevista realizada em 20 de julho de 2002.

- João de Araújo – proprietário de terra, aposentado. Entrevista realizada em 20 de junho de 2007.

- João Felizardo – aposentado. Não foi possível identificar a data da entrevista.

- João Modesto da Silva – aposentado. Entrevista realizada em 19 de julho de 2008.

- Joaquim Pires – aposentado. Entrevista realizada em19 de julho de 2008.

- José Francisco Inácio – aposentou como ferroviário. Foram utilizadas as entrevistas realizadas em 06 de agosto de 2001 e 05 de agosto de 2002.

- Lenine Rosa da Silva – aposentado. Entrevista realizada em 17 de julho de 2002.

- Mauro Borges Teixeira – foi diretor da Estrada de Ferro Goiás e governador do Estado de Goiás. Entrevista realizada em 22 de setembro de 2003.

- Percília Delfino de Castro – aposentada. Entrevista realizada em 19 de outubro de 2005.

- Sebastião Firmino de Paula – aposentado. Entrevista realizada em 19 de abril de 2008.

- Sebastião Henrique Dias – aposentado. Entrevista realizada em 20 de julho de 2002.

Obras Literárias:

JESUS, Adolfo Mariano de. **O poeta Nato**. Goiânia: Oriente, 1978.

ÉLIS, Bernardo. **Chegou o governador**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

ÉLIS, Bernardo. **Os melhores contos de Bernardo Élis**/Seleção Gilberto Mendonça Teles. São Paulo: Global, 2003.

"OESTE". Goiânia, Universidade Católica de Goiás – Caixa Econômica Federal, 1983. Reprodução fac-similar de 23 fascículos publicados em Goiânia no período de julho de 1942 a dezembro de 1944.

Documentos da Igreja Católica Apostólica Romana
Livro do Tombo Volume I e II – Secretaria da Paróquia.

Documentos da Estrada de Ferro Goiás
Relatório dos serviços da Estrada-de-Ferro Goiáz referente ao ano de 1939.

Relatório do resultado de três anos de Administração do Major Mauro Borges Teixeira, 1954.

Documentos do Poder Judiciário

Procedimento Criminal
Crime: Homicídio
Vítima: "Chico" Sebastião
Autor: João Caldeira
Data: Setembro 1929
Local: Fazenda Capoeirão, Goiandira.

Procedimento Criminal
Crime de Homicídio
Vítima: Antônio Afonso
Autor: Delcides Martins e João Inácio
Data: 24/05/1951
Local: Fazenda Mata Rocha, município de Nova Aurora

Processo nº 26/66
Indiciado: Prudêncio Quirino Garcia.
- Vereadores de Goiandira formulam denúncia contra o indiciado, que é delegado municipal, por arbitrariedades que estariam sendo cometidas.

Procedimento Criminal
Vítima, teria sido "desvirginada" pelo autor.
Processo arquivado. Promotor alega que a vítima freqüentava bailes noturnos na "Rua do Fogo".
Data 03/01/1948.

OBS: Optamos por não explicitar os nomes.

Procedimento Criminal
Crime de Homicídio
Vítima: Florentino Alves
Autor: Antônio de Carvalho Garcia
Data: 07/03/1950
OBS: Autor e vítima possuem pensões em Goiandira, discutem pelo agenciamento de passageiros, a vítima tenta atingir o autor com um canivete, este efetua dois disparos, matando-o.

Procedimento Criminal
Data do Fato: 27/04/1961
Vítima: Pe. José Antônio dos Santos
Autor: Tomaz Vieira dos Santos
Local: Nova Aurora-Go.
OBS: O autor, delegado de Nova Aurora, tenta intimar o Pe. José para este ser ouvido na delegacia, este não atende à intimação, o delegado vai até a casa da vítima, e, efetua disparos, ferindo-o.

Correspondência
Correspondência datada de 17/11/1967, quando o delegado encaminha lista de prostitutas da cidade, alegando que por pressões "políticas" foi obrigado a parar o fichamento.
OBS: optamos por ocultar os nomes das envolvidas.

Procedimento Criminal
Autora: Justiça Pública
Réu: Otacílio Marques e outros
Data: 22/06/1957
OBS: O autor teria ferido uma "égua" de propriedade do Sr. Armando Rosa.

Documento da Prefeitura Municipal de Goiandira
Abaixo-assinado, datado de 31 de julho de 1936, com 114 nomes, encaminhado ao prefeito de Goiandira solicitando que seja cumprida a legislação sobre as 8 horas.

Arquivo Público de Araguari
Jornal Gazeta do Triângulo

Documento Avulso
Caderno de Estudos Brasileiros, ano I, janeiro/junho 1963, publicado pelo Centro de Estudos Brasileiro, Universidade Federal de Goiás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA. W. **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 257 p.

ALMEIDA, Nelly Alves de. **A presença literária de Bernardo Élis**. Goiânia: Editora da UFG, 1970, 266 p.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KOURY, Yara Aun. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. In: **Revista História e Perspectivas**, nº 25 e 26, jul/dez 2001/jan/jul 2002, p. 27/54.

ALVES, Edmar César. **Afif Rade**: um marco na imprensa de Araguari. Goiânia: Kelps, 2005, 360 p.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2005, 277 p.

AMARAL, Amadeu. **Tradições populares**. São Paulo: Instituto Progresso editorial, 1948, 418 p.

ANDERSON, Perry. **As origens da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, 165 p.

_____. Renewals. Editorial da **New left review**, 01, janeiro/fevereiro 2000, tradução de Leda Paulani, com a colaboração de Ângela Paulani e Airton Paschoa.

_____. **Teoria, Política e História**: Um debate com E. P. Thompson. Madri: Siglo Veinteuno, 1985, 241 p.

ARAÚJO, Délio Moreira de. **Goiás**: ensaio de contribuição para o estudo da formação e estrutura dos transportes terrestres na área do cerrado Brasileiro. Goiânia: UCG, 2001, 101 p.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, 253 p.

BOFF, Clodovis. **Comunidade Eclesial**: comunidade política. Petrópolis: Vozes, 1978, 197 p.

BOFF, Leonardo. **O caminhar da igreja com os oprimidos**: do vale de lágrimas rumo à terra prometida. Petrópolis: Vozes, 1988, 365 p.

BORGES, Barsanufo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional**: 1930-1960. Goiânia: Editora da UFG, 2000, 172 p.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 297 p.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 484 p.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues... [et al.]. **Goiânia**: cidade pensada. Goiânia: Ed. da UFG, 2002, 184 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José R. **Campesinato goiano**: três estudos. Goiânia: Ed. da UFG, 1986, 156 p.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1979, 284 p.

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs). **História**: Narrativas Plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: EDUFU, 2005, 342 p.

CARMO, Luiz Carlos do; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues (Orgs.). **As congadas de Catalão-Go**: as relações, os sentidos e valores de uma tradição centenária. Catalão: UFG – Campus Catalão, 2008, 348 p.

CARVALHO, Leonice de Andrade. **Opressores e Oprimidos na Contística de Bernardo Elis**. Dissertação, Mestrado em letras e lingüística, Universidade Federal de Goiás, 2006, mimeo.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001, 300 p.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, 147 p.

CHAUL, Nasr Fayad. **A Construção de Goiânia e a transferência da Capital**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999, 170 p.

_____. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 1997, 247 p.

_____; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). **Goiás**: identidade, paisagem e tradição. Goiânia: UCG, 2001, 166 p.

COSTA, Maria Beatriz Ribeiro. **A revolução de 30 e a Revista Oeste na consolidação de Goiânia**: do bandeirantismo utópico à concretização do discurso. Dissertação de Mestrado, UFG, Curso de História, 1994, mimeo.

DAYREL, Eliane Garcindo. "Oeste" – Ideologia e História. In: **Revista Inter-Ação** – Revista da Faculdade de Educação da UFG, ano 2, número 4, 1º semestre de 1977, pp 11-57.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984, 199 p.

EAGLETON, Terry. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2005, 208 p.

_____. **Depois da Teoria**: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 305 p.

_____. **Teoria da Literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 348 p.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, 215 p.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985, 391 p.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Ed. Olho D'água, 2002, 313 p.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: Edusc, 2004, 508 p.

_____. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998, 400 p.

FRANÇA, Basileu Toledo. **Romanceiro e trovas populares**. Goiânia: UFG, 1979, 224 p.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres da ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, 254 p.

FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de (Orgª). **Saúde e doença em Goiás**: a medicina possível, uma contribuição para a História da medicina em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 1999, 325 p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977, 248 p.

GARCIA, Marcolina Martins. **A tecelagem artesanal**: um estudo etnográfico em Hidrolândia – Goiás. Goiânia: UFG, 1981, 188 p.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997, 245 p.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, 244 p.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, 410 p.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976, 148 p.

_____.; RUDÉ, George. **Capitão Swing**: expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra no início do século XIX. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982, 376 p.

_____. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 600 p.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 182 p.

_____. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, 464 p.

_____. **Os Trabalhadores**: Estudos sobre a História do Operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 445 p.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 342 p.

_____. **Tempos interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 482 p.

HOGGART, Richard. **As Utilizações da Cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Editorial presença, 1973, 111 p.

INÁCIO, Paulo Cesar. **Trabalho, Ferrovia e Memória**: a experiência de turmeiro no trabalho ferroviário. Dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em história, Universidade Federal de Uberlândia, 2003, mimeo.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas Orais na investigação da história social. In: **Revista Projeto História,** nº 22, jun/2001, p. 79/103.

LACERDA, Regina. **Folclore brasileiro**: Goiás. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1977, 92 p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, 440 p.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: Centro editorial e gráfico da UFG, 1988, 121 p.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da "comissão Rondon". São Paulo: EDUC, 1998, 319 p.

_____, ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs). **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006, 298 p.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, 214 p.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto e Geográfico do Brasil, 1874. Goiânia: Líder, 1979.

MENDONÇA, Belkiss S. Carneiro de. **A Música em Goiás**. Goiânia: UFG, 1981, 385 p.

MIRANDOLA. Norma Simão Adad. **As tecedeiras de Goiás**: estudo lingüístico, etnográfico e folclórico. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1993, 414 p.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994, 153 p.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade**. Goiânia: UFG, 2003, 186 p.

NEPOMUCENO, Rosa. **Música caipira**: da roça ao rodeio. São Paulo: 34, 1999, 440 p.

NOVAIS, Fernando. **Aproximações**: Estudos de História e Historiografia. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, nº 2, p. 3/82, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, 376 p.

OLIVEIRA, Maurides Batista de Macedo F. **Mito e sobrevivência no garimpo**: a cidade de Baliza – Goiás 1922-1960. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História, PUC/SP, mimeo.

ORIENTE, Esther Barbosa. **Dona Gercina**: a mãe dos pobres. Goiânia: Oriente, 1981, 256 p.

Pátria Amada Esquartejada. Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, 160 p.

PESSOA, Jadir de Morais. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999, 351 p.

PASSERINI, Luisa. **Memoria Y Utopia**: la primacia de la intersubjetividad. Univsersitat de València, 2006, 164 p.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, Vol 01, nº 02, 1996, p. 59-72.

_____. **A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo**. In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; VELÔSO, Thelma Maria Grisi (Orgs.). Campina Grande: EDUEP, 2005, p. 43/54.

_____. As Fronteiras da Memória: O Massacre das Fossas Ardeatinas. História, Mito, Rituais e Símbolos. In: **Revista História e Perspectivas**, nºs. 25/26, jul/dez/2001, jan./jul./2002, p. 9-26

_____. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento de igualdade. In: **Revista Projeto História**, nº 14, fev/1997, p. 07/24.

_____. **Memória e diálogo**: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Fernandes, Tania M. Dias e Alberti, Verena (org.) História oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000, pp. 67-71.

_____. O que faz a história oral diferente. In: **Revista Projeto História**, nº 14, fev/1997, p. 25/39.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na História Oral. In: **Revista Projeto História**, nº 15, abr/1997, p. 13/33.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza do brasileiro. São Paulo: IBRASA, 1981, 156 p.

QUEIROZ, Luiz Alberto (Coord.). **O velho cacique**: Pedro Ludovico Teixeira, depoimentos. Goiânia: Kelps, 1997, 258 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do Rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; QUEDA, Oriovaldo. **Vida Rural e Mudança Social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: Política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996, 144 p.

RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 155 p.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 329 p.

SAID, Edward W. **Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, 170 p.

_____. **Cultura e Resistência**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, 227 p.

_____. **Representações do intelectual**: as conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 127 p.

SAMUEL, Raphael (Ed.). **Historia popular y teoría socialista**. Barcelona: Crítica, 1984, 319 p.

São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992, 235 p.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais, arte e videocultura na Argentina. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004, 196 p.

_____. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, 135 p.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994, 72 p.

SILVA, Ana Lúcia da. **A revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cânone editorial/Agepel, 2001, 174 p.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). **Relação Cidade – Campo**: Fronteiras. Goiânia: Editora UFG, 2000, 289 p.

SILVA, Vera Maria Tietzmann (Orgª). **Nem ponto nem vírgula**: estudos sobre Monteiro Lobato. Goiânia: Cânone Editorial, 2007, 191 p.

SOUZA, Dalva Borges. **Goiás**: sociedade e estado (Orgª.). Goiás: sociedade e estado. Goiânia: Cânone Editorial, 2004, 232 p.

SOUZA, Dalva Maria Borges de Lima Dias de. **1964 em Goiás**: o ovo da serpente (militares e proprietários de terras na gestação da Ditadura). Dissertação de Mestrado, programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 1990, mimeo.

TEIXEIRA, Faustino. **A gênese das CEBs no Brasil**: elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988, 367 p.

TEIXEIRA. José A. **Folclore goiano**: Cancioneiro, Lendas, Superstições. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, 235 p.

TEIXEIRA, Mauro Borges. **Tempos idos e vividos**. Minhas Experiências. Goiânia: Ed. do autor, 2002, 358 p.

TELES, Gilberto Mendonça. **A poesia em Goiás**, 2ª edição. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1983, 510 p.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Vol. I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 644 p.

_____. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 231 p.

_____. **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 2001. 286 p.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 493 p.

_____. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 432 p.

_____. **Tradición, revuelta, y consciência de classe**: estúdios sobre la crisis de La sociedade preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984, 319 p.

UNES, Wolney (Org.). **Bernardo Élis**: vida em obras. Goiânia: AGEPEL, 2005, 179 p.

VASCONELLOS, Lauro de. **Santa Dica**: encantamento do mundo ou coisa do povo. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991, 211 p.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 398 p.

WEINTRAUB, Arthur Bragança Vasconcellos. **Manual de Previdência Social**. São Paulo: Quartier Latin, 2004, 144 p.

WILLIAMS Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. In **Revista USP** n. 66, julho –agosto 2005 , p. 210-225.

_____. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 239 p.

_____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, 215 p.

_____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

_____. **Palavras-Chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007, 464 p.

_____. Quando foi o modernismo. In: **Revista Margem Esquerda**, nº 6, setembro 2005, pp. 177/182.